



Instituto de Economia Agrícola
Secretaria da Agricultura

88/89

prognóstico agrícola

0130062

1111110000

IEA# 601

AFONSO NEGRI NETO

2753433

IEA - CPD

R. 281

Centro Agro-Indústria



Governo do Estado de São Paulo
Secretaria da Agricultura
Coordenadoria Sócio-Econômica
Instituto de Economia Agrícola

Governador do Estado

Orestes Quércia

Secretário da Agricultura

Antonio Tidei de Lima

Chefe de Gabinete

Paulo de Tarso Artêncio Muzy

Coordenador da Coordenadoria Sócio-Econômica

Sérgio Gomes Vassimon

Diretor do Instituto de Economia Agrícola

Gabriel Luiz Seraphico Peixoto da Silva

**Governo do Estado de São Paulo
Secretaria da Agricultura
Coordenadoria Sócio-Econômica
Instituto de Economia Agrícola**

PROGNÓSTICO AGRÍCOLA 1988/89

ISSN 01005316

Prognóstico Agrícola 88/89	São Paulo	v.1	1988
-----------------------------------	------------------	------------	-------------

APRESENTAÇÃO

A agricultura brasileira tem mostrado sua capacidade de reação aos estímulos de mercado e aos instrumentos de política agrícola, mesmo em momentos como o atual, em que o ritmo acelerado da inflação torna extremamente difícil a tarefa do empresário.

A nova Constituição Brasileira, promulgada em 5 de outubro de 1988, introduz mudanças que irão certamente influenciar o desempenho do setor agrícola. Caberá à sociedade brasileira a definição de uma lei agrícola para regular a atuação do Estado com relação a esse setor produtivo.

Ao divulgar o Prognóstico Agrícola 1988/89, o Instituto de Economia Agrícola renova seu firme propósito de contribuir para o debate dos problemas da agricultura e apresenta um conjunto de informações de grande valia para o empresariado rural.

São Paulo, 8 de novembro 1988

Deputado Tidei de Lima
Secretário da Agricultura

PROGNÓSTICO AGRÍCOLA 1988/89

SUMÁRIO

1 - INTRODUÇÃO	1.1
2 - DESEMPENHO DA AGRICULTURA PAULISTA	2.1
3 - ESTIMATIVA DE CUSTO OPERACIONAL DE PRODUÇÃO DA SAFRA AGRÍCOLA 1988/89	3.1
4 - MERCADO DE FATORES	4.1
- Defensivos	4.1
- Fertilizantes	4.8
- Sementes	4.20
- Terra	4.26
- Trator	4.36
- Mão-de-Obra	4.41
5 - MERCADO DE PRODUTOS	5.1
- Algodão	5.1
- Arroz	5.12
- Batata	5.19
- Café	5.23
- Cana-de-açúcar	5.33
- Cebola	5.37
- Feijão	5.40
- Mandioca	5.53
- Milho	5.56
- Oleaginosas: Soja	5.64
- Tomate	5.74
- Trigo	5.79
- Pecuária de Corte	5.83
- Pecuária de Leite	5.88
- Avicultura	5.91
- Suinocultura	5.96
6 - POLÍTICA AGRÍCOLA	6.1
POLÍTICA ECONÔMICA	6.1
- Crédito Rural	6.7
- Preço Mínimos	6.27
- Preços de Intervenção	6.36
- Seguro Rural	6.38
- Tributos na Agricultura	6.44
- Plano de Safra 1988/89	6.48
POLÍTICA SOCIAL	6.59
- Evolução dos Pequenos Estabelecimentos	6.60
- Reforma Agrária	6.65
- Negociações Trabalhistas	6.71
- A Nova Constituição	6.74
7 - INTENÇÃO DE PLANTIO PARA A SAFRA PAULISTA 1988/89	7.1

PROGNÓSTICO AGRÍCOLA 1988/89

Publicação Anual do Instituto de Economia Agrícola
Corpo Técnico do IEA em exercício

Diretor Geral: Gabriel Luiz Seraphico Peixoto da Silva

ASSESSORIA TÉCNICA DE ACOMPANHAMENTO E CONTROLE

Chefe: Pérsio Carvalho Junqueira

Afonso Negri Neto, Antonio Ambrósio Amaro, Flavio Condé de Carvalho, Paul Frans Bemelmans, Waldemar Pires de Camargo Filho.

DIVISÃO DE LEVANTAMENTO E ANÁLISES ESTATÍSTICAS:

Diretor: Luiz Henrique de Oliveira Piva

Abel Ciro Minniti Igreja, Ana Maria Montragio Pires de Camargo, Denise Viani Caser, Elizabeth Alves e Nogueira, Francisco Alberto Pino, José Roberto Vicente, Manuel Joaquim Martins Falcão, Maria Carlota Meloni Vicente, Maria de Fátima Packer, Maria de Lourdes Sumiko Sueyoshi, Maura Maria Demétrio Santiago, Milton Nogueira de Camargo, Rosa Maria Pescarin Pellegrini, Samira Aoun Marques.

DIVISÃO DE COMERCIALIZAÇÃO:

Diretor: Luiz Moricochi

Albino E. Ferreira Zirlis, Alfredo Tsunechiro, Ana Maria Futino, Célia R.R.P. Tavares Ferreira, Eloisa Elena Bortoleto, Everton Ramos de Lins, Flávia Maria de Mello Bliska, José Roberto da Silva, Lídia Hathue Ueno, Maria de Lourdes do Canto Arruda, Marina Brasil Rocha, Mario Antonio Margarido, Marisa Zeferino Barbosa, Nelson Giulietti, Paulo Augusto Wiesel, Sebastião Nogueira Junior, Valéria da Silva Peetz Wedekin.

DIVISÃO DE POLÍTICA E DESENVOLVIMENTO

Diretor: Alberto Veiga

Devancyr Aparecido Romão, José Eduardo Rodrigues Veiga, Maria Elisa Benetton, Malimíria Norico Otani, Nilce da Penha Migueles Panzutti, Regina Junko Yoshii, Regina Helena Varella Petti, Roberto de Assumpção, Sônia Santana Martins, Terezinha Joyce Fernandes Franca, Valquiria da Silva, Vilma Aparecida Barban, Yara Chagas de Carvalho.

DIVISÃO DE ECONOMIA DA PRODUÇÃO

Diretor: Richard Domingues Dullely

Alfredo de Almeida Bessa Junior, Ana Maria Pereira do Amaral, Arthur Antonio Ghilardi, Denyse Chabaribery, Francisco Antonio Assaf Salit, Hiroshige Okawa, Ikuyo Kiyuna, Maria Célia Martins de Souza, Nilda Tereza Cardoso de Mello, Maristela Simões do Carmo, Paulo Edgard Nascimento de Toledo, Sérgio Augusto Galvão César, Silvia Toledo Arruda, Zuleima Alleoni Pires de Souza Santos.

DIVISÃO DE APOIO À PESQUISA

Diretor: Elcio Umberto Gatti

Antonio Roger Mazzei, Celuta Moreira Cesar Machado, Julio Humberto Jimenez Ossio, Luiz Carlos Miranda, Maria Áurea Cassiano, Maria de Lourdes Barros Camargo.

CENTRO DE PROCESSAMENTO DE DADOS

Gerente: Afonso Negri Neto

Alice Midori Shimura(*), Arnaldo Lopes Junior(*), Pérsio Dutra(*), Vera Lúcia Ferraz dos Santos.

SERVIÇO DE BIBLIOTECA E DOCUMENTAÇÃO

Diretor: Cleusa Batista Pastori

Aguri Sawatani Negri, Fátima Maria Martins Saldanha Faria, Gabriela Menni Ferréri, Maria Luiza Alexandre Peão, Toyoko Kiyota.

COMISSÃO EDITORIAL

Coordenador: Flavio Condé de Carvalho

Alfredo Tsunechiro, Elcio Umberto Gatti, Nilda Tereza Cardoso de Mello, Samira Aoun Marques, e Sônia Santana Martins

Bibliografia: Fátima Maria Martins Saldanha Faria

TÉCNICOS AFASTADOS, REALIZANDO CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO:

Cesar Roberto Leite da Silva, Maria Auxiliadora de Carvalho, Yuly Ivete Miazaki de Toledo

Instituto de Economia Agrícola (IEA)

Av. Miguel Estéfano, 3.900 - 04301, São Paulo, SP

Telefone: (011) 276.9266

Telex: (011) 34067 - SAGR-BR e (011) 22484 - SNSC-BR

Impresso no Setor Gráfico do IEA

(*) Técnicos da Companhia de Processamento de Dados do Estado de São Paulo (PRODESP).

introdução 1

1 - INTRODUÇÃO

Avaliação preliminar do desempenho econômico da agricultura paulista na safra 1987/88, excluindo-se o café, indica aumento de 1,2% no valor real da produção (1,21 trilhão de cruzeiros) e de 2,4% na quantidade produzida, quando comparados aos da safra anterior.

A queda acentuada de produção do café (-62%) não foi compensada pelo aumento no preço, fazendo com que o valor real desse produto apresentasse queda de 52% em comparação com a da safra 1986/87.

A laranja colocou-se como o produto de maior contribuição específica ao valor da produção da agricultura paulista, com cerca de 22,2% do valor total dos produtos considerados, superando café e cana-de-açúcar que se alternavam, nos últimos anos, na primazia do valor da produção.

O panorama institucional subjacente à safra 1988/89 apresenta-se bastante alterado em relação ao ano anterior. A nova Constituição brasileira, promulgada em 05/10/88, contém uma série de medidas que afetam diretamente o setor agrícola, nos aspectos econômico e social. Como medida de impacto a curto prazo cite-se, por exemplo, a anistia da correção monetária incidente sobre os débitos dos mini, pequenos e médios produtores rurais, mutuários do crédito rural desde que atendam a certas exigências legais.

Como medidas de impacto a prazo mais longo, pode-se lembrar as disposições sobre reforma agrária estabelecendo que as desapropriações serão indenizadas com títulos da dívida agrária e considerando insusceptíveis de desapropriação as pequenas e médias propriedades e as propriedades produtivas; e as disposições sobre a uniformidade e equivalência dos benefícios e serviços de seguridade social às populações urbanas e rurais. Da Constituição consta também um capítulo dedicado ao uso e preservação do meio ambiente.

Outro assunto tratado na Constituição e que já está mobilizando as entidades ligadas ao setor é a "Lei Agrícola" que disporá sobre os objetivos e instrumentos de política agrícola, prioridades, planejamento de safras, comercialização, abastecimento interno, mercado externo e instituição de crédito fundiário, tendo sido fixado o prazo de um ano para sua promulgação.

O cenário econômico em 1988 está bastante conturbado, com índices inflacionários preocupantes; apenas no setor externo se tem um desempenho satisfatório, com o saldo comercial acumulado superando as expectativas.

Para 1989, o Governo planeja manter o déficit público em 2% do Produto Interno Bruto (PIB) e o orçamento enviado ao Congresso Nacional já inclui uma série de cortes nas despesas federais, tendo em vista a reforma tributária aprovada pela Constituinte. Diversas empresas federais atuantes no setor agrícola terão drástica redução em suas despesas em 1989. Dentro desse contexto, os subsídios ao trigo e ao álcool estão sendo reduzidos ou eliminados.

O Governo Federal introduziu, em 1988, diversas modificações na comercialização de arroz, feijão e milho, estabelecendo níveis de preços de intervenção para regular a liberação de estoques ou de importações. Foram liberadas as exportações de algodão, arroz, milho e soja. Tenciona-se ainda privatizar a comercialização de trigo.

A política de preços adotada pelo Governo, englobando a correção dos preços mínimos desde sua definição até o encerramento da safra e o estabelecimento de preços de intervenção, está tendo avaliação positiva, pois os preços de mercado de todos os produtos, mesmo quando em pico da colheita, estiveram em níveis superiores aos preços mínimos. Tal fato foi observado, inclusive, para milho e arroz, apesar das magnitudes de seus estoques.

Modificações foram introduzidas no Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (PROAGRO) visando transformá-lo, em prazo não muito longo, em um seguro rural generalizado, não somente vinculado às operações de crédito rural.

A renda das atividades agrícolas poderá ser, para o futuro, consideravelmente mais tributada, em decorrência da proposta de mudança do regime tributário da renda agrícola, com a elevação para 25% da alíquota a ser aplicada ao lucro líquido, bem como da eliminação de diversos benefícios fiscais.

Para a safra 1988/89, é menor o volume de recursos colocados à disposição da agricultura, a taxas de juros específicas de crédito rural, quando comparado, em termos reais, ao da safra anterior. Em função desse fato, os limites de financiamento para várias culturas foram reduzidos, o que implicará, seguramente, ponderável aumento dos custos financeiros, em virtude da necessidade de maior aporte de recursos próprios do produtor ou de utilização de financiamento complementar a taxas de juros mais elevadas. Assim, apenas aquelas culturas com melhores perspectivas de preços em 1989 deverão apresentar aumento de área plantada na safra em andamento.

O levantamento de intenção de plantio para a safra paulista 1988/89, realizado em agosto/setembro, já captou parte dessa problemática. Assim é que culturas como de soja, para a qual o mercado internacional vem apresentando evolução positiva de preços e de milho, para o qual o preço base foi elevado em 15%, têm perspectivas de aumento na área para esta safra. Por outro lado, há perspectivas de queda nas áreas plantadas com algodão, amendoim das águas, arroz e feijão e estabilidade para a de batata das águas. Para o conjunto desses produtos, porém, a área total cultivada deverá manter-se, o que indica competição entre essas culturas.

Devido à prolongada seca que se verificava no Estado de São Paulo quando da realização do levantamento de intenção de plantio, é de se supor que em futuros levantamentos da safra 1988/89 mudanças sejam registradas nas áreas plantadas com aqueles produtos, em relação ao levantamento inicial. É provável, porém, que sejam mantidas as tendências nele apontadas.

(IEA, 20/10/88)

desempenho da agricultura paulista 2

2 - DESEMPENHO DA AGRICULTURA PAULISTA

Estimativas preliminares de preço e produção dos principais produtos agrícolas no Estado de São Paulo mostram, em 1987/88, decréscimo de 8,3% no valor real da produção, relativamente a 1986/87, utilizando-se como deflator o Índice Geral de Preços no conceito de Disponibilidade Interna da Fundação Getúlio Vargas. Esse resultado é decorrente da redução de 9,1% no volume produzido e do acréscimo de 1,0% nos preços reais dos principais produtos da agricultura paulista (quadro 2.1).

Subtraindo-se o café que, nesta safra, apresenta queda de 62,1% em quantidade produzida e ganho de 26,0% em preço real, o valor da produção agrícola paulista passa a crescer 1,2%.

O recuo tanto em volume produzido (-10,7%) quanto em preços reais (-4,2%) gera uma queda de 14,5% em valor real dos produtos vegetais, responsáveis por 72,3% do valor total da produção agrícola. Contribuíram para esses resultados as quebras na produção de amendoim das águas e da seca, arroz, batata de inverno, café, cebola de soqueira, mamona, mandioca e milho; as quedas em preços reais de cana-de-açúcar, feijão das águas, da seca e de inverno, laranja, limão e tomate envarado; e as perdas tanto na produção quanto nos preços reais de banana, batata das águas e da seca, cebola de muda, chã, tangerina e uva de mesa (quadros 2.1 e 2.2).

Observe-se, porém, que, no caso da citricultura, cuja comercialização se baseia em cotações de suco concentrado de laranja, na Bolsa de Nova Iorque, de julho de 1988 a junho de 1989, o cálculo do preço em cruzado, recebido pelo produtor, foi obtido com a taxa de conversão do dólar do período julho a setembro, ou seja, dos três primeiros meses de safra e comparado com o resultado médio final da safra anterior.

O volume físico dos produtos animais mostra uma diminuição de 3,7% e seus preços reais sofreram acréscimos em 17,1%, o que faz com que o ganho em valor real seja de 12,8%. Os aumentos nos preços e as diminuições nas quantidades de ovos, carne bovina, aves de corte e carne suína e a queda no preço do leite são os responsáveis diretos por esse desempenho dos produtos animais que totalizam 27,7% do valor total da produção agrícola paulista.

Quanto à importância relativa dos diversos produtos, laranja (22,2%), cana-de-açúcar (18,7%), carne bovina (10,0%), avicultura de corte e postura (9,7%), café (9,3%) e leite (6,4%) perfazem juntos 76,3% do valor global da produção. Os produtos vegetais (café, cana-de-açúcar, laranja e soja) e os produtos animais (carne bovina e aves de corte), sensíveis às cotações do mercado internacional, são responsáveis por 54,3% e 16,3%, respectivamente, do valor total, enquanto que cereais (arroz, feijão, milho e trigo) e oleaginosas (algodão e amendoim), dirigidos ao mercado interno, respondem por 8,3% e 2,7%, respectivamente.

Dentre todos os produtos, merecem destaque os ganhos em valor registrados para cebo

la de soqueira, mandioca, soja e amendoim da seca, embora ovos, trigo, casulo, algodão, batata de inverno, carne bovina, aves de corte, carne suína, tomate rasteiro, arroz, milho, limão, feijão da seca e amendoim das águas também tenham registrado ganhos em relação a 1986/87 (quadro 2.2).

A área total cultivada no Estado de São Paulo mostra decréscimo de 2,7% em 1987/88, relativamente a 1986/87, alcançando 6.962,46 mil hectares. As expansões verificadas nas culturas de algodão, feijão da seca, laranja, limão, soja, tomate e trigo e as pequenas mudanças ocorridas nas áreas de cana-de-açúcar e uva de mesa, não foram suficientes para compensar os efeitos negativos provocados pelos demais produtos da agricultura paulista. Destaque-se também que a área cultivada com produtos destinados à alimentação retraiu-se em 9,0%, ao passo que a dos produtos exportáveis expandiu-se em 1,1% (quadro 2.3).

Quanto ao rendimento médio, o índice agregado das principais culturas paulistas experimenta queda de 9,0% em 1987/88, relativamente a 1986/87. O café é o principal responsável por esse resultado, pois sua produtividade foi reduzida em 56,1%. Excluindo-o do índice agregado, a produtividade do conjunto das culturas do Estado passa a crescer 6,1% em 1987/88. Além do café, registrou-se queda na produtividade de banana, batata das águas, cebola de soqueira, chá, laranja, mamona, tangerina, tomate, trigo e uva de mesa (quadro 2.3).

Finalizando, convém destacar que as análises acima efetuadas devem ser consideradas como preliminares, pois os dados utilizados foram baseados em informações disponíveis até setembro.

- RECEITA BRUTA, CUSTO OPERACIONAL E RECEITA LÍQUIDA 1987/88

As estatísticas de custo de produção, preços e produtividades elaboradas pelo IEA permitem, no final de cada ano agrícola, estimar o resultado econômico das principais atividades da agricultura no Estado de São Paulo.

Além dos custos de produção, as estimativas de rentabilidade têm por objetivo fornecer parâmetros que auxiliem o produtor agrícola em sua tomada de decisão. A estimativa de resultado econômico procura evidenciar uma situação aproximada de liquidez dos produtores, a nível de atividade, mostrando sua futura capacidade de autofinanciamento. Prestam auxílio, portanto, às autoridades governamentais, no que diz respeito ao direcionamento do crédito de custeio agrícola e nas decisões relativas à produção.

As estimativas de custo calculadas no início do ano agrícola 1987/88 foram refeitas. Para tanto, considerou-se, nesta ocasião, os gastos efetivamente realizados pelo produtor no decorrer do ciclo agrícola das diversas atividades. Computou-se, então, os juros nominais do crédito agrícola, calculados sobre os Valores Básicos de Custeio (VBC), de acordo com as respectivas normas vigentes de liberações, taxa de juro agrícola e correção monetária para cada cultura, em particular. Acresceu-se a esses encargos financeiros os relativos ao crédito complementar, que correspondem aos juros de mercado e correção monetária sobre o montante do custeio não coberto pelo VBC calculado pelo IEA.

A taxa de juro agrícola considerada foi de 9% que, segundo as normas oficiais, corresponde ao custo do dinheiro para um médio produtor. A taxa de mercado utilizada foi de 21,7% a.a., conforme informações coletadas junto às agências bancárias. A correção monetária foi calculada para cada cultura, considerando o número de meses que a mesma ficou sob juros de custeio.

Os preços dos produtos representam médias ponderadas, a nível do produtor agrícola, que, juntamente com os níveis de produtividade, permitiram o cálculo da receita bruta aproximada da safra agrícola 1987/88.

A fim de que se possa comparar a rentabilidade das diversas culturas na safra 1987/88 e em relação ao passado recente, utiliza-se índices de desempenho económico representado pela relação percentual entre Receita Líquida (Receita Bruta - Custo Operacional) e a Receita Bruta (100 RL/RB) (quadros 2.4, 2.5, 2.6 e 2.7).

Esse índice mostra o percentual da receita bruta que o produtor obtém para remunerar os fatores fixos de produção (terra, capital fixo e empresário) não considerados na metodologia de custo operacional adotada pelo IEA nas estimativas de custo de produção. Portanto, é de se esperar que esses índices apresentem valores positivos, para que os produtores sintam-se estimulados a continuar numa determinada atividade a médio e longo prazos. Sua magnitude por sua vez, deve estar relacionada ao número de meses que o capital de giro fica imobilizado com a cultura.

O ano agrícola 1987/88 foi considerado normal, no que diz respeito a condições climáticas, o que influiu, de um modo geral, positivamente nos níveis de produtividade das culturas analisadas.

Os preços de oleaginosas apresentaram uma evolução razoável no último ano agrícola, à exceção da mamona, mas nem por isso os índices de desempenho económico foram elevados, uma vez que os aumentos de custos de produção foram muito mais acentuados que os dos preços.

A cultura de amendoim vem consecutivamente apresentando receita líquida negativa. Na safra analisada, a recuperação de preços e dos níveis normais de produtividade não foram suficientes para a obtenção de índices positivos de desempenho, todavia apresentaram-se bem inferiores aos dos anos anteriores.

A soja, que obteve na safra passada desempenho bastante favorável, na de 1987/88 obteve performance singular dentre as oleaginosas, com um índice de 76%. O preço, que já vinha se mantendo elevado desde o início da colheita, aumentou bastante nos meses seguintes, em decorrência, principalmente, do desempenho do mercado internacional do produto.

A cotonicultura apresentou resultado económico semelhante ao da safra passada, com receita líquida e índice de desempenho próximo de zero, enquanto o índice de desempenho da mamona foi de 14%.

Dentre os cereais, das três safras de feijão analisadas, duas delas - a da seca e a de inverno - apresentaram aumentos de preços do produto bem inferiores à evolução dos respectivos custos de produção, na comparação feita entre os anos agrícolas 1987/88 e 1986/87. Isto, evidentemente, afetou o índice de desempenho do feijão da seca, que ficou próximo de zero e o do feijão de inverno, que ficou em -21%. Nesse caso, a receita bruta auferida pelos produtores não foi suficiente para cobrir nem mesmo os desembolsos efetivos incorridos pelos produtores de feijão de inverno irrigado. O feijão das águas obteve um índice de desempenho favorável (33%) levando-se em conta o pequeno número de meses em que o capital de custeio fica imobilizado.

O arroz, para os dois tipos de cultivo, apresentou resultado económico melhor do que na safra passada. A evolução dos preços recebidos pelos produtores, acima dos níveis inflacionários, foi a principal responsável por esta performance do produto. Adiciona-se a esse fato, no caso do arroz irrigado, seu alto nível de produtividade, que resultou em receita líquida bastante elevada, alcançando índice de desempenho de 32%, contra 13% para o arroz de sequeiro.

As culturas dos demais cereais analisados, milho e trigo, obtiveram índices de desempenho económico, em média, de 10% e de 18%, respectivamente. Os preços recebidos pelos produtores, assim como os níveis registrados de produtividade, no Estado, evoluíram satisfatoriamente na safra 1987/88 em relação à safra passada, mas, em contrapartida, os custos de produção aumen

taram de modo mais do que proporcional no mesmo período, levando estas culturas a apresentarem níveis de rentabilidade inferiores, se comparados aos da safra agrícola 1986/87.

Das principais olerícolas cultivadas no Estado, a batata foi a única que apresentou desempenho bastante desfavorável, com resultados econômicos negativos tanto para a safra das águas como para a da seca. Esses resultados são decorrentes dos preços do produto na época da colheita, que ficaram bastante defasados em relação aos custos de produção incorridos durante o ciclo agrícola, notadamente no caso da safra da seca. A produção paulista dessa safra vem diminuindo ano a ano e é de se esperar que se reduza mais ainda no futuro, tendo em vista os altos prejuízos arcados pelos produtores na safra 1987/88. Um dos motivos dos baixos preços alcançados pela batata decorre do tipo de produto, considerado de baixa qualidade no mercado e que vem tendo menor aceitação pelo consumidor.

A cebola e o tomate obtiveram índices de desempenho econômico positivos. A cebola apresentou um índice de 20%, enquanto que no caso do tomate envarado o índice de desempenho foi de 68%, contra 18% do tomate rasteiro.

A cultura da cana-de-açúcar, praticamente, igualou receita bruta ao custo operacional de produção. Na safra passada os preços recebidos pelos produtores desse produto haviam se recuperado. A atual safra, que vem sendo colhida, no entanto, volta a apresentar desempenho econômico semelhante àquele obtido pelos canavicultores durante o Plano Cruzado (1985/86), com evolução pouco favorável do preço, frente a um aumento significativo nos custos de produção.

A mandioca foi, sem dúvida, um dos poucos produtos a alcançar, no ano agrícola 1987/88, resultado econômico altamente compensador. O produtor, que na safra passada não obteve nem mesmo o preço mínimo oficial, conseguiu, na atual, um ganho real de receita, graças à evolução favorável de preço, decorrente do desestímulo em safras anteriores que resultou numa diminuição da área plantada e, conseqüentemente, em menor quantidade do produto, a nível nacional. O índice de desempenho calculado (68%) só não foi maior devido aos aumentos registrados no custo de produção, notadamente na época da colheita, dada a estiagem nas regiões produtoras do Estado, encarecendo o arranquio das raízes.

Das culturas permanentes analisadas, a banana obteve um bom desempenho econômico (42%) índice superior ao da safra passada e ultrapassado apenas pela citricultura que há anos consecutivos vem apresentando excelente resultado econômico. Na safra analisada o índice de desempenho da laranja foi calculado em 68%, mostrando que os produtores, além de cobrirem todo o desembolso efetuado durante o ciclo agrícola, contam com esse percentual da receita bruta para a remuneração dos fatores fixos de produção (terra, capital fixo e empresário).

O resultado econômico do café foi prejudicado, principalmente, pela queda de produtividade, a nível de Estado. Os baixos preços que o produto vem alcançando nos últimos anos, vêm desestimulando o produtor, levando-o à redução dos tratamentos culturais na atual safra, agravada pela estiagem prolongada, afetando os níveis de produtividade dos cafezais. O preço, embora apresente uma retomada de crescimento a partir do ano passado, também não foi suficiente para melhorar a performance geral de rentabilidade, que se mostrou negativa na safra 1987/88.

As demais culturas perenes, uva e chá, apresentaram também receitas negativas, devido à queda dos níveis de produtividade e da evolução dos preços, que não acompanharam os aumentos do custo de produção. A cultura do chá vem sofrendo redução de área devido a preços do produto não remuneradores, que afetam, também, o tratamento dispensado à cultura, influenciando negativamente no nível de produtividade alcançado.

Os resultados econômicos aqui apresentados correspondem a estimativas médias para o Estado de São Paulo, baseadas em planilhas de custos regionais e níveis de produtividade.

No cálculo das estimativas de custos de produção, partiu-se da hipótese de que todo

produtor tem acesso ao crédito de custeio agrícola e que complementa o capital de giro necessário ao custeio com crédito comum, a taxas de juros mais elevadas. Esse procedimento resultou em elevados encargos financeiros, onerando, sobremaneira, os custos de produção das diversas culturas, principalmente daquelas que ficaram sob juros no 1º semestre e início do 2º semestre de 1988. Nesse período, a taxa de inflação cresceu aceleradamente e, portanto, a correção monetária, acarretando, assim, encargos financeiros muito mais elevados para as culturas das safras da seca e inverno e afetando, de um modo geral, os custos das culturas de verão de ciclo mais longo.

Na hipótese alternativa dos produtores se autofinanciarem, da mesma maneira, haveria de se computar, no Custo Operacional Total das diversas culturas, o custo alternativo do capital próprio do produtor agrícola, resultando, praticamente, no mesmo volume de despesas calculado neste trabalho, através do crédito agrícola e crédito complementar.

Nota-se, portanto, que de uma forma ou de outra o que mais onerou os custos de produção agrícola na safra analisada (1987/88) foi o custo do dinheiro, relativo ao capital de giro do custeio agrícola, afetando negativamente os níveis de rentabilidade da agricultura do Estado de São Paulo.

(IEA, 11/10/88)

QUADRO 2.1. - Estimativas de Produção, Preços e Valor Bruto na Agricultura, Estado de São Paulo, 1986/87 e 1987/88

Produto	Quantidade (1.000/t)		Preço (Cz\$/unidade)		Unidade	Valor corrente (Cz\$1.000)		Valor real de 1987/88 ⁽³⁾ (Cz\$1000)
	1986/87	1987/88 ⁽¹⁾	1986/87	1987/88 ⁽²⁾		1986/87	1987/88	
Algodão	540,0	650,3	116,50	729,00	15kg	4.194.000	31.602.150	5.267.383
Amendoim das águas	120,0	110,3	75,00	512,00	sc. 25kg	360.000	2.257.920	376.346
Amendoim da seca	34,3	32,5	131,00	1.483,00	sc. 25kg	179.470	1.927.900	321.339
Arroz	540,0	508,2	180,00	1.295,00	sc. 60kg	1.620.000	10.968.650	1.828.233
Banana	1.140,3	1.057,5	3.450,00	15.000,00	tonelada	3.933.863	15.863.100	2.644.030
Batata das águas	220,2	188,4	304,00	440,00	sc. 60kg	1.115.680	1.381.600	230.282
Batata de inverno	201,0	187,2	417,00	3.300,00	sc. 60kg	1.396.950	10.296.000	1.716.117
Batata da seca	153,6	137,4	509,00	1.702,00	sc. 60kg	1.303.040	3.897.580	649.641
Cafê	759,0	288,0	3.440,00	26.000,00	sc. 60kg	43.516.000	124.800.000	20.801.410
Cana	132.050,0	136.920,0	385,00	1.830,00	tonelada	50.839.250	250.563.600	41.763.440
Cebola de muda	197,8	191,0	2,30	12,50	quilograma	454.940	2.387.500	397.944
Cebola de soqueira	70,5	59,3	3,10	70,00	quilograma	218.488	4.151.000	691.880
Chã	50,0	44,0	3,00	11,00	quilograma	150.000	484.000	80.672
Feijão das águas	106,8	144,0	434,00	1.708,00	sc. 60kg	772.520	4.099.200	683.246
Feijão de inverno	84,0	88,8	1.427,00	6.800,00	sc. 60kg	1.997.800	10.064.000	1.677.447
Feijão da seca	100,5	153,0	1.042,00	4.413,00	sc. 60kg	1.745.350	11.253.150	1.875.653
Laranja	9.561,5	10.102,9	210,00	1.200,00	cx. 40,8kg	49.213.500	297.144.100	49.527.380
Limão	396,2	455,5	178,50	1.020,00	cx. 40,8kg	1.733.244	11.388.250	1.898.171
Mamona	20,5	14,3	7,00	42,00	quilograma	143.500	602.700	100.457
Mandioca	578,3	517,1	700,00	10.048,00	tonelada	404.775	5.196.121	866.079
Milho	3.921,0	3.684,0	121,00	830,00	sc. 60kg	7.907.350	50.962.000	8.494.244
Soja	978,0	1.224,0	287,00	2.690,00	sc. 60kg	4.678.100	54.876.000	9.146.622
Tangerina	479,4	453,3	178,50	1.020,00	cx. 40,8kg	2.097.375	11.332.250	1.888.837
Tomate envarado	404,3	407,5	230,00	1.150,00	cx. 27kg	3.443.611	17.356.480	2.892.944
Tomate rasteiro	320,0	330,0	2,30	15,30	quilograma	736.000	5.048.999	841.557
Trigo	319,8	329,4	580,00	4.300,00	sc. 60kg	3.091.400	23.607.000	3.934.768
Uva de mesa	97,1	92,3	66,00	193,00	cx. 5kg	1.282.116	3.564.324	594.094
Aves de corte	502,0	470,0	23,12	180,00	quilograma	11.606.240	84.600.000	14.100.960
Carne bovina	408,0	379,5	670,00	5.300,00	15kg	18.224.000	134.090.000	22.349.850
Carne suína	91,7	83,5	430,00	3.200,00	15kg	2.628.733	17.813.330	2.969.091
Casulo	5,5	5,7	70,00	510,00	quilograma	385.000	2.907.000	484.533
Leite	1.923,3 ⁽⁴⁾	2.000,0 ⁽⁴⁾	8,33	43,00	litro	16.021.090	86.000.000	14.334.310
Ovos	518,9 ⁽⁵⁾	481,6 ⁽⁵⁾	11,50	95,00	dúzia	5.967.349	45.751.990	7.625.851
Valor total da produção (33 produtos)						243.360.700	1.338.238.000	223.054.800
Valor total da produção sem café (32 produtos)						199.844.800	1.213.438.000	202.253.400
Valor total da produção de origem vegetal (27 produtos)						188.528.300	967.075.600	161.190.200
Valor total da produção de origem vegetal sem café (26 produtos)						145.012.400	842.275.600	140.388.800
Valor total da produção de origem animal (6 produtos)						54.832.410	371.162.300	61.864.590
Valor total da produção a preços de 1986/87						243.360.700	221.102.500	-

(1) 5ª estimativa de safra, junho de 1988.

(2) Estimativas preliminares baseadas em informações disponíveis até setembro de 1988.

(3) O deflator utilizado é o Índice Geral de Preços (Índice "2") da Fundação Getúlio Vargas. O período de comparação é outubro-setembro. A base do índice é a média desse período em 1986/87.

(4) Milhão de litros.

(5) Milhão de dúzias.

Fonte: Elaborado a partir de dados básicos do Instituto de Economia Agrícola e da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI).

QUADRO 2.2. - Evolução Percentual da Quantidade Produzida, Preços Recebidos e Valor da Produção, Estado de São Paulo, 1987/88

(em porcentagem)

Produto	Quantidade ⁽¹⁾	Preço ⁽²⁾		Valor da produção	
		Corrente	Real ⁽³⁾	Corrente	Real ⁽³⁾
Algodão	20,42	525,75	4,30	653,51	25,59
Amendoim das águas	-8,13	582,67	13,79	527,20	4,54
Amendoim da seca	-5,11	1.032,06	88,69	974,22	79,05
Arroz	-5,89	619,44	19,92	577,08	12,85
Banana	-7,25	334,78	-27,53	303,24	-32,79
Batata das águas	-14,44	44,74	-75,88	23,83	-79,36
Batata de inverno	-6,87	691,37	31,90	637,03	22,85
Batata da seca	-10,55	234,38	-44,27	199,11	-50,14
Café	-62,06	655,81	25,98	186,79	-52,20
Cana	3,69	375,32	-20,77	392,85	-17,85
Cebola de muda	-3,44	443,48	-9,41	424,79	-12,53
Cebola de soqueira	-15,86	2.158,06	276,37	1.799,88	216,67
Chá	-12,00	266,67	-38,88	222,67	-46,22
Feijão das águas	34,83	293,55	-34,40	430,63	-11,56
Feijão de inverno	5,71	376,52	-20,57	403,75	-16,04
Feijão da seca	52,24	323,51	-29,41	544,75	7,47
Laranja	5,66	471,43	-4,76	503,79	0,64
Limão	14,98	471,43	-4,76	557,05	9,52
Mamona	-30,00	500,00	0,01	320,00	-30,00
Mandioca	-10,57	1.335,43	139,25	1.183,71	113,97
Milho	-6,04	585,95	14,33	544,49	7,42
Soja	25,15	837,28	56,22	1.073,04	95,52
Tangerina	-5,45	471,43	-4,76	440,31	-9,94
Tomate envarado	0,80	400,00	-16,66	404,02	-15,99
Tomate rasteiro	3,13	565,22	10,88	586,01	14,34
Trigo	3,00	641,38	23,57	663,63	27,28
Uva de mesa	-4,93	192,42	-51,26	178,00	-53,66
Aves de corte	-6,37	678,55	29,77	628,92	21,49
Carne bovina	-6,99	691,04	31,85	635,79	22,64
Carne suína	-8,94	644,19	24,04	577,64	12,95
Casuão	3,64	628,57	21,44	655,06	25,85
Leite	3,99	416,21	-13,96	436,79	-10,53
Ovos	-7,19	726,09	37,69	666,71	27,79

⁽¹⁾ 5ª estimativa da safra, junho de 1988.

⁽²⁾ Estimativa preliminar baseada em informações disponíveis até setembro de 1988.

⁽³⁾ Deflator estimado em função da variação do Índice Geral de Preços (Índice "2") da Fundação Getúlio Vargas, no período outubro-setembro de 1986/87 e 1987/88. A base do índice é a média desse período em 1986/87.

Fonte: Elaborado a partir de dados básicos do Instituto de Economia Agrícola (IEA) e da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI).

QUADRO 2.3. - Área Plantada e Rendimento Médio dos Principais Produtos Vegetais da Agricultura Paulista, 1986/87 e 1987/88

Produto	Área (1.000ha)			Rendimento médio (kg/ha)		
	1986/87	1987/88 ⁽¹⁾	Evolução percentual	1986/87	1987/88 ⁽¹⁾	Evolução percentual
Algodão	325,30	349,25	7,36	1.660	1.862	12,17
Amendoim das águas	91,70	55,03	-40,00	1.309	2.003	53,02
Amendoim da seca	25,70	21,70	-15,56	1.333	1.498	12,38
Arroz	299,10	271,20	-9,33	1.805	1.874	3,82
Banana ⁽²⁾	52,41	51,65	-1,45	22.995	21.609	-6,03
Batata das águas	12,10	10,66	-11,90	18.198	17.674	-2,88
Batata de inverno	9,80	8,89	-9,28	20.510	21.057	2,67
Batata da seca	8,10	7,18	-11,36	18.963	19.136	0,91
Café ⁽²⁾	841,73	732,77	-12,94	999	439	-56,06
Cana-de-açúcar ⁽²⁾	2.057,40	2.075,75	0,89	75.341	77.373	2,70
Cebola de muda	12,20	11,06	-9,34	16.213	17.269	6,51
Cebola de soqueira	4,50	4,42	-1,78	15.662	13.416	-14,34
Chá	5,50	5,20	-5,45	9.090	8.460	-6,93
Feijão das águas	196,40	161,30	-17,87	544	893	64,15
Feijão de inverno	95,30	88,55	-7,08	881	1.003	13,85
Feijão da seca	160,90	178,20	10,75	625	859	37,44
Laranja ⁽²⁾	723,70	786,30	8,65	16.086	15.643	-2,75
Limão ⁽²⁾	26,77	31,00	15,80	21.006	21.041	0,17
Mamona	16,10	11,96	-25,71	1.273	1.200	-5,73
Mandioca ⁽²⁾	41,53	39,06	-5,95	21.181	22.223	4,92
Milho	1.464,90	1.285,30	-12,26	2.677	2.866	7,06
Soja	459,30	534,60	16,39	2.129	2.290	7,56
Tangerina ⁽²⁾	22,82	22,32	-2,19	22.785	22.004	-3,43
Tomate envarado	8,10	8,22	1,48	49.907	49.574	-0,66
Tomate rasteiro	8,90	9,18	3,15	35.955	35.948	-0,02
Trigo	180,00	193,60	7,55	1.777	1.701	-4,28
Uva de mesa ⁽²⁾	8,06	8,11	0,62	12.640	12.034	-4,79
Área total	7.158,32	6.962,46	-2,74	-	-	-
Área total sem café	6.316,59	6.229,69	-1,38	-	-	-
Área de produtos de alimentação	2.509,89	2.284,93	-8,96	-	-	-
Área de produtos ex portáteis	4.087,63	4.134,62	1,15	-	-	-

⁽¹⁾ 5ª estimativa de safra, junho de 1988.

⁽²⁾ Rendimento calculado com base na área em produção.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA) e Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI).

QUADRO 2.4.- Estimativa de Resultado Económico por Hectare e por Unidade de Produção, Oleaginosas, Estado de São Paulo, 1987/88

(em cruzado)

Cultura	Rendimento (1)		Receita bruta		Custo operacional		Receita líquida (2)		Receita líquida Receita bruta x 100
	Por ha	Unidade	Por ha	Por unidade	Por ha	Por unidade	Por ha	Por unidade	
Algodão	124	15kg	90.396,00	729,00	88.000,00	710,00	2.396,00	19,00	3
Amendoim das águas (3)	83	sc,25kg	42.496,00	512,00	50.952,00	514,00	-8.456,00	-102,00	-20
Amendoim da seca (3)	62	sc,25kg	91.946,00	1.483,00	114.774,00	1.851,00	-22.828,00	-368,00	-25
Mamona	24	sc,50kg	50.400,00	2.100,00	43.441,00	1.810,00	6.959,00	290,00	14
Soja	38	sc,60kg	100.700,00	2.650,00	24.608,00	648,00	76.092,00	2.002,00	76

(1) Rendimento estimado para o Estado de São Paulo, ano agrícola 1987/88, baseado no 5o. Levantamento de Previsão de Safras do IEA-CATI.

(2) Receita líquida = receita bruta menos custo operacional.

(3) No caso do amendoim utilizou-se a média dos rendimentos estimados para as regiões de Marília e Ribeirão Preto na safra das águas e para a região de Marília na safra da seca.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

QUADRO 2.5.-Estimativa de Resultado Econômico por Hectare e por Unidade de Produção, Cereais, Estado de São Paulo, 1987/88

(em cruzado)

Cultura	Rendimento (1)		Receita bruta		Custo operacional		Receita líquida (2)		Receita líquida Receita bruta x 100
	Por ha	Unidade	Por ha	Por unidade	Por ha	Por unidade	Por ha	Por unidade	
Arroz irrigado	68	sc.60kg	88.060,00	1.295,00	60.025,00	883,00	28.035,00	412,00	32
Arroz de sequeiro	31	sc.60kg	40.145,00	1.295,00	35.089,00	1.132,00	5.056,00	163,00	13
Feijão das águas	15	sc.60kg	25.620,00	1.708,00	17.093,00	1.140,00	8.527,00	568,00	33
Feijão da seca	14	sc.60kg	61.782,00	4.413,00	62.234,00	4.445,00	-452,00	-32,00	0
Feijão de inverno irrigado (3)	27	sc.60kg	183.600,00	6.800,00	222.094,00	8.226,00	-38.494,00	-1.426,00	-21
Milho	48	sc.60kg	39.840,00	830,00	36.013,00	750,00	3.827,00	80,00	10
Trigo (3)	32	sc.60kg	137.600,00	4.300,00	112.854,00	3.527,00	24.746,00	773,00	18

(1) Rendimento estimado para o Estado de São Paulo, ano agrícola 1987/88, baseado no 5o. Levantamento de Previsão de Safras do IEA/CAII.

(2) Receita líquida = receita bruta menos custo operacional.

(3) Nos casos do feijão de inverno irrigado e do trigo utilizou-se o rendimento fornecido pela DIRA de São José do Rio Preto e do Departamento de Comercialização do Trigo (CTRIN) do Banco do Brasil S.A., respectivamente.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

QUADRO 2.6.-Estimativa de Resultado Econômico por Hectare e por Unidade de Produção, Batata, Cana-de-Açúcar, Cebola, Mandioca e Tomate, Estado de São Paulo, 1987/88

(em cruzado)

Cultura	Rendimento (1)		Receita bruta		Custo operacional		Receita líquida (2)		Receita líquida Receita bruta x 100
	Por ha	Unidade	Por ha	Por unidade	Por ha	Por unidade	Por ha	Por unidade	
Batata das águas (3)	336	sc.60kg	252.000,00	750,00	312.702,00	931,00	-60.702,00	-181,00	-24
Batata da seca (3)	334	sc.60kg	568.468,00	1.702,00	1.281.828,00	3.838,00	-713.360,00	-2.136,00	-125
Cana-de-açúcar	77	t	140.910,00	1.830,00	140.181,00	1.821,00	729,00	9,00	0
Cebola de muda	384	sc.45kg	216.192,00	563,00	169.712,00	442,00	46.480,00	121,00	21
Cebola de bulbinho	298	sc.45kg	938.700,00	3.150,00	746.619,00	2.505,00	192.081,00	645,00	20
Mandioca	25	t	251.200,00	10.048,00	81.072,00	3.243,00	170.128,00	6.805,00	68
Tomate envarado	1.836	cx.27kg	2.111.400,00	1.150,00	683.492,00	372,00	1.427.908,00	778,00	68
Tomate rasteiro irrigado	35.948	kg	550.004,00	15,30	452.410,00	12,59	97.594,00	2,71	18

(1) Rendimento estimado para o Estado de São Paulo, ano agrícola 1987/88, baseado no 5o. Levantamento de Previsão de Safras do IEA-CATII.

(2) Receita líquida = receita bruta menos custo operacional.

(3) No caso da batata utilizou-se o rendimento estimado para a DIRA de Sorocaba.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

QUADRO 2.7.- Estimativa de Resultado Econômico por Hectare e por Unidade de Produção, Culturas Perenes, Estado de São Paulo, 1987/88

(em cruzado)

Cultura	Rendimento (1)		Receita bruta		Custo operacional		Receita líquida (2)		Receita líquida
	Por ha	Unidade	Por ha	Por unidade	Por ha	Por unidade	Por ha	Por unidade	Receita bruta x 100
Banana	31,7	t	475.500,00	15.000,00	275.833,00	8.701,00	199.667,00	6.299,00	42
Café	7,8	sc,60kg	202.800,00	26.000,00	231.284,00	29.652,00	-28.484,00	-3.652,00	-14
Laranja	406	cx,40,8kg	487.200,00	1.200,00	158.278,00	390,00	328.922,00	810,00	68
Uva niágara	2.170,00	cx,5kg	418.810,00	193,00	469.843,00	217,00	-51.033,00	-24,00	-12
Chá da Índia	8.462	kg	93.082,00	11,00	259.267,00	31,00	-166.185,00	-20,00	-181

(1) Rendimento estimado para o Estado de São Paulo, ano agrícola 1987/88, baseado no 5o. Levantamento de Previsão de Safras do IEA-CATI.

(2) Receita líquida = receita bruta menos custo operacional.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

**estimativa de custo operacional
de produção da safra agrícola 1988-89**

3

3 - ESTIMATIVA DE CUSTO OPERACIONAL DE PRODUÇÃO DA SAFRA AGRÍCOLA 1988/89

O Instituto de Economia Agrícola (IEA) elabora anualmente, nos meses que antecedem o plantio no Estado de São Paulo, estimativas de custo de produção das principais explorações agrícolas, selecionadas por sua participação no valor agregado da agricultura do Estado.

Essas estimativas têm como objetivo subsidiar as autoridades governamentais, não são no estabelecimento dos Valores Básicos de Custeio (VBC) e Preços Mínimos no início do ano agrícola, como também dar continuidade a uma série, que permita a comparação da evolução desses valores com a evolução dos custos de produção, propriamente ditos. Têm sido úteis, também, a todos os agentes envolvidos com o setor agrícola: produtores, bancos e entidades financeiras, agroindústria, firmas de avaliação e planejamento, extensionistas e pesquisadores.

A metodologia que vem sendo adotada no cálculo das estimativas é a de Custo Operacional de Produção, que engloba os desembolsos realizados pelos produtores durante o ciclo produtivo com sementes, adubos e corretivos, defensivos e herbicidas, mão-de-obra, combustíveis e lubrificantes, alugueis, tarefas empreitadas e juros bancários, além das despesas indiretas referentes a benfeitorias específicas e à depreciação do maquinário e de culturas perenes.

As matrizes de coeficientes técnicos de uso de insumos em cada exploração em particular, que servem de base de cálculo para as estimativas de custo, representam uma aproximação da combinação das práticas agrícolas utilizadas pelos produtores do Estado de São Paulo. Os dados que dão origem a essas matrizes são levantados junto a produtores e sofrem revisões periódicas, notadamente nos itens referentes ao tipo e quantidade de insumos. A cada nova estimativa os preços de todos os itens são levantados nos mercados de insumos da capital e no interior do Estado, com auxílio dos técnicos da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI).

Nos últimos anos, as estimativas de custo das culturas das águas e perenes vêm sendo elaboradas com base nos preços de maio ou junho e divulgadas em julho ⁽¹⁾. Tendo em vista os elevados níveis mensais de inflação nos últimos meses, optou-se por reestimar os custos, a preços de agosto, para a divulgação no presente documento.

Desse modo, os preços para as estimativas ora divulgadas referem-se aos praticados em agosto de 1988, especificamente, até o dia 20 do mês, e foram apropriados segundo os critérios a seguir:

a) Mão-de-obra: os salários utilizados nas estimativas de custo foram levantados em agosto ,

⁽¹⁾ Revista Informações Econômicas nº 7.

nas principais regiões produtoras. O valor da mão-de-obra comum representa a média ponderada dos salários das categorias mensalistas comuns, diaristas e volantes de cada Divisão Regional Agrícola (DIRA). Para tratorista, as diárias foram calculadas com base nos salários dessa categoria, vigentes nas diversas regiões no mês de referência. Para as culturas que têm tarefas empreitadas, os valores estimados referem-se aos de agosto, a partir dos dados levantados nas regiões produtoras.

b) Sementes e mudas: os preços de sementes de algodão e arroz referem-se aos comercializados pela CATI. Nas estimativas de custo de algumas regiões produtoras de algodão foi acrescido o custo do tratamento de sementes, uma vez que essa prática vem ocorrendo de alguns anos para cá. Para milho e soja os preços foram coletados em firmas particulares e cooperativas. Os preços das sementes de amendoim e feijão foram calculados a partir dos preços do grão comum. Para as demais sementes e para mudas os preços correspondem aos levantados nas regiões produtoras.

c) Fertilizantes e defensivos: os preços de fertilizantes e defensivos representam preços à vista, a nível de consumidor, e foram coletados nas firmas que produzem e comercializam esses produtos. No caso dos fertilizantes acresceu-se um valor de Cz\$4.950,00 por tonelada referente ao frete de transporte, calculado para uma distância média para o Estado de São Paulo. Para o calcário, considerou-se o preço médio das fontes produtoras, acrescido do frete de transporte para cada uma das regiões do Estado, em particular.

d) Máquinas e implementos: considerou-se no cálculo do custo diário de máquinas e implementos as despesas com combustíveis e lubrificantes, filtros, reparos, seguro e garagem. Esses três últimos itens, que fazem parte do custo operacional da máquina, são calculados com base num percentual a partir do preço da maquinaria nova (em agosto). A depreciação diária é estimada pelo método linear, considerando-se a vida útil da máquina, o número estimado de dias de uso anual e seu valor residual (sucata).

e) Juros bancários: os juros de custeio foram computados no custo operacional tendo por hipótese que todos os produtores têm acesso ao crédito oficial de financiamento, pagando taxa de juros de 9% a.a. que corresponde ao custo do dinheiro para um produtor agrícola médio, de acordo com as normas vigentes do crédito de custeio.

Os juros foram calculados sobre 50% do custo operacional efetivo estimado, considerando-se o número de meses referente ao ciclo produtivo de cada cultura, acrescido de um a dois meses, correspondentes à comercialização dos produtos. Esse procedimento decorre das normas do crédito de custeio, cuja liberação é realizada em três parcelas durante o ciclo produtivo e permitindo que o produtor tenha um tempo adicional, após a colheita, para a comercialização da safra.

As estimativas de custo operacional de produção das culturas selecionadas são apresentadas em Obrigações do Tesouro Nacional (OTNs) correspondentes a cruzado de agosto (quadros 3.1, 3.2, 3.3 e 3.4).

Com relação às estimativas de maio de 1988, os custos das diversas culturas ora estimados, a preços de agosto, apresentam variação média de 58%. Neste mesmo período, a variação da OTN foi de 75%. Antes de qualquer conclusão a respeito desses dados, duas ressalvas devem ser feitas.

Primeiramente, deve-se considerar que a coleta de preços de insumos referentes a agosto deixou de captar importantes aumentos que ocorreram após o dia 20, uma vez que o levantamento de preços realizou-se do dia 1º ao dia 20 do mês, refletindo, em alguns casos, preços efetivos de parte do mês de julho e parte do mês de agosto.

No caso de defensivos, os preços apropriados nas estimativas refletem os relativos ao intervalo de 22/7 a 25/8. No caso de adubos, os preços refletem os reajustes autorizados no período que vai de 19/8 a 29/8, enquanto os de combustíveis representam os preços praticados entre 30/7 a 23/8. As datas mencionadas correspondem às Resoluções do Conselho Interministerial de Preços (CIP) para majoração de preços de adubos e defensivos e do Conselho Nacional do Petróleo (CNP) para a majoração de preço do óleo diesel. Dessa maneira, os defensivos e o óleo diesel apresentaram acréscimos de preços, em média, de 40% e 47%, respectivamente, no período, abaixo do percentual de variação da OTN. Já os adubos tiveram uma evolução de preços de 86%, em média, percentual bem superior à variação da OTN.

Um segundo aspecto que merece ser abordado é o referente à apropriação dos preços do maquinário agrícola, que nas estimativas realizadas em maio foi feita de acordo com as listas de preços das revendedoras, não se considerando os descontos que vêm sendo concedidos para pagamento à vista. Já nestas estimativas de agosto, o desconto, que girava em torno de 20%, foi considerado. Isto de certa forma influenciou no percentual de evolução das estimativas de custo dos produtos selecionados no período de maio a agosto deste ano. O cálculo efetuado com base nesses parâmetros mostrou uma evolução nos preços de máquinas automotrizes, em torno de 65%. No caso do fator mão-de-obra, os salários sofreram acréscimos de 70%, em média.

Numa análise comparativa das estimativas de custo operacional de produção calculadas a preços de agosto/88 e referentes à safra agrícola 1988/89, em relação às estimativas a preços de outubro/87, referentes à safra 1987/88, observa-se variação média de 385%, frente à variação de 367% da OTN, no mesmo período.

As máquinas automotrizes apresentaram reajustes de preços em torno de 500%, no mesmo período, o óleo diesel de 400% e os defensivos de 358%, índices esses que subiriam um pouco mais, não fossem as limitações na apropriação de preços desses insumos em agosto de 1988, já descritas.

Os principais adubos utilizados nas estimativas de custo tiveram acréscimos de preços em torno de 390%, de outubro/87 a agosto/88, e os salários da mão-de-obra rural, de 320%.

As participações percentuais por item de gastos nos diversos insumos no custo operacional total evidenciam algumas alterações em relação à safra passada (quadro 3.5).

De modo geral, a participação do item mão-de-obra diminuiu nas últimas estimativas de custo. Com exceção do feijão, tração animal (TA), com parcela significativa de gastos com mão-de-obra (40%), em todos os demais cultivos que, tradicionalmente, têm grande participação desse item de custo, como mandioca, café e tomate envarado, ocorrem níveis inferiores de participação em relação às estimativas de custo da safra 1987/88.

Por outro lado, o item relativo aos gastos com máquinas (operação de máquinas mais depreciação) aumentou sua participação em relação à safra passada, principalmente, devido aos reajustes de preços de máquinas e implementos agrícolas registrados no último ano. As culturas com maiores percentuais desses gastos são as do arroz, milho (TM) e soja, observando-se que todas aquelas que utilizam tração motomecanizada têm elevados índices de participação nos respectivos custos operacionais totais.

O que se observa na agricultura é que, com exceção de poucos sindicatos que vêm obtendo conquistas em suas reivindicações salariais, notadamente, aqueles ligados às culturas da cana-de-açúcar e laranja, os reajustes dos salários rurais vêm perdendo dos índices de inflação.

Os preços de sementes de milho, soja e de mudas de mandioca dispararam no início deste ano agrícola, em virtude de expectativas otimistas em relação à safra vindoura, fazendo com que as participações do item semente/muda no custo operacional total se destacassem nes

ses casos se comparadas à safra passada: 22% para a soja, 11 a 12% para o milho e 20% para a mandioca. A batata continuou a apresentar alto percentual de participação (28%).

Os adubos, à semelhança de anos anteriores, apresentaram as maiores participações em termos de gastos nos custos operacionais totais dos produtos analisados, enquanto os defensivos têm destaque no caso da laranja, com 23%.

No caso da maioria das culturas em que predominam colheitas empreitadas, o item "em preita" apresenta percentuais elevados, casos de algodão (média de 19%), café (média de 13%), cana-de-açúcar (16%) e mandioca (20%).

Os encargos financeiros apresentam pequena participação nos custos. Esse resultado decorre da opção metodológica adotada, que considera somente juros reais do custeio agrícola, na medida em que toma um único mês como base de referência para os preços dos insumos e da mão-de-obra. Esse procedimento permitiu que os valores das estimativas de custo de produção fossem transformados em OTN de agosto, possibilitando atualização aproximada dos custos de produção no decorrer do ano agrícola 1988/89.

(IEA, 26/09/88)

QUADRO 3.1.- Estimativa de Custo Operacional de Produção de Oleaginosas, por Tipo de Tecnologia e DIRA, por Hectare e por Unidade Produzida, Estado de São Paulo, 1988/89

(em DTN)

Cultura, tecnologia e DIRA (1)	Produtividade		Mão-de-obra	Semente ou muda	Adubo e corretivo	Defensivo e herbicida	Operação de máquinas (2)	Outros (3)	Colheita empilhada	Depreciação (4)	Encargos financeiros de custeio	Custo por hectare	Custo por unidade produzida
	Por ha	Unidade											
Algodão (TM) (DIRA de Ribeirão Preto)	165	15kg	4,26	3,81	23,32	11,43	12,64	1,51	20,81	6,18	2,86	86,82	0,52
Algodão (TMA) (DIRA de Sorocaba)	100	15kg	3,94	2,12	13,96	5,46	9,27	1,51	7,57	4,45	1,59	49,87	0,49
Algodão (TM) (DIRA de Campinas)	145	15kg	3,67	3,65	21,44	5,31	14,28	1,51	14,53	6,79	2,36	73,54	0,50
Algodão (TM) (DIRA de Campinas (5))	145	15kg	3,95	3,65	24,16	8,88	15,21	1,51	14,53	7,23	2,64	81,76	0,56
Algodão (TM) (DIRA de Aracatuba)	100	15kg	4,23	2,14	9,03	4,41	10,35	2,10	10,09	4,94	1,53	48,82	0,48
Amendoim das águas (TM) (DIRA de Marília)	79	sc.25kg	6,65	5,96	7,56	7,72	16,16	6,38	-	8,11	1,32	59,86	0,75
Amendoim das águas (TM) (DIRA de Ribeirão Preto)	90	sc.25kg	12,29	6,21	9,58	10,19	10,50	7,26	-	5,37	1,47	62,87	0,69
Mamona (TMA) (DIRA de Presidente Prudente)	20	sc.60kg	10,82	0,12	5,67	0,07	6,45	-	-	3,21	1,22	27,56	1,37
Soja (TM) (DIRA de Ribeirão Preto)	30	sc.60kg	1,53	6,66	9,17	2,09	6,87	-	-	3,39	0,69	30,40	1,01

(1) Tecnologia utilizada: TM = tração motomecanizada; TMA = tração motomecanizada e animal; TA = tração animal.

(2) Foram incluídos: reparos de máquinas, combustível, lubrificantes, etc e tração animal.

(3) Foram incluídos: seguro obrigatório e desbaste para o algodão; transporte da produção e sacaria para o amendoim.

(4) Somente do capital em máquinas e animais de trabalho.

(5) O item de custo referente a defensivos baseou-se nas recomendações da CATI/SA para o combate ao "bicudo".

QUADRO 3.2.- Estimativa de Custo Operacional de Produção de Cereais, por Tipo de Tecnologia e DIRA, por Hectare e por Unidade Produzida. Estado de São Paulo, 1988/89

(em DTH)

Cultura, tecnologia e DIRA (1)	Produtividade		Mão-de-obra	Semente ou muda	Adubo e corretivo	Defensivo e herbicida	Operação de máquinas (2)	Outros (3)	Colheita empreitada	Depreciação (4)	Encargos financeiros de custeio	Custo por hectare	Custo por unidade produzida
	Por ha	Unidade											
Arroz irrigado (TM) (DIRA do Vale do Paraíba)	55	sc.60kg	7,17	7,04	10,48	8,59	15,05	6,27	-	7,54	1,58	63,72	1,16
Arroz de sequeiro (TM) (DIRA de Ribeirão Preto)	27	sc.60kg	2,84	2,35	10,62	0,07	7,99	2,04	2,44	3,88	0,85	33,08	1,23
Feijão das águas (TA) (DIRA de Sorocaba)	10	sc.60kg	6,18	2,90	3,78	0,77	0,25	0,76	-	0,54	0,27	15,45	1,54
Feijão das águas (TMA) (DIRA de Sorocaba)	16	sc.60kg	4,41	2,90	14,16	4,72	7,55	1,21	-	3,69	0,65	39,29	2,46
Milho (TM) (DIRA de Ribeirão Preto)	60	sc.60kg	1,59	3,19	12,03	0,74	8,37	1,51	-	4,18	1,03	32,64	0,55
Milho (TMA) (DIRA de Sorocaba)	45	sc.60kg	4,10	3,22	7,92	-	5,34	3,41	-	2,65	0,90	27,54	0,62
Milho (TM) (DIRA de Sorocaba)	50	sc.60kg	1,15	3,30	9,10	-	7,00	3,79	-	3,45	0,91	28,70	0,58

(1) Tecnologia utilizada: TM = tração motomecanizada; TMA = tração motomecanizada e animal; TA = tração animal.

(2) Foram incluídos: reparos de máquinas, combustível, lubrificantes, etc e tração animal.

(3) Foram incluídos: sacaria, taxa de polder para o arroz irrigado e transporte, feito por empreita, de produção de milho.

(4) Somente do capital em máquinas e animais de trabalho.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

QUADRO 3.3.-Estimativa de Custo Operacional de Produção de Batata, Cana-de-Açúcar, Cebola, Mandioca e Tomate Envarado, por Tipo de Tecnologia e DIRA, por Hectare e por Unidade Produzida, Estado de São Paulo, 1988/89
(em OTM)

Cultura, tecnologia e DIRA (1)	Produtividade		Mão-de-obra	Semente ou muda	Adubo e corretivo	Defensivo e herbicida	Operação de máquinas (2)	Outros (3)	Colheita empreitada	Depreciação (4)	Encargos financeiros de custeio	Custo por hectare	Custo por unidade produzida
	Por ha	Unidade											
Batata das Águas (TM) (DIRA de Sorocaba)	413	sc.60kg	14,80	121,97	108,47	43,59	63,09	33,33	-	37,83	8,67	431,75	1,04
Cana-de-Açúcar (Nova) (TM) (DIRA de Ribeirão Preto)(5)	100	t	8,54	31,90	25,02	8,31	34,56	-	18,01	18,08	8,53	152,95	1,52
Cana-de-Açúcar (Soca) (TM) (DIRA de Ribeirão Preto)	78	t	3,63	-	12,13	5,89	13,77	-	13,42	7,01	2,20	58,05	0,74
Cana-de-Açúcar (Ressoca) (TM) (DIRA de Ribeirão Preto)	60	t	3,32	-	12,13	5,89	12,64	-	10,32	6,47	1,99	52,76	0,80
Cana-de-Açúcar (Nova) (TM) (DIRA de Campinas)	95	t	7,49	21,09	24,99	9,67	31,62	-	17,35	15,11	7,57	134,89	1,42
Cana-de-Açúcar (Soca) (TM) (DIRA de Campinas)	62	t	3,38	-	13,10	4,35	12,04	-	10,82	5,65	1,97	51,31	0,83
Cana-de-Açúcar (Ressoca) (TM) (Dira de Campinas)	52	t	3,18	-	13,10	4,35	10,69	-	9,08	5,02	1,82	47,24	0,91
Cebola de muda (TM) (DIRA de Sorocaba)	420	sc.45kg	29,13	27,44	58,10	18,23	45,28	27,55	11,14	31,85	5,71	254,73	0,61
Mandioca (TMA) (DIRA de Marília)	20	t	8,96	8,20	7,69	0,04	0,26	4,54	8,07	0,14	2,55	40,45	2,03
Tomate Envarado (TMA) (DIRA de Sorocaba)	2089	cx.	169,25	4,74	210,84	104,31	99,78	256,72	-	77,44	19,03	942,11	0,45

(1) Tecnologia utilizada: TM = tração motomecanizada; TMA = tração motomecanizada e animal; TA = tração animal.

(2) Foram incluídos: reparos de máquinas, combustível, lubrificantes, etc e tração animal.

(3) Foram incluídos: sacaria para a batata e cebola; embalagem e outros insumos para o tomate; as operações de aração e gradeação realizadas por empreita para a mandioca.

(4) Somente do capital em máquinas e animais de trabalho.

(5) Cultura de ano e meio.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

QUADRO 3.4.-Estimativa de Custo Operacional de Produção de Culturas Perenes, por Tipo de Tecnologia e DIRA, por Hectare e por Unidade Produzida, Estado de São Paulo, 1988/89

(em BTN)

Cultura, tecnologia e DIRA (1)	Produtividade		Mão-de-obra	Semente ou muda	Adubo e corretivo	Defensivo e herbicida	Operação de máquinas (2)	Outros (3)	Colheita empreitada	Depreciação (4)	Encargos financeiros de custeio	Custo por hectare	Custo por unidade produzida
	Por ha	Unidade											
Banana de morro (DIRA do Litoral)	24	t	38,29	-	68,73	20,24	0,99	2,12	-	-	6,84	137,21	5,72
Banana de várzea (TM) (DIRA do Litoral)	30	t	29,06	-	68,73	37,27	20,87	3,00	-	9,79	8,34	177,06	5,91
Café (TM) (DIRA de Ribeirão Preto)	12	sc.60kg	26,26	-	51,07	5,53	19,94	3,14	17,55	8,91	5,56	137,96	11,50
Café (TMA) (DIRA de Campinas)	12,20	sc.60kg	15,80	-	45,36	7,38	15,26	1,25	16,15	8,32	4,55	114,07	9,35
Café (TM) (DIRA de Bauru)	10	sc.60kg	16,45	-	28,04	5,53	20,56	2,95	11,80	9,15	3,84	98,32	9,84
Laranja em produção (TM) (Estado de São Paulo)(5)	540	cx.40,8kg	6,07	-	27,19	17,73	11,41	-	-	12,61	2,81	77,82	0,15
Chá da Índia em produção(TM) (DIRA do Litoral)	11.200	kg	47,95	-	61,06	3,56	48,06	1,32	-	27,21	7,29	196,45	0,02

(1) Tecnologia utilizada: TM = tração motomecanizada; TMA = tração motomecanizada e animal; TA = tração animal.

(2) Foram incluídos: reparos de máquinas, combustível, lubrificantes, etc e tração animal.

(3) Outros insumos: transporte de cascalho para a banana.

(4) Inclui também depreciação do pomar com base no custo de formação.

(5) Representa média ponderada entre as estimativas de custo das regiões de São José do Rio Preto, Ribeirão Preto e Campinas.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

QUADRO 3.5.-Participação dos Itens Componentes das Estimativas de Custo Operacional, Principais Culturas, por Tipo de Tecnologia, Estado de São Paulo, 1988/89
(em percentagem)

Cultura e Tecnologia (1)	Mão-de-obra	Semente ou muda	Adubo e corretivo	Defensivos	Operação de máquinas	Colheita empreitada	Outros (2)	Juros bancários custeio	Depreciação de máquinas (3)	Total
Algodão (TMA)	8	4	28	11	18	15	3	5	8	100
Algodão (TM)	6	5	26	10	18	22	2	3	8	100
Amendoia (TM)	15	10	14	15	22	-	11	2	11	100
Arroz Irrigado (TM)	11	11	16	14	24	-	10	2	12	100
Arroz de Sequeiro (TM)	9	7	32	-	24	7	6	3	12	100
Batata (TM)	3	28	25	10	15	-	8	2	9	100
Café (TMA)	14	-	40	7	13	14	1	4	7	100
Café (TM)	18	-	33	5	17	12	3	4	8	100
Cana-de-Açúcar (TM) (4)	6	12	19	7	23	16	-	5	12	100
Cebola de muda (TM)	11	11	23	7	18	4	11	2	13	100
Feijão (TA)	40	19	24	5	2	-	5	2	3	100
Feijão (TMA)	11	7	36	12	19	-	3	2	10	100
Laranja produção (TM)	8	-	35	23	15	-	-	3	16	100
Mandioca (TMA)	22	20	19	-	1	20	11	6	1	100
Milho (TMA)	15	12	29	-	19	-	12	3	10	100
Milho (TM)	4	11	35	1	25	-	9	3	12	100
Soja (TM)	5	22	30	7	23	-	-	2	11	100
Tomate envarado (TMA)	18	1	22	11	11	-	27	2	8	100

(1) Tecnologia utilizada: TM = tração motomecanizada; TMA = tração motomecanizada e animal; TA = tração animal.

(2) Incluído: desbaste e seguro obrigatório do algodão; taxa de polder para arroz irrigado; aração e gradeação para a mandioca; transporte da produção para o amendoim e milho; sacaria e embalagens; demais insumos.

(3) Inclui depreciação do pomar para a laranja.

(4) Cana nova, cana 2o. corte e cana 3o. corte, DIRA de Ribeirão Preto.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

mercado de fatores 4

4 - MERCADO DE FATORES

DEFENSIVOS

Em 1986, as mudanças nos rumos da política econômica com a implementação do choque heterodoxo (Plano Cruzado) no final de fevereiro, juntamente com o incentivo aos produtores rurais, através do Plano de Metas para o setor agrícola, anunciado no meio do ano, tiveram importantes reflexos sobre o setor de defensivos agrícolas, pois alteravam de maneira significativa o comportamento da demanda desse insumo em curto espaço de tempo, resultando no rápido esgotamento dos estoques dos revendedores e principalmente das indústrias, que passaram a enfrentar sérias dificuldades para organizar sua programação de produção.

O setor de defensivos, antes do início do congelamento geral de preços na economia, se encontrava pleiteando junto ao Conselho Interministerial de Preços (CIP) reajuste médio de 40% nos preços de venda aos consumidores, sob a alegação de que se encontravam defasados em relação aos custos de produção, afetando a rentabilidade do setor. Esse problema foi parcialmente contornado, graças a dois fatores: a) o congelamento da taxa de câmbio atuou como redutor nos custos em cruzados das matérias-primas importadas; e b) o aquecimento da demanda no mercado interno elevou consideravelmente o volume de vendas, compensando os baixos preços praticados naquele momento.

Contudo, o principal ponto de estrangulamento para a expansão da oferta de defensivos, em 1986, foi a demora da Carteira de Comércio Exterior (CACEX) na liberação das guias de importação, cujo valor total foi fixado em apenas US\$200 milhões, enquanto que a Associação Nacional de Defensivos Agrícolas (ANDEF) pleiteava US\$270 milhões, como sendo o valor necessário para adquirir no mercado internacional as matérias-primas, bens intermediários e principais ativos, para o suprimento adequado da demanda interna.

As previsões para 1987 eram de queda de 20% nas vendas em relação ao ano anterior. Entretanto, a necessidade de reposição dos estoques das empresas, aliada a uma forte demanda nos primeiros meses do ano, levou a CACEX a elevar para US\$240 milhões o valor total das importações.

O balanço final de 1987 revela vendas totais de US\$826 milhões, contra US\$836 milhões de 1986, com decréscimo de apenas 1,2%. A quantidade transacionada de produto comercial decresceu 13%. Os principais fatores que condicionaram esses resultados foram: a) elasticidade - preço dos defensivos, praticamente unitária, ou seja, a quantidade demandada é muito sensível às variações no nível de preços; b) lançamento de novos produtos mais concentrados e com maiores preços unitários; c) escassez de alguns inseticidas e herbicidas em razão de dificuldades para aquisição de suas matérias-primas no mercado externo; d) desinteresse por parte de algumas empresas em produzir e comercializar certos produtos que se encontravam com seus preços abaixo dos custos de produção.

Quanto aos fungicidas, houve queda de 6,3% no valor das vendas, passando de US\$185

milhões, em 1986, para US\$174 milhões em 1987, como consequência da contração da área plantada de trigo. Esse decréscimo, entretanto, foi mais que compensado pelo incremento (8,9%) nas vendas de herbicidas, que passaram de US\$369 milhões, em 1986, para US\$401 milhões em 1987, fato diretamente relacionado à expansão da área de soja e ao inverno chuvoso (quadro 4.1).

As culturas que mais demandaram inseticidas, em 1987, foram: soja (18% do total), citros (17%) e algodão (15%). Para os fungicidas, a liderança ficou com trigo (38%), citros (12%) e café (7%). As vendas de herbicidas se concentraram nas explorações de soja (32%), cana-de-açúcar (26%) e arroz (8%) (quadro 4.2).

No decorrer de 1987, os preços dos defensivos agrícolas se elevaram em média 390%, portanto, bem acima da taxa da inflação (365%) calculada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Nos primeiros oito meses de 1988, os preços de defensivos foram reajustados sete vezes: fevereiro (16,9% em média), março (16,5%), abril (16,0%), maio (18,6%), junho (22,3%), julho (18,5%) e final de agosto (23,4%), com o total acumulado nesse período de 235,1%.

Uma das mais importantes características da indústria de defensivos agrícolas é o elevado grau de concorrência entre as empresas, as quais, com a finalidade de consolidar e de expandir sua participação no mercado, fazem constantes lançamentos de novos produtos, dificultando a ação do Governo no controle de preços. Em decorrência desse fato, o atual sistema de controle e reajuste de preços divide os produtos em dois grupos. No primeiro, encontram-se 55 produtos controlados pelo CIP, a maioria líder de mercado, reajustados pela variação da composição de seus custos. Na segunda categoria, estão os defensivos "vigiados", com reajustes lineares para todos os produtos.

De outubro de 1987 até agosto de 1988, os preços correntes de alguns dos mais importantes inseticidas controlados pelo CIP subiram, em média, 405,3%. Os produtos com tecnologia mais avançada (piretróides) sofreram, em média, reajuste de 419,1% e os mais antigos (fosforados) de 405,8%, variações superiores às das Obrigações do Tesouro Nacional (OTN) no mesmo período (367,0%). Apesar do diferencial de preços entre fosforados e piretróides, esses últimos têm mercado garantido, uma vez que são tecnicamente produtos mais concentrados e com maior eficiência no combate às pragas.

Os preços dos fungicidas, defensivo mais utilizado na cultura de trigo, foram reajustados, no referido período, em média, 405,2% e os dos herbicidas, 459,9%. Os herbicidas que obtiveram maiores reajustes foram: Karmex 800 (668,9%), Dual 720 CE (652,3%) e o Primestra 500 FW (619,6%), que pelo fato de apresentarem elevado diferencial entre preço de venda e custo de produção, desde o início de 1986, foram beneficiados com maiores aumentos (quadro 4.3).

Os dados referentes ao primeiro trimestre de 1988 indicam que, em termos de valores, as vendas totais cresceram 36,7% em relação a igual período de 1987, somando US\$172,5 milhões.

A comercialização favorável, especialmente, de soja e citros no mercado internacional, gerou expectativas otimistas, fazendo com que alguns agricultores antecipassem suas compras de defensivos para a safra 1988/89 ainda no primeiro trimestre de 1988, uma vez que esses produtos ocupam pouco espaço, podendo ser facilmente estocados, e também para fugir aos sucessivos reajustes mensais.

Apesar da prolongada estiagem que está atingindo a Região Centro-Sul, praticamente, paralisando a comercialização de defensivos na metade do ano e retardando o plantio da safra 1988/89, a perspectiva é de que, até o final de 1988, as vendas totais para o mercado interno tenham acréscimo de 15%, chegando próximo a US\$950 milhões, em função, principalmente, da elevação dos preços de alguns produtos agrícolas no mercado externo.

Com o objetivo de modernizar a estrutura industrial do País, a fim de manter a competitividade no mercado internacional e ao mesmo tempo reduzir a dependência externa com rela

ção a alguns insumos e produtos, o Ministério da Fazenda e o Conselho de Política Aduaneira, através das Resoluções nºs 05-1518 a 1522 de 17/06/88, reformularam as alíquotas de imposto de importação incidente sobre as matérias-primas e/ou mercadorias, quando destinadas exclusivamente à preparação e/ou fabricação de defensivos agrícolas. De acordo com a nova política aduaneira, a alíquota teto para o setor químico será de 60%. Os produtos com fabricação interna e elevado grau de competitividade em relação aos similares importados, como no caso do setor petroquímico, terão alíquota de 20%. No setor de química fina, onde haja produção interna, mas insuficiente para atender ao mercado, a alíquota para os produtos importados será de 60% e, em caso de produto sem similar nacional, de 40%.

(IEA, 21/09/88)

QUADRO 4.1 - Quantidade e Valor das Vendas de Defensivos Agrícolas, por Classes, Brasil, 1986-88

Classe	1986 (1)	1987 (2)	Jan.-Mar./87 (3)	Jan.-Mar./88 (4)	(continua)	
					Variação (%)	
					(2/1)	(4/3)
Inseticida						
Produto comercial (t)(a)	54.392	45.993	11.785	10.598	-15,4	-10,1
Ingrediente ativo(t)(b)	16.910	14.109	3.402	3.747	-16,6	10,1
Valor (US\$)(c)	229.353.000	206.086.000	40.081.000	46.030.000	-10,1	14,8
Preço Médio(US\$)(c/a)	4.217	4.481	3.401	4.343	6,3	27,7
Preço Médio(US\$)(c/b)	13.563	14.607	11.782	12.284	7,7	4,3
Acaricida						
Produto comercial (t)(d)	6.200	4.849	949	1.407	-21,8	48,3
Ingrediente ativo(t)(e)	1.619	1.237	268	375	-23,6	39,9
Valor(US\$)(f)	48.122.000	38.395.000	7.758.000	10.798.000	-20,2	39,2
Preço Médio(US\$)(f/d)	7.762	7.918	8.175	7.674	2,0	-6,1
Preço Médio(US\$)(f/e)	29.723	31.039	28.948	28.795	4,4	-0,5
Formicida						
Produto comercial(t)(g)	10.624	13.070	2.835	3.231	23,0	14,0
Ingrediente ativo(t)(h)	53	63	13	16	18,9	23,1
Valor(US\$)(i)	4.279.000	6.660.000	1.487.000	1.429.000	55,6	-3,9
Preço Médio(US\$)(i/g)	403	510	525	442	26,6	-15,8
Preço Médio(US\$)(i/h)	80.736	105.714	114.385	89.313	30,9	-21,9

Fonte: Associação Nacional de Defensivos Agrícolas (ANDEF) e Sindicato da Indústria de Defensivos Agrícolas do Estado de São Paulo (SINDAG).

Dados elaborados pelo Instituto de Economia Agrícola (IEA).

QUADRO 4.1 - Quantidade e Valor das Vendas de Defensivos Agrícolas, por Classes, Brasil, 1986-88

Classe	1986 (1)	1987 (2)	Jan.-Mar./87 (3)	Jan.-Mar./88 (4)	(conclusão)	
					Variação (%)	
					(2/1)	(4/3)
Fungicida						
Produto comercial(t)(j)	36.370	28.687	6.634	7.040	-21,1	6,1
Ingrediente ativo(t)(k)	22.105	17.545	4.080	4.494	-20,6	10,1
Valor (US\$)(m)	185.497.000	173.733.000	37.196.000	58.694.000	-6,3	57,8
Preço Médio (US\$/t)(m/j)	5.100	6.056	5.607	8.337	18,7	48,7
Preço Médio (US\$/t)(m/k)	8.392	9.902	9.117	13.061	18,0	43,3
Herbicida						
Produto comercial(t)(n)	58.549	51.936	5.975	6.371	-11,3	6,6
Ingrediente ativo(t)(o)	28.350	24.471	2.743	3.536	-13,7	28,9
Valor (US\$)(p)	368.747.000	401.431.000	39.684.000	55.556.000	8,9	40,0
Preço Médio (US\$/t)(p/n)	6.298	7.729	6.642	8.720	22,7	31,3
Preço Médio (US\$/t)(p/o)	13.007	16.404	14.467	15.712	26,1	8,6
Total						
Produto comercial(t)(q)	166.135	144.535	28.178	28.647	-13,0	1,7
Ingrediente ativo(t)(r)	69.037	57.425	10.506	12.168	-16,8	15,8
Valor (US\$)(s)	835.998.000	826.305.000	126.206.000	172.507.000	-1,2	36,7
Preço Médio (US\$/t)(s/q)	5.032	5.717	4.479	6.022	13,6	34,4
Preço Médio (US\$/t)(s/r)	12.109	14.389	12.013	14.177	18,8	18,0

Fonte: Associação Nacional de Defensivos Agrícolas (ANDEF) e Sindicato da Indústria de Defensivos Agrícolas do Estado de São Paulo (SINDAG).
Dados elaborados pelo Instituto de Economia Agrícola (IEA).

QUADRO 4.2 - Valor das Vendas de Inseticidas (Acaricidas, Formicidas), Fungicidas e Herbicidas, por Destinação, Brasil, 1986-87

(em US\$1.000)

Destinação	Inseticidas		Fungicidas		Herbicidas	
	1986	1987	1986	1987	1986	1987
Algodão	51.924	37.510	-	-	6.074	8.036
Amendoim	1.222	1.972	2.049	857	135	3.180
Arroz	3.185	1.056	4.019	2.852	38.226	32.387
Batata inglesa	12.518	16.671	13.711	15.841	695	952
Cacau	2.861	2.822	3.430	1.151	2.758	2.343
Café	19.995	16.563	18.737	11.467	32.154	32.196
Cana-de-açúcar	457	327	150	159	87.197	103.074
Citros	49.775	42.470	18.584	20.830	4.869	5.134
Feijão	4.870	3.204	5.139	4.228	3.881	7.943
Fumo	10.929	14.711	1.617	1.135	382	210
Mandioca	179	3	-	-	-	-
Milho	3.266	3.906	-	-	18.611	23.365
Pastagem	586	857	-	-	-	-
Soja	46.817	44.926	-	343	122.807	128.011
Sorgo granífero	180	5	-	-	-	-
Tomate	11.599	8.772	12.003	8.832	278	284
Trigo,cevada, centeio e aveia	9.441	7.261	62.228	65.368	7.137	7.058
Uva	353	394	3.559	3.775	1.579	1.628
Frutas em geral	5.698	5.455	8.445	10.243	1.944	3.010
Hortaliças	8.117	6.647	12.555	10.572	3.070	2.263
Formigas	4.569	7.125	-	-	-	-
Reflorestamento	785	1.420	-	-	-	-
Grãos armazenados	4.640	4.743	-	-	-	-
Tratamento de sementes	16.089	11.950	9.188	8.186	-	-
Outros	11.698	10.371	10.083	7.895	36.950	40.357
Total	281.753	251.141	185.497	173.734	368.747	401.431

Fonte: Associação Nacional de Defensivos Agrícolas (ANDEF) e Sindicato da Indústria de Defensivos Agrícolas do Estado de São Paulo (SINDAG).

QUADRO 4.3 - Preços Máximos dos Principais Defensivos Agrícolas Tabelados pelo Conselho Interministerial de Preços, a Nível Nacional, 15 de outubro de 1987⁽¹⁾ a 22 de agosto de 1988⁽²⁾

(em Cz\$/unidade)

Classe e produto	Unidade	Revenda-CIF Brasil com Assistência Técnica ⁽³⁾		Variação(%) (b/a)
		CIP 15/10/87 (a)	CIP 22/08/88 (b)	
Inseticida				
Ambush 500 CE (piretróide)	fr.c/1ℓ	3.598,28	18.976,70	427,4
Azodrin 400 (fosforado)	fr.c/1ℓ	601,54	2.904,48	382,8
Azodrin 600 (fosforado)	fr.c/1ℓ	655,68	3.217,02	390,6
Belmarck 30 CE (piretróide)	fr.c/1ℓ	2.143,05	11.622,00	442,3
Decis CE (piretróide)	fr.c/1ℓ	1.257,08	6.485,43	415,9
Folidol 600 (fosforado)	fr.c/1ℓ	504,91	2.323,18	360,1
Furadan 350 SL (carbamato)	fr.c/1ℓ	897,94	4.406,37	390,7
Nuvacron 400 (fosforado)	fr.c/1ℓ	545,66	3.298,81	504,6
Orthene (fosforado)	pcte.c/500g	920,80	4.519,19	390,8
Sumicidin 200 (piretróide)	fr.c/1ℓ	1.379,66	6.771,06	390,8
Thiodan CE (clorado)	fr.c/1ℓ	424,72	1.963,40	362,3
Fungicida				
Cobre Sandoz BR (cúprico)	cart.c/2kg	451,51	2.014,46	346,2
Cupravit Verde (cúprico)	sc.c/25kg	5.290,00	23.602,01	346,2
Dithane M-45 (ditiocarbamato)	sc.c/1kg	228,61	1.061,48	364,3
Tilt 250 CE (triazole)	fr.c/1ℓ	3.420,78	22.845,84	567,9
Herbicida				
Dual 720 CE (metalo-chlor)	lt.c/5ℓ	3.444,80	25.913,75	652,3
Karmex 800 (diuron)	tb.c/5kg	3.152,33	24.239,78	668,9
Perflan 80 BR (tebuthivron)	sc.c/1kg	2.559,06	12.559,47	290,8
Poast (sethoxydim)	fr.c/1ℓ	1.967,42	10.092,57	413,0
Propanil (propanil)	bd.c/20ℓ	4.276,11	21.504,42	402,9
Primestra 500 FW (metal.+atraz.)	bj.c/5ℓ	2.101,52	15.122,98	619,6
Satanil E (propanil)	fr.c/1ℓ	354,50	1.802,80	408,5
Stam F-34 (propanil)	bd.c/20ℓ	4.223,57	21.192,23	401,8
Surcopur (propanil)	bd.c/20ℓ	5.477,72	25.162,90	359,4
Tackle (acifl.sódico)	fr.c/1ℓ	1.128,86	5.250,14	361,1
Trifluralina (amina)	lt.c/1ℓ	402,92	1.938,49	381,1

⁽¹⁾ Decreto SAPI/SEAP nº 524/87.

⁽²⁾ Resolução CIP nº 279/88.

⁽³⁾ Engloba todas as despesas acessórias (frete, armazenagem, desembaraços, etc), desde o centro produtor até o estabelecimento rural consumidor, mais a assistência técnica fornecida pelo comercializador ao produtor rural.

Fonte: Conselho Interministerial de Preços (CIP).

FERTILIZANTES

Em 1987, o consumo efetivo de fertilizantes no Brasil totalizou 9,395 milhões de toneladas de produto (maior que as previsões iniciais), com queda de 4,7% em relação ao ano anterior, contudo 22,0% superior ao de 1985.

No caso do calcário agrícola, em 1987, de acordo com a Associação dos Produtores de Calcário do Estado de São Paulo (ASPROCAL), as vendas pelo "Complexo Embracal", que comercializa entre 60% e 70% do volume consumido pela agricultura paulista, apresentaram decréscimo de 38,2% em relação ao ano anterior e de 21,1% quando comparada com 1985.

Os principais fatores que contribuíram para a retração na demanda de fertilizantes foram: a) decréscimo da área plantada de várias culturas no Brasil, tais como milho, arroz, fumo, mandioca e amendoim; b) relação de troca desfavorável de preços entre os produtos agrícolas e fertilizantes, exceto para a cana-de-açúcar; e c) elevação das taxas de juros do crédito rural (quadro 4.4).

A cultura que mais utilizou fertilizantes, em 1987, foi a de soja, com consumo estimado de 1,7 milhão de toneladas de produto, representando acréscimo de 9,7% em relação ao ano anterior. Também, registrou-se aumento no consumo para as culturas da laranja (7,4%) e do tomate (2,6%). Em contrapartida, observou-se decréscimo em diversas culturas, como café (-22,9%), batata (-12,9%), trigo (-11,2%), milho (-6,9%) e arroz (-4,5%) (quadro 4.5).

Estima-se que os agricultores finalizaram 1987 com estoque de fertilizantes de 850 mil toneladas de produto, volume superior em 250 mil toneladas ao estoque inicial. Esse aumento no estoque pode ser explicado, principalmente, pelo fato de que os produtores de trigo anteciparam parte de suas compras em novembro e dezembro de 1987, aproveitando os descontos oferecidos pelas indústrias, em consequência de grande oferta desse insumo.

Por essa razão, em 1987, o volume das vendas de fertilizantes no Brasil superou o consumo efetivo, totalizando 9,645 milhões de toneladas de produto, situando-se praticamente no mesmo nível de 1986. Desse total de vendas, São Paulo absorveu a maior parte (28,1%), seguido do Paraná (14,8%), Rio Grande do Sul (13,8%), Minas Gerais (10,9%), destinando-se o restante aos demais Estados (quadro 4.6).

A produção nacional de fertilizantes, em 1987, apresentou menor desempenho em relação a 1986, decrescendo 3,2% e fixando-se em 2.176,7 mil toneladas de nutrientes, tendo em vista a redução de 8,7% na produção de fosfatados. Não obstante, quando comparada à de 1985, a produção brasileira de fertilizantes cresceu 8,5% (quadro 4.7).

Segundo o critério de regionalização do Sindicato da Indústria de Adubos e Corretivos Agrícolas, no Estado de São Paulo (SIACESP), em 1987, o consumo aparente (produção + importação) nas regiões do Brasil mostrou a seguinte distribuição: Região Centro (67,3%), Sul (16,0%) e Norte/Nordeste (16,7%) (quadro 4.8).

As importações brasileiras de fertilizantes, no primeiro semestre de 1988, decresceram 17,1% em relação a igual período do ano anterior, fixando-se em 588,8 mil toneladas de nutrientes. As aquisições de fertilizantes nitrogenados diminuíram 42,0%, a de fosfatados 70,0% e a de potássicos 8,2%. Quanto às matérias-primas, também, registrou-se decréscimo de importação, tendo-se inclusive constatado a não aquisição de amônia anidra e ácido sulfúrico no período (quadro 4.9).

Também a produção da indústria nacional de fertilizantes nitrogenados decresceu (-2,8%) nesse período, totalizando 352,9 mil toneladas de N. Em contrapartida, a produção de fosfatados e de potássicos cresceu, respectivamente, 6,1% e 54,6%. No caso das matérias-primas, registrou-se aumento da produção, exceto da rocha fosfática.

Os decréscimos observados nas importações, principalmente, no primeiro semestre de 1988, ocorreram em face das indústrias iniciarem o ano com estoque elevado (1,8 milhão de toneladas de produto), sendo 53,0% superior ao observado no ano anterior, explicado, em grande parte, pelo acréscimo das importações e estabilização das vendas em 1987.

As vendas de fertilizantes no Brasil, no período de janeiro a julho de 1988, foram 6,8% superiores às de igual período do ano anterior, totalizando cerca de 4,225 milhões de toneladas de produto. Do total de fertilizantes entregues, a Região Centro-Sul absorveu a maior parte, ou seja, 3,733 milhões de toneladas de produto, com acréscimo de 6,5% em relação ao mesmo período de 1987.

Estima-se que, em relação à safra precedente, no referido período, as vendas de fertilizantes foram superiores para as culturas de soja, milho, laranja, tomate e trigo, inferiores para a de algodão e iguais para as de cana-de-açúcar e feijão.

Também o mercado do calcário agrícola apresentou bom desempenho comercial, no referido período, sendo que as vendas no Estado de São Paulo pelo "Complexo Embracal" foram de 679 mil toneladas, com aumento de 67,9%.

A previsão do setor de fertilizantes para 1988 é que o consumo efetivo no Brasil situe-se em torno de 10,3 milhões de toneladas de produto, com incremento em torno de 10% em relação ao ano anterior, tendo em vista, principalmente, a recuperação nos preços reais de alguns produtos agrícolas nos mercados internacional e interno. Esse crescimento deverá ser puxado principalmente pelo aumento esperado (10-15%) na área plantada de soja na safra 1988/89, em relação à safra anterior. Também é previsto maior uso de adubos nas culturas de milho, laranja e fumo.

Do consumo de fertilizantes estimado para 1988, prevê-se que a Região Centro-Sul seja responsável por 90% e a Região Norte/Nordeste por 10%, com a seguinte distribuição a nível de culturas: soja (18,4%), cana-de-açúcar (16,5%), milho (13,6%), café (9,2%), arroz (8,5%), trigo (7,5%), feijão (4,6%), algodão (3,4%), laranja (2,9%), batata (2,4%) e fumo (2,0%), com o restante se distribuindo pelas demais culturas.

Os preços dos fertilizantes pagos pelos agricultores aumentaram consideravelmente em 1988. Nos Estados da Região Centro-Sul, excetuando-se Minas Gerais (para o qual não se dispunha de informações), em junho de 1988, os preços correntes dos cinco principais fertilizantes apresentaram acréscimo que variaram entre 370,0% e 745,0%, em relação a junho de 1987. Posteriormente, o Conselho Interministerial de Preços (CIP) autorizou em julho de 1988 (Resolução nº 271, de 04/07/88) reajuste médio de 19,0% nos preços de fertilizantes e, em agosto (Resolução nº 276, de 01/08/88), de 17,7% em relação ao mês anterior (quadro 4.10).

Contribuíram para essa elevação nos preços, além dos custos de produção, de estocagem e de transporte interno, os aumentos dos preços de alguns produtos importados. Os preços correntes de fertilizantes e de suas matérias-primas, nas principais regiões do mundo, em junho de 1988, apresentaram-se, de modo geral, superiores aos observados nesse mesmo mês em 1986 e 1987 (quadro 4.11).

Na atual política tarifária do Governo, objetivando integrar o País na economia internacional e reduzir o nível de proteção à indústria nacional, algumas tarifas aduaneiras foram significativamente reduzidas, de acordo com Resoluções da Comissão de Política Aduaneira (CPA), de 17/06/88, em vigor a partir de 1º de julho. Assim, por exemplo, para o sulfato de amônia a alíquota de importação se reduziu de 10% para 5%; para superfosfato triplo de 40% para 25% e para fosfato di-amônio de 50% para 25%. Foi também extinta a Taxa de Melhoria dos Portos e su

primidas restrições de cotas, contingenciamento e outros, ficando as empresas liberadas para importar.

No atual Plano Nacional de Fertilizante (PNF), elaborado pela Associação Nacional para Difusão de Adubos e Corretivos Agrícolas, juntamente com outros representantes do setor e órgãos do Governo Federal, são propostos vinte projetos que envolvem investimentos entre 1987 e 1995 da ordem de US\$1,2 bilhão; contudo, com essas alterações na política de importação, provavelmente esses projetos deverão ser revistos pelo setor.

A indústria de fertilizante lançou no mercado um novo adubo fosfatado denominado multifosfato magnésiano, o qual contém, além da tradicional fórmula NPK, cálcio, enxofre, magnésio e micronutrientes, sendo que o fósforo se apresenta de forma menos fixável pelo solo e reduzido poder acidificante. Essa presença simultânea de diversos nutrientes poderá satisfazer melhor as necessidades das plantas em solos fracos ou esgotados. Foram já construídas três unidades industriais de produção desse produto em Cubatão (SP), Rio Grande (RS) e Uberaba (MG).

(IEA, 06/09/88)

QUADRO 4.4- Unidades de Produto Agrícola Necessárias para Adquirir 10 Toneladas de Fertilizantes⁽¹⁾, Estado de São Paulo, 1985-88

Ano	Algodão em caroço		Arroz em casca		Cafê beneficiado		Cana-de-açúcar		Milho		Soja	
	15kg	Índice ⁽²⁾	60kg	Índice ⁽²⁾	60kg	Índice ⁽²⁾	t	Índice ⁽²⁾	60kg	Índice ⁽²⁾	60kg	Índice ⁽²⁾
1985	406	100	183	100	7	100	182	100	370	100	192	100
1986	301	74	173	94	10	142	249	137	302	82	182	95
1987 ⁽³⁾	605	149	391	214	20	285	183	100	582	157	245	128
1988 ⁽⁴⁾	648	160	364	199	259	142	570	154	176	92

⁽¹⁾ Preço médio ponderado, posto São Paulo.

⁽²⁾ Índice simples, base 1985=100.

⁽³⁾ Dado preliminar.

⁽⁴⁾ Dado sujeito à retificação, calculado com base no preço estimado para fertilizante de julho.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

QUADRO 4.5 - Estimativa de Consumo de Fertilizantes, por Cultura, Brasil, 1986-87

Cultura	Área plantada (1.000ha)		Consumo por cultura (t produto)	
	1986	1987 ⁽¹⁾	1986	1987 ⁽¹⁾
Abacaxi	46	45	22.000	20.000
Algodão arbóreo	826	700	5.000	3.000
Algodão herbáceo	1.344	1.400	317.000	300.000
Alho	18	17	12.000	12.000
Amendoim	143	102	24.000	18.000
Arroz	6.272	5.890	890.000	850.000
Aveia	155	150	19.000	19.000
Banana	454	450	136.000	130.000
Batata	180	182	287.000	250.000
Cacau	851	853	100.000	100.000
Cafê ⁽²⁾	2.461	2.476	1.050.000	810.000
Cana-de-açúcar	4.406	4.200	1.680.000	1.620.000
Cebola	77	75	30.000	26.000
Centeio	3	3	700	700
Cevada	104	104	20.000	18.000
Côco	188	185	5.000	4.000
Dendê	31	30	11.000	7.000
Feijão	6.170	5.545	460.000	435.000
Flores	10	10	7.000	7.000
Frutas	100	102	57.000	57.000
Fumo	299	306	200.000	220.000
Laranja	728	726	270.000	290.000
Mamona	321	295	22.000	15.000
Mandioca	2.071	2.100	91.000	85.000
Milho	14.248	13.353	1.440.000	1.340.000
Olerícolas	100	95	80.000	80.000
Pastagens	5.000	5.000	78.000	75.000
Pimenta-do-reino	22	22	4.000	4.000
Rami	7	7	1.300	1.300
Reflorestamento	574	580	27.000	27.000
Soja	9.164	10.515	1.550.000	1.700.000
Sorgo	249	173	28.000	28.000
Tomate	58	55	76.000	78.000
Trigo	3.898	3.430	845.000	750.000
Uva	59	60	11.000	11.000
Outras ⁽³⁾	386	390	4.000	4.000
Total	60.823	59.426	9.860.000	9.395.000

(¹) Dados preliminares.

(²) Pês em produção.

(³) Refere-se a guaraná, juta, malva e sisal.

Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Companhia de Financiamento de Produção (CFP) e empresas do setor.

QUADRO 4.6- Entregas de Fertilizantes ao Consumidor Final, por Região e Estado, Brasil, 1987/88

(em tonelada)

Região e estado	1987					Jan./Jun./88				
	Produto	Nutriente				Produto	Nutriente			
		N	P ₂ O ₅	K ₂ O	Total		N	P ₂ O ₅	K ₂ O	Total
Região Sul										
Rio Grande do Sul	1.333.769	114.316	239.220	223.057	576.593	493.772	48.996	83.540	84.190	216.726
Santa Catarina	243.473	27.454	39.785	33.636	100.875	131.278	16.332	20.849	17.239	54.420
Subtotal	1.577.242	141.770	279.005	256.693	677.468	625.050	65.328	104.389	101.429	271.146
Região Centro										
Espírito Santo	107.367	21.296	7.219	14.205	42.720	39.782	7.075	3.847	4.740	15.662
Goiás	685.423	44.175	129.782	79.986	253.943	175.363	8.685	34.752	26.491	69.928
Mato Grosso	423.847	11.899	91.224	69.662	172.785	125.280	3.482	25.538	21.292	50.312
Mato Grosso do Sul	408.858	19.900	85.764	54.141	159.805	132.247	5.218	28.008	18.860	52.086
Minas Gerais	1.048.645	98.996	137.350	121.751	358.097	268.804	29.811	33.616	31.808	95.235
Paraná	1.431.045	121.508	256.262	170.868	548.638	529.272	45.152	96.290	69.078	210.520
Rio de Janeiro	41.921	4.224	4.541	4.694	13.459	19.291	1.648	2.638	2.042	6.328
São Paulo	2.710.098	270.621	349.413	352.340	972.374	959.506	85.461	126.740	131.621	343.822
Ajustes	271.670	23.442	42.076	34.367	99.885	88.490	7.430	13.668	11.933	33.031
Subtotal	7.128.874	616.061	1.103.631	902.014	2.621.706	2.338.035	193.962	365.097	317.865	876.924
Região Nordeste										
Alagoas	232.161	31.934	28.468	37.346	97.748	86.300	12.827	10.375	14.037	37.239
Bahia	254.574	25.491	40.264	30.751	96.506	102.662	13.098	15.365	12.586	41.040
Ceará	9.255	2.111	549	864	3.524	4.864	1.135	304	492	1.931
Maranhão	28.853	1.584	7.060	5.142	13.786	5.511	1.013	867	631	2.511
Paraíba	61.821	9.059	5.979	11.113	26.151	30.023	4.706	2.482	5.789	12.977
Pernambuco	238.291	37.534	22.988	38.329	98.851	113.314	18.864	11.349	19.768	49.981
Piauí	5.554	627	930	964	2.521	3.309	562	569	433	1.564
Rio Grande do Norte	38.397	5.547	4.308	8.274	18.129	14.209	1.888	1.865	2.699	6.452
Sergipe	30.906	4.445	4.247	4.450	13.142	11.418	1.771	1.882	1.367	5.020
Ajustes	10.724	1.415	1.390	1.673	4.478	18.569	2.761	2.231	2.791	7.783
Subtotal	910.536	119.747	116.183	138.906	374.836	390.179	58.616	47.299	60.593	166.498
Região Norte	28.892	3.227	4.996	4.694	12.917	11.918	1.487	2.363	1.558	5.408
Brasil	9.645.544	880.805	1.503.815	1.302.307	3.686.927	3.365.182	319.393	519.138	481.445	1.319.976

Fonte: Associação dos Misturadores de Adubos do Brasil (AMA-BRASIL), Associação Nacional para Difusão de Adubos e Corretivos Agrícolas (ANDA), Sindicato da Indústria de Adubos e Corretivos Agrícolas no Estado de São Paulo (SIACESP), Sindicato das Indústrias de Matérias-Primas para Inseticidas e Fertilizantes no Estado de São Paulo (SIMPIFESP), Sindicato da Indústria de Adubos do Rio Grande do Sul (SIARGS) e Sindicato da Indústria de Adubos e Corretivos Agrícolas do Nordeste (SIACAN).

QUADRO 4.7- Produção, Importação e Exportação de Fertilizantes (NPK), Brasil, 1983-87
(em tonelada de nutrientes)

Discriminação	1983	1984	1985	1986	1987 ⁽¹⁾
Nitrogenados					
Produção	533.295	669.237	723.620	712.397	746.069
Importação	103.901	153.775	131.653	275.689	216.778
Exportação	72.997	21.331	5.189	7.101	5.954
Disponibilidade ⁽²⁾	564.199	801.681	850.084	980.985	957.893
Fosfatados					
Produção	1.055.179	1.483.197	1.281.677	1.525.694	1.393.303
Importação	-	70.778	31.088	147.298	180.102
Exportação	55.486	13.846	8.807	9.724	18.701
Disponibilidade ⁽²⁾	999.693	1.540.129	1.303.958	1.663.268	1.554.704
Potássicos					
Produção	-	-	-	10.520	37.308
Importação	728.118	1.076.038	1.061.604	1.280.077	1.501.879
Exportação	1.410	2.535	3.357	3.590	4.960
Disponibilidade ⁽²⁾	726.708	1.073.503	1.058.247	1.287.007	1.534.227
NPK					
Produção	1.588.474	2.152.434	2.005.297	2.248.611	2.176.680
Importação	832.019	1.300.591	1.224.345	1.703.064	1.899.759
Exportação	129.893	37.712	17.353	20.415	29.615
Disponibilidade ⁽²⁾	2.290.600	3.415.313	3.212.289	3.931.260	4.046.824

⁽¹⁾ Dado preliminar, exclusive fosfato de cálcio naturais moídos.

⁽²⁾ Não considerada variação de estoques.

Fonte: Sindicato da Indústria de Adubos e Corretivos Agrícolas, no Estado de São Paulo (SIACESP).

QUADRO 4.8- Consumo Aparente⁽¹⁾ de Fertilizantes (NPK), por Região⁽²⁾, Brasil, 1985-88
(em nutriente)

Ano	Norte/Nordeste		Centro		Sul		Centro-Sul		Brasil
	t	%	t	%	t	%	t	%	t
1985	384.059	11,9	2.349.035	72,7	496.608	15,4	2.845.643	88,1	3.229.702
1986	448.960	11,4	2.793.111	70,7	709.605	17,9	3.502.716	88,6	3.951.676
1987	680.408	16,7	2.741.271	67,3	654.760	16,0	3.396.031	83,3	4.076.439
1988 ⁽³⁾	252.503	15,8	1.053.160	65,7	297.122	18,5	1.350.282	84,2	1.602.785

⁽¹⁾ Soma da produção mais importação nacional.

⁽²⁾ Segundo critério de regionalização do SIACESP, a Região Centro compreende os Estados de Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e Goiás; a Região Sul, os Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul, e a Região Norte/Nordeste os demais Estados.

⁽³⁾ Período de janeiro a junho.

Fonte: Sindicato da Indústria de Adubos e Corretivos Agrícolas, no Estado de São Paulo (SIACESP).

QUADRO 4.9 - Produção e Importação de Matérias-Primas para Fertilizantes, Brasil, 1986-87

Item	1986 (a)	1987 (b)	Jan-Jun/87 (c)	Jan-Jun/88 (d)	Variação(%)	
					(b/a)	(d/c)
Amônia anidra(t de N)						
Produção nacional	805.299	789.071	366.482	390.667	-2,0	6,6
Importação	42.345	28.972	14.517	-	-31,6	-
Rocha fosfática(t de P ₂ O ₅)						
Produção nacional	1.530.409	1.637.312	785.952	784.648	7,0	-0,2
Importação	40.427	39.440	16.660	15.203	-2,4	-8,7
Ácido fosfórico(t de P ₂ O ₅)						
Produção nacional	663.069	653.532	298.507	335.528	-1,4	12,4
Importação	234.740	285.636	79.570	53.053	21,7	-33,3
Ácido sulfúrico(t de produto)						
Produção nacional	2.867.264	2.723.915	1.274.831	1.409.127	-5,0	10,5
Importação	178.317	20.896	20.896	-	-88,3	-

Fonte: Sindicato da Indústria de Adubos e Corretivos Agrícolas, no Estado de São Paulo (SIACESP).

QUADRO 4.10 - Preços de Fertilizantes e Calcário Pagos pelos Agricultores, Região Centro-Sul, Brasil, Junho, 1987-88

(em Cz\$/t)

(continua)

Estado	Cloreto de potássio				Sulfato de amônio				Uréia			
	Jun/87 (a)	Jun/88 (b)	Variação(b/a)		Jun/87 (c)	Jun/88 (d)	Variação(d/c)		Jun/87 (f)	Jun/88 (g)	Variação(f/e)	
			Corrente (%)	Real ⁽¹⁾ (%)			Corrente (%)	Real ⁽¹⁾ (%)			Corrente (%)	Real ⁽¹⁾ (%)
Minas Gerais	7.134	5.977	8.548
Espírito Santo	5.072	40.230	693,18	51,47	5.120	30.100	487,89	12,27	6.710	43.500	548,29	23,80
Rio de Janeiro	5.043	42.440	741,56	60,71	6.580	31.760	382,67	-7,82	7.320	50.800	593,99	32,53
São Paulo	7.563	38.119	404,02	-3,75	6.002	29.909	398,32	-4,84	8.598	46.531	441,18	3,35
Paraná	5.033	35.840	612,10	35,99	4.470	27.510	515,44	17,53	6.380	42.000	558,31	25,71
Santa Catarina	5.044	40.590	704,72	53,67	5.040	32.540	545,63	23,30	7.650	44.090	476,34	10,06
Rio Grande do Sul	6.047	37.630	522,29	18,84	5.020	30.420	505,98	15,72	8.380	44.010	425,18	0,29
Mato Grosso do Sul	5.040	42.360	740,48	60,50	6.610	31.080	370,20	-10,21	8.360	46.850	460,41	7,02
Mato Grosso	6.040	40.730	574,34	28,77	6.660	35.840	438,14	2,77	7.780	50.530	549,48	24,03
Goiás	6.670	42.010	529,83	20,28	6.160	34.600	461,69	7,26	7.770	47.420	510,30	16,54

⁽¹⁾ Corrigido pelo Índice "2" da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Fonte: Fundação Getúlio Vargas (FGV), Instituto de Economia Agrícola (IEA) e Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais (EPAMIG).

QUADRO 4.10 - Preços de Fertilizantes e Calcário Pagos pelos Agricultores, Região Centro-Sul, Brasil, Junho, 1987-88

(em Cz\$/t)

(conclusão)

Estado	Superfosfato simples				Superfosfato triplo				Calcário moído			
	Jun/87 (g)	Jun/88 (h)	Variação(h/g)		Jun/87 (i)	Jun/88 (j)	Variação(j/i)		Jun/87 (l)	Jun/88 (m)	Variação(m/l)	
			Corrente (%)	Real ⁽¹⁾ (%)			Corrente (%)	Real ⁽¹⁾ (%)			Corrente (%)	Real ⁽¹⁾ (%)
Minas Gerais	5.354	13.005
Espírito Santo	5.050	29.430	482,77	11,29	7.160	60.520	745,25	61,41	866	4.024	364,66	-11,26
Rio de Janeiro	4.920	29.970	509,15	16,32	7.000	917	4.824	426,06	0,46
São Paulo	6.120	29.482	381,73	-8,00	11.496	55.510	382,86	-7,79	550	2.357	328,54	-18,16
Paraná	4.570	28.090	514,66	17,38	8.000	49.490	518,62	18,14	713	3.440	382,47	-7,85
Santa Catarina	5.500	31.620	474,91	9,79	10.060	56.280	459,44	6,83	702	3.113	343,45	-15,31
Rio Grande do Sul	5.620	31.080	453,02	5,61	10.280	56.000	444,75	4,03	803	3.804	373,72	-9,53
Mato Grosso do Sul	5.160	28.330	449,03	4,85	...	51.530	805	3.404	322,86	-19,24
Mato Grosso	5.720	33.990	494,23	13,48	7.930	511	2.623	413,31	-1,97
Goiás	5.390	30.440	464,75	7,85	482	2.492	417,01	-1,27

⁽¹⁾ Corrigido pelo Índice "2" da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Fonte: Fundação Getúlio Vargas (FGV), Instituto de Economia Agrícola (IEA) e Empresa de Pesquisa Agropecuária de Minas Gerais (EPAMIG).

QUADRO 4.11 - Preços Internacionais dos Principais Fertilizantes e Matérias-Primas⁽¹⁾, 1986/88
(em US\$/tonelada métrica - FOB, a granel)

Produto e origem	Jun./86	Jun./87	Jun./88
Sulfato de amônio			
Estados Unidos - Golfo	39-45	45-50	50-57
Europa Ocidental	32-35	45-50	50-55
Uréia			
Estados Unidos - Golfo	95-100	85-95	120-125
Europa Ocidental	95-105	100-110	130-140
Cloreto de potássio ⁽²⁾			
Europa Ocidental	75-80	70-75	86-89
Canadá	70-71	68-72	82-87
Ácido fosfórico(100% P ₂ O ₅)			
Estados Unidos - Golfo	290-305	250-255	320-323
África do Norte	285-305	250-260	295-310
Fosfato di-amônio (DAP)			
Estados Unidos - Golfo	150-152	167-171	186-188
África do Norte	190-195	170-175	205-210
Superfosfato triplo			
Estados Unidos - Golfo	115-120	138-142	151-154
África do Norte	140-145	140-145	162-165

⁽¹⁾ Preços correntes, valores mínimos e máximos, na última semana de cada mês.

⁽²⁾ Tipo padrão.

Fonte: Publicações especializadas. Elaborado pelo Sindicato da Indústria de Adubos e Corretivos Agrícolas, no Estado de São Paulo (SIACESP).

SEMENTES

A evolução recente do setor sementeiro no Brasil aponta para duas direções: nas Regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste, caminha-se para uma relativa maturidade do setor, com certa capacidade ociosa com problemas de oferta de sementes apenas quando de drásticas mudanças nas decisões de semeadura por parte dos agricultores; e de outro lado, as Regiões Norte e Nordeste, em outro estágio, necessitando de amplos programas que abranjam desde o desenvolvimento de cultivares mais adequados até a instalação de Unidades de Beneficiamento de Sementes (UBS) e laboratórios credenciados.

Nas Regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste, embora as estiagens tenham postergado os plantios da safra 1988/89, as ofertas de sementes têm se mostrado compatíveis com as perspectivas da demanda, com exceção para as sementes de soja. A dificuldade na produção dessa semente, muito suscetível a temperaturas elevadas e, portanto, maior quanto menor a latitude da região, faz do Estado do Rio Grande do Sul (RS) o principal exportador para os demais Estados da Região Sul e, analogamente, e em menor escala, os demais Estados das Regiões Sudeste e Sul para os da Região Centro-Oeste. As intempéries verificadas nas Regiões Sudeste e Sul agravaram o problema de disponibilidade de sementes de soja face a firme tendência do avanço da área de soja sobre a do milho, inclusive para as faixas úmidas da Região Nordeste (região de Barreiras, na Bahia).

As variedades mais utilizadas no Rio Grande do Sul são as de ciclo médio e tardio, como BR 4, Cobb e IAS-4, as quais foram afetadas pela seca no plantio e chuvas em abril, reduzindo o volume ofertado e, principalmente, o padrão de germinação. No Estado de São Paulo, no Vale do Paranapanema, a rotação soja/trigo, o controle de pragas e a ocorrência de veranicos motivam o uso de variedades precoces como Foscarim - 31, IAS-5, BR-4 e mesmo as semiprecoces como Bossier. Em razão do alto risco em suas produções, grande volume dessas origina-se do Sul. Por outro lado, o deslocamento da cultura da soja para a Região Centro-Oeste e mais recentemente para o Nordeste (Barreiras, Bahia) faz com que as empresas situadas em São Paulo se voltem para as variedades médias e as para tardias, pouco sensíveis ao fotoperiodismo como IAC-6, Cristalina, Dokko, IAC-8.

Em termos estatísticos, em agosto de 1988, a produção de sementes de soja do Rio Grande do Sul foi estimada em 275 a 300 mil toneladas e, não obstante, a prevista expansão da sojicultura no Estado, verifica-se uma tendência de queda na taxa de utilização de sementes melhoradas (60% em 1987), calculando-se um excedente de 100 mil toneladas. Em contrapartida, a par da disponibilidade de sementes no Rio Grande do Sul, o Estado do Paraná apresenta um pequeno excedente exportável e Santa Catarina, com estimativa de redução de até 50% em sua produção, quantidade suficiente apenas para atender seu consumo interno. As taxas de utilização de sementes melhoradas no Paraná e Santa

QUADRO 4.11 - Preços Internacionais dos Principais Fertilizantes e Matérias-Primas⁽¹⁾, 1986/88
(em US\$/tonelada métrica - FOB, a granel)

Produto e origem	Jun./86	Jun./87	Jun./88
Sulfato de amônio			
Estados Unidos - Golfo	39-45	45-50	50-57
Europa Ocidental	32-35	45-50	50-55
Uréia			
Estados Unidos - Golfo	95-100	85-95	120-125
Europa Ocidental	95-105	100-110	130-140
Cloreto de potássio ⁽²⁾			
Europa Ocidental	75-80	70-75	86-89
Canadá	70-71	68-72	82-87
Ácido fosfórico(100% P ₂ O ₅)			
Estados Unidos - Golfo	290-305	250-255	320-323
África do Norte	285-305	250-260	295-310
Fosfato di-amônio (DAP)			
Estados Unidos - Golfo	150-152	167-171	186-188
África do Norte	190-195	170-175	205-210
Superfosfato triplo			
Estados Unidos - Golfo	115-120	138-142	151-154
África do Norte	140-145	140-145	162-165

⁽¹⁾ Preços correntes, valores mínimos e máximos, na última semana de cada mês.

⁽²⁾ Tipo padrão.

Fonte: Publicações especializadas. Elaborado pelo Sindicato da Indústria de Adubos e Corretivos Agrícolas, no Estado de São Paulo (SIACESP).

SEMENTES

A evolução recente do setor sementeiro no Brasil aponta para duas direções: nas Regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste, caminha-se para uma relativa maturidade do setor, com certa capacidade ociosa com problemas de oferta de sementes apenas quando de drásticas mudanças nas decisões de semeadura por parte dos agricultores; e de outro lado, as Regiões Norte e Nordeste, em outro estágio, necessitando de amplos programas que abranjam desde o desenvolvimento de cultivares mais adequados até a instalação de Unidades de Beneficiamento de Sementes (UBS) e laboratórios credenciados.

Nas Regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste, embora as estiagens tenham postergado os plantios da safra 1988/89, as ofertas de sementes têm se mostrado compatíveis com as perspectivas da demanda, com exceção para as sementes de soja. A dificuldade na produção dessa semente, muito suscetível a temperaturas elevadas e, portanto, maior quanto menor a latitude da região, faz do Estado do Rio Grande do Sul (RS) o principal exportador para os demais Estados da Região Sul e, analogamente, e em menor escala, os demais Estados das Regiões Sudeste e Sul para os da Região Centro-Oeste. As intempéries verificadas nas Regiões Sudeste e Sul agravaram o problema de disponibilidade de sementes de soja face a firme tendência do avanço da área de soja sobre a do milho, inclusive para as faixas úmidas da Região Nordeste (região de Barreiras, na Bahia).

As variedades mais utilizadas no Rio Grande do Sul são as de ciclo médio e tardio, como BR 4, Cobb e IAS-4, as quais foram afetadas pela seca no plantio e chuvas em abril, reduzindo o volume ofertado e, principalmente, o padrão de germinação. No Estado de São Paulo, no Vale do Paranapanema, a rotação soja/trigo, o controle de pragas e a ocorrência de veranicos motivam o uso de variedades precoces como Foscarim - 31, IAS-5, BR-4 e mesmo as semiprecoces como Bossier. Em razão do alto risco em suas produções, grande volume dessas origina-se do Sul. Por outro lado, o deslocamento da cultura da soja para a Região Centro-Oeste e mais recentemente para o Nordeste (Barreiras, Bahia) faz com que as empresas situadas em São Paulo se voltem para as variedades médias e as para tardias, pouco sensíveis ao fotoperiodismo como IAC-6, Cristalina, Dokko, IAC-8.

Em termos estatísticos, em agosto de 1988, a produção de sementes de soja do Rio Grande do Sul foi estimada em 275 a 300 mil toneladas e, não obstante, a prevista expansão da sojicultura no Estado, verifica-se uma tendência de queda na taxa de utilização de sementes melhoradas (60% em 1987), calculando-se um excedente de 100 mil toneladas. Em contrapartida, a par da disponibilidade de sementes no Rio Grande do Sul, o Estado do Paraná apresenta um pequeno excedente exportável e Santa Catarina, com estimativa de redução de até 50% em sua produção, quantidade suficiente apenas para atender seu consumo interno. As taxas de utilização de sementes melhoradas no Paraná e Santa

Catarina situam-se ao redor de 90% e 75%, respectivamente. No Estado de São Paulo, os dados estatísticos apresentam-se pouco depurados, uma vez que as sementes produzidas sob o sistema de fiscalização são estimadas a partir da área inscrita. Considerando-se uma quantidade próxima à do ano anterior, ou seja, 35 mil toneladas, uma expansão de área de 15% e taxa de utilização de 90%, estima-se déficit de 17 mil toneladas. Face ao intenso fluxo interestadual de sementes de soja, calcula-se que cerca de 80% da demanda do Vale do Paranapanema seja coberta por sementes oriundas do Sul, em especial do Rio Grande do Sul. A maior escassez se configura para os Estados do Centro-Oeste, estimando-se déficit da ordem de 150.000t em Mato Grosso do Sul e Mato Grosso. Os excedentes dos Estados de Goiás e Minas Gerais atingem apenas 75.000t. Considerando fluxos interestaduais globais, estima-se um déficit aparente para as Regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste de 57 mil toneladas.

Os sinais de carência logo se refletiram nos preços das sementes; enquanto em setembro de 1987 a relação de preços kg semente/kg grão era de 1,5, com decréscimos nos meses posteriores, em setembro de 1988 essa relação oscila entre 1,7 e 2,4 conforme o cultivar, com tendência de alta. Em média, nos Estados do Sul, os preços têm se situado entre 3,5 e 4,0 Obrigações do Tesouro Nacional (OTNs) e, nos do Centro-Oeste, os preços raramente encontram-se abaixo de 4,0 OTNs/sc.40kg.

Não obstante as limitações climáticas já expostas sobre as condições de produção de sementes de soja na Região Centro-Oeste, a presente crise remete a um planejamento de investimentos à semelhança do Projeto Nacional de Crédito de Investimento em Apoio à Produção de Sementes Melhoradas (PROSEMENTES), elaborado para o período 1982-85, via financiamento do Banco Interamericano de Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD), o qual não chegou a se efetivar. Mesmo nessa região, a ocorrência de microclimas com temperaturas mais amenas propiciaria a produção dessa semente.

Em um quadro bem mais restrito, nota-se também a carência na oferta de sementes de amendoim para o Estado de São Paulo. As consecutivas oscilações do mercado de grãos resultaram numa seleção de produtores, limitando a cultura em algumas regiões do Estado, muitas vezes no sistema de renovação das áreas canavieiras, mantendo-se um alto nível tecnológico, face aos grandes riscos incorridos na produção. A taxa de utilização de sementes melhoradas é estimada em 50-60% e o mercado é abastecido por algumas empresas regionais, usinas canavieiras e pela produção da Secretaria da Agricultura. Devido às exigências técnicas, grande parte das sementes é produzida no sistema de certificação (64% em 1986/87). Embora a produção da Secretaria tenha duplicado em relação ao ano anterior e se esperem acréscimos na oferta pela iniciativa privada, a quantidade ofertada é reduzida (quadro 4.13). O preço da semente da Secretaria foi fixado em Cz\$9.920,00 a saca de 40kg, enquanto as demais atingem Cz\$12.000,00 a saca de 40kg (quadro 4.12).

A par desses problemas, a performance do abastecimento de sementes para as grandes culturas apresenta-se tranqüila. Para o plantio de arroz, estima-se uma oferta de 200 mil toneladas nas Regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste, próximas aos níveis do ano anterior, repetindo-se, portanto, a folga no atendimento da demanda. No Estado de São Paulo, a produção está estimada em 6.946t, sendo 3.842t produzidas pela Secretaria da Agricultura. Para este Estado, a taxa de utilização de sementes melhoradas em 1987 foi estimada entre 50% e 60%; entretanto, face à descapitalização dos produtores, a demanda continua fraca. Para outubro de 1988, o preço de venda das sementes produzidas pela Secretaria da Agricultura foi fixado em Cz\$7.240,00/sc. 40kg de arroz irrigado e Cz\$6.200,00 o arroz de sequeiro. As oferecidas pela iniciativa privada são encontradas a Cz\$8.400,00 e Cz\$8.500,00, respectivamente. Acrescente-se que a boa qualidade das sementes certificadas de arroz produzidas pela Secretaria da Agricultura (de boa iden-

tidade genética) tem suscitado solicitações por outros Estados para fins de multiplicação.

Também para as sementes de milho é tranquilo o abastecimento, pois a extrema competitividade na estrutura produtiva de híbridos de milho levou as empresas a operarem com base em planejamentos mercadológicos, além de pesquisas de introdução de novos híbridos e utilização de "merchandising". O deslocamento das empresas das Regiões Sudeste e Sul para a Região Centro-Oeste, já na década de 70, faz com que atualmente a oferta esteja regularizada em todo o País. Para 1988, a produção nessas regiões é estimada em 179,3 mil toneladas, cerca de 2,3% inferior ao de 1987, somando-se um pequeno estoque do ano anterior. Em relação a preços, enquanto em 1987 a retração na área cultivada de milho resultou em grandes excedentes de sementes, levando à queda na relação de preços sementes/grão. (5,5 a 6,0 em outubro de 1987), em setembro de 1988, com a perspectiva de recuperação de área, essa relação atinge 7,5 a 8,0.

Para as sementes de algodão, a estimativa mais otimista de produção é de 60 mil toneladas, com acréscimo nas ofertas dos principais Estados produtores (PR, SP e MG). Em São Paulo, onde a produção é monopólio do Estado, a disponibilidade é de 16,4 mil toneladas. Dada a esperada retração na área da cotonicultura do Estado, cerca de 3 mil toneladas foram dirigidas à comercialização interestadual. O preço fixado para outubro pela Secretaria da Agricultura para o plantio no Estado é de Cz\$3.900,00/sc.30kg, ou seja, ao redor de 1,30 OTN. No Estado do Paraná, onde se iniciou um processo de privatização da Companhia Agropecuária de Fomento Econômico (CAFE) no seu setor de produção e vendas de sementes de algodão, o preço está em torno de 1,8 OTN.

No caso de sementes de feijão, a estimativa de produção para as Regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste é de 20 mil toneladas. O Estado de São Paulo, que tradicionalmente ocupa a liderança na produção, e onde é maior sua utilização (taxa de 30% a 35%, enquanto nas demais raramente atinge a 15%), o setor público continua responsável por grande parte de seu abastecimento. Para a demanda das águas no Estado, a Secretaria da Agricultura deverá dispor de 4.500t de sementes, acrescentando-se 2.500t das empresas particulares. Considerando a produção total de sementes de inverno 1987/88, estima-se uma quantidade superior a 10 mil toneladas, ou seja, com folga para o escoamento para outros Estados. O preço de semente fixado para outubro pela Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo é de Cz\$9.600,00/sc.40kg da variedade Carioca 80 e Cz\$15.760,00 para a variedade Carioca S.H.

Em relação aos aspectos institucionais, várias questões envolvem o setor. Especificamente para o Estado de São Paulo, foram estabelecidas novas normas para o sistema de certificação de eleição de cultivares com fins de melhoria e renovação genética de cultivares, e a opção de utilização de laboratórios privados para a agilização do sistema. Também encontra-se em andamento o aprimoramento da produção de sementes básicas da Secretaria da Agricultura, através da modernização de seu parque produtivo e especialização das UBS dos postos de sementes. Além da busca qualitativa, espera-se em 1988/89 significativo acréscimo na produção de sementes básicas de algodão, amendoim, arroz e feijão pelo setor público para o fortalecimento do sistema de sementes certificadas.

De ordem estrutural, e referente ao Estado de São Paulo, cabe salientar que se encontra em processo o convênio entre Ministério da Agricultura e Secretaria da Agricultura, objetivando congregar em uma mesma instituição a execução das atividades inerentes aos sistemas de produção de sementes e mudas certificadas e fiscalizadas, o que resultará na transferência das atribuições da Coordenadoria Estadual de Produção de Sementes e Mudas, da Delegacia Federal de Agricultura do Ministério da Agricultura (CEPROSEM/DEFA/MA) para o Departamento de Sementes, Mudas e Matrizes da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral da Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo (DSMM/CATI/SEAGRI/SP), eliminando-se a duplicidade de órgãos nestas tarefas.

De ordem estrutural e extensivo às Regiões Centro-Sul e Centro-Oeste, a estadualização das tarefas do setor decorrente da "operação desmonte" da Secretaria de Planejamento do Governo Federal (SEPLAN) apresenta-se como fator de consolidação dos poderes das Comissões Estaduais de Sementes e Mudanças (CESM) e das instituições associativas privadas, estas últimas com proposta de redução da participação do setor público nas tarefas de inspeção na produção de sementes, cabendo ao mesmo apenas a fiscalização do produto final (a partir da UBS e do comércio). Novos arranjos no sistema de fiscalização são favorecidos com o recente credenciamento dos Laboratórios de Análise de Sementes, da iniciativa privada, abrindo-se a possibilidade das associações de produtores assumirem responsabilidade técnica sob a supervisão das CESMs.

No sentido desta proposta, cita-se o relatório da Comissão Nacional de Sementes (CONASEM/MA) de 1986, que aponta deficiência na inspeção da produção de sementes e mudas no Brasil devido à "escassez e extemporaneidade dos recursos orçamentários; dificuldades de gerenciamento; descompasso entre a disponibilidade dos meios e as reais necessidades da inspeção, realidade esta que tem impedido a observância dos requisitos desejados, contribuindo, em consequência, para o decréscimo do volume e da qualidade das sementes colocadas no mercado". Dentro de um quadro de relativa maturidade do setor nas Regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste, uma das propostas para discussão, apresentada nesse relatório, para os Estados abrangidos, versa sobre a exclusão da tutela do setor público das tarefas de inspeção da produção de sementes e mudas.

(IEA, 26/09/88)

QUADRO 4.12- Preços de Venda de Sementes Produzidas pelo Departamento de Sementes, Mudanças e Matrizes da Secretaria da Agricultura, Estado de São Paulo, Outubro de 1988

(em Cz\$/unidade)

Espécie	Unidade (kg)	Destino	
		São Paulo	Outros Estados
Algodão	30	3.900,00	4.680,00
Amendoim	40	9.920,00	11.920,00
Arroz irrigado	40	7.240,00	7.240,00
Arroz sequeiro	40	6.200,00	6.200,00
Cafê	01	590,00	590,00
Capim Colonião IZ-1 ⁽¹⁾	01	1.880,00	1.880,00
Capim Tobiata ⁽¹⁾	01	1.880,00	1.880,00
Capim Centenário	01	5.900,00	5.900,00
Crotalária	40	26.720,00	32.080,00
Dólícos	40	11.680,00	14.000,00
Feijão	40	9.600,00	9.600,00
Feijão IAC-Carioca	40	15.760,00	18.920,00
Galactea Striata	01	2.480,00	2.980,00
Gergelim	01	440,00	530,00
Guandu	40	8.840,00	10.600,00
Macrotyloma Axillare	01	5.340,00	6.400,00
Mamona	30	9.900,00	9.900,00
Milho pipoca	40	12.920,00	15.520,00
Milho híbrido	40	9.200,00	11.040,00
Milho híbrido simples	40	18.960,00	22.760,00
Milho IAC e Maya	40	5.280,00	5.280,00
Milho Pérola Piracicaba	40	9.200,00	11.040,00
Milho variedade Maya Latente	40	5.280,00	5.280,00
Mucuna	40	10.800,00	12.960,00
Quiabo	01	920,00	1.100,00
Soja	40	10.680,00	12.800,00

⁽¹⁾ Ágio e deságio de Cz\$94,00 por kg e por ponto de valor cultural.

Fonte: Departamento de Sementes, Mudanças e Matrizes da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral da Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo (DSMM/CATI/SEAGRI-SP).

QUADRO 4.13-Produção de Sementes Certificadas e Fiscalizadas no Estado de São Paulo, 1985/86 a 1987/88

(em tonelada)

Produto	Sementes certificadas								
	Secretaria de Agricultura			Empresas particulares			Total		
	1985/86	1986/87	1987/88	1985/86	1986/87	1987/88	1985/86	1986/87	1987/88 ⁽¹⁾
Algodão	16.349	13.391	16.404	0	0	0	16.349	13.391	16.404
Amendoim	2.352	927	1.850	4.722	3.079	4.400	7.074	4.006	6.250
Arroz	6.466	4.323	3.842	824	1.110	48	7.290	5.433	3.890
Batata-semente	0	0	0	4.562	8.027	8.100	0	8.027	8.100
Feijão	5.967	3.366	8.381	0	0	320	5.967	3.366	8.701
Milho Híbrido	2.909	3.302	3.488	4.997	5.761	6.000	7.906	9.063	9.488
Milho Variedade	674	500	983	214	128	520	888	628	1.503
Soja	2.070	1.248	1.640	7.077	7.326	2.880	9.147	8.574	4.520
Trigo	7.670	3.355	7.400	8.305	3.760	6.180	15.975	7.115	13.580

Produto	Sementes fiscalizadas			Produção total (Certificadas + Fiscalizadas)				Produção de sementes fiscalizadas em relação ao total (%)		
	1985/86	1986/87	1987/88 ⁽²⁾	1985/86	1986/87	1987/88 ⁽³⁾	Variação(%) (e/d) (f/e)	1985/86	1986/87	1987/88
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f)		(a/d)	(b/e)	(c/f)
Algodão	0	0	0	16.349	13.391	16.404	-18,09 22,50	-	-	-
Amendoim	3.397	2.261	9.609	10.471	6.267	15.859	-40,15 153,05	32,44	36,08	60,59
Arroz	2.282	2.882	3.056	9.572	8.315	6.946	-13,13 -16,46	23,84	34,66	44,00
Batata-semente	0	0	0	4.562	8.027	8.100	75,95 0,91	-	-	-
Feijão	1.083	3.164	7.017	7.050	6.530	15.718	-7,37 140,70	15,36	48,45	44,64
Milho Híbrido	44.147	51.226	52.432	52.053	60.289	61.920	15,82 2,70	84,81	84,97	84,68
Milho Variedade	934	514	526	1.822	1.142	2.029	-37,32 77,67	51,26	45,00	25,92
Soja	32.230	25.144	63.032	41.377	33.718	67.552	-18,51 100,34	77,89	74,57	93,31
Trigo	26.881	39.331	36.077	42.856	46.446	49.657	8,38 6,91	62,72	84,68	72,65

⁽¹⁾ Estimativa de produção de setembro de 1988.

⁽²⁾ Estimativa de produção a partir da área inscrita.

⁽³⁾ Com dados das sementes fiscalizadas estimadas a partir da área inscrita e estimativa de produção de sementes certificadas das empresas particulares.

Fonte: Departamento de Sementes, Mudas e Matrizes da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral da Secretaria da Agricultura do Estado de São Paulo (DSMM/CATI/SEAGRI/SP) e Coordenadoria Estadual de Produção de Sementes e Mudas da Delegacia Federal da Agricultura do Ministério da Agricultura (CEPROSEM/DFA/MA).

Com o Plano de Estabilização Econômica, houve, em 1986, acentuada valorização de todos os tipos de terra, em função, principalmente, das baixas taxas de juros que tornaram menos atrativas as aplicações no mercado financeiro e do acréscimo da área cultivada de diversas culturas no País, tais como, trigo, milho e arroz.

No primeiro semestre de 1987, contudo, segundo a Fundação Getúlio Vargas (FGV), os preços reais de terra no Brasil foram inferiores aos registrados no mesmo período do ano anterior. As terras de lavoura apresentaram decréscimo de 29,5%, as de campo de 20,3%, as de pastagens de 24,1% e as de mata de 23,0%.

Também, no segundo semestre de 1987, as terras prosseguiram desvalorizando-se consideravelmente em todas as regiões e categorias, entre 40,2% e 74,6%, em termos reais, comparativamente ao mesmo período do ano anterior. Por outro lado, quando cotejados com os do segundo semestre de 1985, anterior ao Plano Cruzado, os preços reais apresentaram comportamento diferenciado a nível de região. Foram, por exemplo, superiores para a Sudeste e inferiores para a Centro-Oeste, porém, no Brasil como um todo, em termos reais, os preços médios das terras apresentaram decréscimo entre 1,9% e 7,8% (quadro 4.14).

Dentre os diversos fatores que contribuíram para essa retração no mercado de terra destacam-se: a) altas taxas de juros no mercado; b) acentuado decréscimo nos preços reais para a maioria dos produtos agrícolas que, juntamente com o aumento do custo de produção, contribuiu negativamente para a rentabilidade do setor; c) aumento na oferta de terras, para saldar dívidas contraídas no período do Plano Cruzado; e d) início da fase descendente do ciclo da pecuária.

Em todos os Estados da Região Centro-Sul, no segundo semestre de 1987, as terras para lavoura desvalorizaram-se em relação ao mesmo período do ano passado. O maior decréscimo nos preços reais observou-se em Espírito Santo (75,1%) e o menor no Rio Grande do Sul (36,3%). Para os demais tipos de terra, verificou-se, nos vários Estados, queda nos preços reais entre 2,7% e 77,3% (quadros 4.15 e 4.16).

Em 1987, tendo em vista o aumento da oferta de produto agrícola e o menor poder aquisitivo do consumidor terem contribuído para a queda real dos preços recebidos pelos agricultores, com a renda do setor agrícola obtida sendo a mais baixa da década de 80 (1980-87), os valores de arrendamento de terra para lavoura, que mostram grande correlação com a própria atividade produtiva da terra, apresentaram-se na Região Centro-Sul, no segundo semestre de 1987, inferiores, em termos reais, aos observados em igual período do ano precedente (quadro 4.17).

Os arrendamentos de terra para exploração animal também mostraram decréscimos em todos os Estados da Região Centro-Sul, no referido período, entre 20,7% e 64,2%. Esses decréscimos podem ser explicados, em grande parte, pela queda nos preços da carne bovina no decorrer do primeiro semestre de 1987 e que persistiram estáveis no período de junho a outubro, na fase de

entressafra, quando normalmente se observam os maiores aumentos (quadro 4.17).

Analisando-se a relação entre preço de venda de terra para lavoura e valor de arrendamento, no segundo semestre de 1987, nos Estados da Região Centro-Sul, com exceção de São Paulo, em comparação com 1986, observa-se que a mesma está bastante favorável à prática de arrendamento. Entretanto, o número de anos de arrendamentos para adquirir um hectare de terra para lavoura variou nos vários Estados, com valores entre os extremos de 8,50 (Espírito Santo) e 29,72 (São Paulo) (quadro 4.18).

Com a continuidade da política econômica apesar da recuperação dos preços reais de diversos produtos agrícolas, no primeiro semestre de 1988, as terras continuaram desvalorizando-se, em vários Estados, como por exemplo São Paulo e Minas Gerais.

Segundo levantamento do Instituto de Economia Agrícola (IEA) e da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI), em junho de 1988, os preços médios de terra no Estado de São Paulo foram inferiores, em termos reais, aos observados em junho de 1987. As terras de primeira apresentaram decréscimo de 34,7%; as de segunda, 35,1%; as de pastagem 33,1%; a de reflorestamento, 33,2%; e as de campo, 31,7% (quadro 4.19).

A nível de Divisão Regional Agrícola (DIRA), de modo geral, para todas as categorias registrou-se decréscimo no valor da terra, no referido período, com exceção da DIRA de São José do Rio Preto, onde se verificou acréscimo no preços reais entre 3,3% e 17,9%, o que pode ser explicado, em parte, pelo acréscimo dos preços reais recebidos pelos produtores em junho de 1988, em relação ao mesmo mês do ano anterior, principalmente da laranja (39,8%) e da mandioca para indústria (191,5%).

Analisando-se as variações correntes dos preços das terras e de alguns indicadores de mercado de capitais, no período de junho de 1987 a junho de 1988, constata-se que os de terras também apresentaram menor taxa de crescimento em relação à taxa de câmbio, Obrigações do Tesouro Nacional (OTN) e Índice de Lucratividade Bovespa, que cresceram, respectivamente, 346,8%, 330,6% e 632,5%. Portanto, a terra, com variação média de 250,0%, não representou uma boa alternativa de investimento. Ressalte-se que nessa análise não se levou em consideração a liquidez desses ativos.

Os aluguéis de pasto no Estado de São Paulo, por hectare, para pagamento mensal, entre junho de 1987 e junho de 1988, em termos reais, apresentaram decréscimo de 21,9%. Outros tipos de contratos, anual por hectare e mensal por cabeça, também apresentaram decréscimos de, respectivamente, 37,3% e 37,6%. Esses decréscimos podem ser explicados, principalmente, pela queda de 16,0% nos preços reais do boi gordo no referido período (quadro 4.20).

No Estado do Paraná, de acordo com o Departamento de Economia Rural (DERAL), da Secretaria da Agricultura, os preços das terras agrícolas, que vinham apresentando desvalorização real nos cinco primeiros meses de 1988, mostraram em junho e julho reajustes acima da inflação. Por exemplo, o preço das terras mecanizáveis destocadas, em hectare, passou de Cz\$238,9 mil em maio para Cz\$426,5 mil em julho, com acréscimo de 21,6% em termos reais (quadro 4.21).

O mercado de terras agrícolas na Região Centro-Sul, no início do segundo semestre de 1988, começou a apresentar ligeira movimentação, tendo em vista principalmente: a) o aumento das cotações do boi gordo em consequência da proximidade do início do período de entressafra, assim como o fechamento de contrato de exportação de carne bovina entre Brasil e Irã; b) a alta nos preços da soja, a qual era comercializada a Cz\$1,2 mil a saca de 60kg em março de 1988, início da colheita, aumentando para Cz\$3,4 mil, em julho de 1988; c) a recuperação dos preços do milho; e d) preços estimulantes para a laranja.

Apesar desses fatores contribuírem para elevar os preços da terra, o aumento dos

custos de produção e as altas de juros, tornando mais atrativas as aplicações no mercado financeiro, poderão contribuir para refrear esse aquecimento no mercado de terras nos próximos meses.

(IEA, 06/09/88)

QUADRO 4.14 - Preço Corrente de Venda de Terra, por Categoria e por Região, Brasil, 1985-87⁽¹⁾
(em Cz\$/ha)

Categoria e região	1985		1986		1987		Var. percentual real ⁽²⁾	
	1º Sem.	2º Sem.	1º Sem.	2º Sem.	1º Sem.	2º Sem.	(f/b)	(f/d)
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f)		
Lavoura								
Norte	861,07	1.603,44	3.530,41	6.011,40	8.088,23	12.807,94	-0,1	-58,7
Nordeste	1.165,59	2.240,43	6.498,07	11.109,35	17.862,36	26.360,97	38,2	-54,0
Sudeste	5.508,27	10.808,69	27.019,87	52.746,26	63.200,65	92.361,69	0,4	-66,0
Sul	6.875,40	13.139,39	25.131,27	41.534,03	54.068,67	90.981,51	-18,7	-57,5
Centro-Oeste	3.205,52	5.789,04	13.958,03	26.313,55	33.757,17	39.621,92	-19,6	-70,8
Brasil	4.386,04	8.505,25	18.829,66	33.909,70	43.386,13	66.718,40	-7,8	-61,8
Campo								
Norte	150,56	238,87	679,69	4.415,11	5.297,01	5.788,95	184,7	-74,6
Nordeste	545,68	1.220,85	3.132,85	5.478,60	7.894,09	13.185,85	0,3	-53,3
Sudeste	2.268,50	4.698,14	11.854,46	24.026,34	29.194,25	42.830,41	7,1	-65,4
Sul	3.104,63	5.445,14	16.053,90	30.473,92	30.873,81	54.125,79	16,8	-65,6
Centro-Oeste	1.214,29	2.361,11	5.533,96	10.256,64	13.662,41	18.879,39	-6,1	-64,3
Brasil	1.634,16	3.217,23	7.469,98	14.865,06	19.460,84	26.860,28	-1,9	-65,0
Pastagem								
Norte	610,48	1.216,16	2.483,21	4.338,14	6.899,57	10.974,30	6,0	-50,9
Nordeste	947,06	2.014,72	2.018,97	8.482,72	13.013,41	20.095,59	17,2	-54,1
Sudeste	3.424,06	6.610,73	16.685,56	33.517,70	40.894,62	57.594,07	2,3	-66,7
Sul	3.508,42	6.490,31	12.246,16	21.107,46	28.852,18	55.141,67	-0,2	-49,3
Centro-Oeste	2.199,17	4.059,21	9.189,96	17.335,22	23.567,80	29.927,33	-13,4	-66,5
Brasil	2.466,39	4.698,19	10.865,28	20.623,46	26.952,78	39.234,42	-1,9	-63,1
Mata								
Norte	210,10	433,63	1.295,27	2.238,16	3.896,74	6.897,78	86,0	-40,2
Nordeste	536,29	1.130,44	2.595,21	4.863,91	7.365,89	11.013,71	14,4	-56,1
Sudeste	4.208,53	8.262,13	20.276,91	40.463,43	53.058,16	74.209,88	5,5	-64,4
Sul	3.478,77	7.379,69	17.116,91	27.754,96	36.448,09	57.687,65	-8,2	-59,7
Centro-Oeste	1.450,18	2.552,12	6.489,27	11.154,41	15.988,55	21.300,73	-2,0	-63,0
Brasil	1.471,07	3.095,27	6.778,78	12.349,89	17.060,40	24.691,29	-6,3	-61,2

⁽¹⁾ No primeiro semestre o levantamento foi realizado em junho e no segundo semestre, em dezembro.

⁽²⁾ Relação de preços reais, em cruzado de junho de 1988, corrigido pelo índice "2" da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Fonte: Fundação Getúlio Vargas (FGV) e Instituto de Economia Agrícola (IEA).

QUADRO 4.15 - Preço Corrente de Venda de Terra para Lavoura e para Pastagem, Região Centro-Sul, Brasil, 1985-87 ⁽¹⁾

(em Cz\$/ha)

Categoria e estado	1985		1986		1987		Variação percentual real ⁽²⁾	
	1º Sem. (a)	2º Sem. (b)	1º Sem. (c)	2º Sem. (d)	1º Sem. (e)	2º Sem. (f)	(f/b)	(f/d)
Lavoura								
Minas Gerais	3.555,46	8.103,42	20.927,02	42.260,44	49.846,12	62.635,38	-9,2	-71,3
Espírito Santo	4.329,69	10.581,51	32.036,27	52.593,40	63.165,60	67.482,43	-25,1	-75,1
Rio de Janeiro	4.306,12	9.140,56	26.143,84	43.773,96	66.569,34	103.611,90	33,1	-54,1
São Paulo	7.304,07	13.091,00	30.961,00	61.825,00	72.739,00	116.718,00	4,7	-63,4
Paraná	8.924,60	19.318,16	37.180,01	61.681,25	63.910,44	104.823,74	-36,3	-67,1
Santa Catarina	3.313,82	6.729,12	16.962,27	29.837,50	46.370,25	73.027,85	27,5	-52,5
Rio Grande do Sul	5.885,78	8.997,55	15.896,00	25.566,16	46.799,41	82.663,68	7,9	-37,3
Mato Grosso do Sul	5.551,56	9.044,24	17.484,78	34.243,00	45.036,92	61.405,77	-20,2	-65,2
Mato Grosso	1.799,60	3.405,03	7.813,08	14.315,83	24.833,71	29.819,17	2,9	-59,6
Goiás	2.727,48	5.195,32	13.887,01	25.861,75	31.806,30	34.660,68	-21,6	-74,0
Pastagem								
Minas Gerais	2.546,33	5.354,07	13.700,78	28.208,95	36.196,26	47.015,75	3,1	-67,7
Espírito Santo	3.084,88	7.968,79	23.604,01	37.918,89	45.456,29	47.514,51	-30,0	-75,7
Rio de Janeiro	2.492,83	5.865,20	17.470,99	33.364,43	49.153,09	78.972,50	58,2	-54,1
São Paulo	5.894,00	9.764,00	23.200,00	46.600,00	51.100,00	83.400,00	0,3	-65,3
Paraná	5.183,24	11.224,05	23.230,86	40.692,01	44.459,39	70.158,28	-26,6	-66,6
Santa Catarina	2.288,07	4.473,90	12.228,00	21.145,03	32.537,01	48.471,20	27,3	-55,6
Rio Grande do Sul	3.198,12	5.371,66	8.864,33	15.066,22	23.421,49	51.639,25	12,9	-33,6
Mato Grosso do Sul	2.902,67	5.089,29	10.249,33	18.830,64	27.326,76	35.586,75	-17,9	-63,4
Mato Grosso	1.277,31	2.634,84	5.242,88	9.748,78	18.224,48	22.218,52	-0,9	-55,8
Goiás	1.917,49	3.676,69	9.793,22	18.995,70	22.230,34	27.778,78	-11,2	-71,6

⁽¹⁾ No primeiro semestre o levantamento foi realizado em junho e no segundo semestre, em dezembro.

⁽²⁾ Relação de preços reais, em cruzado de junho de 1988, corrigido pelo Índice "2" da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Fonte: Fundação Getúlio Vargas (FGV) e Instituto de Economia Agrícola (IEA).

QUADRO 4.16 - Preço Corrente de Venda de Terra de Mata e de Campo, Região Centro-Sul, Brasil, 1985-87 ⁽¹⁾

(em Cz\$/ha)

Categoria e estado	1985		1986		1987		Variação percentual real ⁽²⁾	
	1º Sem. (a)	2º Sem. (b)	1º Sem. (c)	2º Sem. (d)	1º Sem. (e)	2º Sem. (f)	(f/b)	(f/d)
Mata								
Minas Gerais	2.032,03	4.635,35	11.567,81	23.171,19	35.196,24	41.907,65	6,2	-64,9
Espírito Santo	3.323,31	7.729,54	24.164,86	42.190,40	47.506,06	49.345,58	-25,0	-77,3
Rio de Janeiro	2.153,37	4.737,92	12.646,45	25.199,69	49.096,96	59.174,24	46,7	-54,5
São Paulo	8.413,00	15.024,00	34.900,00	71.200,00	84.500,00	136.800,00	7,0	-2,7
Paraná	4.341,58	10.613,29	20.033,90	32.139,71	38.237,75	58.747,06	-35,0	-64,5
Santa Catarina	2.420,94	5.039,72	12.835,97	21.319,95	33.821,59	56.132,86	30,8	-48,9
Rio Grande do Sul	3.293,62	5.242,55
Mato Grosso do Sul	2.732,52	4.488,76	10.938,96	18.397,52	24.939,42	39.514,84	3,4	-58,4
Mato Grosso	905,99	1.707,94	3.450,20	5.819,51	9.970,10	12.000,87	-17,5	-60,0
Goiás	1.095,90	2.040,19	6.450,91	11.493,49	15.813,23	17.893,95	3,0	-63,9
Campo								
Minas Gerais	1.518,22	3.259,27	8.777,21	19.103,99	23.925,36	31.668,09	14,1	-67,9
Espírito Santo	2.647,44	6.545,60	19.278,95	31.980,90	42.453,93	42.747,79	-23,2	-74,1
Rio de Janeiro	2.327,72	4.884,78	14.150,16	26.323,90	45.244,21	65.894,78	58,5	-51,5
São Paulo	4.144,00	8.105,00	18.300,00	35.170,00	33.300,00	68.300,00	-1,0	-62,4
Paraná	4.551,03	9.164,97	19.877,69	37.339,93	43.647,24	61.401,95	-21,3	-68,1
Santa Catarina	1.809,17	4.106,83	9.066,74	17.927,78	27.144,42	40.830,18	16,8	-55,8
Rio Grande do Sul	2.877,39	4.524,58	27.566,64
Mato Grosso do Sul	1.721,62	3.233,59	6.654,85	12.143,75	17.701,80	26.054,75	-5,3	-58,4
Mato Grosso	633,36	1.280,40	3.004,03	5.718,91	8.154,49	9.263,84	-15,0	-68,6
Goiás	977,76	1.986,63	5.511,21	10.330,10	12.075,63	16.091,84	-4,8	-69,8

⁽¹⁾ No primeiro semestre o levantamento foi realizado em junho e no segundo semestre, em dezembro.

⁽²⁾ Relação de preços reais, em cruzado de junho de 1988, corrigido pelo índice "2" da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Fonte: Fundação Getúlio Vargas (FGV) e Instituto de Economia Agrícola (IEA).

QUADRO 4.17 - Preço de Arrendamento de Terra para Lavoura e para Exploração Animal, Região Centro-Sul, Brasil, 1985-87 (1)

(em Cz\$/ha/ano)

Finalidade e estado	1985		1986		1987		Variação percentual real (2)	
	1º Sem. (a)	2º Sem. (b)	1º Sem. (c)	2º Sem. (d)	1º Sem. (e)	2º Sem. (f)	(f/b)	(f/d)
Lavoura								
Minas Gerais	337,45	588,58	1.015,40	1.576,06	3.118,80	5.362,13	7,0	-34,0
Espírito Santo	461,21	924,36	1.935,30	2.938,54	4.830,00	7.941,12	0,9	-47,6
Rio de Janeiro	418,96	777,20	1.219,37	1.877,64	3.576,34	7.836,45	18,4	-19,1
São Paulo	331,87	664,00	1.524,00	3.927,00	-30,5	...
Paraná	547,75	1.128,43	1.830,65	2.196,47	3.553,66	7.217,24	-24,9	-36,3
Santa Catarina	529,18	1.034,96	1.662,26	2.083,56	3.882,25	7.492,63	-14,9	-30,3
Rio Grande do Sul	330,32	644,71	1.109,65	1.290,37	3.345,36	5.283,55	-3,7	-20,6
Mato Grosso do Sul	511,81	867,54	1.340,43	1.649,61	2.386,62	5.478,63	-25,8	-35,6
Mato Grosso	236,52	633,39	938,94	1.105,02	1.670,72	3.102,82	-42,4	-45,6
Goiás	265,12	607,32	944,97	1.397,94	1.739,84	3.576,75	-30,8	-50,4
Exploração animal								
Minas Gerais	149,31	300,22	568,07	885,35	1.852,84	2.877,04	12,6	-37,0
Espírito Santo	145,18	289,00	606,51	987,70	1.949,26	2.293,78	-6,8	-55,0
Rio de Janeiro	140,90	345,54	568,91	986,27	1.754,36	3.287,56	11,8	-35,4
São Paulo	244,00	480,00	950,00	1.558,80	2.770,00	3.600,00	-11,9	-55,2
Paraná	247,09	510,31	862,64	1.223,07	1.755,35	3.571,04	-17,8	-43,4
Santa Catarina	195,40	345,46	566,29	978,60	1.345,53	3.203,71	8,9	-36,5
Rio Grande do Sul	89,21	155,61	357,08	475,74	818,38	1.607,45	21,3	-34,5
Mato Grosso do Sul	160,94	320,57	511,81	744,05	1.406,00	2.962,32	8,5	-22,8
Mato Grosso	154,83	333,55	535,28	664,76	1.550,57	2.719,93	-4,2	-20,7
Goiás	193,93	412,58	881,51	1.384,02	1.700,81	2.555,62	-27,2	-64,2

(1) No primeiro semestre o levantamento foi realizado em junho e no segundo semestre, em dezembro.

(2) Relação de preços reais, em cruzado de junho de 1988, corrigido pelo Índice "2" da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Fonte: Fundação Getúlio Vargas (FGV) e Instituto de Economia Agrícola (IEA).

QUADRO 4.18 - Relação de Preços de Venda de Terra para Lavoura/Valor do Arrendamento de Terra para Lavoura, Região Centro-Sul, 1985-87⁽¹⁾

Estado	1985		1986		1987	
	1º Sem.	2º Sem.	1º Sem.	2º Sem.	1º Sem.	2º Sem.
Minas Gerais	10,54	13,76	20,60	26,81	15,98	11,68
Espírito Santo	9,39	11,44	16,55	17,90	13,08	8,50
Rio de Janeiro	10,30	11,76	21,44	23,31	18,62	13,22
São Paulo	22,00	19,71	20,31	29,72
Paraná	16,29	17,11	20,30	28,08	17,99	14,52
Santa Catarina	6,26	6,50	10,20	14,32	11,95	9,75
Rio Grande do Sul	17,82	13,95	14,32	19,81	19,96	15,64
Mato Grosso do Sul	10,85	10,42	13,04	20,76	18,88	11,21
Mato Grosso	7,61	5,37	8,32	12,95	14,87	9,61
Goiás	10,29	8,55	14,69	18,50	18,29	9,69

(¹) No primeiro semestre o levantamento foi realizado em junho e no segundo semestre, em dezembro.

Fonte: Fundação Getúlio Vargas (FGV).

QUADRO 4.19 - Valor Corrente de Terra Nua, a Nível de DIRA, Estado de São Paulo, 1987/88

(em Cz\$/ha)

DIRA	Terra de primeira		Terra de segunda		Terra p/ pastagem		Terra p/reflorestamento		Terra de campo	
	Junho 87	Junho 88	Junho 87	Junho 88	Junho 87	Junho 88	Junho 87	Junho 88	Junho 87	Junho 88
Registro	45.500	128.000	22.800	67.000	19.600	46.000	15.100	25.000	9.100	52.000
São José dos Campos	103.100	405.000	64.600	241.000	38.300	186.000	30.400	132.000	26.100	103.000
Sorocaba	117.400	318.000	88.200	249.000	68.500	220.000	53.300	182.000	51.900	173.000
Campinas	188.500	509.000	146.800	377.000	115.200	296.000	95.900	240.000	86.400	230.000
Ribeirão Preto	93.100	338.000	76.200	264.000	64.300	209.000	53.300	151.000	48.500	136.000
Bauru	84.400	233.000	64.200	187.000	50.900	154.000	39.700	111.000	30.800	100.000
São José do Rio Preto	52.700	285.000	42.400	236.000	39.200	219.000	30.300	187.000	30.700	167.000
Araçatuba	51.400	234.000	43.500	189.000	40.700	187.000	35.300	170.000	37.400	197.000
Presidente Prudente	49.800	184.000	39.200	147.000	36.400	131.000	31.400	118.000	27.300	104.000
Marília	58.900	257.000	45.500	189.000	38.100	143.000	27.700	109.000	29.200	111.000
Estado	84.500	289.000	63.300	215.000	51.100	179.000	41.200	144.000	38.300	137.000

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA) e Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI).

QUADRO 4.20 - Aluguel de Pasto, Estado de São Paulo, 1985-88 (1)

(em cruzado)

Ano	Hectare por mês			Hectare por ano			Cabeça por mês		
	Corrente (2)	Real (3)	Índice real (4)	Corrente (2)	Real (3)	Índice real (4)	Corrente (2)	Real (3)	Índice real (4)
1985	22,10	1.041,04	100	244,00	11.493,81	100	14,00	659,48	100
1986	89,00	1.521,70	146	950,00	16.242,86	141	54,00	923,28	140
1987	245,00	1.282,95	123	2.770,00	14.505,23	126	150,00	785,48	119
1988	1.002,00	1.002,00	96	9.094,00	9.094,00	79	490,00	490,00	74

(1) Informações coletadas em junho de cada ano.

(2) Média do Estado, valor corrente, ponderado pela área de pastagem por Divisão Regional Agrícola (DIRA).

(3) Média do Estado, valor em cruzado de junho de 1988, corrigido pelo índice "2" da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

(4) Índice simples. Base de comparação: 1985=100.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA) e Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI).

QUADRO 4.21 - Preço de Venda de Terra, Estado do Paraná, Janeiro a Julho de 1988

(em Cz\$/ha)

Tipo e mês	Terra mecanizável não destocada		Terra mecanizável destocada		Terra mecanizável p/lavoura		Terra mecanizável p/pecuária	
	Corrente	Real (1)	Corrente	Real (1)	Corrente	Real (1)	Corrente	Real (1)
Terra roxa								
Janeiro	100.173	294.090	142.351	417.917	81.600	239.563	73.520	215.841
Fevereiro	115.387	287.946	175.296	437.448	100.000	249.548	85.760	214.013
Março	134.200	283.417	192.900	407.386	110.200	232.731	94.260	199.068
Abril	162.000	284.321	221.700	389.098	124.600	218.681	105.200	184.633
Maio	177.600	260.815	238.900	350.837	134.300	197.226	118.000	173.289
Junho	302.900	368.140	346.140	420.644	178.100	216.460	155.900	189.478
Julho	366.000	366.000	426.500	426.500	222.900	222.900	196.600	196.600
Terra arenosa/arenito								
Janeiro	50.120	147.143	69.330	203.540	44.300	130.057	42.160	123.774
Fevereiro	56.438	140.840	74.830	186.737	40.280	100.518	50.630	126.346
Março	74.400	157.125	95.170	200.990	54.260	114.592	56.210	118.710
Abril	74.820	131.314	96.940	170.136	62.080	108.954	64.680	113.518
Maio	85.440	125.473	110.900	162.862	76.370	112.153	68.630	100.787
Junho	99.520	120.955	140.800	171.126	96.890	117.758	102.200	124.212
Julho	131.700	131.700	177.000	177.000	122.000	122.000	117.600	117.600
Terra mista								
Janeiro	56.925	167.121	78.247	229.719	46.594	136.791	44.281	130.001
Fevereiro	66.346	165.565	85.803	212.872	49.867	124.442	52.820	131.811
Março	76.080	160.673	104.700	221.116	59.600	125.869	58.610	123.778
Abril	85.060	149.286	114.400	200.780	67.080	117.730	65.750	115.396
Maio	96.430	141.612	128.200	188.268	75.000	110.141	72.900	107.057
Junho	121.200	147.304	168.400	204.671	98.890	120.189	92.420	112.326
Julho	152.300	152.300	216.900	216.900	129.300	129.300	119.000	119.000

(1) Em cruzado de julho de 1988, corrigido pelo Índice "2" da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Fonte: Departamento de Economia Rural (DERAL) da Secretaria da Agricultura do Paraná.

TRATOR

Em 1987, o desempenho do setor de tratores, quando comparado com os excelentes resultados obtidos em 1986, principalmente em função das mudanças da política econômica introduzida pelo Plano Cruzado, pode ser considerado apenas razoável e muito semelhante ao de 1985. A produção total da indústria, em 1987, apresentou decréscimo de 10,9% em relação ao ano anterior, caindo de 61,4 para 54,7 mil unidades, enquanto que as vendas para o mercado interno sofreram retração de 18,2%, passando de 55,5 para 45,4 mil unidades. Somente as vendas para o mercado externo (Estados Unidos, América Latina e África) evoluíram positivamente, com crescimento da ordem de 27,8%, sendo exportadas 7,8 mil unidades, com faturamento de US\$303 milhões (quadro 4.22).

Entre as principais dificuldades nas vendas internas enfrentadas pela indústria de tratores em 1987, destacam-se: a) os preços dos tratores subiram em média 550,0% em função do repasse dos aumentos de custos de produção, enquanto que a inflação chegou ao patamar de 365,0% e os preços recebidos pelos agricultores aumentaram apenas 273,0%, tendo como consequência a deterioração do poder de compra dos produtores rurais; b) as elevadas taxas de retorno no mercado financeiro, aliadas à redução dos riscos envolvidos nesse tipo de aplicação, geraram desestímulo entre os agricultores para investir na compra de máquinas agrícolas.

No final de 1987, uma das principais reivindicações do setor era maior liberdade na definição dos reajustes, sob a justificativa de que os preços se encontravam com grande defasagem em relação aos custos de produção. A partir de março de 1988, com a Portaria nº 132/88, do Ministério da Fazenda, o setor de tratores deixou de ter seus preços controlados diretamente pelo Conselho Interministerial de Preços (CIP) e passou para o sistema de liberdade vigiada. De acordo com essa portaria, as montadoras definem os índices de reajustes, encaminhando ao CIP, até o dia 12 de cada mês, as planilhas de custos, podendo inclusive complementá-las até o dia 15. Para que o índice adotado possa refletir os custos incorridos no mês inteiro, visto que o novo preço passa a ser praticado a partir do último dia útil, as empresas podem adicionar uma estimativa de variação de custos relativa à quinzena seguinte.

A marca histórica da safra 1987/88, com a produção de 66 milhões de toneladas de grãos, gerou expectativas otimistas para a indústria de tratores em 1988, cujo objetivo era de comercializar 50 mil unidades, o que representaria acréscimo de 5 mil unidades a mais do que em 1987. Porém, o balanço dos sete primeiros meses de 1988 indica que tanto a produção como as vendas totais para o mercado interno, quando comparadas com igual período do ano anterior, decresceram, respectivamente, 15,8% (passando de 32.697 para 27.544 unidades) e 22,3% (de 26.451 para 20.547 unidades). Apenas as vendas de tratores de roda com potência entre 100 a 199CV apresentaram resultados positivos (24,6%), por tratar-se de um tipo que ganha em economia e produtividade na limpeza e preparação do terreno para plantio, como vem se observando principalmente nas regiões de fronteira agrícola do Centro-Oeste (quadro 4.23).

As vendas externas evoluíram positivamente, no referido período, e compensaram em parte as quedas ocorridas para o mercado interno, sendo exportadas 6.333 unidades, com o faturamento de US\$326 milhões, representando aumento de 87,2%.

O fraco desempenho das vendas no primeiro semestre pode ser atribuído não somente aos sucessivos reajustes nos preços dos tratores e demais insumos agrícolas acima da inflação,

tornando desfavorável os termos de troca para todos os produtos agrícolas exceto o amendoim, mas também às elevadas taxas de juros, as quais exercem duplo efeito negativo sobre a demanda: o crédito de financiamento para a compra de tratores é atrelado à variação do valor das Obrigações do Tesouro Nacional (OTN), gerando incerteza em relação ao custo final do financiamento; e parte dos agricultores está preferindo especular no mercado financeiro em que a rentabilidade é maior do que na atividade produtiva (quadro 4.24). A única exceção, durante o primeiro semestre de 1988, foi em junho, mês que tradicionalmente apresenta bons resultados, em função da sazonalidade característica do setor, visto que as vendas estão concentradas no período de junho a outubro, quando se processa a preparação da terra para o plantio da próxima safra.

Em julho, a elevação dos preços dos grãos no mercado internacional, causada pela seca nos Estados Unidos, renovou as perspectivas otimistas de que a demanda por tratores permanecesse aquecida. Porém, a anistia da correção monetária das dívidas de alguns produtores rurais adotada pela Assembleia Constituinte forçou o Governo Federal, na tentativa de reduzir o déficit do Tesouro Nacional, a bloquear as linhas de crédito do Banco do Brasil, que é o principal agente financiador de crédito para o custeio e investimento do setor agrícola. Como consequência, as vendas em julho decresceram acentuadamente, para 2.700 unidades, colocando-se como as menores em relação aos demais meses de 1988, com algumas empresas chegando a acumular, em seus pátios, estoques equivalentes a dois meses de comercialização.

Essa conjuntura desfavorável levou o setor a rever suas estimativas para 1988, prevendo-se decréscimo de 20,0% a 35,0% nas vendas, situando-se entre 30 a 36 mil tratores, o que significará o pior resultado dos últimos cinco anos. Se isso realmente se concretizar, esse nível de compras não deverá ser suficiente para repor as máquinas desgastadas, pois, segundo a indústria, haveria necessidade da venda de 70 mil unidades para renovação da atual frota, estimada em cerca de 570 mil unidades.

Apesar das previsões de se exportar 8 mil unidades, com faturamento de US\$400 milhões em 1988, o setor de tratores estima que existe defasagem cambial de 40%, uma vez que os preços do aço, principal componente dos custos de produção, estão sendo reajustados bem acima da inflação, o que no futuro pode significar perda de importante parcela do mercado externo, agravando mais a situação da indústria de tratores.

Entre as medidas de curto prazo sugeridas pela indústria como capazes de estimular as vendas para o mercado interno estaria a retirada total do Imposto sobre Circulação de Mercadorias (ICM), que representaria diminuição de 15,0%, no preço final do trator, enquanto que a médio prazo a rentabilidade do setor no mercado externo poderia ser assegurada através de incentivos e subsídios fiscais para as exportações de tratores e, ao mesmo tempo, para a importação de máquinas e equipamentos, de modo a atualizar o nível tecnológico do parque industrial.

(IEA, 05/09/88)

QUADRO 4.22 - Evolução da Produção e Vendas de Tratores, Brasil, 1983-87
(em unidade)

Item	1983	1984	1985	1986 ⁽¹⁾	1987	Variação(%)	
						1987/86	1987/85
Trator de 4 rodas							
Produção	21.949	44.687	42.676	47.398	43.213	-8,8	1,2
Vendas mercado interno	21.809	40.849	39.982	42.335	36.156	-14,6	-9,6
Exportação	1.883	3.291	3.275	5.353	6.358	18,8	94,1
Total de vendas	23.692	44.140	43.257	47.688	42.514	-10,8	-1,7
Cultivador motorizado							
Produção	3.212	2.595	3.300	7.128	4.313	-39,5	30,7
Vendas mercado interno	2.996	2.566	3.139	6.558	3.593	-45,2	14,5
Exportação	103	213	259	467	641	37,2	147,5
Total de vendas	3.099	2.779	3.498	7.025	4.234	-39,7	21,0
Microtrator							
Produção	663	1.155	1.238	4.497	4.540	0,9	266,7
Vendas mercado interno	687	1.103	1.261	4.382	3.644	-16,8	189,0
Exportação	2	7	19	117	300	156,4	1.478,0
Total de vendas	689	1.110	1.280	4.499	3.944	-12,3	208,1
Trator de esteiras							
Produção	751	1.348	1.762	2.409	2.652	10,0	50,5
Vendas mercado interno	877	1.198	1.600	2.245	2.022	-9,9	26,4
Exportação	221	227	216	200	544	172,0	151,8
Total de vendas	1.098	1.425	1.816	2.445	2.566	4,9	41,3
Total							
Produção	26.576	49.785	48.976	61.432	54.718	-10,9	11,7
Vendas mercado interno	26.369	45.716	45.982	55.520	45.415	-18,2	-1,2
Exportação	2.209	3.738	3.769	6.137	7.843	27,8	108,1
Total de vendas	28.578	49.454	49.851	61.657	53.258	-13,6	6,8

(¹) Dado retificado.

Fonte: Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (ANFAVEA). Dados elaborados pelo Instituto de Economia Agrícola (IEA).

QUADRO 4.23 - Produção e Vendas de Tratores, Brasil, 1987-88

(em unidade)

Item	1987		1988		Variação(%)	
	Julho (a)	Janeiro-Julho (b)	Julho ⁽¹⁾ (c)	Janeiro-Julho ⁽¹⁾ (d)	(c/a)	(d/b)
Produção						
Cultivadores motorizados	242	3.474	252	1.462	4,1	-57,9
Trator de esteiras	254	1.654	244	1.506	-3,9	-8,9
Trator de rodas	3.785	27.569	3.755	24.576	-0,8	-10,9
Até 49 cv	572	2.915	195	1.397	-65,9	-52,1
De 50 a 99 cv	2.659	20.795	2.701	17.838	1,6	-14,2
De 100 a 199 cv	541	3.804	851	5.311	57,3	39,6
Acima de 200 cv	13	55	8	30	-38,5	-45,5
Total	4.281	32.697	4.251	27.544	-0,7	-15,8
Vendas Mercado Interno						
Cultivadores motorizados	153	2.855	126	1.244	-17,6	-56,4
Trator de esteiras	193	1.130	94	785	-51,3	-30,5
Trator de rodas	3.553	22.466	2.576	18.518	-27,5	-17,6
Até 49 cv	275	2.185	261	1.615	-5,1	-26,1
De 50 a 99 cv	2.641	16.903	1.620	12.663	-38,7	-25,1
De 100 a 199 cv	623	3.318	688	4.195	10,4	26,4
Acima de 200 cv	14	60	7	45	-50,0	-25,0
Total	3.899	26.451	2.796	20.547	-28,3	-22,3
Exportações						
Cultivadores motorizados	52	430	7	303	-86,5	-29,5
Trator de esteiras	67	325	87	444	29,9	36,6
Trator de rodas	415	3.864	646	5.586	55,7	44,6
Até 49 cv	23	171	9	74	-60,9	-56,7
De 50 a 99 cv	325	3.366	496	4.372	52,6	29,9
De 100 a 199 cv	67	327	140	1.138	109,0	248,0
Acima de 200 cv	-	-	1	2	-	-
Total	534	4.619	740	6.333	38,6	37,1

(¹) Dado preliminar.

Fonte: Associação Nacional dos Fabricantes de Veículos Automotores (ANFAVEA).

QUADRO 4.24 - Unidades de Produtos Agrícolas Necessárias para Adquirir Tratores de 44CV e 61CV, 1984-88⁽¹⁾

Produto	Unidade	1984		1985		1986		1987		1988	
		44CV	61CV								
Algodão	15kg	1.054	1.393	1.295	1.712	1.233	1.667	1.991	2.477	3.120	4.189
Amendoim	sc.25kg	753	996	1.144	1.513	1.336	1.795	2.692	3.349	2.279	3.059
Arroz	sc.60kg	677	895	611	807	680	913	1.382	1.719	1.505	2.020
Batata	sc.60kg	665	878	658	871	300	403	550	683	1.356	1.820
Cafê	sc.40kg	341	451	241	318	104	140	479	596	808	1.085
Cana-de-açúcar ⁽²⁾	tonelada	725	958	748	989	966	1.298	913	1.136	1.892	2.540
Feijão	sc.60kg	148	196	241	319	248	334	220	274	557	748
Laranja de mesa	cx.40,8kg	2.543	3.361	1.933	2.556	2.724	3.660	4.416	5.493	5.047	6.776
Milho	sc.60kg	1.285	1.699	1.204	1.593	1.169	1.570	2.154	2.679	2.547	3.420
Soja	sc.60kg	550	727	690	913	715	961	964	1.199	1.009	1.354
Tomate ⁽³⁾	t	98	129	84	111	117	157	136	169	266	357

⁽¹⁾ Tomou-se como base os preços recebidos pelos agricultores e os preços de tratores referentes à média do trimestre maio-julho de cada ano.

⁽²⁾ Preços referentes a corte e transporte.

⁽³⁾ Refere-se a tomate para indústria.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

- MÃO-DE-OBRA

O fluxo migratório rural-urbano nas últimas décadas tem sido analisado, de forma preponderante, em relação à expansão das oportunidades de emprego na cidade. Essas oportunidades abrem, de fato, um espaço aos rurícolas envolvidos em uma realidade de restrição à terra e sazonalidade de emprego ligada à modernização da agricultura. O fluxo fornece uma medida do escoamento da população rural; contudo, em que pese a sua importância, não explica a situação conjuntural dos que dele participam.

A composição da produção determina a quantidade de jornadas de trabalho oferecidas anualmente, no Estado de São Paulo, o que se traduz no número de pessoas ocupadas. Dada a quantidade de trabalhadores rurais subempregados e na suposição de que eles compõem, majoritariamente, o fluxo migratório, é no mercado de trabalho real - número de pessoas ocupadas e/ou número de jornadas requeridas - que se pode entender as alterações quantitativas do emprego agrícola.

No entanto, o fluxo também é relevante, pois nele está a medida da instabilidade do emprego rural e urbano e, principalmente, das precárias oportunidades de trabalho que envolvem um grande segmento da sociedade.

O crescimento da economia no período 1975-80 foi suficiente para atrair ao meio urbano no considerável contingente de mão-de-obra rural não qualificada fundamentalmente para a construção civil, um setor cuja taxa média anual de crescimento do produto real foi de 7,1% ⁽¹⁾. Grande parte desse fluxo teve, também, possibilidade de emprego no setor informal urbano.

Mais recentemente, há uma reversão nesse quadro, dado o encolhimento da indústria da construção civil - entre 1981 e 1985 houve um declínio do seu produto real a uma taxa média anual de 1,4% - desmotivando a migração e induzindo a permanência na atividade rural.

Essa situação ocorreu em conjunto com o aumento do emprego temporário na agricultura, refletindo, possivelmente, agravamento das condições globais de subemprego no setor.

Analisando-se o movimento da expansão/retração de jornadas de trabalho dos principais produtos agrícolas no Estado de São Paulo, entre 1980/81 e 1986/87, nota-se aumento total da ordem de 12%. No período que marca o declínio das oportunidades de emprego na cidade, 1980/85, a agricultura respondeu com um aumento de demanda de 16,5 milhões de dias-homem, o que representou crescimento da ordem de 10%. No entanto, as características do trabalho rural obedecem à dinâmica própria, independentemente dos empregos oferecidos pelo setor urbano (quadro 4.25).

Nesse período, verificou-se um avanço das culturas voltadas para a exportação, estimuladas pela política econômica, formulada com o intuito de gerar divisas para fazer frente ao serviço da dívida externa brasileira. Destacam-se, nesse particular, as culturas de cana-de-açúcar, laranja e café, dada a sua importância relativa na geração de emprego.

- EMPREGO

No Estado de São Paulo, a população residente nos imóveis rurais foi estimada em

⁽¹⁾ Mueller, Charles C. A evolução recente da agropecuária brasileira segundo os dados dos Censos Agropecuários. Rio de Janeiro, IPEA, 1987. p.11-41(mimeo).

1,56 milhão em 1986 e 1,63 milhão em 1987, segundo dados do Instituto de Economia Agrícola (IEA), ou seja, acréscimo de pouco mais de 4%, que durante os anos oitenta se verifica enquanto tendência, diferenciando-se da década de setenta, que foi de decréscimo da população residente nos imóveis rurais do Estado de São Paulo.

A população trabalhadora nos imóveis rurais, exceto volantes, é estimada em 964,9 mil em 1986 e 1.058,9 mil em 1987, apresentando acréscimo de quase 10%. As categorias de proprietário (43,3%) e assalariado (36,8%) detêm as maiores participações relativas em 1987, correspondendo os 19,9% restantes às categorias de arrendatário, parceiro, colono, empreiteiro e outros.

No que se refere aos trabalhadores volantes empregados na agricultura paulista, observou-se em 1987 o maior número em abril (469,0 mil) e o menor número em fevereiro (379,4 mil). Também foram verificados os seguintes acréscimos entre os correspondentes meses de 1986 e 1987, segundo as estimativas do IEA: fevereiro (6%), abril (6%), junho (30%) e setembro (10%). Em novembro não houve variação.

Uma outra abordagem para análise consiste na estimativa do número de jornadas de trabalho necessárias à condução das atividades nos anos agrícolas 1985/86 e 1986/87, a partir da área cultivada no Estado de São Paulo e dos coeficientes técnicos de produção. Observou-se acréscimo de 181,88 milhões para 188,03 milhões de jornadas, ou seja, de 3,4% entre as safras 1985/86 e 1986/87. Dentre as 28 culturas para as quais são estimadas as jornadas de trabalho, destacam-se, em termos de participação relativa, cana-de-açúcar (26%), café (27%) e laranja (13%), para a safra agrícola 1986/87.

- SALÁRIOS

Para analisar a evolução dos salários médios do setor agropecuário utilizam-se os dados da Fundação Getúlio Vargas (FGV), os quais apresentam valores semestrais e têm por meses-base junho e dezembro, exceto para São Paulo, onde os meses-base são abril e novembro. Assim, para o período compreendido entre os segundos semestres de 1987 e 1985, observou-se que as variações dos salários médios foram inferiores à variação do Índice Geral de Preços (IGP) para as categorias de administrador, capataz, tratorista, mensalista e diarista, com exceção do diarista nos Estados do Mato Grosso e Mato Grosso do Sul em que, praticamente, se igualaram à variação do IGP (quadros 4.26 e 4.27).

De maneira geral, observou-se que, entre o segundo semestre de 1985 e o primeiro semestre de 1986, os salários apresentaram variação acima da inflação, com exceção dos seguintes Estados: São Paulo, para as categorias de mensalista, tratorista e capataz; Rio Grande do Sul (tratorista, mensalista e diarista); Paraná (mensalista) e Rio de Janeiro (mensalista). As variações dos salários médios entre o primeiro e o segundo semestre de 1986 superaram a do IGP, indicando um ganho dos salários durante o Plano Cruzado. Já no período seguinte, compreendido entre o segundo semestre de 1986 e o primeiro semestre de 1987, período que compreendeu o final do Plano Cruzado, os salários médios variaram num patamar significativamente abaixo do IGP.

Finalmente, entre os semestres de 1987, sob a influência do Plano Bresser, observou-se que os salários médios variaram abaixo do IGP nos Estados de São Paulo, Minas Gerais, Mato Grosso do Sul, Mato Grosso e Espírito Santo (exceto capataz). Nos demais Estados, as alterações salariais não foram homogêneas para as diversas categorias de trabalhadores rurais, refletindo condições específicas de oferta e demanda por mão-de-obra.

(IEA, 11/10/88)

QUADRO 4.25.- Estimativa de Utilização de Mão-de-obra nas Principais Atividades Agrícolas, Estado de São Paulo, Anos Agrícolas 1980/1981 a 1986/1987

Ano agrícola	Café		Cana-de-açúcar		Laranja		Outras culturas ⁽¹⁾		Total	
	Dia/homem	%	Dia/homem	%	Dia/homem	%	Dia/homem	%	Dia/homem	%
1980/81	55.274.550	33	32.264.984	19	17.636.430	11	62.388.836	37	167.564.800	100
1981/82	42.974.600	26	37.618.302	22	18.346.470	11	68.377.328	41	167.316.700	100
1982/83	53.281.740	30	40.945.286	23	19.657.900	11	62.710.574	36	176.595.500	100
1983/84	51.574.620	29	43.734.880	25	20.822.270	12	59.339.330	34	175.471.100	100
1984/85	51.511.460	28	46.427.499	25	22.597.930	12	63.502.411	35	184.039.300	100
1985/86	48.970.310	27	48.374.993	26	23.051.040	13	61.483.957	34	181.880.300	100
1986/87	50.539.280	27	49.146.441	26	24.771.660	13	63.570.419	34	188.027.800	100

⁽¹⁾ Algodão, amendoim das águas, amendoim da seca, arroz, batata das águas, batata da seca, batata de inverno, feijão das águas, feijão da seca, feijão de inverno, mamona, mandioca para indústria, milho, soja, tomate envarado, tomate rasteiro, trigo, cebola de muda, banana, uva comum de mesa, uva para indústria, limão e tangerina.

Fonte: Elaborado a partir de dados básicos do Instituto de Economia Agrícola (IEA) e da Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI).

QUADRO 4.26.- Salários Agrícolas Médios por Categoria, Regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste, Brasil, 1985-87

(em Cz\$)

(continua)

Região e estado	Segundo Semestre de 1985					Primeiro Semestre de 1986				
	Adminis- trador (mês)	Capataz (mês)	Trato- rista (mês)	Mensa- lista (mês)	Diarista (dia)	Adminis- trador (mês)	Capataz (mês)	Trato- rista (mês)	Mensa- lista (mês)	Diarista (dia)
Região Sudeste	1.234.968	842.036	843.559	605.773	23.462	2.077,35	1.324,91	1.279,05	879,70	38,90
Minas Gerais	1.159.517	836.843	882.459	569.335	22.220	2.001,55	1.312,27	1.423,89	842,54	36,78
Espírito Santo	1.211.156	881.089	964.249	604.406	24.918	2.319,40	1.596,43	1.706,53	926,60	42,92
Rio de Janeiro	1.397.888	890.476	880.265	610.322	20.286	2.265,35	1.368,74	1.439,90	856,00	33,32
São Paulo	1.265.000	829.000	832.000	629.000	26.000	2.059,83	1.282,55	1.234,67	905,37	43,11
Região Sul	1.690.086	1.032.497	880.719	625.105	27.389	2.581,42	1.635,18	1.229,78	857,40	42,63
Paraná	1.413.634	907.804	811.382	610.151	26.720	2.237,47	1.472,65	1.176,19	837,10	41,95
Santa Catarina	1.609.854	1.052.288	1.029.228	645.535	28.472	2.376,34	1.705,47	1.600,51	963,06	50,32
Rio Grande do Sul	2.040.922	1.171.459	893.943	648.223	28.278	3.054,18	1.800,97	1.218,81	867,86	39,60
Região Centro-Oeste	1.567.845	960.789	848.245	586.107	26.642	2.872,98	1.603,19	1.595,19	923,22	49,73
Mato Grosso do Sul	1.809.226	1.139.790	809.828	572.050	29.641	3.293,25	1.858,91	1.442,45	847,85	47,88
Mato Grosso	2.234.331	1.229.531	988.405	661.772	31.381	3.884,29	2.173,82	1.782,94	1.013,06	53,03
Goiás	1.326.807	830.753	855.003	581.341	25.191	2.485,52	1.377,09	1.644,71	954,28	49,78
Brasil	1.199.361	794.521	856.075	591.416	22.254	2.020,74	1.289,66	1.301,39	858,36	36,43

Fonte: Centro de Estudos Agrícolas do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (IBRE/FGV).

QUADRO 4.26.- Salários Agrícolas Médios por Categoria, Regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste, Brasil, 1985-87

(em Cz\$)

(continua)

Região e estado	Segundo Semestre de 1986					Primeiro Semestre de 1987				
	Adminis- trador (mês)	Capataz (mês)	Trato- rista (mês)	Mensa- lista (mês)	Diarista (dia)	Adminis- trador (mês)	Capataz (mês)	Trato- rista (mês)	Mensa- lista (mês)	Diarista (dia)
Região Sudeste	3.045,61	1.866,97	1.864,61	1.257,17	63,88	4.925,07	3.274,00	2.894,85	2.114,36	109,89
Minas Gerais	2.823,14	1.841,77	2.064,62	1.167,16	57,75	5.641,72	3.888,14	4.209,47	2.454,91	109,59
Espírito Santo	3.518,09	2.085,26	2.352,61	1.188,63	63,55	5.241,85	3.351,19	3.616,97	2.143,44	107,11
Rio de Janeiro	2.875,37	1.626,30	1.708,41	998,02	49,29	5.212,50	3.329,92	3.073,16	2.040,73	97,12
São Paulo	3.200,00	1.910,00	1.830,00	1.370,00	77,00	4.198,00	2.726,00	2.618,00	1.902,00	113,00
Região Sul	3.384,43	2.055,68	1.569,41	1.019,26	62,90	5.741,08	3.713,90	2.714,97	2.013,70	116,98
Paraná	3.003,20	1.890,66	1.490,64	988,20	60,55	5.453,14	3.427,91	2.793,13	1.964,56	110,07
Santa Catarina	3.326,63	2.152,74	2.076,35	1.227,00	80,93	5.274,61	3.591,13	3.675,56	2.292,57	145,05
Rio Grande do Sul	3.850,03	2.215,17	1.556,43	1.022,89	57,50	6.238,39	4.090,55	2.606,66	2.032,82	116,06
Região Centro-Oeste	4.555,79	2.647,22	2.351,81	1.333,03	87,72	6.892,38	3.996,45	3.743,90	2.392,24	145,02
Mato Grosso do Sul	4.797,55	2.858,77	2.088,51	1.144,80	89,78	8.169,17	4.893,47	3.670,31	2.306,62	163,79
Mato Grosso	5.202,07	3.276,62	2.698,14	1.585,47	89,04	9.480,38	5.678,32	4.529,65	3.059,52	155,20
Goiás	4.318,97	2.426,19	2.435,80	1.405,57	86,98	5.819,88	3.272,42	3.725,12	2.326,21	138,57
Brasil	2.899,46	1.805,24	1.809,85	1.151,10	57,23	4.631,40	3.036,53	2.924,04	2.045,76	95,87

Fonte: Centro de Estudos Agrícolas do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (IBRE/FGV).

QUADRO 4.26.- Salários Agrícolas Médios por Categoria, Regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste, Brasil, 1985-87

(em Cz\$) (conclusão)

Região e estado	Segundo Semestre de 1987				
	Administrador (mês)	Capataz (mês)	Tratorista (mês)	Mensalista (mês)	Diarista (dia)
Região Sudeste	8.757,31	5.860,33	5.632,57	3.879,89	175,39
Minas Gerais	8.502,26	5.777,04	6.164,66	3.731,09	158,75
Espírito Santo	9.026,43	6.390,69	5.677,64	3.581,77	154,22
Rio de Janeiro	9.177,50	6.574,70	6.057,21	3.696,95	158,42
São Paulo	8.834,00	5.681,00	5.500,00	4.033,00	209,00
Região Sul	10.874,33	6.660,93	5.225,22	3.735,72	207,06
Paraná	9.941,96	6.113,81	5.088,56	3.680,57	192,76
Santa Catarina	9.543,66	6.537,10	6.315,90	3.949,22	242,05
Rio Grande do Sul	12.422,73	7.343,22	5.185,21	3.783,88	218,96
Região Centro-Oeste	12.246,25	7.205,66	6.305,46	4.180,92	214,05
Mato Grosso do Sul	13.729,67	8.035,41	5.588,26	4.016,59	255,06
Mato Grosso	15.676,13	9.766,16	7.537,22	5.124,73	270,91
Goiás	10.908,80	6.318,89	6.516,54	4.114,57	195,28
Brasil	8.303,23	5.384,24	5.551,65	3.748,84	159,73

Fonte: Centro de Estudos Agrícolas do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (IBRE/FGV).

QUADRO 4.27.- Variação dos Salários Agrícolas Médios por Categoria e do Índice Geral de Preços (IGP), Regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste, Brasil, 1985-87 (1)

(em %)

(continua)

Região e estado	1º Semestre de 1986/2º Semestre de 1985						2º Semestre de 1986/1º Semestre de 1986					
	IGP	Adminis- trador (mês)	Capataz (mês)	Trato- rista (mês)	Mensa- lista (mês)	Diarista (dia)	IGP	Adminis- trador (mes)	Capataz (mês)	Trato- rista (mês)	Mensa- lista (mês)	Diarista (dia)
Região Sudeste	43	68	57	52	45	66	15	47	41	46	43	64
Minas Gerais	43	73	57	61	48	66	15	41	40	45	39	57
Espírito Santo	43	92	81	77	53	72	15	52	31	38	28	48
Rio de Janeiro	43	62	54	64	40	64	15	27	19	19	17	48
São Paulo	61	63	55	48	44	66	8	55	49	48	51	79
Região Sul	43	53	58	40	37	56	15	31	26	28	19	48
Paraná	43	58	62	45	37	57	15	34	28	27	18	44
Santa Catarina	43	48	62	56	49	77	15	40	26	30	27	61
Rio Grande do Sul	43	50	54	36	34	40	15	26	23	28	18	45
Região Centro-Oeste	43	83	67	88	58	87	15	59	65	47	44	76
Mato Grosso do Sul	43	82	63	78	48	62	15	46	54	45	35	88
Mato Grosso	43	74	77	80	53	69	15	34	51	51	57	68
Goiás	43	87	66	92	64	98	15	74	76	48	47	75
Brasil	43	68	62	52	45	64	15	43	40	39	34	57

(1) Os salários médios e o IGP são referentes aos meses de abril e novembro para o Estado de São Paulo e julho e dezembro para os demais Estados.

Fonte: Centro de Estudos Agrícolas do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (IBRE/FGV).

QUADRO 4.27.- Variação dos Salários Agrícolas Médios por Categoria e do Índice Geral de Preços (IGP), Regiões Sudeste, Sul e Centro Oeste, Brasil, 1985-87 ⁽¹⁾

(em %)

(continua)

Região e estado	1º Semestre de 1987/2º Semestre de 1986						2º Semestre de 1987/1º Semestre de 1987					
	IGP	Adminis- trador (mês)	Capataz (mês)	Trato- rista (mês)	Mensa- lista (mês)	Diarista (dia)	IGP	Adminis- trador (mês)	Capataz (mês)	Trato- rista (mês)	Mensa- lista (mês)	Diarista (dia)
Região Sudeste	183	62	75	55	68	72	82	78	79	95	84	60
Minas Gerais	183	100	111	104	110	90	82	51	49	46	52	45
Espírito Santo	183	49	61	54	80	69	82	72	91	57	67	44
Rio de Janeiro	183	81	105	80	104	97	82	76	97	97	81	63
São Paulo	90	31	43	43	39	47	152	110	108	110	112	85
Região Sul	183	70	81	73	98	86	82	89	79	92	86	77
Paraná	183	82	81	87	99	82	82	82	78	82	87	75
Santa Catarina	183	59	67	77	87	79	82	81	82	72	72	67
Rio Grande do Sul	183	62	85	67	99	102	82	99	80	99	86	89
Região Centro-Oeste	183	51	51	59	79	65	82	78	80	68	75	48
Mato Grosso do Sul	183	70	71	76	101	82	82	68	64	52	74	56
Mato Grosso	183	82	73	68	93	74	82	65	72	66	68	75
Goiás	183	35	35	53	65	59	82	87	93	75	77	41
Brasil	183	60	68	62	78	68	82	79	77	90	83	67

⁽¹⁾ Os salários médios e o IGP são referentes aos meses de abril e novembro para o Estado de São Paulo e julho e dezembro para os demais Estados.

Fonte: Centro de Estudos Agrícolas do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (IBRE/FGV).

QUADRO 4.27.- Variação dos Salários Agrícolas Médios por Categoria e do Índice Geral de Preços (IGP), Regiões Sudeste, Sul e Centro-Oeste, Brasil, 1985-87 ⁽¹⁾

(em %)

(conclusão)

Região e estado	2º Semestre de 1987/2º Semestre de 1985					
	IGP	Administrador (mês)	Capataz (mês)	Tratorista (mês)	Mensalista (mês)	Diarista (dia)
Região Sudeste	751	609	596	568	540	648
Minas Gerais	751	633	590	599	555	614
Espírito Santo	751	645	625	489	493	519
Rio de Janeiro	751	557	638	588	506	681
São Paulo	732	598	585	561	541	704
Região Sul	751	543	545	493	498	656
Paraná	751	603	573	527	503	621
Santa Catarina	751	493	521	514	512	750
Rio Grande do Sul	751	509	527	480	484	674
Região Centro-Oeste	751	681	650	643	613	703
Mato Grosso do Sul	751	659	605	590	602	760
Mato Grosso	751	602	694	663	674	763
Goiás	751	722	661	662	608	675
Brasil	751	592	578	549	534	618

⁽¹⁾ Os salários médios e o IGP são referentes aos meses de abril e novembro para o Estado de São Paulo e julho e dezembro para os demais Estados.

Fonte: Centro de Estudos Agrícolas do Instituto Brasileiro de Economia da Fundação Getúlio Vargas (IBRE/FGV).

mercado de produtos 5

5 - MERCADO DE PRODUTOS

ALGODÃO

Panorama Internacional

Para o ano agrícola 1988/89, o Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA) projeta a produção mundial de algodão em pluma em 19,0 milhões de toneladas, a segunda maior já registrada, e situa a demanda mundial em 18,0 milhões de toneladas, volume semelhante ao da safra passada. O estoque mundial deverá totalizar 5,6 milhões de toneladas, ligeiramente abaixo do verificado na safra anterior.

A projeção do USDA difere daquela divulgada pelo Comitê Consultivo Internacional de Algodão (CCIA) em termos dos estoques finais, sendo bastante semelhante nos demais itens (quadro 5.1).

Quanto à produção norte-americana para a próxima safra, a projeção do USDA é de 3,24 milhões de toneladas de algodão em pluma, o que poderá elevar a oferta norte-americana global para 4,46 milhões de toneladas, a maior desde 1966. No entanto, as perspectivas de exportação dos EUA de 1,02 milhão de toneladas de algodão em pluma, cerca de 29% menores que na safra 1987/88, estão sendo prejudicadas pela competição com produtos de outros países, cujas cotações são inferiores às do produto norte-americano. O estoque dos EUA deverá alcançar 2,0 milhões de toneladas de algodão em pluma.

As exportações mundiais poderão totalizar 4,0 milhões de toneladas de algodão em pluma, quantidade superada apenas pelos 4,8 milhões de toneladas do ano comercial 1986/87.

As cotações de algodão em pluma em Liverpool (Índice A) apresentaram queda acentuada em 1985 e 1986 e reagiram a partir de agosto de 1986, atingindo um máximo em agosto de 1987, quando teve início um processo de declínio contínuo, porém não acentuado (quadro 5.2). A tendência é de que esse processo persista nos próximos meses, face ao elevado estoque mundial, à perspectiva de grande volume de produção na safra 1988/89 e ao pequeno aumento previsto para o consumo mundial.

Situação Interna

Segundo a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em sua estimativa de junho, a produção brasileira de algodão em caroço alcançou 2.303,1 mil toneladas na safra 1987/88, das quais 2.141,3 mil toneladas correspondem a algodão herbáceo e 161,8 mil to

neladas a algodão arbóreo. Em relação à safra 1986/87 esses volumes representam respectivamente elevações de 32,84% e 167,43% (quadros 5.3 e 5.4). Essa produção manteve o Brasil entre os principais países produtores de algodão, ocupando a sexta posição (quadro 5.5).

Esse volume de produção, abaixo das expectativas iniciais para a safra 1987/88, deveu-se ao excesso de chuvas coincidindo com a colheita nos dois principais estados produtores - Paraná e São Paulo - e pela estiagem no Estado da Bahia e Região Norte de Minas Gerais. Apesar disso, a safra foi recorde, tendo ocorrido elevação da produção na Região Centro-Oeste, principalmente nos Estados de Goiás (45,52%), Mato Grosso (9,42%) e Minas Gerais (120,70%).

O Estado do Paraná permanece como o maior produtor brasileiro, com 34% da produção em 1987/88, seguido de São Paulo com 27%. Os rendimentos do algodão herbáceo mantiveram-se estáveis e os do algodão arbóreo apresentaram incrementos significativos quando comparados aos do ano anterior. No Estado de São Paulo, onde tradicionalmente se obtêm tipos de algodão melhores que o paranaense, a qualidade foi prejudicada pelo excesso de chuvas durante a colheita, registrando-se nessa safra tipos inferiores aos do Paraná.

Também a Região Norte-Nordeste apresentou aumento significativo na produção do algodão arbóreo em relação à safra passada e incrementos igualmente significativos na produção do algodão herbáceo, decorrentes principalmente do aumento da área de algodão irrigado, substituição do algodão arbóreo pelo herbáceo e baixa resistência do bicudo a temperaturas muito elevadas.

Tradicionalmente, o produto beneficiado concentra-se nas mãos dos produtores, beneficiadores e cooperativas. Na safra 1987/88, cerca de 20% da produção paulista e 80% da paranaense foram adquiridos pelas cooperativas, por valores superiores ao preço de garantia, elevando os preços a nível de produtor; a operação foi possível devido aos lucros auferidos com a comercialização da soja e do milho. A diversificação de produtos e a antecipação dos recursos dos Empréstimos do Governo Federal (EGF) para essas culturas, comparativamente ao algodão, possibilitaram tal comportamento. Até abril, os beneficiadores limitaram-se a prestar serviços de beneficiamento, aguardando a liberação das normas operacionais para a safra. Tal atitude resultou da falta de liquidez e do risco de se adquirir o produto com recursos próprios a preços equivalentes àqueles pagos pelas cooperativas, frente a uma conjuntura de preços para o pluma oscilando em níveis relativamente baixos. A partir de abril, com a liberação dos EGFs, acompanhada da reação dos preços do pluma, os beneficiadores passaram a comercializar o produto. Em vista disso, a participação do setor beneficiador no Estado do Paraná foi de aproximadamente 20%, ao passo que em safras anteriores esteve ao redor de 40%.

Em 1987, o produto vendido antecipadamente provocou perda de dinheiro, pois houve forte elevação dos preços a partir do segundo semestre do ano. Neste ano, ocorreu o inverso: no final de fevereiro os preços de mercado do algodão em caroço encontravam-se superiores ao preço mínimo governamental em cerca de 70% e, até o final de junho, mantiveram-se superiores ao de garantia, em média, 50%. A partir de junho verificou-se forte aderência dos preços de mercado ao de garantia (quadro 5.6).

Os preços do algodão em pluma no atacado em São Paulo evoluíram abaixo da inflação no primeiro semestre do ano, segundo a Companhia de Financiamento da Produção (CFP). Em junho, o produto era cotado a Cz\$3.440,00/15kg, 69% acima do preço vigente em janeiro (Cz\$2.025,00/15kg), contra taxa semestral de inflação de 167,74%.

No final de março, a Carteira de Comércio Exterior (CACEX) do Banco do Brasil definiu as normas para exportação do algodão em pluma da safra 1987/88, porém sem encontrar uma proposta de consenso entre produtores e indústrias. Os produtores pleiteavam a liberação da exportação para todos os tipos de algodão e as indústrias desejavam garantir seu suprimento de maté

ria-prima, tendo sido decidida a liberação das exportações e importações de algodão. No entanto, a medida foi tomada num momento em que as exportações brasileiras de algodão estavam inviabilizadas devido à alta dos preços no mercado interno e queda das cotações no mercado internacional que, juntamente com a liberação das importações, permitiu a entrada de algodão em pluma no País a preços baixos, contribuindo para aumentar a disponibilidade interna do produto.

Em outubro de 1987, a Secretaria Nacional de Abastecimento (SNAB) alterou em meio-tipo o padrão físico da classificação do algodão, após o Governo já ter fixado o preço mínimo do produto. Essa medida provocou acréscimo de aproximadamente 8% no preço de aquisição do produto pelo Governo, isto é, criou-se um aumento artificial nos preços de mercado com conseqüências sobre os gastos com empréstimos (EGF) e aquisições (AGF). Diante desse quadro, a CFP preparou uma nova tabela de ágios e deságios na classificação do algodão em pluma, procurando anular os ganhos com a nova classificação. Entre as medidas tomadas pelo Governo, a que causou maiores controvérsias foi a liberação de apenas 92% do valor total de cada EGF, considerando que os 8% restantes estavam computados no ganho com a nova classificação. Foi decidido que o Governo pagaria esse diferencial com correção pela OTN até julho, o que desagradou o setor algodoeiro.

Em 1988, até 10 de julho, a CFP gastou Cz\$28,7 bilhões em EGF de algodão em caroço, num total de 772,6 mil toneladas e Cz\$18,4 bilhões com algodão em pluma, correspondentes a 133,8 mil toneladas. A transformação dos EGFs em AGFs gerou muitas controvérsias entre o setor algodoeiro, a CFP e Ministério da Fazenda; até o início de setembro as agências bancárias não haviam recebido instruções para concluir a operação. O resgate da parcela de EGFs vencidos em junho foi prorrogado e parcelado, atendendo a solicitações do setor produtor, que pleiteia na prorrogação para os empréstimos com vencimentos a partir de julho. Aquele setor alega que no prazo de 90 dias o produto teria condições de ser absorvido pelo mercado, não sendo necessária a aquisição do mesmo pelo Governo.

Quanto à disponibilidade de algodão em pluma em 1988, segundo a CFP, é de 1 milhão de toneladas, considerando-se estoque de 159 mil toneladas existente em 01/03/88. O consumo interno, inicialmente previsto em 750 mil toneladas, foi reavaliado para 700 mil toneladas, inferior aos de 1986 e 1987, refletindo o quadro recessivo da economia interna, que tem causado forte impacto na indústria têxtil brasileira (quadro 5.7).

As perspectivas de consumo industrial de fibras têxteis (naturais, artificiais e sintéticas) no Brasil, em 1988, não são animadoras quando comparadas ao consumo de 1987, o qual atingiu 1.196,3 mil toneladas, o maior da década de 80 (quadro 5.8). Em conseqüência, o estoque final previsto para 28/02/89, da ordem de 272 mil toneladas, contribuiria para manter os preços deprimidos.

Nesse contexto, a grande disponibilidade de algodão no mercado interno, que provocou rebaixamento dos preços vigentes na atual safra, aliada às baixas cotações da fibra no mercado internacional, que inviabilizam sua exportação, abrem expectativas de redução na área a ser plantada com algodão na safra 1988/89. Reforçam essa tendência a política governamental de desestímulo à cultura, através da manutenção dos mesmos níveis de preços mínimos, em Obrigações do Tesouro Nacional (OTN), adotada na safra 1987/88 e a redução dos limites de financiamento dos Valores Básicos de Custeio (VBC), que para os pequenos, médios e grandes proprietários serão de 80%, 60% e 40%, respectivamente.

Parte dessa redução poderá ocorrer devido à saída de pequenos produtores, principalmente arrendatários, em função do alto custo do arrendamento, que na safra 1987/88 situou-se em torno de 25% da produção, em muitos casos, pago no início da colheita. Por outro lado, a queda de área poderá ser ainda atribuída, em parte, ao deslocamento de grandes produtores que tiverem condições técnicas e financeiras para optarem por culturas mais rentáveis; como soja e milho.

(IEA, 12/09/88)

QUADRO 5.1 - Estoques, Produção e Consumo de Algodão em Pluma no Mundo, 1984-85 a 1988-89⁽¹⁾

(em 1.000t)

Item	1984/85	1985/86	1986/87	1987/88 ⁽²⁾	1988/89 ⁽³⁾
Estoque inicial (1/8)	5,15	9,30	10,40	7,58	7,0
Produção	19,19	17,55	15,42	17,52	18,8
Consumo	15,23	16,58	18,22	18,12	18,2
Exportação	4,55	4,51	5,77	5,74	5,0
Importação	4,68	4,77	5,65	5,24	5,0
Estoque final	9,30	10,40	7,58	7,00	7,7

⁽¹⁾ O ano comercial inicia-se a 1 de agosto.

⁽²⁾ Preliminar.

⁽³⁾ Projeção.

Fonte: Algodão: Revista de la Situacion Mundial, Secretaria del Comité Consultivo Internacional Del Algodón, Washington agosto de 1988.

QUADRO 5.2. - Cotações do Algodão no Comércio Internacional⁽¹⁾, 1984-88⁽²⁾

(em US\$ ¢ /libra peso)

Mês	1984	1985	1986	1987	1988
Jan.	87,58	71,12	51,82	65,68	72,52
Fev.	87,44	68,68	54,51	65,85	67,61
Mar.	88,43	67,21	52,35	63,09	66,40
Abr.	88,99	66,26	48,50	65,26	65,83
Mai.	88,88	65,07	45,42	75,28	65,59
Jun.	83,71	62,85	41,04	79,30	69,00
Jul.	78,99	61,10	37,44	83,24	64,15
Ago.	75,52	56,97	37,16	86,60	...
Set.	73,16	53,43	43,50	83,78	...
Out.	73,63	48,84	51,23	75,47	...
Nov.	72,64	48,01	52,81	79,73	...
Dez.	71,99	48,25	60,46	74,82	...
Média	80,91	59,81	48,05	74,84	67,3 ⁽³⁾

⁽¹⁾ Índice de outlook "A" do Liverpool Cotton Service-Média dos cinco menores preços de dez tipos selecionados de algodão.

⁽²⁾ Setembro de 1987 a julho de 1988, estimativa baseada em Cotton Outlook, Birkenhead, vol. 65 e 66.

⁽³⁾ Janeiro a julho, valor sujeito a retificação.

Fonte: Cotton World Statistics, Washington, 40(4):48-9, abr.1987, para o período jan.1984 a fev.1987, e World Cotton Situation, USDA, Washington, set.1987 para os demais meses.

QUADRO 5.3.- Área Plantada, Produção e Rendimento da Lavoura de Algodão Herbáceo, Segundo os Principais Estados Produtores, Brasil, 1984/85 a 1987/88

Estado	Área plantada (1.000ha)				Produção (1.000t) ⁽¹⁾				Rendimento (kg/ha) ⁽¹⁾			
	1984/85	1985/86	1986/87	1987/88 ⁽²⁾	1984/85	1985/86	1986/87	1987/88 ⁽²⁾	1984/85	1985/86	1986/87	1987/88 ⁽²⁾
Paraná	540,0	415,0	386,0	444,4	1.035,7	768,4	711,8	790,0	1.918	1.852	1.844	1.778
São Paulo	382,0	356,0	325,3	353,0	702,5	701,3	567,1	616,7	1.839	1.970	1.743	1.747
Ceará	305,8	349,8	34,0	168,8	114,0	68,4	6,3	102,1	374	195	187	605
Bahia	129,2	201,2	177,3	274,1	161,2	219,5	91,6	175,1	1.248	1.091	517	639
Paraíba	194,0	103,9	13,4	25,7	52,5	12,2	2,4	18,2	270	118	181	709
Minas Gerais	156,4	161,6	131,4	157,9	208,7	169,9	59,9	132,2	1.334	1.051	456	837
Rio Grande do Norte	158,7	70,9	6,2	53,7	20,6	7,0	1,8	32,0	129	99	298	597
Mato Grosso do Sul	66,6	50,0	50,3	50,6	106,3	61,2	67,9	74,3	1.596	1.224	1.351	1.470
Goiás	64,1	34,6	25,3	45,7	116,0	85,7	58,0	84,4	1.811	2.481	2.290	1.845
Pernambuco	59,9	47,9	10,9	22,0	34,0	14,9	1,7	12,6	568	311	161	573
Piauí	61,3	64,8	37,7	38,9	40,6	35,8	13,3	27,2	663	552	353	699
Alagoas	68,8	78,7	35,1	68,6	20,1	19,2	5,0	24,4	293	243	144	355
Outros	57,9	61,4	43,7	64,4	39,4	34,9	25,1	52,1	680	568	574	809
Total ⁽³⁾	2.244,3	1.995,8	1.276,6	1.767,8	2.652,0	2.198,4	1.611,9	2.141,3	1.182	1.102	1.263	1.211

⁽¹⁾ Em caroço.

⁽²⁾ Preliminar, dados relativos a junho de 1988.

⁽³⁾ O total pode diferir da soma das parcelas devido a arredondamentos.

Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) - Levantamento Sistemático da Produção Agrícola.

QUADRO 5.4.-Área Plantada, Produção e Rendimento da Lavoura de Algodão Arbóreo, Segundo os Principais Estados Produtores, Brasil, 1984/85 a 1987/88

Estado	Área plantada (1.000ha)				Produção (1.000t) (1)				Rendimento (kg/ha) (1)			
	1984/85	1985/86	1986/87	1987/88(2)	1984/85	1985/86	1986/87	1987/88(2)	1984/85	1985/86	1986/87	1987/88(2)
Maranhão	32,7	29,1	21,9	16,4	6,8	6,4	3,7	3,8	206	220	169	232
Piauí	150,7	155,0	159,9	163,7	47,0	43,8	16,5	51,6	312	283	104	315
Ceará	449,8	411,5	272,8	284,4	65,7	30,5	23,8	56,1	146	74	87	197
Rio Grande do Norte	318,3	256,5	73,6	104,9	25,0	8,1	3,0	15,9	78	32	41	152
Paraíba	285,6	221,0	107,5	108,5	26,8	14,7	8,7	23,7	94	66	82	218
Pernambuco	98,7	84,5	58,6	61,5	15,9	8,9	3,9	10,1	161	105	66	164
Bahia	1,7	6,2	1,7	0,7	0,9	3,7	0,6	0,4	540	598	382	627
Total (3)	1.337,6	1.163,9	696,0	740,3	188,1	116,1	60,5	161,8	141	100	87	219

(1) Em caroço.

(2) Preliminar, dados relativos a junho de 1988.

(3) O total pode diferir da soma das parcelas devido a arredondamentos.

Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Levantamento Sistemático da Produção Agrícola.

QUADRO 5.5.- Produção Mundial de Algodão em Pluma, Segundo os Principais Países Produtores, 1984-85 a 1988-89 (1)

(em milhão de tonelada)

País	1984/85	1985/86	1986/87	1987/88 ⁽²⁾	1988/89 ⁽³⁾
R.P. China	6,25	4,15	3,54	4,25	4,5
EUA	2,83	2,92	2,12	3,21	3,3
URSS	2,60	2,78	2,66	2,47	2,7
Índia	1,73	1,95	1,62	1,48	1,9
Paquistão	1,01	1,22	1,32	1,47	1,4
Brasil	0,96	0,89	0,63	0,76	0,9
Outros	3,81	3,64	3,53	3,88	3,1
Total	19,19	17,55	15,42	17,52	17,8

(1) O ano comercial inicia-se a 1 de agosto.

(2) Preliminar.

(3) Projeção.

Fonte: Algodão: Revista de la Situación Mundial, Secretaria del Comité Consultivo Internacional del Algodón, Washington, agosto de 1988.

QUADRO 5.6.- Preços Médios Reais ⁽¹⁾ Recebidos pelos Agricultores, Algodão em Caroço, Estado de São Paulo, 1983-88

(em Cz\$/15kg)

Mês	1983	1984	1985	1986	1987	1988
Jan.	1.062,75	2.455,80	1.295,90	1.503,38	949,04	1.388,72
Fev.	1.231,23	2.291,32	1.310,64	1.526,04	1.014,61	1.315,44
Mar.	1.240,81	2.474,31	1.276,03	1.299,14	1.053,05	1.226,88
Abr.	1.249,71	2.272,74	1.378,33	1.399,80	939,78	1.037,51
Mai.	1.918,16	1.837,97	1.349,23	1.298,25	853,30	921,95
Jun.	1.297,40	1.685,24	1.278,94	1.245,57	818,22	854,37
Jul.	1.310,41	1.558,76	1.234,43	1.250,18	844,01	...
Ago.	1.472,77	1.417,77	1.148,41	1.238,13	1.094,10	...
Set.	1.862,27	1.357,94	1.169,75	1.228,43	1.428,05	-
Out.	1.986,70	1.290,29	1.176,85	1.223,04	1.474,27	-
Nov.	2.210,70	1.318,19	1.170,08	1.222,11	1.652,64	-
Dez.	2.228,06	1.245,81	1.226,95	1.170,95	1.421,62	-
Média aritmética	1.589,25	1.766,35	1.251,30	1.300,41	1.128,56	1.124,145 ⁽²⁾

⁽¹⁾ Preços corrigidos pelo Índice Geral de Preços-disponibilidade interna, da Fundação Getúlio Vargas, base junho de 1988=100.

⁽²⁾ Até junho.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

QUADRO 5.7. - Suprimento de Algodão em Pluma, Brasil, 1986-88

(em 1.000t)

Componente	1986	1987	1988 ⁽¹⁾
Estoque inicial (01/03)	345	444	159
Governo	105	145	50
Setor Privado	240	299	109
Produção	790	634	773
- Centro/Sul	646	550	616
- Norte/Nordeste	144	84	144
Importação	80	30	70
Oferta	1.215	1.108	1.002
Consumo	735	775	700
Exportação	36	174	30
Estoque final (28/02)	444	159	272

⁽¹⁾ Estimativa.

Fonte: Companhia de Financiamento da Produção (CFP).

QUADRO 5.8.- Consumo Industrial de Fibras Têxteis no Brasil, 1981-87⁽¹⁾

(em 1.000t)

Ano	Naturais						Artificiais			Sintéticas ⁽²⁾				Total geral
	Algodão	Lã lavada	Linho/ rami	Seda (fio)	Juta	Total	Acetato	Viscose	Total	Nylon	Poliéster	Acrílico	Total	
1981	561,9	16,3	14,1	0,36	94,0	686,7	3,0	39,1	42,1	70,0	89,7	23,4	183,1	911,9
1982	580,6	17,5	9,1	0,49	85,9	693,6	2,3	39,1	41,4	69,9	100,2	23,1	193,2	928,2
1983	556,7	13,2	10,0	0,30	62,9	643,1	1,7	30,0	31,7	61,1	89,4	18,9	169,4	844,2
1984	555,2	14,7	13,3	0,24	78,6	662,0	1,9	34,3	36,2	55,9	90,3	17,5	163,7	861,9
1985	631,4	14,2	13,6	0,35	88,5	748,1	2,3	35,5	37,8	62,0	107,2	23,5	192,7	978,6
1986	736,5	13,4	13,2	0,51	88,7	852,3	2,4	40,1	42,5	85,5	126,1	26,5	238,1	1.132,9
1987	774,7	14,7	19,3	0,53	98,9	908,1	1,9	41,0	42,9	81,0	136,6	27,8	245,3	1.196,3

⁽¹⁾ Fibras não consideradas por indisponibilidade de dados - guaxima, sisal, tucum e caroã.

⁽²⁾ Indisponibilidade de dados sobre as olefínicas e elastômeros (lycra).

Fonte: Carta Têxtil, Edição Especial de 36^a FENIT, 1988, Sindicato da Indústria de Fiação e Tecelagem em Geral no Estado de São Paulo e Associação Têxtil do Estado de São Paulo.

ARROZ

Panorama Internacional

A substancial queda na produção mundial de arroz na safra 1987/88, prevista pelo Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA) em fins de 1987, vem se confirmando, pois as previsões de julho apontam uma produção de 447,7 milhões de toneladas (equivalente em casca), ou seja, -4,3% em relação à de 1986/87. Na Índia e na Tailândia ocorreram as maiores reduções provocadas pela seca, sendo que a Tailândia, maior exportador mundial de arroz, com 2,7 milhões de toneladas, será o principal responsável pela diminuição de 15% nas transações internacionais em 1988, estimadas em apenas 10,8 milhões de toneladas de arroz beneficiado, contra 12,7 milhões de toneladas em 1987.

As quedas de produção mundial de arroz em 1987 e 1988 resultarão, ao final desta safra, num estoque de passagem de 40,2 milhões de toneladas (em equivalente beneficiado), nível 19% inferior ao estoque final do ano anterior. A relação entre o estoque e o consumo (314,5 milhões de toneladas) é considerada baixa e se compara a situações só observadas em período anterior a 1975/76.

Para 1988/89, o USDA projeta área total plantada recorde de 145,5 milhões de hectares (24% superior à área colhida em 1987/88).

A produção esperada, superior a 477 milhões de toneladas de arroz em casca (equivalente a 325 milhões de toneladas de arroz beneficiado), também será recorde, sendo 6% superior à safra 1987/88 e a produtividade deverá ultrapassar os 3.150kg/ha de arroz em casca obtidos em 1987/88.

Para 1988/89, a previsão de consumo mundial é de 322,4 milhões de toneladas de arroz (em equivalente sem casca), 2,5% acima do nível de consumo estimado em 1987/88, mas idêntico ao consumo verificado em 1986/87. Esse nível de demanda é explicado pela substancial elevação de preços internacionais motivada pelas quedas de produção de 1,1 milhão e de 20,0 milhões de toneladas de arroz em casca em 1986/87 e estimada em 1987/88, respectivamente. Outro fator para justificar a provável queda de consumo de arroz é a existência de produtos alternativos e mais econômicos, sendo que o trigo é o que mais se sobressai no mercado internacional, embora também com preços em tendência de alta.

Situação Interna

A produção de 11,9 milhões de toneladas de arroz, novo recorde brasileiro, superou as expectativas mais otimistas na safra 1987/88 pois, mesmo com ligeira redução de área plantada (6 milhões de ha), a estimativa de produção indica aumento de 14,0% em relação a 1986/87, decorrente da significativa produtividade de 1.990kg/ha (quadro 5.9).

O ganho de produtividade obtido em 1987/88 em relação à média do período 1984/85-1986/87 é de 11,5%. Apesar dos fatores climáticos, principais perturbadores da produtividade de arroz,

não terem causado as mesmas influências negativas observadas na safra 1986/87, principalmente na Região Nordeste, onde devido à seca foi perdida mais da metade da produção esperada, os produtores também foram responsáveis por esse importante resultado, pois souberam esperar o momento propício para plantar e adotar melhores cuidados no cultivo.

Conquanto o Rio Grande do Sul continue obtendo elevada participação na produção brasileira de arroz (média de 33,5% nos últimos quatro anos) a produtividade nos outros Estados produtores está melhorando substancialmente, com a incorporação, segundo dados da Companhia de Financiamento da Produção (CFP), de 16,7% de áreas irrigadas, contra aumento de apenas 4% no Rio Grande do Sul.

No Estado de São Paulo, houve redução na área plantada em todas as Divisões Regionais Agrícolas (DIRAs) exceto na de São José dos Campos (Vale do Paraíba), região onde tradicionalmente se utiliza o sistema irrigado (quadro 5.10). O rendimento estadual de 1.874kg/ha é, pela segunda vez consecutiva, superior à produtividade média da Região Sudeste, e 3,8 superior ao obtido em 1986/87. Os rizicultores paulistas também foram beneficiados pelas condições climáticas favoráveis, pois o incremento de área irrigada foi de apenas 2,6%. A área de arroz de sequeiro, mesmo com redução de 12% em relação à safra anterior, ocupou 92,8% da área total plantada no Estado de São Paulo.

O novo recorde de produção brasileira de arroz apresenta como consequência dois aspectos distintos: o primeiro é a posição em que o Governo se encontra para poder controlar os níveis de oferta e, indiretamente, de preços. O segundo refere-se ao preocupante estoque de passagem, suficiente para atender aproximadamente a seis meses do consumo médio aparente, ao invés de dois meses como seria tecnicamente recomendado, tendo em conta que, após o plano Cruzado, a demanda se encontra reprimida pela recomposição dos preços de arroz aos níveis históricos anteriores a 1986 e pela queda de poder aquisitivo do consumidor (quadro 5.11).

Desde março de 1986 até agosto de 1988, o Índice Geral de Preços (IGP/FGV) cresceu 25,6 vezes, enquanto que no mesmo período o preço médio pago ao produtor aumentou apenas 14,5 vezes, indicando uma defasagem atual de 76,7% em relação ao preço real de março de 1986. A nível de varejo, realizando-se idêntica análise, o preço médio pago pelo consumidor em agosto de 1988 (Cz\$134,76/kg, cidade de São Paulo) é 18,7 vezes superior ao de março de 1986, estando defasado 36,9% em termos reais.

Assim, em outubro de 1984 e setembro de 1985, por exemplo, o maior salário mínimo vigente era suficiente para a compra de 88kg de arroz ao preço médio mensal de varejo na cidade de São Paulo. Em maio de 1985, observou-se um poder de compra de 120kg. Com o piso nacional de salários em agosto de 1988 era possível adquirir-se 115kg de arroz, enquanto que o salário mínimo de março de 1986 tinha o poder de compra de 112kg no mercado varejista.

Em 1988, o mercado de arroz esteve poucas vezes aquecido, pois a confiança de que as regras de comercialização seriam obedecidas eliminou a preocupação de se especular com estoques. A situação de calma só se modificou nos momentos em que os produtores do Rio Grande do Sul por problemas financeiros ou para liquidar os compromissos de remissão de Empréstimos do Governo Federal (EGFs) ofertaram grandes volumes de arroz agulhinha.

Paradoxalmente, os preços ao produtor de arroz de sequeiro, comumente de menor aceitação pelos consumidores e mais barato que o agulhinha, passaram a apresentar altas aceleradas diante da procura pelos maquinistas que dele necessitavam, pressionados por momentânea procura por arroz de preço mais acessível. Porém, esse produto já se encontrava quase todo em poder do Governo, que havia realizado compras maciças a fim de cumprir a política de preços mínimos (AGF) e não podia revendê-lo sem incorrer em subsídios, limitado também pelas regras de comercialização (preço de intervenção).

Face a essa situação, o Governo, encontrou o momento propício para colocar à venda seus estoques. Essas vendas, porém, só se concretizaram quando o produto ofertado estava bem localizado (próximo dos pontos de beneficiamento e consumo) e a qualidade era conhecida (produto de safra recente).

Para a efetiva realização de vendas dos estoques velhos (de qualidade duvidosa), o Governo está sendo obrigado a declarar os tipos ofertados e estabelecer preços de abertura dos leilões a níveis inferiores ao efetivo custo de remição que deveria ser de, pelo menos, o preço mínimo vigente mais 5%. Esse tratamento diferenciado tem causado certa apreensão, pois o receio de que a qualquer momento as regras de comercialização sejam violadas é muito grande.

A tentativa de exportação de 500 mil toneladas de arroz agulhinha não foi bem sucedida, pois o mercado internacional reagiu negativamente à condição brasileira de exportador sem tradição, impondo cotações abaixo dos preços correntes nesse mercado, inviabilizando a concorrência realizada pela CFP para venda do produto aos exportadores. O saldo dessa primeira tentativa foi que o mercado de arroz de sequeiro se aqueceu diante da possibilidade de "enxugamento" de oferta de arroz agulhinha, com imediata elevação de preços.

Perspectivas

A orizicultura brasileira está longe de atingir os níveis de especialização dos maiores produtores mundiais de arroz, mesmo porque, desde 1984, o rendimento médio mundial supera a marca de 3.000kg/ha. Entretanto, as medidas que o Governo vem adotando em relação à política de comercialização, principal ponto de estrangulamento de quase todos os produtos agrícolas, têm estimulado um desenvolvimento mais acentuado da atividade, pois de tradicional importador de arroz, o Brasil está se posicionando na condição de virtual exportador.

A principal medida política veementemente exigida do Governo e finalmente adotada para a safra 1988/89 é o estabelecimento de diferencial de preço de 30% entre o produto da cultura irrigada, mais cara e mais produtiva e que produz o arroz agulhinha, de melhor qualidade e tradicionalmente o mais preferido, e a cultura de sequeiro, que produz o arroz amarelão, de qualidade visual inferior e, conseqüentemente, rejeitado pelo consumidor quando em igualdade de comparação em termos econômicos. Esse diferencial a ser aplicado durante a execução da Política de Garantia de Preço Mínimo do Governo (PGPM) certamente levará a um arrefecimento na expansão da cultura do arroz de sequeiro, que vinha sendo utilizada como principal alternativa para os avanços da fronteira agrícola. Esse espaço já está sendo ocupado pela soja e outras culturas que apresentam vantagem comparativa em relação ao arroz de sequeiro, cultura de alto risco.

Entretanto, se, por um lado, é pouco provável que haja aumento de área de sequeiro para a safra 1988/89, é quase certo que a produção de arroz irrigado será significativamente maior. O preço mínimo de garantia do arroz irrigado será de 0,023807 Obrigação do Tesouro Nacional (OTN) por quilograma (equivalente a Cz\$2.359,50/50kg em agosto de 1988), ou seja, 11,6% superior ao valor estipulado para a safra 1987/88, mantendo-se fevereiro como início de operação do PGPM e julho como o último mês de correção dos preços. Para o arroz de sequeiro, o Governo, acertadamente, decidiu pela manutenção do preço de garantia de 0,018314 OTN/kg vigente em 1987.

Essas medidas, aliadas às regras de comercialização que determinam quando o Governo deve intervir com seus estoques reguladores, indicam que os preços de arroz dificilmente so

freerão quedas drásticas, pois, estão atrelados à correção monetária a nível de produtor e são repassados aos níveis subsequentes, até chegar ao consumidor final que só encontrará arroz a preço historicamente mais barato durante a realização de ofertas ou "liquidações" de supermercados que o utilizam como produto chamariz ou quando, por qualquer problema de liquidez, o mercado ficar saturado (pressão de oferta).

(IEA, 27/09/88)

QUADRO 5.9 - Área, Produção e Rendimento de Arroz em Casca nos Principais Estados, Regiões e Brasil, 1984/85 a 1987/88⁽¹⁾

Região e estado	Área (1.000ha)				Produção (1.000t)				Rendimento (kg/ha)			
	1984/85	1985/86	1986/87	1987/88	1984/85	1985/86	1986/87	1987/88	1984/85	1985/86	1986/87	1987/88
Região Centro-Sul	3.496,8	4.050,9	4.350,5	4.174,4	7.469,4	7.705,8	8.975,9	9.284,9	2.136	1.902	2.063	2.224
Região Sul	1.065,0	1.098,5	1.160,2	1.159,2	3.849,4	3.753,6	4.409,1	4.758,9	3.710	3.755	3.800	4.105
Rio Grande do Sul	721,0	745,0	803,1	811,0	3.207,0	3.129,0	3.561,5	3.881,3	4.448	4.200	4.435	4.786
Região Sudeste	916,2	969,9	992,9	912,8	1.550,5	1.631,4	1.664,9	1.596,0	1.692	1.682	1.677	1.748
São Paulo	309,4	337,7	299,1	271,2	496,8	499,8	540,0	508,2	1.606	1.480	1.805	1.874
Região Centro-Oeste	1.515,6	1.982,5	2.197,4	2.102,4	1.969,5	2.320,8	2.901,9	2.930,0	1.300	1.171	1.321	1.394
Goiás	860,0	1.068,0	1.182,1	1.096,3	1.115,2	1.281,6	1.501,0	1.546,2	1.297	1.200	1.270	1.410
Mato Grosso	406,6	600,0	678,2	742,7	521,8	750,0	922,4	1.018,6	1.283	1.250	1.360	1.371
Região Nordeste	983,8	1.310,9	1.350,1	1.448,3	1.136,5	1.735,7	1.019,3	2.121,7	1.155	1.324	755	1.465
Maranhão	642,1	867,0	930,2	956,8	622,9	1.040,4	595,8	1.325,7	970	1.200	641	1.386
Região Norte	283,1	271,8	295,2	347,7	402,1	377,0	417,6	483,7	1.420	1.387	1.416	1.391
Rondônia	147,8	113,4	136,9	150,1	220,5	170,1	213,3	245,0	1.492	1.500	1.558	1.633
Brasil	4.760,9	5.633,6	5.995,8	5.970,4	9.019,3	9.818,2	10.412,8	11.890,3	1.895	1.743	1.737	1.991

⁽¹⁾ Dados preliminares em relação a 1987/88.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola(IEA) e Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI) para São Paulo e Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para os demais dados.

QUADRO 5.10 - Área, Produção e Rendimento de Arroz em Casca, Estado de São Paulo, por Divisão Regional Agrícola(DIRA) 1984/85 a 1987/88 (1)

DIRA	Área (1.000ha) (2)				Produção(1.000t)				Rendimento(kg/ha)			
	1984/85	1985/86	1986/87	1987/88	1984/85	1985/86	1986/87	1987/88	1984/85	1985/86	1986/87	1987/88
Registro	6,5	6,7	6,1	5,3	10,5	8,4	10,5	9,9	1.615	1.254	1.721	1.868
São José dos Campos	20,6	21,6	20,3	21,8	66,6	66,0	81,0	89,4	3.233	3.055	3.990	4.100
Sorocaba	41,2	46,2	39,2	32,5	71,1	54,6	64,2	61,2	1.726	1.182	1.638	1.883
Campinas	37,6	41,1	35,7	33,2	66,9	72,0	71,1	62,4	1.779	1.752	1.992	1.880
Ribeirão Preto	63,2	75,7	66,6	62,1	99,3	117,6	120,0	109,8	1.571	1.554	1.802	1.768
Bauru	11,0	10,2	8,9	8,5	13,8	10,8	11,7	12,6	1.255	1.059	1.315	1.482
S. José do Rio Preto	77,7	84,8	78,1	68,9	100,2	107,4	118,2	108,0	1.290	1.267	1.513	1.567
Araçatuba	18,0	18,8	15,5	13,2	29,1	21,6	22,2	18,0	1.617	1.149	1.432	1.364
Presidente Prudente	13,1	10,7	9,5	8,5	14,1	9,6	11,1	9,9	1.076	897	1.175	1.165
Marília	20,5	21,9	19,2	17,2	25,2	31,8	30,0	27,0	1.229	1.452	1.558	1.570
Estado	309,4	337,7	299,1	271,2	496,8	499,8	540,0	508,2	1.606	1.480	1.805	1.874

(1) Para a safra 1987/88, os dados são da 5ª Previsão de Safras (junho de 1988).

(2) Inclui cultura intercalada ou consorciada.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA) e Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI).

QUADRO 5.11.- Estimativa de Oferta e Demanda Brasileira de Arroz em Casca, 1983/84 a 1987/88

(em 1.000t)

Safra (¹)	Estoque inicial	Produção	Importação	Suprimento	Consumo	Exportação	Estoque final
1983/84	1.171,0	8.991,0	91,0	10.253,0	9.200,0	2,0	1.051,0
1984/85	1.051,0	8.760,0	500,0	10.311,0	9.660,0	5,0	646,0
1985/86	646,0	9.813,0	2.074,0	12.533,0	10.240,0	6,0	2.287,0
1986/87	2.287,0	10.578,0	235,0	13.100,0	9.600,0	5,0	3.495,0
1987/88	3.495,0	11.709,6	235,0	15.439,6	9.840,0	500,0	5.099,6

(¹) O ano-safra tem início em 1º de março.

Fonte: Companhia de Financiamento da Produção (CFP).

BATATA

No ano agrícola 1987/88, de modo geral, a cultura da batata apresentou resultados econômicos desfavoráveis.

A safra das águas da Região Centro-Sul, colhida de dezembro a abril de 1988, apresentou, em relação à mesma safra do ano anterior, aumento de 148,8 mil toneladas (11%) (quadro 5.12). Os preços mantiveram-se, até março, mais de 50% abaixo da média dos mesmos meses dos cinco anos anteriores, acompanhando a tendência baixista que já se observara na safra de inverno que lhe antecedeu (quadro 5.13).

Não obstante a produtividade ter sido aceitável, os baixos níveis de preços foram responsáveis por resultados econômicos insatisfatórios e os produtores, mesmo procurando desenvolver suas culturas usando o mínimo de créditos agrícolas e dispondo de receitas de outras atividades econômicas, viram-se forçados a recorrer a reservas e a vender bens - inclusive imóveis - descapitalizando-se. Em muitos casos, mesmo com a venda de bens de produção, não foi possível evitar o atraso de pagamento dos empréstimos, esperando-se que fossem pagos com receitas de culturas subsequentes. Em algumas regiões específicas esse quadro descrito tornou-se bastante expressivo.

As safras paulista e mineira, com tendências declinantes, atingiram juntas 36,6% do total produzido no País, enquanto que a safra paranaense, de peso equivalente a ambas, tende a absorver fatia ainda maior do mercado, na medida em que os produtos de melhor sabor, geralmente mais valorizados e de maior custo de produção, passaram a ser menos ofertados, em detrimento da oferta maciça de variedades menos palatáveis e de menor preço.

A safra paulista da seca apresentou quadro econômico idêntico, com acentuada tendência declinante, cedendo espaço para a expansão das produções de outros Estados. Os preços, durante o período de maio a julho, embora superiores aos obtidos pelo produto das águas, situaram-se entre 29% e 39% abaixo das médias do mesmo período nos anos anteriores.

No final da safra da seca, o mercado foi agitado por boatos de falta do produto, com conseqüente aumento de preços, e de que seria inevitável a importação, ao mesmo tempo em que eram introduzidas importantes alterações das normas vigentes no comércio intrazonal da América do Sul. Embora essas compras do exterior não se realizassem, houve solicitação de guias de importação de batata e intensa movimentação do setor. Tais notícias ocasionaram vigorosa baixa no mercado que se apresentava em reação, face à diminuição de 40 mil toneladas na produção estimada, ou seja, -6% em relação à do ano anterior. Na Argentina, de onde seria importado o produto, os preços que se encontravam bastante aviltados passaram a reagir, também pela veiculação de boatos de exportação de batata, tornando assim economicamente inviável a operação.

Não obstante a redução estimada da produção da safra de inverno (10,1% ou 35,4 mil toneladas), os preços em agosto não acusaram a esperada reação, possivelmente ainda em função da expectativa de iminente importação. O insucesso econômico da safra anterior de inverno

(1987), cujos preços no atacado estiveram entre 47% e 69% inferiores à média dos mesmos meses nos anos anteriores, ocasionou no plantio deste ano redução (-12,2%) em relação ao ano anterior, provocando apreensão sobre o futuro da bataticultura em importantes regiões produtoras.

Após duas safras de maus resultados econômicos advindos, em grande parte, da comercialização em índices acima das médias mensais nos últimos cinco anos, mesmo que ocorra a reversão da expectativa pessimista, o setor batateiro de inverno sairá severamente atingido, o que permite a ilação de que, no próximo ano, poderão haver nova retração de área e conseqüente elevação de preços aos consumidores.

(IEA, 19/09/88)

QUADRO 5.12.-Área Plantada, Produção e Rendimento de Batata das Águas, da Seca e Inverno dos Principais Estados Produtores, 1986/87 e 1987/88

Safr e Estado	Área (1.000ha)		Produção(1.000t)		Rendimento(t/ha)	
	1986/87	1987/88	1986/87	1987/88	1986/87	1987/88
Das Águas						
Minas Gerais	17,0	17,7	307,1	314,5	18,0	17,8
São Paulo	12,1	10,5	220,2	206,4	18,2	19,6
Paraná	29,0	32,3	475,0	495,5	16,4	15,4
Santa Catarina	14,6	14,2	136,3	134,4	9,3	9,5
Rio Grande do Sul	<u>25,8</u>	<u>30,7</u>	<u>203,6</u>	<u>268,2</u>	<u>7,9</u>	<u>8,7</u>
Subtotal	98,5	105,4	1.342,2	1.491,0	13,6	13,5
Da Seca						
Minas Gerais	9,1	8,9	160,1	141,4	17,6	17,0
São Paulo	8,1	7,2	153,6	137,4	19,0	19,1
Paraná	21,2	17,1	187,1	171,0	8,8	10,0
Santa Catarina	5,7	4,0	45,0	40,0	7,9	10,0
Rio Grande do Sul	<u>13,5</u>	<u>11,6</u>	<u>70,6</u>	<u>47,1</u>	<u>5,2</u>	<u>4,0</u>
Subtotal	57,6	48,8	616,4	576,9	10,7	11,8
De Inverno						
Minas Gerais	7,4	6,2	148,6	127,0	20,2	20,3
São Paulo	<u>9,8</u>	<u>8,9</u>	<u>201,0</u>	<u>187,2</u>	<u>20,5</u>	<u>21,0</u>
Subtotal	17,2	15,1	349,6	314,2	20,3	20,8

Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Instituto de Economia Agrícola (IEA).

QUADRO 5.13.- Evolução dos Índices de Preços e de Quantidades Comercializadas de Batata no Mercado do Atacadista da CEAGESP, Cidade de São Paulo, 1987/88 (1)

Mês	Preço		Quantidade	
	1987	1988	1987	1988
Jan.	-	33,30	-	104,56
Fev.	-	48,91	-	105,90
Mar.	-	45,26	-	123,12
Abr.	-	63,55	-	67,81
Mai.	-	63,30	-	107,00
Jun.	-	71,70	-	125,16
Jul.	69,43	61,35	104,42	119,25
Ago.	32,04	71,73	102,35	111,74
Set.	31,10	...	102,59	...
Out.	53,35	...	106,40	...
Nov.	49,64	...	89,92	...
Dez.	45,77	...	109,71	...

(1) Base: média de cada mês dos 5 anos anteriores = 100. Preços deflacionados pelo Índice "2" da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Fonte: Elaborado a partir de dados da Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo (CEAGESP).

Panorama Internacional

Analisando-se a evolução da oferta mundial de café e sua distribuição entre uso doméstico e exportação, constata-se uma perspectiva de amplas disponibilidades para o ano 1988/89, com o estoque inicial recorde de 45,7 milhões de sacas, segundo estimativa de junho de 1988 do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA) (quadro 5.14).

A produção mundial é da ordem de 93,2 milhões de sacas de 60kg, uma das maiores já verificadas nos onze últimos anos, apesar da reduzida safra brasileira de 1988, estimada pelo USDA em 25 milhões de sacas, em 20,6 milhões pelo Instituto Brasileiro de Café (IBC) e em 15 milhões por fontes privadas no Brasil.

Como resultado tem-se, então, total disponível recorde de 139,2 milhões de sacas, o que certamente constitui-se em fator tendente a reduzir cotações externas.

A estimativa para uso doméstico dos países produtores, de 24,8 milhões de sacas, é também recorde na série histórica considerada, sendo as exportações de 68,1 milhões das mais elevadas dos últimos onze anos. O estoque final previsto, apesar disso, é o mais elevado da série.

Analisando-se a produção e a distribuição mundial por países, pode-se identificar mais claramente as origens dessa situação de amplas disponibilidades. No Brasil, os estoques iniciais, estimados em junho de 1988, em 15,8 milhões de sacas, soma-se à produção prevista de 25,0 milhões de sacas, para atingir disponibilidades de 40,8 milhões de sacas. Considerados consumo interno de 11,0 milhões de sacas e a exportação de 17,5 milhões de sacas, o estoque final seria da ordem de 12,3 milhões de sacas (quadro 5.15).

Dois fatos são importantes para efeito de análise da contribuição brasileira à situação mundial. Em primeiro lugar, a ocorrência nítida do ciclo bianual do cultivo do café no Brasil nos últimos anos, já que a safra de 1987 foi estimada em 35,2 milhões de sacas, a de 1988 reduziu-se a 20,6 milhões de sacas, segundo o IBC, e a de 1989, segundo expectativas e estimativas ainda bastante prematuras, poderia superar 40 milhões de sacas.

Em segundo lugar, prejuízos ocasionados pelas secas e dificuldades para tratamento adequado das lavouras brasileiras, em função de baixos preços vigorantes, favoreceram a convicção de que as estatísticas de fontes internacionais, como as do USDA, tendem a superestimar as condições de oferta. Na média dos anos, as disponibilidades brasileiras seriam apenas suficientes para manter tradicionais níveis de consumo interno e exportação e até mesmo, episodicamente, reduzi-los.

A Colômbia destaca-se, no ano cafeeiro 1988/89, pelo elevado nível de produção (12,5 milhões de sacas), que seria pouco menor do que a produção brasileira, estimada por fontes privadas em apenas 15,0 milhões de sacas.

Considerados o consumo interno de 2,1 milhões de sacas e exportações de 9,6 milhões de sacas, o estoque final da Colômbia, segundo o USDA, seria pouco inferior ao do Brasil, alcançando 10,0 milhões de sacas. Assim, praticamente, a metade do estoque final mundial estaria em mãos dos dois principais produtores.

A qualidade de tais estoques, entretanto, afora os da Colômbia e de relativamente pequena quantidade em mãos de outros países produtores de bebidas suaves, deixa a desejar, visto que se observa tendência a privilegiar melhor qualidade na maior parte dos países importadores.

Além das produções do Brasil e Colômbia, destacam-se as da Indonésia (5,8 milhões de sacas), México (5,1 milhões de sacas), Costa do Marfim (4,2 milhões de sacas), Uganda (3,5 milhões de sacas), e Índia (3,5 milhões de sacas), todos eles com produção crescente nos últimos anos.

Face à situação de disponibilidades mais que suficientes para os atuais níveis mundiais de consumo, as cotações externas apresentam-se em queda, após a acentuada elevação de princípios de 1986, ocasionada pela drástica redução da produção brasileira por efeitos de severa seca.

Embora diversas outras razões tenham sido aventadas para as rápidas reduções nas cotações externas, como as especulações em torno da retirada de suporte dos EUA, ou do Brasil e da Colômbia ao Acordo Internacional, ou as dificuldades financeiras atribuídas a importantes empresas comerciais de café, a anunciada disponibilidade ampla de café a nível mundial pode ser a razão básica para o presente baixo nível de preços.

Essa contínua queda de preços acentuou as discussões em torno de novas quotas na Organização Internacional do Café (OIC) para o ano cafeeiro 1988/89, embora às vésperas das reuniões de Londres, em setembro, se acreditasse nas probabilidades favoráveis à renovação, especialmente em razão do temor de uma possível guerra de preços na ausência de mecanismos de controle, face às amplas disponibilidades mundiais de café.

A evolução anual dos preços indicativos da OIC para as diferentes categorias e da média composta, entre 1984 e 1987 e nos oito primeiros meses de 1988, evidencia que a média composta atingiu um máximo de 170,93 centavos de dólar por libra-peso em 1986, caiu para 107,81 em 1987 e, em agosto de 1988, situava-se em 107,11 centavos. Trata-se, porém, de indicador bastante grosseiro, uma vez que as diferenças de preços entre seus componentes são muito amplas. Em agosto de 1988, por exemplo, a cotação da categoria Outros Suaves atingia a média de 128,89 centavos, enquanto a cotação da Robusta era de 81,58 centavos apenas (quadro 5.16).

A queda das cotações de Robusta foi muito mais acentuada que a dos Cafés Arábicos, de um máximo de 147,83 centavos em 1986 para nível 45% inferior em agosto de 1988.

As cotações anuais médias da categoria Brasileiros e Outros Arábicos decresceram para 106,37 em 1987, atingiram 130,40 em fevereiro de 1988 e novamente diminuíram para 111,89 em agosto deste ano.

Em 28 de julho de 1988, a OIC determinou o último corte da quota global e por países, no ano cafeeiro a findar em setembro, e a partir daí nada mais havia a fazer para sustentar preços. Cotações e preços continuaram, entretanto, a cair a níveis dos mais baixos verificados nos últimos anos.

No dia 02 de outubro, a Organização Internacional do Café prorrogou o acordo de sustentação de preços através de um novo sistema de cotas de controle que cria o critério de seletividade entre os Cafés Arábicos e Robustas, estabelecendo uma cota global de 56 milhões de sacas para o período 1988/89 (outubro/setembro).

São previstos cortes na cota global e nas cotas individuais no caso de queda de preços abaixo de níveis de preços estabelecidos.

Sistema seletivo de distribuição de cotas, segundo as categorias de café da OIC, atribuiu 10,3 milhões de sacas aos produtores de Suaves Colombianos (8,3 milhões à Colômbia) 12,2 milhões aos Outros Suaves (2,1 milhões ao México) 17,2 milhões aos Brasileiros e Outros Arábicos (15,9 milhões ao Brasil e 1,3 milhão à Etiópia) e 13 milhões aos Robustas.

Espera-se, como resultado das reuniões de países produtores e consumidores em Londres, mais firmeza no mercado, com elevação da quantidade de cafés arábica ofertada.

Situação Interna

A população cafeeira do Brasil em 1987, segundo o IBC, é da ordem de 4,2 bilhões de covas, em área cultivada de 2,8 milhões de hectares, tendo sido atribuído ao Estado de Minas Gerais o maior número de covas (1,7 bilhão), seguindo-se São Paulo (769,7 milhões), Espírito Santo (672,1 milhões), Paraná (512,1 milhões), Bahia (167,7 milhões) e outros Estados (300 milhões) (quadro 5.17).

Com base em tais dados, algumas fontes do setor têm divulgado expectativas de produção, para o ano de 1989, superiores a 40 milhões de sacas beneficiadas, uma vez pressuposta a média de produção de 10 sacas beneficiadas por mil covas.

Acredita-se que, nos últimos oito anos, houve um acréscimo de 833 milhões de covas no Brasil, sendo que, desse total, 818 milhões foram plantados no período 1985-87, sob influência, principalmente, da elevação de preços ocorrida a partir do final de 1985. O maior aumento no número de covas (562,8 milhões) teria ocorrido em Minas Gerais.

Ao observar-se a evolução anual da produção de café no Brasil e por Estados, no período 1980-88, verifica-se nítida alternância de safras em termos de tamanho, ou seja, os ciclos bianuais, sendo a média no período da ordem de 24,7 milhões de sacas, quantidade considerada apenas suficiente para atender níveis usuais de consumo interno e exportações nos anos recentes (quadro 5.18).

Os preços reais recebidos pelos cafeicultores, no período 1986-88 (até agosto), apresentaram queda acentuada a partir dos primeiros meses de 1986, quando atingiam ao redor de Cz\$3.000,00 por saca beneficiada reduzindo-se a Cz\$505,46 em maio de 1988, ou seja, aproximadamente 17% daquele valor (quadro 5.19).

A seca de fins de 1985 elevou os preços externos e internos a níveis inusitados, o que explica, em grande parte, a tendência baixista que se verificou, em especial, a partir de fins de 1986, ano em que o congelamento de preços internos imposto pelo Plano Cruzado e disponibilidades relativamente baixas do produto no mercado internacional favoreceram o menor ritmo de queda de preços. Posteriormente, a safra de 1987, relativamente grande, da ordem de 35 milhões de sacas, contribuiu para que se acelerasse ainda mais o processo de redução de preços recebidos pelos cafeicultores.

A partir de meados de 1988, o preço de garantia de compra pelo IBC passou a exercer efeito mais sensível em termos de sustentação de preços, uma vez que se iniciou o sistema de correção monetária através de Obrigações do Tesouro Nacional (OTNs), além de elevações percentuais mensais de 2% em termos reais (Resolução IBC nº 53, de 30/06/88). Ainda assim os preços médios, em termos reais, continuaram sendo cotados a níveis dos mais baixos jamais verificados.

O comportamento dos preços externos nas proximidades da negociação do Acordo Internacional, em setembro de 1988, face a notícias de disponibilidades suficientes e até amplas de café, não favorecia elevações de preços a nível de cafeicultor. Mesmo porque, a quota de contri**bu**ição, **ã**gios nos leilões de quotas internas para os exportadores, tributos em geral e a "char**ge**" ou despesas e margens dos exportadores, obrigavam o cafeicultor a entregas ao IBC, aos **pre**ços determinados, deduzidos cerca de 20% de despesas e encargos.

Perspectivas

Os anos de 1987 e 1988 caracterizaram-se, no cenário cafeeiro nacional, por baixos níveis de preços reais recebidos pelos cafeicultores. Alguns estudos preliminares indicam que tais níveis não têm precedentes. Assim sendo, os tratos culturais que deveriam ter sido aplicados nas lavouras ficaram bastante aquém das recomendações agrônômicas. Agravando esse quadro de descapitalização do setor, que por si só induz os produtores a não investirem na cafeicultura, tem-se ainda os elevados custos do mercado financeiro, tornando bastante arriscado assumir qualquer compromisso de financiamento visando a melhoria da lavoura, diante das incertezas do mercado.

As cotações externas apresentam-se a baixos níveis históricos, raramente atingidos. Entretanto, não fora o Acordo Internacional, cuja renovação esteve em pauta até o dia 30 de setembro, em Londres, a queda de preços externos poderia ter sido mais rápida e atingido níveis muito mais baixos.

Somente uma conjuntura de disponibilidades suficientes poderia justificar o comportamento fraco do mercado; as estatísticas de produção, consumo interno, exportações e estoques, do USDA, da OIC e do IBC, realmente, indicam essa situação.

Há, porém, dúvidas de que as estatísticas e expectativas de origem externa expressem a realidade mais recente, já que a seca no terceiro trimestre no Brasil teria prejudicado a safra de 1988 e poderá comprometer seriamente a de 1989. Há dúvidas, mesmo em relação às estimativas da safra colhida nesse ano, pois fontes comerciais a estimam em 15 milhões de sacas, o IBC em 20,6 milhões e o USDA em 25 milhões.

Além disso, grande parte da safra brasileira seria constituída de cafês de tipo inferior e de Robusta, pelo que não há perspectivas de melhores preços em função de melhor qualidade.

Quanto à política comercial brasileira, as declarações do Ministro da Indústria e do Comércio, recentemente empossado, bem como de alguns de seus principais assessores no setor cafeeiro, permitem prever modificações no sentido de se procurar diminuir o grau de intervenção no mercado.

A política vigente baseou-se, até recentemente, no respeito à quota do Acordo Internacional do Café (AIC) para países-membros e quotas internas por empresas exportadoras, no sistema de preços de garantia e pesada tributação, inclusive com o argumento de que a quota de contribuição é necessária para o programa de sustentação de preços, o que torna o café muito mais taxado do que qualquer outro produto agrícola de exportação, reduzindo a parcela do preço externo recebida pelo cafeicultor.

A manter tal política, insistindo-se na exploração do antigo poder de monopólio que exercitou durante mais de cinco décadas, o Brasil continuará a reduzir sua parcela de participação no mercado mundial, crescentemente exigente de melhor qualidade do produto. Por outro lado, a prática de preços artificialmente sustentados incentivará o desenvolvimento de competidores e a substituição do café por outras bebidas.

Redução sensível de carga tributária e plena liberdade de competição entre empresas exportadoras poderiam favorecer elevação de preços recebidos pelos cafeicultores no curto prazo, uma vez que o tamanho das safras 1988 e 1989 esteja superestimado e não haja realmente disponibilidades de café tão amplas como algumas estatísticas e prognósticos oficiais sugerem.

(IEA, 04/10/88)

QUADRO 5.14.-Oferta Mundial e Distribuição de Café, 1978/79 a 1988/89 (1)

(em 1.000sc.60kg)

Ano co mercial	Estoque inicial	Produção	Importação (2)	Total disponível	Uso doméstico	Exportação total (3)	Estoque final
1978/79	29.406	79.025	678	109.109	19.462	64.588	25.059
1979/80	25.059	81.703	653	107.415	19.948	61.950	25.517
1980/81	25.517	86.143	675	112.335	20.468	59.854	32.013
1981/82	32.013	98.203	755	130.971	21.063	65.390	44.518
1982/83	44.518	81.926	733	127.177	20.647	65.118	41.412
1983/84	41.412	88.603	606	130.621	21.089	68.157	41.375
1984/85	41.375	90.266	456	132.097	23.015	72.000	37.082
1985/86	37.082	95.232	387	132.701	21.349	69.568	41.784
1986/87	41.784	79.337	265	121.386	22.219	66.300	32.867
1987/88	32.867	103.527	346	136.740	23.756	67.231	45.753
1988/89	45.753	93.160	315	139.228	24.799	68.105	46.324

(1) As informações referem-se apenas ao conjunto de países produtores.

(2) Refere-se apenas às importações de café pelos países produtores, geralmente sob a forma de produtos processados para uso interno.

(3) Inclui café solúvel e torrado, em equivalente de café verde.

Fonte: Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA), junho de 1988.

QUADRO 5.15.- Oferta de Café e Distribuição por Países Produtores, Previsão para 1988/89 (1)

(em 1.000sc.60kg)

Região e País	Estoque inicial	Produção	Importação	Total disponível	Total exportado	Uso doméstico	Estoque final
América do Norte e Central							
Costa Rica	1.144	2.550	0	3.694	1.900	240	1.554
Cuba	141	400	25	566	200	250	116
República Dominicana	323	900	0	1.223	450	318	455
El Salvador	119	2.100	0	2.219	1.900	180	139
Estados Unidos (1)	14	212	36	262	2	250	13
Guatemala	345	2.600	0	2.945	2.200	300	445
Haiti	62	550	0	612	310	240	62
Honduras	193	1.550	0	1.743	1.200	140	403
Jamaica	2	45	0	47	29	15	3
México	680	5.100	0	5.780	3.300	1.650	830
Nicarágua	75	700	0	775	615	80	80
Panamá	22	220	0	242	135	76	31
Trinidad e Tobago	2	30	6	38	13	22	3
Total	3.122	16.957	67	20.146	12.254	3.758	4.134
América do Sul							
Bolívia	21	150	0	171	105	43	23
Brasil	15.822	25.000	0	40.822	17.500	11.000	12.322
Colômbia	9.230	12.500	0	21.730	9.600	2.100	10.030
Equador	297	1.660	0	1.957	1.352	285	320
Guiana	0	12	0	12	0	12	0
Paraguai	97	325	0	422	232	26	164
Peru	130	1.300	0	1.430	1.070	200	160
Venezuela	196	1.350	0	1.546	252	1.110	184
Total	25.793	42.297	0	68.090	30.111	14.776	23.203
África							
Angola	71	250	0	321	230	45	46
Benin	13	50	0	63	54	1	8
Burundi	152	600	0	752	575	1	176
Camarões	1.757	2.300	10	4.067	1.540	140	2.387
Rep. Centro Africana	78	250	0	328	260	18	50
Congo	4	35	0	39	35	1	3
Costa do Marfim	3.441	4.200	0	7.641	4.160	32	3.449
Etiópia	1.338	3.000	0	4.338	1.300	1.800	1.238
Gabão	0	40	0	40	37	1	2
Gana	6	25	0	31	16	7	8
Guiné	10	120	0	130	117	6	7
Guiné Equatorial	2	15	0	17	10	6	1
Libéria	0	100	0	100	95	6	0
Madagascar	459	1.100	0	1.559	850	228	481
Malawi	5	90	0	95	92	0	3
Nigéria	20	80	85	185	10	152	23
Quênia	1.382	1.830	0	3.212	1.650	100	1.462
Ruanda	42	650	0	692	600	1	91
Serra Leoa	1	100	0	101	95	5	1
Tanzânia	303	850	0	1.153	824	18	311
Togo	37	250	0	287	255	1	31
Uganda	3.580	3.500	0	7.080	3.100	54	3.926
Zaire	1.024	1.900	0	2.924	1.365	225	1.334
Zâmbia	1	15	0	16	10	5	1
Zimbábue	55	225	0	280	210	9	61
Total	13.781	21.575	95	35.451	17.490	2.861	15.100
Ásia							
Rep. Árabe do Iemem	0	65	0	65	55	10	0
Filipinas	498	1.150	0	1.648	505	690	453
Índia	758	3.500	0	4.258	1.700	1.200	1.358
Indonésia	1.652	5.800	0	7.452	4.750	1.080	1.622
Malásia	49	75	135	259	20	204	35
Sri Lanka	8	75	0	83	65	12	6
Tailândia	34	530	0	564	350	145	69
Vietnã	0	80	0	80	45	35	0
Total	2.999	11.275	135	14.409	7.490	3.376	3.543
Oceania							
Nova Caledônia	0	6	0	6	0	6	0
Papua Nova Guiné	58	1.050	18	1.126	760	22	344
Total	58	1.056	18	1.132	760	28	344
Total Mundial	45.753	93.160	315	139.228	68.105	24.799	46.324

(1) Inclui Hawai e Porto Rico.

Fonte: Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA), junho de 1988.

QUADRO 5.16. - Preços Indicativos de Café da Organização Internacional do Café (OIC), 1984-88

(em centavo de dólar por libra-peso)⁽¹⁾

Ano e mês	Suaves Colombianos	Outros suaves	Brasileiros e outros arábicas	Robusta	Média composta ⁽²⁾
1984	147,33	144,25	149,65	138,16	141,19
1985	155,87	145,56	151,76	121,24	133,10
1986	220,04	192,74	231,19	147,83	170,93
1987	123,46	112,29	106,37	102,34	107,81
1988					
Jan.	S/Cot.	126,38	117,35	103,19	115,07
Fev.	S/Cot.	137,14	130,40	104,09	120,76
Mar.	S/Cot.	134,74	126,21	99,82	117,75
Abr.	S/Cot.	134,30	123,30	96,60	116,31
Mai.	S/Cot.	136,39	121,02	94,94	116,35
Jun.	S/Cot.	141,83	122,81	94,15	118,72
Jul.	S/Cot.	139,24	120,01	85,39	113,65
Ago.	S/Cot.	128,89	111,89	81,58	107,11

⁽¹⁾ Uma saca de 60kg equivale a 132,271 libras-peso.

⁽²⁾ O preço indicador "1979", é a média dos cafés "Outros suaves" (75% "ex-dock" em Nova York e 25% em Bremen/Hamburg) e "Robustas" (60% "ex-dock" em Nova York e 40% em Havre/Marselha).

Fonte: Organização Internacional do Café (OIC) e "Complete Coffee Coverage".

QUADRO 5.17.- População Cafeeira e Área Cultivada, Principais Estados Produtores, Brasil, 1980 a 1987

Especificação e ano	Paraná	São Paulo	Minas Gerais	Espírito Santo	Bahia	Outros	Brasil
População cafeeira (1.000 covas)							
1980	719.074	969.300	869.883	449.786	...	325.000	3.333.043
1981	676.952	969.210	982.468	474.764	133.549	241.538	3.478.481
1982	553.628	864.731	993.307	539.332	129.927	212.530	3.293.455
1983	521.626	744.013	1.109.298	572.904	132.326	296.000	3.376.167
1984	494.454	675.550	1.149.398	598.193	131.775	268.000	3.323.370
1985	478.963	697.190	1.181.852	599.824	139.113	251.500	3.348.442
1986	501.844	683.701	1.481.746	630.126	158.618	283.500	3.739.535
1987	512.130	769.675	1.744.676	672.147	167.734	300.000	4.193.362
Área cultivada com café (em ha)							
1980	720.663	987.630	597.857	353.122	...	269.000	2.928.272
1981	677.299	967.596	667.854	375.217	92.237	200.000	2.980.203
1982	545.547	777.540	657.824	414.171	95.102	175.990	2.666.174
1983	487.823	670.627	687.107	436.141	96.804	198.200	2.576.702
1984	460.362	600.358	697.211	451.781	96.045	181.000	2.486.757
1985	444.164	598.121	705.654	449.347	100.904	175.000	2.473.190
1986	460.955	567.809	815.801	466.481	110.545	195.500	2.617.091
1987	466.026	604.779	920.597	482.785	115.350	206.000	2.795.537

Fonte: Instituto Brasileiro do Café (IBC).

QUADRO 5.18.- Produção de Café Beneficiado, Brasil, 1980-88

(em milhão de sacas de 60kg)

Ano	Paraná	S.Paulo	M.Gerais	E.Santo	Bahia (¹)	Outros	Brasil
1980	2,988	6,048	3,378	3,109	...	0,915	16,438
1981	8,263	11,034	11,569	3,287	0,714	0,500	35,367
1982	1,550	5,549	4,050	3,444	0,617	0,965	16,175
1983	5,921	7,408	9,583	5,100	0,771	1,600	30,383
1984	4,032	6,450	5,523	3,996	0,479	1,325	21,805
1985	5,414	8,926	10,693	5,079	1,014	1,490	32,616
1986	2,016	1,559	4,310	3,641	0,783	1,191	13,500
1987	8,200	10,500	11,000	3,600	0,700	1,200	35,200
1988 (²)	2,200	3,200	8,800	4,600	0,800	1,000	20,600

(¹) Até 1980, Bahia foi incluída em outros.

(²) Segunda previsão julho 1988.

Fonte: Instituto Brasileiro do Café (IBC).

QUADRO 5.19.- Preços Médios Correntes e Reais de Café Beneficiado Recebidos pelos Agricultores, Estado de São Paulo, 1986-88

(em Cruz./sc.60kg) (1)

Mês	1986		1987		1988	
	Corrente	Real (2)	Corrente	Real (2)	Corrente	Real (2)
Jan.	2.930.360,00	3.555.399,17	1.911,59	1.477,50	3.588,85	505,68
Fev.	2.940.230,00	2.914.789,72	1.732,26	1.173,38	4.908,56	587,89
Mar.	3.090,48	3.090,48	1.619,79	954,11	5.687,09	576,44
Abr.	2.822,16	2.838,62	1.676,36	822,31	6.616,39	557,32
Mai.	2.825,39	2.832,81	2.183,91	839,67	7.171,40	505,46
Jun.	2.663,24	2.656,15	2.068,11	631,72	10.748,08	626,95
Jul.	2.659,35	2.635,68	1.946,06	543,70	13.557,44	650,68
Ago.	2.803,70	2.742,27	2.070,47	553,56	14.894,68	581,68
Set.	2.891,06	2.797,21	2.235,49	553,31
Out.	2.713,56	2.589,50	2.582,83	575,16	-	-
Nov.	2.613,92	2.434,52	2.760,16	536,98	-	-
Dez.	2.231,30	1.932,08	2.918,55	489,95	-	-

(1) Os preços de janeiro e fevereiro de 1986 são em cruzeiro.

(2) Preços corrigidos pelo Índice "2" de Conjuntura Econômica (base mar.1986=100).

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

CANA-DE-AÇÚCAR

Panorama Internacional

A produção mundial de açúcar, estimada para o período setembro 1987/agosto 1988, é de 104,6 milhões de toneladas, enquanto o consumo está estimado em 104,9 milhões de toneladas.

Melhorias no resultado final da produção na Índia, Tailândia e Filipinas, compensaram as perdas em outros países, notadamente no Brasil, o que resultou em aumento comparativamente às estimativas anteriores.

Em decorrência do aumento no consumo de açúcar em 1987, os estoques no final de 1987/88 poderão cair para 33,7 milhões de toneladas, o que representa 32,2% do consumo mundial esperado e constitui-se na menor taxa de estoques/consumo observada desde 1980/81, pois, nos últimos anos, essa relação chegou a atingir 50%.

Todavia, essa redução do estoque poderá não ocorrer tendo em vista os recentes índices de que o decréscimo do consumo, principalmente na América do Sul e África, sobretudo no Brasil e Egito, mais do que compensa o aumento previsto para Ásia, em especial na Índia.

Por outro lado, a China, embora seja o quinto maior produtor mundial de açúcar, recentemente aumentou de forma acentuada suas importações que, em 1987, atingiram 1,87 milhão de toneladas, ou seja, com aumento de 59% em relação às de 1986. Suas compras de açúcar demoradas, em janeiro deste ano, foram 45% maiores que as do mesmo mês de 1987, o que tem levado aquele país a procurar outras fontes para suas compras, já que a demanda vem crescendo e a produção não vem acompanhando o mesmo ritmo. O consumo per capita aumentou 66%, de 1980 a 1986, principalmente pela maior absorção por parte das indústrias de alimentos e na zona rural, onde a renda da população vem aumentando.

A partir de abril deste ano, as cotações internacionais do açúcar vêm percorrendo uma escalada crescente, após sete anos consecutivos de preços deprimidos, de tal forma que, no acumulado até agosto, a cotação média mensal superou em 51% a média de igual período do ano anterior. As recentes compras chinesas são identificadas como sendo um dos principais fatores de elevação dos preços mundiais do açúcar (quadro 5.20).

Além disso, os Estados Unidos, um dos principais importadores e cujas aquisições vinham decrescendo a cada ano, aumentou recentemente suas cotas de importação de alguns países, como Brasil e República Dominicana.

Não só para o Brasil como para outros países exportadores que têm no açúcar um dos principais produtos da pauta de exportações, a recente recuperação dos preços internacionais do produto poderá significar sinal de boas perspectivas.

Situação Interna

O desempenho efetivo da safra 1987/88, que ora findou, apresentou resultado de 7.985 mil toneladas de açúcar (meta de 7.922 mil toneladas) e de 11,46 bilhões de litros de álcool, significando apenas 86,6% do que fora previsto (13,24 bilhões de litros) no Plano (quadro 5.21).

O consumo interno de açúcar tem se mantido relativamente estável nos últimos anos, não se prevendo, a curto prazo, aumento significativo na demanda. Por outro lado, o panorama internacional, até recentemente, não apresentava boas perspectivas, com as exportações brasileiras do produto gravosas, em função dos baixos preços observados, decorrentes do excesso de oferta de açúcar no mercado mundial e da utilização de edulcorantes substitutos. No caso dos Estados Unidos, o uso do xarope de milho, rico em frutose, é bastante significativo, chegando a 5,8 milhões de toneladas, em 1987, ou seja, 35,7% do total de adoçantes calóricos consumidos naquele país.

As exportações de açúcar vêm gerando receitas cada vez menores ao longo dos últimos oito anos. Porém, a recente recuperação dos preços internacionais do produto e o aumento na demanda, tanto na China quanto na União Soviética, prometem melhorar as perspectivas para o produto brasileiro. Provavelmente, tendo em vista o mercado internacional, o Governo Federal resolveu aumentar a meta nacional de produção de açúcar para 1988/89.

O Programa Nacional do Alcool (PROALCOOL), após 13 anos, continua sendo motivo de grandes polêmicas em todos os segmentos da sociedade, causando sérias preocupações às autoridades brasileiras. Certamente, o maior gargalo está no crescente déficit que sua comercialização vem gerando para os cofres da União. A falta de perspectivas de exportação para o produto resultou na recente medida de aumento na relação de preços álcool/gasolina (de 65% para 69%), visando diminuir o déficit.

A médio prazo, presume-se que o diferencial de preços possa chegar a 25%, suficiente para cobrir a diferença de rendimento entre os combustíveis, proveniente do menor poder calorífico do álcool hidratado. Enquanto isso, as metas de produção deverão ser gradativamente menos ambiciosas, até atingir relativa estabilização da produção versus consumo no país.

Na safra 1987/88, o Estado de São Paulo produziu quase 46% (3,64 milhões de toneladas) da produção nacional de açúcar e 64% (7,33 bilhões de litros) da de álcool. Dos 4 milhões de hectares cultivados com cana-de-açúcar no Brasil, mais da metade está em São Paulo, sendo que da moagem total de 224 milhões de toneladas, o volume de cana moída no Estado foi de 123 milhões de toneladas.

Sendo São Paulo, tradicionalmente, o maior responsável pelo setor sucro-alcooleiro nacional e, também, o maior consumidor, numa conjuntura de desaceleração do PROALCOOL, esse deverá ser o primeiro Estado a ser afetado.

A atual conjuntura, aparentemente, não é satisfatória para os fornecedores e produtores de cana-de-açúcar, pois, no período de junho 1987/junho 1988, o preço recebido pela matéria-prima apenas equiparou-se à taxa de inflação verificada no período, enquanto seu custo de produção superou sensivelmente a referida taxa. Nos últimos anos, tem havido tendência à estabilidade da área e produção de cana-de-açúcar, principalmente no Estado de São Paulo.

Há que se mencionar, também, que a privatização da comercialização e exportação do açúcar e do álcool, aguardada pelos produtores mais eficientes da Região Centro-Sul, que exportam cerca de 15% de sua produção, mas não igualmente tão desejada pelos da Norte-Nordeste, que destinam quase 70% de sua produção para o mercado internacional, foi adiada para meados do próximo ano. Contudo, a possibilidade de extinção do tradicional "Subsídio à Equalização de Custos" poderá trazer conseqüências desastrosas à Região Nordeste, que tem no setor do açúcar e do álcool sua maior fonte de receitas.

O Plano de Produção de Açúcar e Alcool para a safra 1988/89 apresenta meta de produção nacional de 8,37 milhões de toneladas de açúcar e de 12,75 bilhões de litros de álcool. Esses volumes, comparados aos do Plano da safra 1987/88, representam, respectivamente, aumento de 5,6% e decréscimo de 3,7% (quadro 5.22).

(IEA, 20/09/88)

Vilma Aparecida Silveira Rodrigues da Silva
Lemir Machado de Mello Nunes

QUADRO 5.20.-Cotações de Açúcar Demerara no Mercado Internacional e Exportações Brasileiras ,
1980-88

Ano	US\$/t (1)	Exportações brasileiras (2)	
		Quantidade (t)	Valor (US\$ 1.000 FOB)
1980	649,11	2.560.848	1.287.807
1981	373,10	2.700.843	1.061.733
1982	186,20	2.709.684	580.007
1983	187,16	2.503.475	516.802
1984	117,00	3.059.259	586.293
1985	89,64	2.548.028	367.955
1986	134,26	2.430.291	367.881
1987	148,86	2.195.400	351.126
1987 (jan./ago.)	146,11
1988 (jan./ago.)	220,01

(1) Média aritmética das cotações do Acordo Internacional do Açúcar, para produto a granel ,
FOB Portos do Caribe.

(2) Açúcar demerara, cristal e refinado.

Fonte: Agência REUTERS e Carteira do Comércio Exterior (CADEX).

QUADRO 5.21.-Produção Efetiva e Plano de Produção de Açúcar e Alcool, Regiões Norte-Nordeste e
Centro-Sul e Brasil, Safra 1987/88

Região	Produção efetiva (1)		Plano de produção	
	Açúcar (1.000t)	Alcool (10 ⁶ ℓ)	Açúcar (1.000t)	Alcool (10 ⁶ ℓ)
Norte-Nordeste	3.158	1.791	3.036	2.840
Centro-Sul	4.827	9.668	4.886	10.398
São Paulo	3.638	7.329	3.617	7.736
Brasil	7.985	11.459	7.922	13.238

(1) Dados sujeitos à retificação.

Fonte: Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA).

QUADRO 5.22.-Plano de Produção de Açúcar e Alcool, Safra 1988/89

Região e Unidade da Federação	Açúcar		Alcool	
	1.000t	%	10 ⁶ ℓ	%
Norte-Nordeste	3.400	40,62	2.378	18,65
Acre	-	-	5	0,04
Amazonas	-	-	5	0,04
Pará	10	0,12	18	0,14
Maranhão	42	0,50	34	0,27
Piauí	-	-	22	0,17
Ceará	54	0,65	30	0,24
Rio Grande do Norte	145	1,73	176	1,38
Paraíba	150	1,79	346	2,71
Pernambuco	1.512	18,06	695	5,45
Alagoas	1.267	15,14	978	7,67
Sergipe	125	1,49	43	0,34
Bahia	95	1,14	26	0,20
Centro-Sul	4.970	59,38	10.373	81,35
Minas Gerais	500	5,97	606	4,75
Espírito Santo	45	0,54	146	1,14
Rio de Janeiro	450	5,37	272	2,13
São Paulo	3.654	43,66	7.712	60,48
Paraná	200	2,39	715	5,61
Santa Catarina	42	0,50	11	0,09
Rio Grande do Sul	4	0,05	6	0,05
Mato Grosso	36	0,43	189	1,48
Mato Grosso do Sul	20	0,24	312	2,45
Goiás	19	0,23	404	3,17
Brasil	8.370	100,00	12.751	100,00

Fonte: Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA).

A área colhida de cebola na Região Sul do Brasil, em 1986/87, que vem mantendo a maior taxa de crescimento do País, atingiu 48,9 mil hectares, com produção recorde nacional de 459,8 mil toneladas (quadro 5.23). Conduzida praticamente sem irrigação, portanto exposta a casualidades climáticas, essa cultura tem, ao mesmo tempo, baixo custo total e produtividade não muito elevada, evitando excesso de oferta do produto, que redundaria em desastre de vastas proporções às economias regionais que praticamente dependem dessa exploração, dada a elevada inelasticidade-preço da demanda. Nos últimos três anos, os produtores têm obtido excelentes resultados econômicos, com igual perspectiva para 1989.

Face às elevadas taxas de juros vigentes para empréstimos agrícolas, os produtores procuram gerir seu negócio com recursos próprios. No presente período de inverno 1987/88, ocorreu pouca chuva, o que significa atraso e severa redução na safra esperada.

Não obstante a crescente adoção de irrigação, ainda são poucas as empresas agrícolas que se utilizam desse recurso. O esperado expressivo aumento da produtividade, face à dinâmica do produtor, a grande disponibilidade de capitais e de recursos hídricos, deverá nos próximos anos trazer grandes alterações no quadro gerencial e econômico da empresa produtora típica.

A safra de soqueira, colhida praticamente em São Paulo e comercializada entre abril e junho, sentindo ainda seqüelas advindas dos preços insatisfatórios com a comercialização no ano passado, teve plantio modesto no presente ano comparado ao dos anos anteriores. O porte desta safra e o atraso da safra das claras determinaram em 1988, bons preços para os produtores, assegurando em grande parte a reposição das referidas perdas (quadro 5.24).

A sensível redução observada na presente safra de claras precoces, produzida entre julho e outubro nas regiões de São José do Rio Pardo e Monte Alto no Estado de São Paulo e no Médio São Francisco (Bahia e Pernambuco), foi decorrente dos resultados adversos do ano anterior, com intensa descapitalização dos produtores. Tal fato, aliado à expectativa de altas taxas inflacionárias, incidindo sobre compromissos pendentes, determinou certo adiantamento na colheita e conseqüente pressão sobre o preço de julho. No final de setembro e outubro, o balanço da disponibilidade desse produto indica alta dos preços, mas que deverá beneficiar somente parte dos produtores.

Quanto à principal safra paulista (de periformes) a ser comercializada de fins de outubro a princípios de janeiro próximo, torna-se prematuro qualquer prognóstico, em razão da elevada concentração geográfica da cultura, da susceptibilidade do produto a ocorrências climáticas aleatórias e da falta de consistência dos dados disponíveis, levantados ainda em fase de implantação da cultura.

(IEA, 19/09/88)

QUADRO 5.23. - Principais Regiões Produtoras de Cebola no Brasil e Época de Maior Concentração de Comercialização, 1986/87 e 1987/88

Safr e origem	Época de maior comercialização	Área plantada (ha)		Produção (t)		Produtividade (t/ha)	
		1986/87	1987/88	1986/87	1987/88	1986/87	1987/88
Periforme - soqueira							
São Paulo	mai.-jun.	4.500	4.420	70.480	59.300	15,7	13,4
Claras precoces							
Bahia	jun.-ago.	3.717	5.550	54.435	58.900	14,6	10,6
Pernambuco	jun.-ago.	4.281	2.244	48.141	24.479	11,2	12,2
DIRA Campinas	jul.-set.	3.410	3.190	60.200	49.680	17,8	15,6
DIRA Ribeirão Preto	jul.-set.	1.900	1.820	34.000	33.240	17,7	18,3
DIRA Araçatuba	jun.-ago.	260	200	4.140	3.620	15,9	18,1
DIRA São José do Rio Preto	jul.-ago.	130	100	3.300	2.130	22,9	21,3
Total	-	13.688	13.104	204.116	175.049	14,9	13,4
Periforme							
Precoce							
DIRA Sorocaba (SP)	out.-dez.	5.470	4.920	80.000	87.660	14,6	17,8
DIRA Araçatuba (SP)	set.-nov.	1.040	810	16.560	14.500	15,9	20,4
Subtotal	-	6.510	5.730	96.560	102.160	14,8	17,8
Safr principal							
Paraná	dez.-abr.	5.565	4.800	31.120	27.240	5,6	5,7
Santa Catarina	dez.-abr.	23.765	22.026	261.415	220.167	11,0	10,0
Rio Grande do Sul	dez.-abr.	19.600	16.045	167.272	124.274	8,5	7,7
Subtotal	-	48.930	42.871	459.807	371.681	9,4	8,7

Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Comissões Estaduais de Planejamento Agrícola (CEPAs) e Instituto de Economia Agrícola (IEA).

QUADRO 5.24. - Evolução dos Índices ⁽¹⁾ de Preços e de Quantidades Comercializadas de Cebola na CEAGESP, 1987-88

Mês	Preço do atacado paulistano		Quantidade comercializada	
	1987	1988	1987	1988
Jan.	-	83,81	-	119,47
Fev.	-	97,07	-	156,2
Mar.	-	96,44	-	122,32
Abr.	-	143,49	-	95,70
Mai.	-	124,59	-	107,15
Jun.	-	120,47	-	106,19
Jul.	50,02	90,28	126,03	97,38
Ago.	34,37	119,96	112,30	105,40
Set.	30,26	-	104,90	-
Out.	30,12	-	100,51	-
Nov.	38,61	-	100,59	-
Dez.	62,39	-	134,63	-

⁽¹⁾ Base: média de cada mês dos 5 anos anteriores = 100. Preços deflacionados pelo Índice "2" da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Fonte: Elaborado a partir de dados da Companhia de Entrepostos e Armazéns Gerais de São Paulo (CEAGESP).

FEIJÃO

O ano agrícola 1987/88 foi extremamente favorável à cultura do feijão no Brasil, o que pode ser verificado pelo aumento da produtividade tanto na Região Centro-Sul como, principalmente, na Região Norte-Nordeste, onde se registrou aumento da produção da ordem de 112% na soma das safras das águas e da seca, em relação ao ano anterior (quadro 5.25).

Cultura das Águas (1ª safra)

Na Região Centro-Sul, em 1986/87, o excesso de chuvas na época da colheita, nos principais Estados produtores (Paraná, Santa Catarina e São Paulo), prejudicou grandemente a produção. Em 1987/88, embora o plantio tenha sofrido pequeno atraso por falta de chuvas, principalmente em São Paulo e Paraná, provocando diminuição da área de plantio (-1,9%), a colheita transcorreu normalmente, sem maiores contratemplos e com excelente produtividade, ou seja, média de 680kg/ha (mais de 11sc.60kg/ha), possibilitando aumento de 21,6% na produção (quadro 5.26).

Na Região Norte-Nordeste, em 1987/88, a expansão da área cultivada foi de 37,3% e o aumento da produção de 266,3%, o que corresponde a 392 mil toneladas a mais que no ano anterior. Essa ampliação de área plantada foi mais significativa nos Estados do Ceará (86%), Piauí (29%) e Bahia (20%) que nos últimos dois anos responderam por 85% da área e 83% da produção regional, enquanto que o ganho de produção (entre 320 e 360%) pode ser creditado mais à péssima colheita do ano anterior, ocasionada pela chamada "seca verde".

Em termos de Brasil, o aumento da área cultivada com feijão das águas, em 1987/88, foi da ordem de 14,7% e o da produção 55,8%, com rendimento médio de 500kg/ha contra apenas 364kg/ha, média nos dois anos anteriores. Esse substancial crescimento da produção permitiu um abastecimento tranquilo do mercado consumidor nos primeiros meses de 1988.

Cultura da Seca (2ª safra)

O desempenho da cultura de feijão da seca em 1988 também foi muito bom em todo o Brasil. Na Região Centro-Sul, a área cultivada foi 3,3% inferior à do ano passado, porém, a produção foi 6,6% superior graças a um rendimento médio de 541kg/ha contra 491kg/ha em 1987 (quadro 5.27).

De modo geral, a área plantada no presente ano com feijão da seca na Região Norte-Nordeste foi 10,4% maior que a do ano passado: 1,419 milhão de hectares em 1988 contra 1,285 milhão em 1987. Na produção, o aumento foi ainda maior (56,2%), pois a produtividade de 447kg/ha foi bem superior à de 1987, de apenas 315kg/ha.

Observe-se que os Estados com maior área cultivada com feijão da seca estão na Região Norte-Nordeste, onde apenas Paraíba, Pernambuco e Bahia com mais de 1 milhão de hectares, representando 71% da área regional, superam a área total dessa cultura na Região Centro-Sul, no presente ano.

Contudo, no tocante à produção o desempenho não foi tão bom se comparado com o da Região Centro-Sul. Apenas na Bahia houve uma produção superior à de Minas Gerais, principal pro

dutor da Região Centro-Sul, porém em área bem maior, acusando portanto uma produtividade mais baixa (422kg/ha contra 499kg/ha em Minas Gerais).

Em termos de Brasil, os aumentos de área (4,2%) e de produção (31,0%) de feijão da seca em 1988 (com produtividade média de 484kg/ha contra 391kg/ha em 1987) propiciaram condições para um abastecimento tranquilo do mercado consumidor e previsão de estoque da ordem de 281 mil toneladas em 31 de outubro de 1988, que seriam suficientes para atendimento do consumo de um mês e meio, durante a entressafra e até que se iniciasse a colheita da nova safra das águas (1988/89).

Cultura de Inverno (3ª safra)

A cultura do feijão de inverno é praticada nos Estados de São Paulo, Minas Gerais, Paraná e no Distrito Federal, com destaque para São Paulo e Minas Gerais que respondem por 86% da área e 92% da produção (quadro 5.28).

Em 1988, em São Paulo houve retração de 7,1% na área plantada em relação a de 1987, porém a produção foi 5,7 maior devido ao aumento de 13,8% na produtividade média (1.003 kg/ha contra 881kg/ha).

As chuvas persistentes de fins de abril e começo de maio, que prejudicaram a qualidade de do produto da cultura da seca sem contudo comprometer a produção, acabaram favorecendo as culturas de inverno que foram semeadas antecipadamente, principalmente na região oeste do Estado de São Paulo, ampliando assim o período de plantio e de colheita que se iniciou em julho com bons resultados.

O frio intenso de julho e agosto chegou a reduzir em 25% a produção esperada na Divisão Regional Agrícola (DIRA) de Presidente Prudente, onde a maioria das culturas de feijão não é irrigada, variando normalmente a produtividade entre 10 e 15sc.60kg/ha. Por outro lado, nas DIRAs de Ribeirão Preto e São José do Rio Preto, onde os cultivos são irrigados e a produtividade é de 20 a 30sc.60kg/ha, as baixas temperaturas do inverno não chegaram a causar danos. Assim, mesmo com a queda na produção na DIRA de Presidente Prudente, cuja participação no total é de 27%, a colheita em todo Estado mostrou aumento em relação à mesma safra do ano anterior.

Em Minas Gerais, a produção de feijão de inverno foi excelente em 1988: em área 37% superior a do ano anterior (31.500ha contra 23.000ha) a produção foi 53% maior (42.000t versus 27.500t), em função da produtividade média de 1.336kg/ha, ou seja, mais de 22sc.60kg/ha contra 17sc.60kg/ha obtidas em média no Estado de São Paulo.

Como resultado no conjunto dos três Estados produtores de feijão de inverno no Brasil, a estimativa de produção, da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em julho de 1988, era 9% superior à de 1987 (134 mil toneladas contra 123 mil toneladas) numa área praticamente igual.

Precipitações excessivas em julho afetaram em quase 30% a produção da safra da seca nos Estados de Alagoas e Pernambuco, bem como em menor escala a da Bahia, onde o prejuízo foi principalmente na qualidade do produto. Essas quebras, assim como as perdas sofridas no Rio Grande do Sul (5.700t) e Santa Catarina (2.400t) devido à prolongada estiagem a partir de abril, levaram a se reconsiderar as estimativas de produção para 1988. Assim, em agosto (25/08/88), a Companhia de Financiamento da Produção (CFP) divulgou uma nova previsão de 2,7 milhões de toneladas, ou seja, 7,5% inferior à previsão de 2,9 milhões de toneladas feita em julho pelo IBGE.

As estimativas de suprimento de feijão no Brasil, na década de 80, mostram que ainda não foi superada a oferta de pouco mais de três milhões de toneladas registradas em 1982 para um consumo que naquele ano não chegou a 2,5 milhões de toneladas, o que possibilitou um esto que de 655 mil toneladas (quadro 5.29).

No presente ano, o suprimento, incluindo-se o estoque inicial em janeiro de 1988, a produção da safra 1987/88 e mais a autorização para importação de feijão preto, é de 2,815 milhões de toneladas para um consumo estimado em 2,6 milhões, restando um possível excedente de 215 mil toneladas, suficientes apenas para o consumo de um mês.

Mercado

Em 1988, não houve problemas no abastecimento de feijão no mercado brasileiro. No entanto, os preços se mantiveram em alta, não devido à escassez do produto, mas como resultado da Portaria nº 36, do Ministério da Agricultura, que fixa normas reguladoras da comercialização para milho, arroz e feijão.

Essa Portaria estabeleceu com base na média dos preços reais recebidos pelos produtos no período de julho de 1982 a julho de 1987 (60 meses), utilizando como indexador o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) até agosto de 1987, o preço mínimo do feijão em 2,78 0 brigações do Tesouro Nacional (OTNs) por saca.

Esse preço mínimo foi mensalmente convertido em cruzados pelo valor da OTN até setembro de 1988, verificando-se que o preço praticado a nível de produtor de feijão carioca, o mais comercializado em São Paulo, esteve sempre acima do preço mínimo do mês, com exceção de janeiro de 1988. Desse modo, o Governo não teve como adquirir produto para formação de estoques (quadro 5.30 e figura 5.1).

Por outra parte, a alta constante dos preços a nível do produtor em São Paulo, Paraná e Santa Catarina não significou aumento real e sim apenas sua atualização, podendo-se constatar que os preços reais mais altos foram praticados em janeiro de 1986, tanto para o feijão preto como para o de cores, diminuindo constantemente até atingir, nos três primeiros trimestres de 1988, os preços mais baixos do período. Com efeito, a variação de preços do feijão carioca entre agosto de 1987 (Cz\$1.262,50) e agosto de 1988 (Cz\$5.655,93) foi de 448% contra uma inflação de 495,5%, enquanto de janeiro a agosto do corrente ano o aumento dos preços foi de 263,3% contra uma inflação de 300,7% (quadro 5.31).

Os preços máximos, ou preços de intervenção, calculados também segundo as determinações da Portaria 36/88 do Ministério da Agricultura, têm por finalidade "reduzir a intervenção direta do Governo no mercado através da compra e venda de produtos agrícolas dentro de um mês no ano-safra" de modo que o Governo só intervenha, nos mercados de arroz, milho e feijão, através da venda dos seus estoques ou de liberação das importações, quando seus respectivos preços no mercado atacadista ultrapassarem os preços de intervenção pelo período de duas semanas consecutivas, dando início às vendas a partir da terceira semana.

O cálculo do preço de intervenção, baseado na média dos preços reais, no atacado, do quinquênio julho de 1982 a julho de 1987, praticados na principal praça atacadista do produto (no caso do feijão a de São Paulo), convertida em OTNs, acrescida de uma margem adicional de 17% para o feijão, resultou em 5,96 OTNs, com validade até 30/11/88. Em nenhum momento, os preços praticados na praça de São Paulo atingiram o preço de intervenção, exceção aos praticados na primeira quinzena de setembro de 88 para o feijão preto, muito próximos do preço de inter

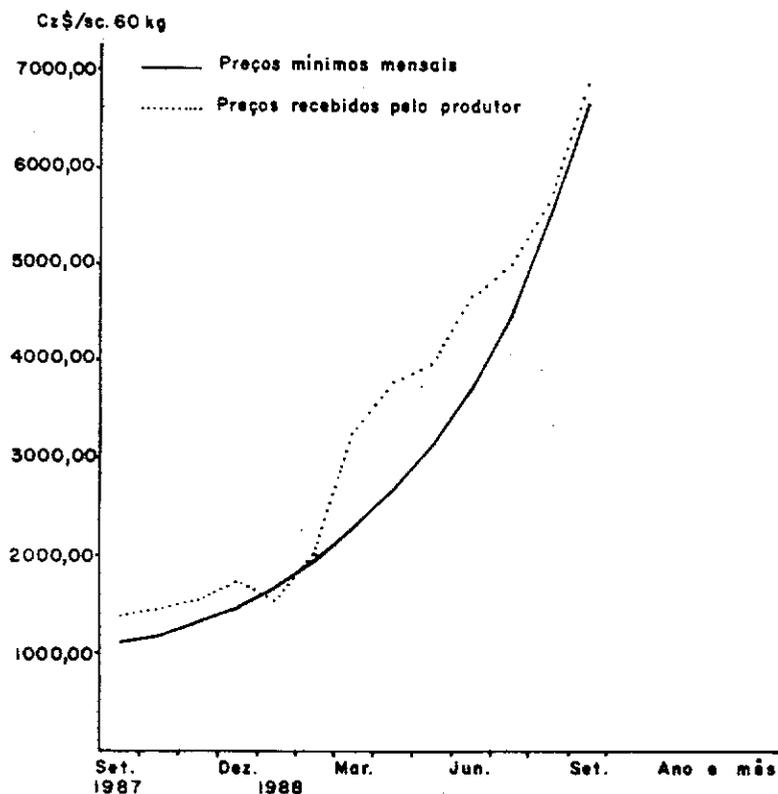


FIGURA 5.1. - Evolução dos Preços Mínimos e dos Preços Recebidos de Feijão Carioca, Estado de São Paulo, Setembro de 1987 a Setembro de 1988.

Fonte: Dados do quadro 5.29.

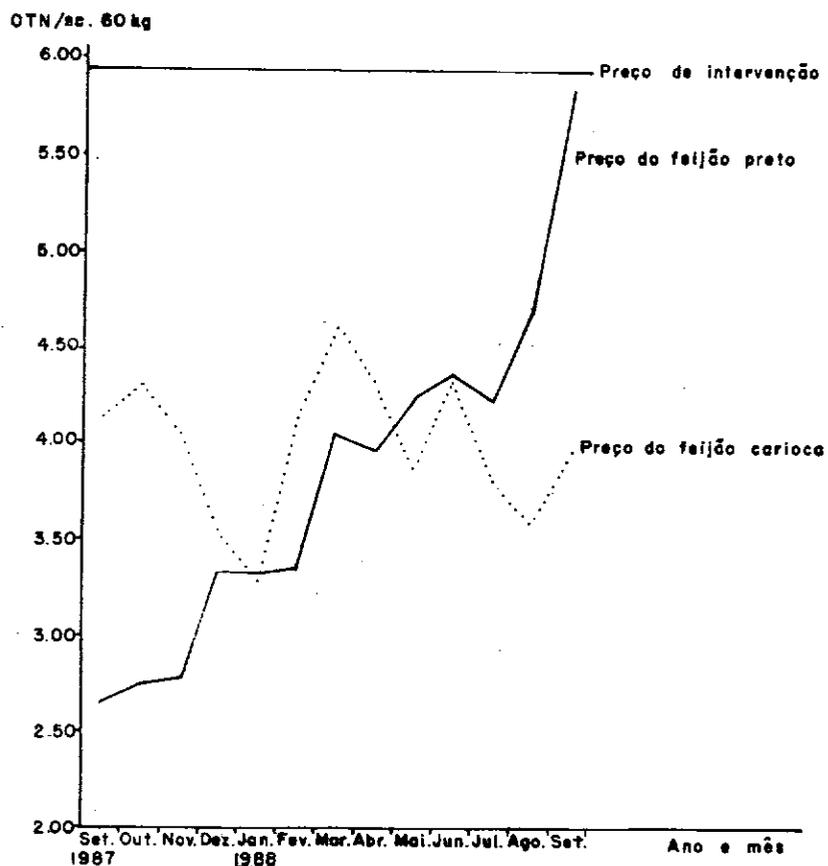


FIGURA 5.2. - Preço de Intervenção e Preços no Atacado do Feijão Preto e do Feijão Carioca, Praça de São Paulo, Setembro de 1987 a Setembro de 1988.

Fonte: Dados do quadro 5.30.

venção do mês (Cz\$14.256,67) (figura 5.2). Nos últimos dias, porém, foram registrados preços bem mais altos, para o feijão carioca, e no caso de assim permanecerem estará justificada a intervenção do Governo, autorizando a importação do feijão preto ou liberando estoques de feijão de cores.

Perspectivas

O cultivo do feijão constitui uma boa opção, especialmente para o pequeno e médio produtor rural, por tratar-se de um produto básico de primeira necessidade na alimentação. Todavia, o êxito da cultura de feijão, que é de alto risco, depende essencialmente de dois fatores: condições climáticas favoráveis e preços de mercado compensadores.

Em relação às condições de clima, o ano agrícola 1988/89 já começou de forma desfavorável; devido ao atraso do período das chuvas que não permitia o plantio do feijão das águas (1.ª safra) em época mais apropriada. Esse atraso do plantio, tanto em São Paulo como no Paraná e Santa Catarina, tem duas conseqüências negativas.

Em primeiro lugar tem-se a diminuição da área a ser cultivada que, no Estado do Paraná já está estimada em 100 mil hectares, dos 700 mil que estavam sendo esperados (-14,3%); em Santa Catarina, provavelmente, a área não se modificará tendo em vista ser o cultivo de feijão, tradicionalmente efetuado, em grande parte, por pequenos agricultores.

No Estado de São Paulo, a intenção de plantio, na região produtora mais importante de feijão das águas (DIRA de Sorocaba), era no início do ano agrícola (agosto) de 140 mil hectares, mas, em setembro, essa estimativa teve uma diminuição de 28,5%, passando a ser de 100 mil hectares. Nessa época do ano agrícola, quando já deveriam estar semeados 80% da área de feijão das águas, estavam plantados apenas 10% da área, em regiões que, aproveitando as instalações para irrigação de hortaliças, iniciaram o plantio em julho para colheita a partir de outubro, sendo esperada uma produção de, no máximo, 12 mil toneladas. Um indicador dessa diminuição da área a ser plantada com feijão das águas em São Paulo é a menor procura de sementes que, até 12 de agosto de 1988, era de 79.500 sc.40kg contra 104.000 vendidas em 1987 até a mesma data (-23,0%). Possivelmente, a cultura do feijão das águas em São Paulo será substituída em boa parte pela do milho que ainda pode ser semeado em outubro.

A segunda conseqüência desfavorável é a concentração do plantio do feijão das águas em período relativamente curto, que também determinará a concentração da colheita em um período do curto, o que poderá acarretar graves prejuízos na produção, caso coincida com um período de excesso de chuvas.

Quanto ao segundo fator condicionante dos bons resultados de uma cultura, isto é, seu desempenho econômico, deve-se analisar dois componentes: o preço mínimo fixado pelo Governo e os custos de produção.

O preço mínimo do feijão para a Região Centro-Sul equivale a 3,18 OTNs/sc.60kg, a vigorar de novembro de 1988 até março de 1989. O preço mínimo, assim atualizado, deverá manter em alta os preços a nível de produtor, como ocorreu no ano agrícola ora encerrado.

Por outra parte, os custos de produção do feijão das águas foram estimados pelo Instituto de Economia Agrícola, para o Estado de São Paulo, em Cz\$4.708,36/sc.60kg a preços de agosto de 1988 (2,370TNs), levando em conta uma produtividade média de 13sc./ha, tanto para a cultura à tração animal como motomecanizada, portanto, o preço mínimo inicial estaria 34,0% acima do custo. No Paraná, também para uma produtividade de 13sc./ha o custo está calculado em

Cz\$5.014,96 para agosto (2,53 OTNs) de modo que o preço mínimo do referido mês estaria 26,0% acima do custo.

Essa diferença em favor do preço mínimo atualizado pela OTN deverá permanecer no decorrer do ano agrícola e como o produtor de feijão tem recebido sempre um valor acima do preço mínimo, pode-se concluir que os resultados deverão ser compensadores, especialmente quando a produtividade da cultura for maior do que 13sc.60kg/ha.

A disparada dos preços do feijão observada em setembro, diante da expectativa da falta do produto devido a atraso do plantio da cultura das águas e do fim da colheita de inverno, é um fenômeno transitório, provocando retração no consumo que poderá ser normalizado com a venda dos estoques do Governo ou importação do produto.

De qualquer forma, o mercado de feijão mostra-se promissor tendo em vista que o consumo deverá ultrapassar 2,5 milhões de toneladas (15kg por habitante/ano), dependendo o atendimento da demanda, das condições climáticas e o desempenho do mercado, do poder aquisitivo do consumidor.

(IEA, 04/10/88)

QUADRO 5.25.- Área, Produção e Rendimento da Cultura do Feijão, Brasil, 1985/86 a 1987/88

Região e safra	Área (1.000ha)			Produção (1.000t)			Rendimento (kg/ha)			Variação (%) ⁽¹⁾		
	1985/86	1986/87	1987/88	1985/86	1986/87	1987/88	1985/86	1986/87	1987/88	Área	Produção	Rendimento
Centro-Sul												
1ª Safra (Águas)	1.416,7	1.650,6	1.620,0	510,1	907,1	1.102,7	360	550	680	- 1,9	21,6	23,6
2ª Safra (Seca)	1.134,7	967,0	934,8	583,6	474,7	506,3	514	481	542	- 3,3	6,6	10,4
3ª Safra (Inverno)	103,1	139,4	138,7	91,8	123,0	134,0	890	882	966	- 0,5	8,9	9,5
Subtotal	2.654,5	2.762,6	2.693,5	1.185,5	1.504,8	1.743,0	447	545	647	- 2,5	15,8	18,7
Norte-Nordeste ⁽²⁾	2.833,9	2.497,5	3.083,7	1.153,9	553,2	1.174,1	407	221	380	23,5	112,2	72,0
Brasil	5.488,4	5.260,1	5.777,2	2.339,4	2.058,0	2.917,1	426	392	505	9,8	41,7	28,8

⁽¹⁾ Variação de 1987/88 com relação ao ano anterior.

⁽²⁾ Safras das águas e da seca.

Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), levantamento de julho de 1988.

QUADRO 5.26.- Área, Produção e Rendimento da Cultura do Feijão das Águas, Brasil, 1985/86 a 1987/88

Região e estado	Área (1.000ha)			Produção (1.000t)			Rendimento (kg/ha)			Participação (%) ⁽¹⁾	
	1985/86	1986/87	1987/88	1985/86	1986/87	1987/88	1985/86	1986/87	1987/88	Área	Produção
Centro-Sul											
Paraná	561,7	696,4	700,0	185,0	376,0	454,2	329	540	549	21,7	27,2
Minas Gerais	249,6	234,9	238,8	111,3	96,2	107,2	446	410	449	8,0	8,4
Santa Catarina	197,7	271,0	270,0	77,1	189,7	216,0	284	700	800	8,2	12,9
São Paulo	181,3	196,4	169,7	66,0	106,8	146,3	364	544	862	6,1	8,6
Rio Grande do Sul	139,4	172,4	155,4	30,2	99,3	130,1	217	576	837	5,2	6,9
Espírito Santo	47,7	39,9	41,2	23,2	18,9	27,8	487	473	676	1,4	1,9
Mato Grosso	16,6	13,4	17,1	7,0	4,7	5,2	421	353	306	0,5	0,5
Mato Grosso do Sul	7,9	13,6	11,4	3,3	8,3	6,2	412	611	546	0,4	0,5
Rio de Janeiro	7,4	5,6	6,0	4,1	3,6	4,2	547	640	695	0,2	0,3
Goiás	5,9	6,5	9,6	2,3	3,3	4,9	391	500	509	0,3	0,4
Distrito Federal	1,5	0,5	0,8	0,6	0,3	0,6	409	590	719	0,0	0,0
Subtotal	1.416,7	1.650,6	1.620,0	510,1	907,1	1.102,7	360	550	680	52,0	67,6
Norte-Nordeste	1.451,3	1.212,3	1.664,5	522,6	147,4	540,0	360	122	324	48,0	32,4
Brasil	2.868,0	2.862,9	3.284,5	1.032,7	1.054,5	1.642,7	360	368	500	100,0	100,0

(¹) Média dos três últimos anos.

Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) - Levantamento de Julho, 1988.

QUADRO 5.27.- Área, Produção e Rendimento da Cultura do Feijão da Seca, Brasil, 1985/86 a 1987/88

Região e estado	Área (1.000ha)			Produção (1.000t)			Rendimento (kg/ha)			Participação (%) ⁽¹⁾	
	1985/86	1986/87	1987/88	1985/86	1986/87	1987/88	1985/86	1986/87	1987/88	Área	Produção
Centro-Sul											
Minas Gerais	295,0	305,4	281,6	120,6	143,9	140,6	409	472	499	12,4	12,5
São Paulo	181,9	160,9	154,8	141,6	100,5	141,7	778	625	915	7,0	11,9
Santa Catarina	185,3	88,8	123,8	130,8	34,6	49,5	706	390	400	5,6	6,6
Goiás	174,8	171,4	135,7	48,8	74,9	47,6	279	438	350	6,8	5,3
Mato Grosso	90,9	70,6	72,1	40,1	32,9	31,8	441	465	441	3,3	3,2
Rio Grande do Sul	77,3	50,9	41,1	28,6	12,3	10,2	370	241	247	2,4	1,6
Paraná	56,7	28,4 ⁽²⁾	29,5	28,0	10,5 ⁽²⁾	16,7	494	370 ⁽²⁾	566	1,6	1,7
Mato Grosso do Sul	32,0	35,0 ⁽²⁾	40,0	19,2	23,5 ⁽²⁾	24,0	600	672 ⁽²⁾	600	1,5	2,0
Espírito Santo	30,8	44,8	44,1	19,7	34,1	35,5	674	760	808	1,7	2,7
Rio de Janeiro	9,9	10,0	11,1	6,0	7,0	8,2	600	700	739	0,4	0,7
Distrito Federal	<u>0,1</u>	<u>0,8</u>	<u>1,0</u>	<u>0,2</u>	<u>0,5</u>	<u>0,5</u>	<u>1.208</u>	<u>635</u>	<u>468</u>	<u>0,0</u>	<u>0,0</u>
Subtotal	1.134,7	967,0	934,8	583,6	474,7	506,3	514	491	541	42,7	48,2
Norte-Nordeste	1.382,6	1.285,2	1.419,2	631,3	405,8	634,1	457	315	447	57,3	51,8
Brasil	2.517,3	2.252,2	2.354,0	1.214,9	870,5	1.140,4	483	391	484	100,0	100,0

⁽¹⁾ Média dos três últimos anos

⁽²⁾ Dados retificados.

Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) - Levantamento Julho/88.

QUADRO 5.28.- Área, Produção e Rendimento da Cultura do Feijão de Inverno, Brasil, 1985/86-1987/88

Estado	Área (1.000ha)			Produção (1.000t)			Rendimento (kg/ha)			Participação (%) ⁽¹⁾	
	1985/86	1986/87	1987/88	1985/86	1986/87	1987/88	1985/86	1986/87	1987/88	Área	Produção
São Paulo	71,6	95,3 ⁽²⁾	84,7	68,7	84,0 ⁽²⁾	81,4	959	881	960	66,0	71,2
Minas Gerais	22,4	23,0	31,5	20,2	27,5 ⁽²⁾	42,1	902	1.190	1.335	20,2	21,2
Paraná	9,0	20,6	22,0	2,7	10,8	9,9	300	524	450	13,5	7,1
Distrito Federal	0,1	0,5	0,5	0,2	0,7 ⁽²⁾	0,6	1.150	1.497	1.288	0,3	0,5
Brasil	103,1	139,4	138,7	91,8	123,0	134,0	890	882	966	100,0	100,0

⁽¹⁾ Média dos três últimos anos.

⁽²⁾ Dados retificados.

Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Levantamento de Julho de 1988.

QUADRO 5.29.- Estimativa de Suprimento de Feijão no Brasil, 1980/81 a 1987/88

(em 1.000t)

Safr a	O f e r t a			D e m a n d a			Estoque final	
	Estoque inicial	Produção	Importação	Suprimento	Consumo (1)	Excedente		Exportação
1980/81	22,0	2.407,0	15,6	2.434,6	2.414,1	20,5	0,0	20,5
1981/82	20,5	3.097,6	3,5	3.121,6	2.459,5	662,1	6,6	655,5
1982/83	655,5	1.654,7	3,7	2.313,9	2.076,6	237,3	14,9	222,4
1983/84	222,4	2.616,1	60,5	2.899,0	2.723,5	175,5	5,6	169,9
1984/85	169,1	2.534,7	15,3	2.719,9	2.378,2	341,7	9,7	332,0
1985/86	332,0	2.244,8	95,0	2.671,8	2.400,0	271,8	4,6	267,2
1986/87	267,2	2.108,0	35,0	2.410,2	2.300,0	110,2	3,9	106,3
1987/88	106,3	2.699,0	10,0	2.815,3	2.600,0	215,3	3,0	212,3

(1) Estimativas provisórias.

Fonte: Companhia de Financiamento da Produção (CFP).

QUADRO 5.30.- Evolução dos Preços Mínimos, Preços de Intervenção e Preços Praticados, Feijão, Estado de São Paulo, 1987/88

(em Cz\$/sc.60kg)

Ano e mês	Valor da Obrigação do Te- souro Nacional (OTN)	Preços		Feijão carioca		Feijão preto
		Mínimo ⁽¹⁾	Máximo ⁽²⁾	Produtor	Atacado	Atacado
1987						
Set.	401,69	1.116,69	2.394,07	1.384,75	1.657,14	1.060,71
Out.	424,51	1.180,13	2.530,07	1.422,75	1.823,81	1.175,00
Nóv.	463,48	1.288,47	2.762,34	1.521,17	1.881,25	1.293,75
Dez.	522,99	1.453,91	3.117,02	1.681,13	1.841,25	1.742,50
1988						
Jan.	596,94	1.659,49	3.557,76	1.556,81	1.967,11	1.990,79
Fev.	695,50	1.933,49	4.145,18	1.978,07	2.861,77	2.341,19
Mar.	820,42	2.280,76	4.889,70	3.220,98	3.827,28	3.315,91
Abr.	951,77	2.645,92	5.672,54	3.796,00	4.106,58	3.781,58
Mai.	1.135,27	3.156,05	6.766,20	3.911,93	4.402,50	4.820,00
Jun.	1.337,12	3.717,19	7.969,23	4.658,40	5.811,37	5.868,18
Jul.	1.598,26	4.443,16	9.525,62	5.065,00	6.136,00	6.734,00
Ago.	1.982,48	5.511,29	11.815,58	5.655,93	7.150,00	9.332,61
Set.	2.392,06	6.649,92	14.256,67	6.845,58 ⁽³⁾	9.500,00 ⁽³⁾	14.041,68 ⁽³⁾

⁽¹⁾ OTN x 2,78.

⁽²⁾ OTN x 5,96 (preço de intervenção).

⁽³⁾ 1ª quinzena de setembro.

Fonte: Boletim Diário de Preços do Sistema Nacional de Informação de Mercado Agrícola (SIMA) para preços recebidos pelo produtor e preços no atacado.

QUADRO 5.31.- Preços Recebidos pelos Produtores de Feijão, Estado de São Paulo e Média de Paraná e Santa Catarina, 1986-88
(em Cz\$/sc.60kg)

Ano e mês	São Paulo		Paraná e Santa Catarina			
	Feijão Carioca		Feijão Cores		Feijão Preto	
	Nominal	Real (1)	Nominal	Real (1)	Nominal	Real (1)
1986						
Jan.	403,93	1.606,21	338,00	1.344,04	310,00	1.232,70
Fev.	384,43	1.249,03	306,38	995,44	300,13	975,13
Mar.	363,60	1.191,66	310,00	1.015,99	295,00	966,83
Abr.	361,21	1.190,74	288,50	951,05	277,00	913,14
Mai.	348,04	1.143,66	287,50	944,73	265,00	870,79
Jun.	357,07	1.167,14	306,88	1.003,09	280,00	915,23
Jul.	393,03	1.276,65	320,00	1.039,43	290,00	941,99
Ago.	418,03	1.340,03	320,00	1.025,79	305,00	977,70
Set.	441,31	1.399,40	320,00	1.014,72	298,40	946,23
Out.	472,93	1.479,12	337,50	1.055,55	309,75	968,76
Nov.	465,87	1.422,05	382,50	1.167,57	324,75	991,29
Dez.	451,85	1.282,30	362,00	1.027,32	319,50	906,71
1987						
Jan.	451,25	1.143,09	341,00	863,81	313,50	794,15
Fev.	417,81	927,54	347,50	771,45	313,50	695,97
Mar.	468,75	904,92	480,00	926,64	393,13	758,93
Abr.	677,66	1.089,45	675,00	1.085,18	428,00	688,08
Mai.	1.076,25	1.356,18	1.006,25	1.267,98	516,25	650,53
Jun.	1.366,54	1.368,04	1.156,25	1.157,52	672,50	673,24
Jul.	1.400,35	1.282,24	1.210,00	1.107,94	659,00	603,42
Ago.	1.262,50	1.106,25	1.200,00	1.051,49	650,00	569,56
Set.	1.384,75	1.123,31	1.300,00	1.054,56	676,00	548,37
Out.	1.422,75	1.038,37	1.310,00	956,09	906,00	661,23
Nov.	1.581,17	1.008,18	1.325,00	844,84	1.222,50	779,48
Dez.	1.681,13	924,95	1.493,00	821,44	1.485,00	817,04
1988						
Jan.	1.556,81	718,93	1.656,25	764,85	1.625,00	750,42
Fev.	1.978,07	776,45	2.013,75	790,46	1.912,50	750,72
Mar.	3.220,98	1.069,99	2.480,00	823,84	2.390,00	793,95
Abr.	3.796,00	1.047,95	2.800,00	772,98	2.793,75	771,26
Mai.	3.912,00	903,66	3.225,00	744,97	3.243,75	749,30
Jun.	4.658,40	890,57	4.130,00	789,56	4.040,00	772,35
Jul.	5.065,00	796,71	4.825,00	758,96	5.350,00	841,54
Ago.	5.655,93	723,95	5.370,00	687,35	6.470,00	828,15

(1) Foi utilizado como deflator o Índice Geral de Preços, Disponibilidade Interna, da Fundação Getúlio Vargas (FGV), base 1987.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA) para São Paulo e Companhia de Financiamento de Produção (CFP) para os demais estados.

MANDIOCA

A produção nacional de mandioca deverá se reduzir pelo segundo ano consecutivo, totalizando 21,7 milhões de toneladas em 1987/88; ou seja, 7,8% inferior à produção obtida em 1986/87, basicamente em função de redução de área, segundo a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (quadro 5.32).

Essas sucessivas reduções refletem, principalmente, os péssimos resultados da comercialização das safras 1985/86 e 1986/87, com os preços de varejo dos derivados muito baixos, em função de grande produção de mandioca. Com o congelamento imposto pelos planos "Cruzado" e "Bresser", as margens de comercialização foram tão comprimidas, com reflexos negativos para a produção, que em termos reais os preços recebidos pelos agricultores atingiram, desde 1984, os menores valores em 1986 e 1987 (quadro 5.33).

Por ocasião da fase de flexibilização dos preços, a partir de meados de setembro de 1987, os preços da mandioca e seus derivados iniciaram movimento de alta, ainda em curso, e mais estimulado a partir de agosto último, quando o arranquio das raízes passou a ser muito difícil em função da estiagem de mais de oitenta dias na Região Centro-Sul do País.

Em decorrência dessa conjuntura, a comercialização da atual safra 1987/88 está se revelando muito satisfatória para os agricultores. De agosto de 1987 a agosto de 1988, os preços recebidos pelos produtores paulistas de mandioca apresentaram variação de 1.793%. Os preços de mercado têm permanecido sempre acima do preço mínimo; por exemplo, em agosto último, enquanto o preço mínimo era de Cz\$5.669,89/t, o preço médio recebido pelo produtor paulista foi de Cz\$14.069,00/t. Nesta safra, ao contrário das duas anteriores, as indústrias de farinha praticamente não recorreram a Empréstimos do Governo Federal (EGF), deslocando a produção para o mercado, e fizeram estoques com recursos próprios.

A perspectiva para a safra 1988/89 é de expansão acentuada na área cultivada com mandioca, tanto a nível nacional como no Estado de São Paulo. Entretanto, a prolongada estiagem na Região Centro-Sul estava postergando o plantio, situação que está se normalizando com as primeiras chuvas de meados de setembro.

(IEA, 19/09/88)

QUADRO 5.32 - Área, Produção e Rendimento da Mandioca, Estados Seleccionados e Região Nordeste, Brasil, 1983/84 a 1987/88

Ano agrícola	Discriminação	Santa Catarina	Paraná	São Paulo	Nordeste	Brasil
1983/84	Área(1.000ha)	83,1	73,7	32,0	1.041,3	1.816,6
	Produção(1.000t)	1.091,0	1.446,2	648,7	10.530,8	21.275,2
	Rendimento(kg/ha)	13.128	19.128	20.278	10.114	11.711
1984/85	Área(1.000ha)	88,2	85,8	38,5	1.062,1	1.867,3
	Produção(1.000t)	1.180,1	1.722,9	784,7	11.750,8	23.111,0
	Rendimento(kg/ha)	13.385	20.080	20.362	11.074	12.376
1985/86	Área(1.000ha)	84,8	85,8	35,5	1.202,0	2.050,3
	Produção(1.000t)	1.224,2	1.700,0	713,7	13.348,6	25.556,0
	Rendimento(kg/ha)	14.434	19.814	20.098	11.105	12.464
1986/87	Área(1.000ha)	75,7	85,4	38,6	1.116,1	1.934,8
	Produção(1.000t)	1.221,2	1.853,9	754,9	11.568,2	23.499,9
	Rendimento(kg/ha)	16.124	21.698	19.542	10.365	12.146
1987/88 ⁽¹⁾	Área(1.000ha)	78,0	86,6	28,0	979,2	1.759,5
	Produção(1.000t)	1.092,0	1.818,6	600,1	10.300,3	21.661,5
	Rendimento(kg/ha)	14.000	21.000	21.452	10.519	12.311

(¹) Estimativa de julho de 1988.

Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

QUADRO 5.33.-Preços Médios Mensais Correntes e Reais Recebidos pelos Produtores de Mandioca Industrial, São Paulo, 1984-88 ⁽¹⁾

(em Cr\$/t) ⁽¹⁾

Mês	1984		1985		1986		1987		1988	
	Corrente	Real ⁽²⁾	Corrente	Real ⁽²⁾						
Jan.	32.484	458,74	187.830	798,60	245.882	298,33	335,47	259,29	2.003,33	282,25
Fev.	38.798	488,08	205.050	791,39	269.375	266,97	354,40	240,06	3.440,91	412,11
Mar.	51.600	590,30	205.050	702,21	295,38	295,38	419,46	247,07	4.084,21	413,97
Abr.	65.312	685,91	195.100	623,13	313,43	315,31	465,81	228,32	6.457,94	543,97
Mai.	80.588	777,13	165.358	489,95	319,84	320,67	443,91	170,68	7.876,38	555,14
Jun.	84.844	749,50	132.770	364,85	320,42	319,59	558,57	170,62	8.526,22	497,35
Jul.	86.849	695,35	130.769	329,89	329,13	326,19	671,10	187,49	10.825,00	519,54
Ago.	93.813	678,82	147.166	325,66	326,06	318,92	742,90	198,67	14.069,13	549,44
Set.	100.470	657,96	146.924	297,96	322,81	312,35	937,97	232,22	-	-
Out.	110.093	640,44	146.924	273,19	297,54	284,05	1.140,73	254,03	-	-
Nov.	127.928	677,22	165.850	268,33	297,66	277,14	1.198,26	233,12	-	-
Dez.	153.040	732,95	220.000	314,42	305,37	264,43	1.600,00	268,60	-	-
Média anual	85.485	652,70	158.849	464,96	303,57	299,94	739,05	224,18	7.160,39 ⁽³⁾	471,72 ⁽³⁾

⁽¹⁾ A partir de março de 1986 os preços estão em cruzado.

⁽²⁾ Preços em cruzado, corrigidos pelo Índice "2" de Conjuntura Econômica (base mar. 1986 = 100).

⁽³⁾ Refere-se ao período de janeiro a agosto.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

Panorama Internacional

A forte estiagem e as elevadas temperaturas no período crítico das lavouras de milho (junho-julho) deverá provocar acentuada queda da produção estadunidense no ano comercial 1988/89 (10/10/88 a 30/09/89). A previsão de 12/09/88 do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA) é de 113,4 milhões de toneladas, com redução de 36,8% em relação à safra anterior.

A produção mundial está prevista em 383,4 milhões, ou seja, menos 13,8% em comparação com a temporada de 1987/88. Para os principais países produtores, eram previstos aumentos de produção na Europa Oriental, URSS, Argentina, México, África do Sul e Tailândia e quedas nos EUA, China e Brasil (quadro 5.34).

O comércio mundial de milho não deverá apresentar grandes alterações em relação à temporada anterior, prosseguindo o Japão como líder na importação, com cerca de 31% das compras totais. De acordo com a previsão do USDA de setembro, os estoques mundiais ao final do ano comercial deverão cair para 71,4 milhões de toneladas, ou seja, a metade dos da temporada anterior em virtude, principalmente, da redução drástica dos estoques americanos (-64%) para 39,6 milhões de toneladas, suficientes para o consumo interno de apenas três meses.

As cotações do cereal, que vinham apresentando quedas desde 1984 até início de 1987, elevaram-se moderadamente desde então até fins de junho de 1988, quando as altas se acentuaram em consequência das perdas previstas na safra 1988/89. A cotação média do milho amarelo nº 2, FOB Golfo do México, foi de 125 dólares por tonelada em junho do corrente ano e de 82 dólares por tonelada em junho de 1987. Os preços médios previstos para os produtores americanos na safra 1988/89 se situam entre 2,45 e 2,85 dólares por bushel de 25,401kg (US\$ 96,45 e US\$112,20/t), superando os preços médios da safra anterior, estimados em US\$1,95/bushel (US\$76,77/t).

Situação Interna

Confirmando a previsão da Companhia de Financiamento da Produção (CFP), de novembro de 1987, houve retração da área de plantio de milho na safra 1987/88 na Região Centro-Sul em relação à do ano anterior. Alguns Estados, como Paraná e Rio Grande do Sul, apresentaram reduções de área maiores que as previstas pela CFP (divulgadas pelo "Prognóstico 87/88"), enquanto outros, como Goiás, Mato Grosso do Sul e Espírito Santo, sofreram quedas bem menos acentuadas do que as previstas naquele momento. No Centro-Sul, como um todo, ocorreu redução de 11% da área plantada e na Região Norte-Nordeste, com calendário agrícola diferente, a ex

pansão da área foi de 25%, de modo que o total nacional (13,2 milhões de hectares) decresceu 2,4% no ano agrícola 1987/88.

A produção prevista para o País, em julho último, pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de 25 milhões de toneladas (-6,6%), com 22,2 milhões no Centro-Sul (-13,8%) e 2,8 milhões no Norte-Nordeste (141,8%), apresenta uma variação mais acentuada que a de área, em função da alteração dos níveis de rendimento da cultura na maioria dos Estados produtores. Na Região Norte-Nordeste, ao contrário da safra anterior, as condições climáticas vêm contribuindo para o bom desenvolvimento vegetativo das lavouras, ao passo que no Sul do País (particularmente no Rio Grande do Sul) as adversidades climáticas em períodos críticos da cultura reduziram a produtividade em 21%, resultando em queda de 34% na produção gaúcha. Outro Estado com prejuízo acentuado da produtividade foi o Paraná, mormente da "safri nha", plantada no período da seca (quadro 5.35).

As retrações de área da safra 1987/88 no Centro-Sul foram decorrência do péssimo resultado econômico do exercício anterior, quando os produtores receberam os menores preços reais de milho nos últimos anos. Em termos de receita bruta da produção, pode-se estimar uma melhoria sensível em relação à safra anterior no Estado de São Paulo. Houve melhoria do poder de troca do produtor de milho em relação a fertilizantes químicos e piora em relação a tratores. Os preços recebidos pelos produtores de São Paulo na última safra, no período de maior intensidade de vendas (abril-junho) estiveram, em termos reais, em níveis intermediários entre os vigentes nas safras 1985/86 e 1986/87. Credita-se esse comportamento do mercado à sistemática de correção mensal dos preços mínimos adotada pela CFP, a qual evitou a baixa sazonal ao nível do produtor (quadro 5.36 e figura 5.3).

As regras de intervenção governamental na comercialização de milho, arroz e feijão, estabelecidas para a safra 1987/88, apresentaram condições de transparência e de segurança necessárias para a participação da iniciativa privada na função de armazenagem do milho no decorrer do ano-safra. Assim, o volume de Aquisições do Governo Federal (AGF) em todo o País, até 20/08/88, atingiu 1.374,8 mil toneladas e o volume estocado com recursos do programa Empréstimo do Governo Federal (EGF), até a mesma data, foi de 3.924,4 mil toneladas, o que corresponde a uma relação EGF/AGF próxima de 3:1. Em anos anteriores essa relação era inversa, retratando uma intervenção governamental excessiva que, todavia, não resultava em normalidade do abastecimento.

Em regiões carentes de infra-estrutura de armazenagem, como Mato Grosso e Mato Grosso do Sul, as aquisições superaram largamente os financiamentos. Em Goiás, os EGFs atingiram 1.655,3 mil toneladas e as AGFs 614,8 mil toneladas até 20/08/88, contra 503,4 mil toneladas de EGFs e 2.039,3 mil toneladas de AGFs em 1987. No Paraná, as aquisições totalizaram 93,2 mil toneladas e os empréstimos 1.172,6 mil toneladas, enquanto em São Paulo esses valores foram de, respectivamente, 85,9 mil toneladas e 519,5 mil toneladas. As mudanças, portanto, além de propiciar condições para a livre atuação dos comerciantes - através do estabelecimento de uma faixa de variação de preços compreendida entre o preço mínimo e o preço de intervenção - liberam o Governo do ônus de carregar, por mais uma safra, volume considerável de estoque, com todas as dificuldades financeiras e operacionais para sua administração.

Neste ano, ao contrário dos últimos anos, em que os EGFs de milho se convertiam em AGFs indiretas, os contratos de financiamento têm sido liquidados com a venda do produto no mercado, face às altas reais dos preços recebidos pelos produtores desde julho de 1988. De acordo com as regras de intervenção, quando o preço de mercado (atacado) de milho atingir ou superar o nível de intervenção estipulado (1,054 Obrigação do Tesouro Nacional - OTN - fiscal) e permanecer por duas semanas consecutivas, o Governo se obriga a vender seus estoques ou, na

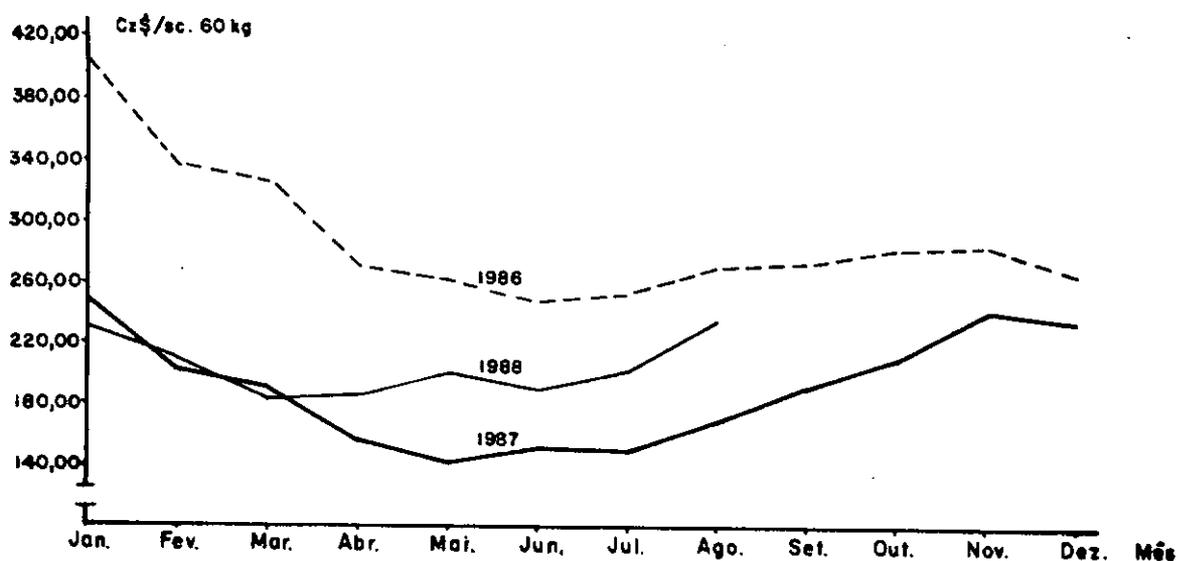


FIGURA 5.3.-Preços Reais de Milho Recebidos pelos Agricultores do Estado de São Paulo, 1986-88, em Cruzados de 1987, Deflacionados pelo Índice Geral Preços (Cóluna 2), da Fundação Getúlio Vargas.

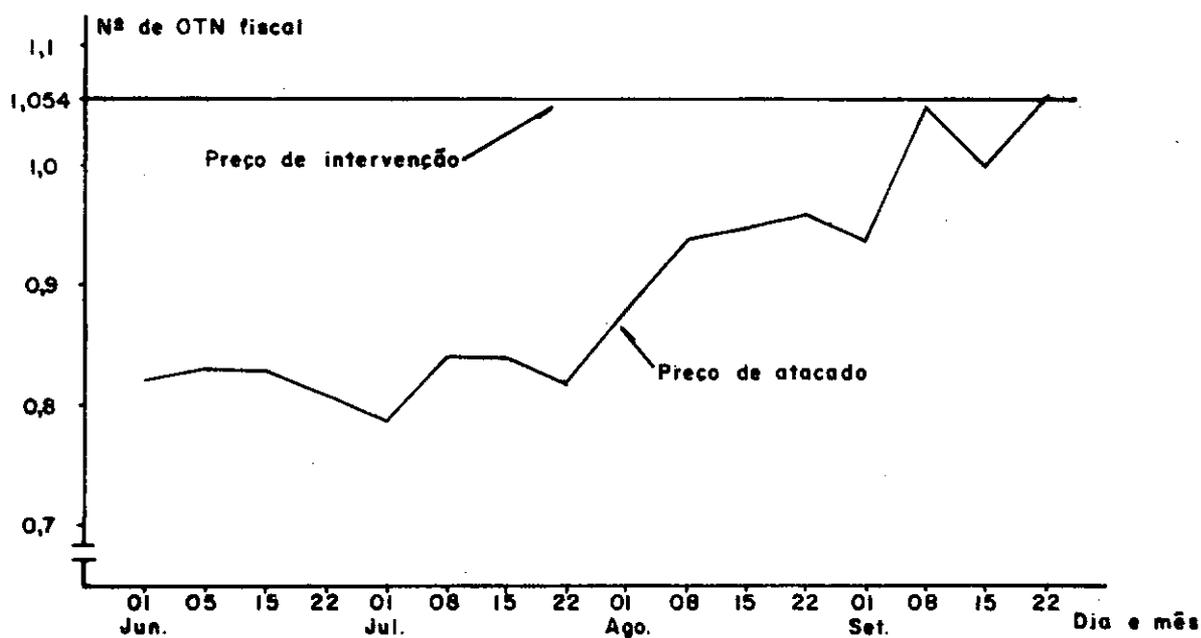


FIGURA 5.4.-Preços de Intervenção e de Atacado de Milho, Cidade de São Paulo, Junho a Setembro de 1988, em Número de OTN Fiscal.

falta destes, a proceder a importações, com a finalidade de frear altas acentuadas. No mercado atacadista da Capital paulista, tais vendas deverão se realizar no início de outubro, conforme a tendência dos preços observada desde o início de agosto. O preço de atacado, medido em número de OTN fiscal, apresenta queda periódica no final de cada mês por causa do ajuste do valor diário do título governamental ao índice de inflação oficial do referido mês (figura 5.4).

O abastecimento do mercado interno foi tranquilo de janeiro a setembro de 1988, desde que um estoque inicial substancialmente maior (81,8%) que o do ano anterior compensou a menor produção prevista (-5,8%), além do que o consumo estimado caiu 4,5%, mormente no setor da suinocultura (quadro 5.37).

Até o início da safra 1987/88, os pequenos criadores de aves, suínos e bovinos de leite das Regiões Sul e Sudeste (além de médios e grandes criadores de São Paulo) foram abastecidos através de um programa de venda direta dos estoques da CFP, mediante cotas mensais a preços pré-estabelecidos. Desde então, todos os consumidores de milho têm competido entre si no mercado, realizando aquisições "da mão para a boca", evitando acumular grandes estoques. As aquisições têm se concentrado no milho das regiões mais próximas aos principais centros de consumo, de modo que à medida que avança o período de entressafra somente se disporá de estoques nas zonas mais distantes com fretes mais elevados. O programa de venda direta somente aos pequenos criadores deverá ter reinício simultaneamente à realização de leilões dos estoques oficiais. O preço deverá ser o de intervenção (equivalente a 1,054 OTN fiscal) e os estoques a serem vendidos diretamente aos criadores de cada Estado serão aqueles acumulados nos respectivos Estados através das AGFs. Os leilões em bolsas de cereais serão realizados com estoques de outros Estados, com suprimento superavitário em relação ao consumo.

As perspectivas para a próxima safra paulista e da Região Centro-Sul são de manutenção ou de pequena redução da produção em relação à safra 1987/88. A estiagem que vem assolando todo o Centro-Sul deve retardar o início do plantio, a exemplo do ocorrido em 1985/86. Naquele ano, o atraso da colheita significou perda da ordem de 2 milhões de toneladas na Região Centro-Sul em função da queda de 11% no rendimento médio da cultura. A variação da produção de 1988/89 poderá ser provocada mais pela queda da produtividade das lavouras do que pela da área plantada. Informações preliminares indicam que, nos Estados Centrais, o avanço da soja não deverá impedir a expansão da área destinada ao milho, enquanto em São Paulo a soja deverá substituir o milho nas regiões em que ela predomina e o cereal deverá expandir sua área nas demais regiões do Estado, de modo que no global a intenção de plantio em São Paulo indica pequeno aumento de área. Nos Estados da Região Sul prevê-se estabilização das áreas aos níveis do ano anterior.

De qualquer forma, na safra 1988/89, é bastante improvável o alcance do que foi estabelecido no Plano de Metas do Governo, em agosto de 1986, que seria de produzir 28,8 milhões de toneladas de milho. Entre os fatores de estímulo à produção, alinham-se a concessão de Valores Básicos de Custeio (VBC) integrais a todos os produtores e o aumento real de 15% do preço mínimo em relação à safra passada. Obstáculos maiores para a expansão da área de milho serão a forte competição por terra e outros fatores de produção exercida pela cultura da soja, o próprio atraso do plantio devido ao prolongamento da estiagem e a correção monetária aplicada ao crédito bancário.

(IEA, 27/09/88)

QUADRO 5.34.- Principais Países Produtores, Exportadores e Importadores de Milho, 1984/85 a 1988/89⁽¹⁾

(em milhão de toneladas)

Item e país ou região	1984/85	1985/86	1986/87	1987/88	1988/89
Produção					
Estados Unidos	194,9	225,5	209,6	179,4	132,1
China	73,4	63,8	70,9	78,0	76,0
Europa Oriental	35,4	30,6	38,9	29,4	35,5
Brasil	22,0	21,0	26,5	24,0	22,0
CEE (12 países)	23,1	25,7	25,1	25,7	25,9
URSS	13,6	14,4	12,5	14,8	16,0
Argentina	11,9	12,4	9,3	9,0	10,0
México	9,9	10,5	10,0	9,9	10,3
África do Sul	8,1	8,1	7,2	7,0	8,0
Tailândia	4,4	5,4	4,3	2,7	4,8
Outros países	62,0	62,4	62,9	62,3	65,1
Total mundial	458,7	479,8	476,9	442,2	405,7
Exportação					
Estados Unidos	46,7	31,5	39,4	43,2	42,0
Argentina	7,1	7,4	4,0	4,2	4,7
China	5,2	6,4	3,8	3,0	3,0
África do Sul	0,2	1,5	2,6	0,7	1,0
Tailândia	3,2	3,8	2,5	0,9	2,6
Outros países	4,2	3,9	4,1	3,1	3,2
Total mundial	66,6	54,5	56,2	55,1	56,5
Importação					
Japão	14,0	14,6	16,1	17,1	17,6
URSS	20,3	10,3	7,6	7,4	7,3
Coreia do Sul	3,0	3,6	4,6	5,1	5,6
CEE (12 países)	9,0	4,8	2,8	3,0	3,0
México	1,7	1,7	3,4	3,5	3,8
Taiwan	3,1	3,1	3,5	3,6	3,6
Europa Oriental	1,8	2,2	1,7	2,2	1,5
China	0,1	0,4	1,6	0,3	0,2
Outros países	13,6	13,9	15,0	13,0	14,0
Total mundial	66,6	54,5	56,2	55,1	56,5
Estoque final					
Estados Unidos	41,9	102,6	124,0	110,9	59,8
Outros países	47,6	41,5	37,4	34,8	33,7
Total mundial	89,4	144,1	161,4	145,7	93,5

⁽¹⁾ Ano comercial: 1º de outubro a 30 de setembro. Estimativa de julho de 1988. As eventuais diferenças devem-se a arredondamentos.
 Fonte: Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA).

QUADRO 5.35.- Área, Produção e Rendimento Médio da Cultura de Milho, Estados da Região Centro-Sul, Brasil, 1985/86 a 1987/88

Estado e região	Área (1.000ha)			Produção (1.000t)			Rendimento (kg/ha)		
	1985/86	1986/87	1987/88	1985/86	1986/87	1987/88	1985/86	1986/87	1987/88
Paraná - 1ª safra	1.801,0	2.633,0	2.085,0	3.073,4	7.340,0	5.360,0	1.706	2.788	2.571
Paraná - 2ª safra	494,0	213,0	168,0	1.258,1	301,8	200,0	2.547	1.417	1.190
São Paulo	1.280,0	1.382,4	1.265,5	3.093,6	3.732,5	3.691,1	2.417	2.700	2.917
Minas Gerais	1.559,3	1.599,1	1.533,7	3.266,2	3.336,9	3.282,3	2.095	2.087	2.140
Goiás	926,2	1.158,3	1.112,4	2.464,4	3.034,7	2.990,0	2.661	2.620	2.688
Rio Grande do Sul	1.525,4	1.955,4	1.619,3	1.937,6	3.873,5	2.537,0	1.270	1.981	1.567
Santa Catarina	924,0	1.008,0	988,0	1.951,3	2.419,2	2.371,2	2.112	2.400	2.400
Mato Grosso	273,7	305,3	340,7	529,1	683,3	789,8	1.933	2.238	2.318
Mato Grosso do Sul	163,2	245,6	241,0	320,7	649,5	647,6	1.965	2.644	2.687
Espírito Santo	128,4	127,4	119,2	249,3	255,7	218,1	1.942	2.007	1.830
Rio de Janeiro	45,5	36,6	33,8	70,5	54,1	56,5	1.550	1.478	1.672
Distrito Federal	6,1	13,7	18,5	19,2	50,5	61,5	3.148	3.686	3.324
Centro-Sul	9.126,8	10.716,9	9.525,1	18.233,4	25.764,4	22.205,1	1.998	2.404	2.331
Norte Nordeste	3.333,3	2.919,8	3.652,2	2.307,8	1.160,9	2.807,1	692	398	769
Brasil	12.460,1	13.499,4	13.177,3	20.541,2	26.786,6	25.012,2	1.649	1.984	1.898

Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

QUADRO 5.36.-Preços Correntes de Milho Recebidos pelos Agricultores; Principais Estados Produtores, Brasil, 1986-88

(em Cz\$/kg)

Mês	Paraná			São Paulo			Minas Gerais		
	1986	1987	1988	1986	1987	1988	1986	1987	1988
Jan.	66,60	87,00	366,00	101,88	99,19	507,20	91,20	126,00	539,40
Fev.	88,80	87,00	431,40	104,48	93,33	550,57	104,40	130,20	550,80
Mar.	87,60	93,00	551,40	99,56	98,03	561,30	96,00	129,60	660,00
Abr.	84,00	109,20	661,20	82,57	98,80	678,73	88,20	126,60	631,80
Mai.	83,40	121,20	827,40	79,28	112,97	873,39	84,00	126,60	684,00
Jun.	80,40	150,60	1.005,00	76,30	150,17	1.020,00	82,20	126,60	861,60
Jul.	80,40	163,80	1.192,80	78,61	163,84	1.297,80	84,60	135,60	1.025,40
Ago.	79,80	169,80	...	84,83	197,26	1.840,46	90,00	210,00	...
Set.	81,00	188,40	-	86,28	239,21	-	90,60	273,00	-
Out.	81,60	216,60	-	89,55	296,04	-	96,00	317,40	-
Nov.	85,20	277,20	-	94,02	382,44	-	100,20	384,00	-
Dez.	85,80	327,60	-	94,07	434,65	-	121,80	493,80	-

Mês	Goiás			Rio Grande do Sul			Santa Catarina		
	1986	1987	1988	1986	1987	1988	1986	1987	1988
Jan.	81,60	97,20	455,40	83,40	99,00	412,20	76,20	92,40	368,40
Fev.	88,20	99,00	537,60	96,60	94,20	483,00	89,40	93,00	439,80
Mar.	85,80	99,60	614,40	96,00	96,60	577,80	89,40	100,20	525,60
Abr.	85,20	104,40	648,60	91,80	104,40	678,00	87,00	106,20	627,00
Mai.	82,80	121,20	756,00	90,60	121,20	880,80	85,80	120,60	826,80
Jun.	83,40	140,40	920,40	90,60	160,20	1.158,00	85,20	154,20	1.101,00
Jul.	81,60	154,80	1.111,20	91,80	168,60	1.370,40	85,80	166,20	1.301,40
Ago.	81,00	168,00	...	91,80	175,80	...	87,00	175,20	...
Set.	81,00	181,20	-	91,20	197,40	-	88,80	193,80	-
Out.	83,40	202,20	-	91,80	233,40	-	88,80	225,00	-
Nov.	87,60	251,40	-	93,00	310,20	-	90,00	274,80	-
Dez.	92,40	319,20	-	94,80	355,80	-	91,80	355,20	-

Fonte: Fundação Getúlio Vargas (FGV) e Instituto de Economia Agrícola (IEA).

QUADRO 5.37.- Estimativa de Oferta e Demanda de Milho, Brasil, 1983/84 a 1987/88

(em mil toneladas)

Safra	Estoque inicial	Produção	Importação	Suprimento	Consumo	Exportação	Estoque final
1983/84	823,5	21.177,5	0,0	22.001,0	19.700,0	180,0	2.121,0
1984/85	2.121,0	21.173,9	200,0	23.494,9	21.053,0	0,0	2.441,9
1985/86	600,0	20.264,1	2.936,0	23.800,1	22.200,0	0,0	1.600,1
1986/87	1.600,1	26.758,3	360,0	28.718,4	25.810,0	0,0	2.908,4
1987/88	2.908,4	25.216,5	0,0	28.124,9	24.650,0	0,0	3.474,9

Obs.: Até a safra 1984/85 o estoque inicial referia-se a 1º de janeiro e a partir da safra 1985/86 passou a se referir a 1º de março.

Fonte: Companhia de Financiamento da Produção (CFP).

Panorama Internacional

A produção mundial das dez principais oleaginosas em 1987/88 atingiu 203,5 milhões de toneladas, apresentando crescimento de 6,0% em relação a 1986/87, o que contribuiu para elevar a oferta total em 3,3%, quando comparada à do ano anterior, situando-a em 229,3 milhões de toneladas, compensando assim, parcialmente, a redução de 14,0% ocorrida no estoque mundial ao final de 1986/87, que atingira 25,8 milhões de toneladas (quadro 5.38).

O consumo mundial em 1987/88, estimado em 203,0 milhões de toneladas, embora apresentando crescimento de 3,5% quando comparado ao da temporada comercial 1986/87, foi insuficiente para provocar decréscimo do estoque mundial em 1987/88, que atingiu 26,3 milhões de toneladas, cerca de 1,9% superior ao do ano anterior. A disponibilidade mundial de oleaginosas em 1988/89 deverá apresentar queda de aproximadamente 2,0% em relação a de 1987/88, totalizando 224,8 milhões de toneladas, face à previsão de redução na produção, que deverá situar-se em 198,5 milhões de toneladas, em decorrência, principalmente, da retração prevista na produção mundial de soja, que deverá reduzir-se de 102,0 milhões de toneladas para 94,1 milhões de toneladas no ano comercial 1988/89. Esse volume, que representa 47,4% da produção global de oleaginosas, ficou bastante aquém das expectativas iniciais, em consequência das perdas provocadas pela prolongada seca que afeta as principais regiões produtoras de soja dos Estados Unidos.

Segundo o Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA), a área plantada na quele país, em 1988, atingiu 23.808,5 mil hectares mas, em decorrência da estiagem, a pior dos últimos 50 anos, a área efetivamente colhida deverá situar-se em 22.953,8 mil hectares (perda total de 854,7 mil hectares). Pela mesma razão, a produtividade média esperada foi rebaixada para 26 bushel/acre ou 1.749kg/ha, bastante inferior à produtividade média obtida nas duas últimas safras, de 2.235kg/ha. Assim, a produção estadunidense em 1988/89 deverá atingir 40,1 milhões de toneladas, acusando retração de 22,6% em relação à safra 1987/88. Nesse contexto, a expansão prevista nas produções brasileira (12,6%) e argentina (15,8%) em 1988/89 figura como fundamental para estancar a queda da produção mundial prevista em 7,7% na próxima temporada da comercial.

A menor oferta mundial de oleaginosas, embora suficiente para atender ao consumo previsto de 205,1 milhões de toneladas para 1988/89, deverá provocar forte rebaixamento do estoque mundial ao final da temporada, da ordem de 25,0%, situando-o em 19,7 milhões de toneladas. Desse total, 15,8 milhões de toneladas referem-se ao estoque mundial de soja, cujo decréscimo atinge 26,2%, quando comparado ao existente ao final de 1987/88.

Face a esse quadro, as cotações internacionais de soja no decorrer de 1989 deverão manter a tendência de firmeza apresentada nos últimos meses, particularmente devido ao drástico corte previsto nos estoques americanos de soja, que poderão chegar a 3,2 milhões de toneladas ao final de 1988/89, cerca de 59,7% menores que os existentes no início da atual temporada. O prolongamento da seca americana até meados de agosto poderão resultar em nova avaliação da safra estadunidense para níveis inferiores ao estimado pelo USDA em seu relatório de agosto.

to, situando-a em 36,7 a 38,1 milhões de toneladas, o que poderá levar a um rebaixamento ainda maior nos estoques americanos e mundiais previstos para o final de 1988/89.

Nesse contexto, o USDA está projetando um preço médio entre US\$6,75 e US\$9,25/bushel a ser recebido pelo produtor americano em 1988/89, o que contrasta, acentuadamente, se considerado o nível máximo, com aquele praticado em 1987/88, de US\$6,20/bushel. É possível, entretanto, que os preços se mantenham na faixa de US\$8,00/US\$8,50/bushel, caso persista a perspectiva de compras volumosas de oleaginosas por parte da URSS, sobretudo de farelo de soja, devido ao quadro de abertura política que deverá continuar pressionando o Governo Soviético a aumentar a oferta de alimentos protéicos e também não se verifique forte racionamento da demanda interna por farelos protéicos nos Estados Unidos e em outros países como a China, Índia e Comunidade Econômica Européia, elevando o volume disponível para exportação.

Diante desse quadro, surge como fundamental para o equilíbrio do suprimento mundial a efetivação do plantio da safra sul-americana de soja nos níveis previstos inicialmente, assim como o comportamento climático adequado para seu desenvolvimento. Alterações nesse sentido poderão resultar em preços acima dos US\$10/bushel em 1989, o que poderá levar a forte retração da demanda externa.

Situação Interna

Segundo a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a produção nacional de soja em 1987/88 foi avaliada em 18,2 milhões de toneladas, com aumento de 7,7% em relação à safra passada. Tal resultado foi decorrente da expansão na área de plantio da cultura, que atingiu 10,5 milhões de hectares contra 9,2 milhões de hectares cultivados na safra passada, uma vez que a produtividade média brasileira de 1.722kg/ha foi 6,5% inferior à alcançada em 1986/87, devido ao desempenho insatisfatório das lavouras no Rio Grande do Sul, com a ocorrência de seca nas fases de plantio e de desenvolvimento da cultura, que resultou em queda da produtividade estadual da ordem de 27,0% em relação à obtida em 1986/87 (quadro 5.39).

Apesar da maior oferta do grão, os preços recebidos pelos produtores nos diferentes Estados da Região Centro-Sul, nos primeiros cinco meses de 1988, apresentaram valorização real de 34,4% a 43,6%, conforme o Estado da Federação (quadro 5.40). Esse comportamento, diferente do verificado em igual período de 1987, deveu-se sobretudo à reversão das cotações externas a partir de setembro de 1987, face à perspectiva de redução dos estoques americanos e mundiais de soja ao final da temporada comercial 1987/88, à divulgação pelo Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA), em abril, da intenção de plantio dos produtores norte-americanos, situando a área a ser cultivada com o grão, em 1987/88, em 68 milhões de acres, apenas 600 mil a mais que no ano anterior e, mais recentemente, à prolongada seca que atingiu as lavouras estadunidenses de soja, restringindo a produção daquele país (quadro 5.41). Outro fator de peso para o fortalecimento dos preços internos foi a retenção do grão por parte dos produtores diante da perspectiva de preços externos cada vez mais atrativos. Em junho, as cotações da soja na Bolsa de Chicago superaram a marca de US\$10,00/bushel, somente alcançada em duas ocasiões anteriores (1973 e 1977), o que propiciou estímulo adicional à retenção interna do produto.

A adoção de uma estratégia de venda por parte dos produtores, totalmente divergente da implementada em 1987, quando parcela significativa da safra foi comercializada nos primeiros três meses do ano, imprimiu grande morosidade ao escoamento da produção em 1988, dificultando o acesso dos segmentos industrial e exportador à matéria-prima. Esse fato, aliado aos altos preços praticados internamente, acarretou prejuízos na industrialização do grão, além de

dificultar o escoamento externo de todos os itens do complexo soja, notadamente do óleo. Esse subproduto, em particular, teve sua comercialização externa agravada, ainda, por fortes desgãos nos preços vigentes na Bolsa de Chicago, decorrentes sobretudo da acirrada concorrência das exportações estadunidenses de óleos vegetais que contam com o apoio do Governo dos Estados Unidos através do "Export Enhancement Program" (EEP), programa de fomento às exportações americanas, viabilizado pela concessão de bônus em mercadorias, que passou a abranger o óleo de soja a partir de 1987, aumentando sua competitividade. De janeiro a maio de 1988, o bônus ou subsídio concedido por tonelada de óleo exportada pelos Estados Unidos elevou-se de US\$93,00 para cerca de US\$200,00, forçando seus concorrentes, entre os quais o Brasil, a aumentarem os descontos para a efetivação de negócios. A esse respeito, o Governo brasileiro e o setor privado vêm questionando, junto ao Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT), a validade dessa política de subsídios às exportações.

Conseqüentemente, o setor moageiro teve sua lucratividade fortemente afetada, tornando inviáveis as vendas externas de óleo. Entretanto, com o contínuo incremento dos preços externos do grão, foi possível verificar-se melhor ajustamento dos preços internos à paridade de exportação, o mesmo ocorrendo para o farelo de soja, o que facultou às indústrias do setor operare com margem de lucro positivas, evitando anormalidades no abastecimento de derivados.

O balanço de oferta e demanda do complexo soja para o ano comercial 1988/89 (fev./jan) indica disponibilidade para exportações de 8,1 milhões de toneladas de farelo, 780 mil toneladas de óleo e 2,8 milhões de toneladas de grão, representando acréscimo de 0,8% para o farelo e decréscimos de 21,0% e 7,5% para o óleo e o grão, respectivamente, quando comparadas às realizadas no ano anterior. Apesar disso, as exportações de janeiro a maio de 1988 totalizaram apenas 2,3 milhões de toneladas de farelo, 125 mil toneladas de óleo e 717,3 mil toneladas de grão, refletindo a extrema lentidão da comercialização da atual safra. Entretanto, face à melhoria dos preços externos, a receita cambial em 1988 deverá situar-se entre 3,5 e 4,0 bilhões de dólares, ou seja, 29,6% a 48,0% superior à obtida em 1987 (quadro 5.42).

O consumo interno de farelo de soja, previsto para 1988/89 em 2,8 milhões de toneladas, deverá manter-se praticamente similar ao do ano anterior, devido às dificuldades de reprogramação das atividades criatórias, em especial da avicultura, e aos menores requerimentos da população, dada a sensível queda do poder aquisitivo dos salários no decorrer de 1988. Tal situação, que tende a perpetuar-se em 1989, deverá refletir-se na manutenção do consumo interno de farelo no próximo ano comercial 1989/90 ainda em nível semelhante ao atual. Com relação ao consumo interno de óleo de soja em 1988/89, a previsão também é de performance similar a de 1987/88, totalizando 1,8 milhão de toneladas, volume que deverá repetir-se em 1989/90 devido ao arrocho salarial.

O esmagamento interno deverá totalizar 14,0 milhões de toneladas em 1988/89, apenas 1,4% acima do ano anterior, sendo que para 1989/90 a previsão é de incremento da ordem de 18,0% face à perspectiva de ampliação da safra nacional no próximo ano agrícola.

A ascensão dos preços externos, aliada à maior produção do grão em 1988, deverá acarretar decréscimo de 58,0% nas importações de soja em relação às concretizadas em 1987/88, perfazendo em 1988/89 volume de 200 mil toneladas. Ressalte-se que para isso também deverá contribuir a maior disponibilidade do produto no mercado "livre", dada a quase inexistência de compras governamentais em 1988, visto que os preços de mercado superaram amplamente o preço mínimo oferecido pelo Governo, ainda que esse contasse com correção mensal pela variação da Obrigação do Tesouro Nacional (OTN) de fevereiro até julho.

Essa queda prevista nas importações do grão não deverá, porém, provocar dificuldades para o abastecimento interno de farelo e óleo de soja, dada a expansão ocorrida na produção na

cional e a estabilidade do consumo, propiciada pelo achatamento do poder de compra dos salários.

A garantia de suprimento adequado, contudo, não foi suficiente para impedir acentuada valorização nos preços internos dos derivados em 1988, notadamente do farelo de soja, que provocou forte redução na lucratividade das atividades criatórias. No período de janeiro a junho de 1988, os preços desse item do complexo soja no mercado atacadista da Cidade de São Paulo passaram de Cz\$21,70/kg para Cz\$45,20/kg, apresentando crescimento de 108,3% em termos nominais e de 28,4% em termos reais. Já o óleo de soja comercializado no mercado varejista da Cidade de São Paulo, cujo preço atingia Cz\$58,57/lata de 900ml em janeiro de 1988 alcançando Cz\$113,71/lata em junho, apresentou valorização nominal de preços de 94,1%, ficando, entretanto, 52,6% abaixo da inflação do período.

Tal elevação de preços desencadeou uma série de reclamos dos setores avícola e suíncola quanto à necessidade de interferência governamental via contingenciamento das exportações de farelo de soja para o rebaixamento dos preços internos. Entretanto, face ao atraso nas exportações desse item e à elevação dos preços internos da matéria-prima, a liberdade de comercialização externa foi mantida, viabilizando as operações industriais do setor.

Diante desse contexto, as perspectivas de curto prazo são de aceleração de preços para todos os itens do complexo, uma vez que, a nível internacional, as cotações deverão manter a tendência altista ora apresentada, mesmo após o início da colheita de soja nos Estados Unidos dada a menor produção prevista em 1988/89 devido à estiagem. Ainda por esse motivo, que deverá implicar queda drástica dos estoques americanos e mundiais de soja em 1989/90, prevalece a expectativa, para médio e longo prazos, de persistência do movimento ascendente das cotações externas, sobretudo do grão e do farelo de soja, que poderá ser ainda reforçado com a manutenção do consumo mundial de farelos proteicos em níveis elevados, próximos ao da atual temporada comercial 1987/88.

O delineamento desse quadro encontra respaldo na perspectiva de crescimento da safra sul-americana (brasileira e argentina), em 1988, em volume insuficiente para compensar a redução (superior a 10,0 milhões de toneladas) dos estoques americanos previstos para 1º de março, quando se inicia a colheita no Hemisfério Sul. Conseqüentemente, os preços internos não deverão ser afetados negativamente pelo aumento previsto na produção brasileira de soja, que poderá superar 22,0 milhões de toneladas, 3,8 milhões a mais que a obtida em 1987, em resposta ao acréscimo de até 15% previsto na área de plantio nacional e à obtenção de uma produtividade média equivalente à alcançada em 1986/87.

É possível, contudo, que as alterações introduzidas nos limites máximos de adiantamento dos Valores Básicos de Custeio (VBC) fixados para a cultura (70%, 40% e 30%, para pequenos, médios e grandes produtores, respectivamente) resultem em expansão da área de plantio em percentual inferior a 15%, visto que o montante de recursos a serem captados no mercado financeiro a juros de mercado e/ou aplicação de recursos próprios no financiamento das lavouras de verão ser mais elevados. Nessa situação, a produção nacional, em 1988/89, poderá situar-se entre 20,0 e 21,5 milhões de toneladas, acusando acréscimo de 9,9% a 18,0% em relação à obtida em 1987/88. Outro fator que deverá contribuir para restringir a expansão na área de plantio da cultura é a disponibilidade de sementes, particularmente de variedades precoces.

De modo geral, há expectativas de ganhos na área de plantio de soja de 10% a 15%, nos Estados da Região Sul, e de 15% a 20% nos Estados da Região Centro-Oeste. Tais incrementos deverão propiciar o deslocamento das culturas de milho, arroz de sequeiro e algodão, principalmente, ocupando ainda áreas de pastagens. A esse respeito, convém ressaltar que o estímulo oficial à cultura do milho através da fixação de preço mínimo acrescido de prêmio de 15%, em

contraposição à manutenção, para a soja, de preço mínimo equivalente ao vigente em julho de 1988, de Cz\$1.968,00/saca de 60kg, dificilmente promoverá o crescimento equilibrado de ambas as culturas, dada a perspectiva de remuneração "segura" da oleaginosa em 1988/89. Além disso, o atual preço mínimo do milho só o favorece nas áreas onde a tecnologia capacita o agricultor a obter produtividade acima de 5.000kg/ha contra 2.400kg/ha para a soja, conforme estudo da Companhia de Financiamento da Produção (CFP).

(IEA, 06/09/88)

QUADRO 5.38.- Disponibilidade Mundial das Dez Principais Oleaginosas, 1985/86 a 1988/89

(em milhão de toneladas)

Item	1985/86.	1986/87	1987/88	1988/89(¹)
Estoque inicial	25,1	30,0	25,8	26,3
Produção mundial	194,9	191,9	203,5	198,5
Oferta total	220,0	221,9	229,3	224,8
Consumo total	190,0	196,1	203,0	205,1
Estoque final	30,0	25,8	26,3	19,7

(¹) Previsão.

Fonte: Oil World Weekly, nº 32, 12 de agosto de 1988.

QUADRO 5.39.- Área, Produção e Rendimento de Soja no Brasil, 1985/86 a 1987/88

Estado	1985/86			1986/87			1987/88		
	Área (1.000ha)	Produção (1.000t)	Rendimento (kg/ha)	Área (1.000ha)	Produção (1.000t)	Rendimento (kg/ha)	Área (1.000ha)	Produção (1.000t)	Rendimento (kg/ha)
Rio Grande do Sul	3.243,8	3.269,0	1.008	3.157,4	4.995,2	1.582	3.436,1	3.631,3	1.057
Paraná	1.745,0	2.600,0	1.490	1.718,0	3.810,0	2.218	2.120,0	4.800,0	2.264
Santa Catarina	382,5	498,0	1.302	361,8	455,3	1.259	412,0	535,6	1.300
São Paulo	456,8	915,0	2.003	461,7	923,4	2.000	512,5	1.001,9	1.955
Minas Gerais	438,8	796,5	1.815	415,9	809,0	1.945	483,7	936,2	1.935
Goiás	621,8	1.127,6	1.813	544,5	1.063,9	1.954	774,8	1.500,0	1.936
Mato Grosso do Sul	1.206,4	1.965,0	1.629	1.151,2	2.283,9	1.984	1.176,0	2.460,9	2.093
Mato Grosso	913,2	1.921,0	2.104	1.096,2	2.389,0	2.179	1.334,4	2.828,7	2.120
Outros	177,2	242,6	1.369	226,8	194,4	857	312,1	491,9	1.576
Total	9.185,5	13.334,7	1.452	9.160,7	16.875,8	1.842	10.561,6	18.186,5	1.722

QUADRO 5.40.- Preços Médios Reais⁽¹⁾ de Soja em Grão Recebidos Pelos Agricultores dos Principais Estados Produtores, Região Centro-Sul, Brasil, 1986-88
(em Cz\$/sc.60kg) (continua)

Mês	Rio Grande do Sul			Paraná			São Paulo		
	1986	1987	1988	1986	1987	1988	1986	1987	1988
Jan.	2.196,48	1.725,15	2.148,96	2.171,52	1.844,40	2.225,92	2.315,66	1.864,54	2.545,14
Fev.	1.978,80	1.518,59	2.055,33	2.080,80	1.616,11	2.200,47	2.191,81	1.624,70	2.353,03
Mar.	2.016,84	1.387,74	1.859,36	2.171,19	1.539,24	1.985,69	2.214,75	1.641,15	2.042,53
Abr.	2.194,20	1.357,37	2.108,16	2.245,95	1.417,93	1.948,32	2.229,04	1.461,99	2.082,27
Mai.	2.196,88	1.806,98	2.089,42	2.238,14	1.459,03	1.989,24	2.198,77	1.572,77	2.215,16
Jun.	2.154,60	1.867,54	2.575,80	2.226,42	1.704,05	2.433,00	2.186,06	1.725,48	2.868,73
Jul.	2.131,80	1.937,08	2.753,70	2.193,00	1.833,61	2.682,38	2.155,26	1.852,53	2.756,04
Ago.	2.102,96	2.058,25	...	2.163,33	1.989,55	...	2.156,79	2.212,23	...
Set.	2.080,39	2.162,40	-	2.150,06	2.243,81	-	2.140,94	2.531,32	-
Out.	2.071,18	2.241,58	-	2.139,89	2.177,40	-	2.135,14	2.452,94	-
Nov.	2.050,55	2.084,16	-	2.136,79	2.152,30	-	2.129,92	2.376,04	-
Dez.	1.933,47	2.149,63	-	2.049,30	2.313,79	-	2.068,90	2.752,91	-

⁽¹⁾ Preços em cruzados de junho de 1988, corrigidos pelo Índice "2" de Conjuntura Econômica da Fundação Getúlio Vargas.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA) para São Paulo e Fundação Getúlio Vargas (FGV) para os demais Estados.

QUADRO 5.4Q- Preços Médios Reais⁽¹⁾ de Soja em Grão Recebidos Pelos Agricultores dos Principais Estados Produtores, Região Centro-Sul, Brasil, 1986-88

(em Cz\$/sc.60kg)

(conclusão)

Mês	Minas Gerais			Mato Grosso do Sul			Goiás		
	1986	1987	1988	1986	1987	1988	1986	1987	1988
Jan.	2.208,96	1.749,00	1.993,60	2.046,72	1.709,25	2.169,29	1.984,32	1.709,25	1.913,74
Fev.	1.968,60	1.609,15	...	1.989,00	1.539,49	2.095,92	1.887,00	1.511,62	2.071,32
Mar.	2.274,09	1.521,06	1.827,00	2.068,29	1.472,58	1.892,77	2.130,03	1.496,82	2.053,55
Abr.	2.225,25	1.407,83	1.728,00	2.142,45	1.281,68	1.863,65	2.142,45	1.332,14	1.901,66
Mai.	2.196,88	1.103,17	1.635,68	2.093,74	1.502,52	1.961,65	2.135,00	1.439,25	1.785,96
Jun.	2.103,30	877,18	1.710,00	2.093,04	1.505,98	2.333,40	2.093,04	1.493,40	2.326,20
Jul.	2.131,80	942,67	2.083,60	2.060,40	1.692,79	2.565,78	2.080,80	1.597,94	2.490,50
Ago.	2.092,90	2.052,65	1.871,39	...	2.113,02	1.755,97	...
Set.	2.100,29	2.444,78	-	2.279,47	2.058,10	-	2.150,06	2.276,88	-
Out.	2.139,89	2.234,70	-	2.031,91	2.289,71	-	2.061,36	2.202,61	-
Nov.	2.088,88	2.130,25	-	2.021,80	2.154,30	-	2.031,38	2.132,25	-
Dez.	2.067,12	1.838,59	-	1.897,83	2.128,90	-	1.906,74	2.054,59	-

(¹) Preços em cruzado de junho de 1988, corrigidos pelo Índice "2" de Conjuntura Econômica da Fundação Getúlio Vargas.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA) para São Paulo e Fundação Getúlio Vargas (FGV) para os demais Estados.

QUADRO 5.41.- Cotações Internacionais de Soja em Grão, 1984-1988

(em US\$/t CIF Rotterdam)

Mês	1984	1985	1986	1987	1988
Jan.	305	243	221	200	254
Fev.	293	239	216	198	254
Mar.	314	241	217	199	257
Abr.	315	243	213	207	270
Mai.	338	231	215	221	285
Jun.	308	227	213	228	353
Jul.	270	223	209	222	351
Ago.	261	211	202	215	...
Set.	245	207	195	214	-
Out.	245	205	197	217	-
Nov.	250	210	204	228	-
Dez.	241	213	199	240	-

Fonte: Oil World Weekly.

QUADRO 5.42.- Exportação Brasileira de Soja em Grão e Derivados, 1984-88

Produto e item	1984	1985	1986	1987	1988 ⁽¹⁾
Soja em grão					
Volume (1.000t)	1.561,1	3.491,5	1.047,2	3.023,6	717,3
Valor FOB (US\$ milhão)	454,1	762,7	211,6	570,3	169,7
Preço médio (US\$/t)	390,88	218,44	202,10	188,62	236,58
Farelo de soja					
Volume (1.000t)	7.587,0	8.588,0	4.643,5	7.802,2	2.340,8
Valor FOB (US\$ milhão)	1.460,2	1.174,9	823,6	1.450,0	499,2
Preço médio (US\$/t)	192,46	136,81	177,37	185,84	213,26
Óleo de soja bruto					
Volume (1.000t)	803,0	521,3	141,2	574,2	29,7
Valor FOB (US\$ milhão)	557,2	331,4	48,6	172,3	10,5
Preço médio (US\$/t)	693,89	635,72	344,19	300,07	353,53
Óleo de soja refinado					
Volume (1.000t)	125,2	433,1	136,6	414,3	95,3
Valor FOB (US\$ milhão)	94,2	271,1	55,9	132,0	38,2
Preço médio (US\$/t)	752,39	625,95	409,22	318,61	400,84
Complexo soja					
Valor FOB (US\$ milhão)	2.565,7	2.540,1	1.139,7	2.324,6	717,6

(¹) Janeiro a maio.

Fonte: Carteira de Comércio Exterior (CACEX).

TOMATE

Tomate Rasteiro

Em dezembro de 1987, foram realizadas reuniões do Comitê de Agroindústria, para negociação de preço de tomate a ser praticado em 1988, quando foi pleiteado pelos tomaticultores um valor baseado na planilha de custo operacional total, calculado pelo Instituto de Economia Agrícola (IEA), de Cz\$3,79/kg, acrescido de lucratividade de 30%, a ser mensalmente corrigido pela Obrigação do Tesouro Nacional (OTN). Porém, como a indústria não concordou com essa margem, propondo apenas 10%, não houve acordo nas negociações.

Em março, apesar da insatisfação dos tomaticultores quanto ao preço oferecido pela indústria de Cz\$6,31 por quilograma ou 7,7 OTNs por tonelada de tomate, o número de contratos de plantios (safra 1988) efetuados deve ter alcançado a área de cultivo suficiente para obtenção da quantidade de matéria-prima desejada pela indústria. Houve certo receio quanto à possibilidade de queda na qualidade dos frutos a serem entregues pelos produtores, já que os mesmos estavam sem condições de arcar com os altos custos de produção. A propósito, cite-se que o custo operacional estimado pelo IEA em março era de Cz\$5,92/kg que, acrescido da lucratividade de 30%, somaria Cz\$7,70/kg de tomate.

Entretanto, a indústria permaneceu cautelosa, mantendo o nível de preço por ela determinado, evitando que houvesse formalização do acordo. Esse procedimento pode-se explicar pela expectativa negativa quanto às vendas de derivados de tomate em razão da conjuntura econômica e, principalmente, da disponibilidade de razoável estoque oriundo da safra anterior, em volume suficiente para cobrir a demanda no primeiro semestre de 1988.

Nesta safra, além de ocorrer perdas de plantios efetuados nos primeiros meses do ano, devido aos fatores climáticos (altas temperaturas e excessos de chuvas), houve interesse por parte da indústria no atraso dos plantios. Assim, a efetiva instalação da cultura ocorreu de março até maio e a colheita em grandes proporções teve início em julho, com término previsto para outubro.

O ataque de bacteriose devido a excesso de chuvas, mudanças bruscas de temperatura e ocorrência de geadas, principalmente na região de Presidente Prudente, causou perdas na lavoura, mas em níveis não significativos considerando-se toda a safra paulista.

Em princípio, era esperada a redução na área de produção, em relação a 1987; no entanto, ocorreu aumento de 2,7%, de acordo com o levantamento de estimativa de safra de junho de 1988 do IEA. A produtividade, porém, se mantém constante, quando comparada com a de 1987 (quadro 5.43).

Ainda que os produtores de tomate sejam selecionados pela indústria pela produtividade apresentada, mesmo aqueles que não atingiram o mínimo de rendimento (40t/ha) aparentemente obtiveram desempenho econômico satisfatório. Isto ocorreu porque parte de sua produção foi comercializada para consumo in natura, devido à cotação relativamente alta (de Cz\$40,00 a Cz\$70,00/kg) de tomate no mercado atacadista de São Paulo, desde abril do corrente ano.

O desvio do fruto para o consumo in natura, estimado em torno de 10% da produção total, deve afetar as necessidades da indústria para atendimento da demanda de derivados de tomate, que não se mostrou tão retraída como esperado. Porém, de acordo com informações da indústria, essa falta de matéria-prima paulista deverá ser compensada pela produção nordestina, regularizando seus estoques.

No Nordeste, a safra está correndo bem, devido ao clima mais ameno. A produtividade média atingiu até 35t/ha, enquanto em anos anteriores não passava de 25 a 27 toneladas. Nessa região, a colheita deverá terminar no final de novembro.

Como perspectivas para a safra de 1989, espera-se que não haja grandes oscilações da área plantada com tomate rasteiro, devido à previsão de não aquecimento da demanda, a despeito da situação econômica geral ainda indefinida.

Entretanto, caso sejam isentas as tarifas alfandegárias de acordo com as disposições contidas no Programa de Integração e Cooperação Econômica entre Brasil e Argentina, do Protocolo nº 22, de 7 de abril de 1988, poderão ocorrer estímulo no sentido de que haja maior volume de exportação de produtos processados de tomate.

Contudo, Argentina, Bolívia, Paraguai, Uruguai, assim como Estados Unidos e Canadá, todos potenciais compradores de derivados de tomate, só poderão intensificar a importação de produtos brasileiros se os preços apresentarem maior competitividade no mercado internacional, onde despontam Espanha, Portugal, Grécia e Itália, a qual recentemente se viu envolvida em disputas comerciais com os Estados Unidos, conhecidas como "a guerra da pasta de tomate".

Tomate Envarado

Na Divisão Regional Agrícola (DIRA) de Sorocaba (Ibiúna, Apiaí, Guapiara, Ribeirão Branco, Itapetininga e Itapeva), a colheita correspondente aos plantios efetuados de agosto a novembro de 1987 ocorreu de dezembro de 1987 até maio de 1988. A produção foi grande e de qualidade média devido ao excesso de chuvas e alta temperatura verificados de dezembro de 1987 a fevereiro de 1988, mantendo-se a níveis de preços relativamente baixos até abril (quadro 5.44).

Na segunda quinzena de abril, houve início de colheita na DIRA de Campinas (Elias Fausto, Indaiatuba, Sumaré, Monte-Mor, Itu, Salto, Capivari e Botucatu, cujas culturas foram instaladas no período de dezembro a julho) e do sul do Estado de Minas Gerais. Desde esse mês vem ocorrendo pequeno volume de entrada no Entrepasto Terminal de São Paulo (ETSP), devido às compras diretamente efetuadas nas regiões produtoras pelos Estados do Norte, Nordeste e Sul. Em janeiro e fevereiro do corrente ano, a estiagem nos Estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina não permitiu que houvesse plantio suficiente para atender ao consumo regional nesta safra. Nos Estados do Nordeste, principalmente no Estado de Pernambuco, devido ao excesso de chuvas e mudança de cultivar de tomate, os tomaticultores sofreram grandes prejuízos.

Na DIRA de Campinas, o frio e o excesso de chuvas, provocando queda floral, dificuldade no crescimento e amadurecimento dos frutos de maio a junho, também contribuíram para diminuição no volume de oferta de preços no mercado, desde julho até setembro, tempo necessário para nova florada, crescimento e amadurecimento de tomate.

Por outro lado, verificou-se participação relativamente grande de tomate rasteiro no total do volume comercializado no ETSP, que variou na ordem de 10% em maio, 20% em junho e 50% em julho e agosto, impedindo que houvesse maiores aumentos de preço no mercado, nesse período

de escassez iniciado em abril.

Em setembro, deverá cessar a entrada do produto da variedade rasteira na ETSP a ser, porém, compensada com maior oferta de tomate de mesa da região de Campinas, que poderá prolongar-se até dezembro, de modo que os preços não deverão apresentar grandes oscilações. A partir desse mês, haverá inclusive possibilidade de declínio de preços reais, face ao início da colheita na DIRA de Sorocaba (Apiaí, Guapiara, Ibiúna, Capão Bonito, Ribeirão Branco e Itapeva).

Em 1988, os plantios na DIRA de Sorocaba tiveram início em agosto e deverão prosseguir até novembro. Apesar dos pequenos tomaticultores da região de Apiaí, Guapiara e Ribeirão Branco, mal sucedidos na comercialização na safra anterior, não terem obtido financiamento bancário para produção, a área de cultivo não deverá sofrer redução, uma vez que grandes produtores permanecem na atividade.

(IEA, 31/08/88)

QUADRO 5.43.- Área, Produção e Produtividade da Cultura de Tomate, Estado de São Paulo e Brasil, 1984-88

Ano	Tomate rasteiro - Estado de São Paulo			Tomate envarado - Estado de São Paulo			Tomate - Brasil		
	Área (ha)	Produção (1.000t)	Produtividade (t/ha)	Área (ha)	Produção (1.000t)	Produtividade (t/ha)	Área (ha)	Produção (1.000t)	Produtividade (t/ha)
1984	11.450	370	32,3	7.570	392,0	51,8	51.787	1.790,6	34,6
1985	10.350	330	31,9	7.670	379,7	49,5	53.896	1.931,8	35,8
1986	9.360	320	34,2	7.120	407,4	57,2	51.481	1.838,3	35,7
1987	8.940	320	35,8	8.140	404,2 ⁽¹⁾	49,6	57.619	2.043,2	35,5
1988	9.180 ⁽²⁾	330 ⁽²⁾	35,9 ⁽²⁾	8.220 ⁽²⁾	407,5 ⁽²⁾	49,6 ⁽²⁾	60.738 ⁽³⁾	2.206,0 ⁽³⁾	36,3 ⁽³⁾

⁽¹⁾ O peso da caixa de 28kg passou a ser considerado de 25kg a partir de 1987 no cálculo da produção em toneladas.

⁽²⁾ Dados preliminares de junho de 1988, sujeitos à revisão.

⁽³⁾ Dados de julho de 1988.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA) e Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI) para São Paulo e Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para o Brasil.

QUADRO 5.44.-Preço e Quantidade de Tomate Comercializado no Entrepasto Terminal de São Paulo, Janeiro de 1987 a Julho de 1988

Mês	Quantidade (cx.25kg)	Preço corrente (Cz\$/cx.25kg)	Preço real (março de 1986=100) ⁽¹⁾ (Cz\$/cx.25kg)
<u>1987</u>			
Janeiro	1.066.286	108,96	84,21
Fevereiro	709.363	261,01	176,80
Março	1.014.161	211,51	124,59
Abril	799.056	290,56	142,53
Maio	923.970	241,32	92,78
Junho	1.029.391	228,66	69,85
Julho	1.265.106	188,23	52,59
Agosto	813.176	359,46	96,10
Setembro	1.006.077	327,45	81,05
Outubro	1.128.042	300,08	66,82
Novembro	756.096	416,25	80,98
Dezembro	880.776	422,76	70,97
<u>1988</u>			
Janeiro	1.202.970	258,40	36,41
Fevereiro	1.091.496	496,62	59,48
Março	1.347.965	554,66	56,22
Abril	955.391	1.041,51	87,73
Maio	947.897	1.332,67	93,93
Junho	833.982	1.618,35	94,40
Julho	798.953 ⁽²⁾	1.596,13 ⁽²⁾	76,61

⁽¹⁾ Deflacionado pelo Índice Geral de Preços (coluna 2), da Fundação Getúlio Vargas.

⁽²⁾ Dados preliminares.

Fonte: Companhia de Entrepastos e Armazéns Gerais de São Paulo (CEAGESP).

Panorama Internacional

A produção mundial de trigo, na década de 80, vem crescendo a taxas médias de 5% ao ano, tendo ultrapassado 500 milhões de toneladas a partir de 1984, em função da expansão de área e, sobretudo, devido à utilização de variedades mais produtivas, principalmente nos Estados Unidos e Europa Ocidental. Em consequência e associado aos efeitos da recessão mundial do início da década, houve crescimento dos estoques mundiais de 98,7 milhões de toneladas, em 1981, para 159,4 milhões de toneladas em 1987 segundo a Food and Agriculture Organization (FAO). Com isso, as cotações internacionais estiveram em declínio durante todo o período. As cotações médias anuais caíram de US\$164/t FOB-GULF, em 1980, para US\$114/t em 1987.

Em função dessa situação, um dos aspectos da política agrícola dos Estados Unidos, que lidera as exportações mundiais, tem sido o de reduzir seus elevados estoques, com vistas à recuperação dos níveis de preço. Para tanto, o Governo estadunidense vem aplicando uma série de programas objetivando reduzir a área cultivada com trigo, garantir um nível mínimo de renda ao produtor e expandir as exportações.

Em função dessa política e da severa estiagem de mais de três meses, a estimativa de produção para o período 1988/89, feita em agosto pelo Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA), é de 49,6 milhões de toneladas, 13% inferior à do período anterior, a menor da década de 80. O nível dos estoques finais em 1988/89, que já se havia reduzido na safra 1987/88, poderá cair 46%, ou seja, para 18,1 milhões de toneladas. Nessa conjuntura, as cotações internacionais estão se recuperando, passando de US\$114/t FOB-GULF em 1987, a média mais baixa da década, para US\$129/t, média dos cinco primeiros meses de 1988.

A nível mundial, a estimativa de produção de trigo em 1988/89 é de 505,1 milhões de toneladas, mesmo nível do período anterior e o comércio deverá seguir a tendência dada pelos Estados Unidos. O consumo, por sua vez, mantém-se inalterado em 533,9 milhões de toneladas, enquanto os estoques finais em 1988/89, avaliados em 128,8 milhões de toneladas, serão 13% inferiores aos do período anterior, reforçando o movimento de elevação dos preços.

Situação Interna

A triticultura brasileira vem mostrando desempenho bastante favorável a partir de 1985, quando a produção nacional alcançou 4,4 milhões de toneladas, apresentando acréscimo de 122% relativamente ao ano anterior, devido à expansão de área e melhoria no rendimento médio. Nos dois anos subsequentes, as produções foram ainda maiores, atingindo 5,6 milhões e 6,1 milhões de toneladas, respectivamente.

O Departamento de Comercialização do Trigo do Banco do Brasil (CTRIN), em sua estima

tiva de agosto, situa a produção nacional de 1988 em 5,2 milhões de toneladas, 16% abaixo da produção do ano passado. Basicamente, essa redução reflete a queda na produtividade do Paraná, principal Estado produtor, inicialmente estimada em 1.940kg/ha e reavaliada para 1.446kg/ha, em decorrência, principalmente, do efeito de geadas em julho (quadro 5.45). Estima-se que cerca de 30% da área cultivada no Paraná já esteja colhida, mas há ainda uma certa apreensão com relação à estiagem prolongada que assolou o Centro-Sul do País e que pode prejudicar o trigo nas regiões onde a época de cultivo é mais tardia, como é o caso de cerca de 20% da área no Paraná e dos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. No Estado de São Paulo, a colheita está adiantada, as condições são excelentes, esperando-se que a produtividade média supere a estimativa de 1.944kg/ha, podendo até ultrapassar o recorde obtido em 1985. As condições climáticas foram tão favoráveis à cultura que, praticamente, não houve incidência de pragas ou doenças, resultando em grande economia de defensivos que, de modo geral, representam cerca de 24% do custo operacional efetivo.

A elevação da produtividade média da lavoura vem permitindo volumes significativos de produção, mas desde 1985 a política de preço de garantia do trigo vem sendo conduzida no sentido de se eliminar o subsídio à produção (o preço do produto nacional é maior que o do importado), de tal forma que o preço médio recebido pelo triticultor paulista na safra de 1988, de acordo com recentes estimativas, será o mais baixo dos últimos cinco anos, US\$145,64/t para PH 78 (Cz\$71.507,59/t = média estimada para setembro, outubro e novembro). Contudo, esse nível de preço não chega a cobrir o Custo Operacional Total (COT) em lavouras com produtividade abaixo de 1.578kg/ha. Ainda que o objetivo de se acabar com o subsídio à produção esteja sendo alcançado, ajudado pelas elevações de preços no mercado internacional, cuja cotação para entrega em setembro era de US\$147/t FOB-Chicago em 06/09/88, superior portanto aos preços internos, a triticultura nacional está sendo penalizada num momento de alta nas cotações internacionais, podendo futuramente trazer prejuízos à balança de pagamentos se ao invés de se estimular a crescente produção interna o País tiver que recorrer a importações.

Para a produtividade de 1.900kg/ha, o Índice de desempenho econômico (receita líquida x 100/receita bruta) para o Estado de São Paulo está estimado em 17%, portanto abaixo dos 31,5% obtidos em 1987. Para o Paraná, principal Estado produtor, usando o COT de São Paulo, a situação é pior ainda, pois a receita líquida é negativa dada a menor produtividade, estimada em 1.446kg/ha.

A principal causa desse fraco desempenho não é a produtividade, mas sim o elevado custo dos encargos financeiros. A participação desse item no COT do Estado de São Paulo, na presente safra, é de 65%, comparada a 41,5% em 1987 já considerada alta. Embora a situação do triticultor nacional não esteja favorável, as perspectivas do mercado de soja são excelentes, o que poderá minimizar os prejuízos com o trigo. Entretanto, não se pode ignorar que o resultado da safra anterior é parâmetro importante na decisão do triticultor. Assim, ao contrário do que vem se verificando na atual safra, será necessária atenção especial no estabelecimento dos preços de garantia para a safra de trigo de 1989, de modo a reduzir as importações ao mínimo possível, pois as cotações internacionais deverão estar mais elevadas.

Do ponto de vista do abastecimento nacional de trigo, a situação que se avizinha não deve levar a nenhuma alteração sensível, pois mesmo na hipótese de que a produção obtida, somada aos estoques existentes, não seja suficiente para garantir o abastecimento, o Governo brasileiro teria condições para importá-lo.

Em janeiro de 1989, mesmo descontando a reserva de grãos para semente, o estoque destinado ao consumo deverá ser de 5,5 a 6,0 milhões de toneladas. Esse volume deverá ser suficiente para garantir o consumo do primeiro semestre de 1989, caso permaneça no mesmo nível de

3,1 milhões de toneladas verificada em igual período do corrente ano. Restariam ainda de 2,4 a 2,9 milhões de toneladas, suficientes para o consumo de cinco meses, permitindo, portanto, aguar dar a safra de 1989, considerando que normalmente ao final de outubro de cada ano cerca de 70% da safra brasileira já se encontra colhida. Dessa forma, a situação quanto ao abastecimento é tranquila, principalmente ao se levar em conta o acordo Brasil-Argentina, que prevê para 1989 um volume de importação de 1,5 milhão de toneladas. A propósito, para o ano em curso está previsto, pelo referido acordo, um volume de importação de 1,45 milhão de toneladas das quais, até o momento, só se efetivaram 950 mil. E, também, o acordo entre o Brasil e Canadá, que expira em 1988, prevê uma importação de 750 mil toneladas, que até agora não se efetivou.

Mesmo com a ocorrência das adversidades climáticas já referidas, a produção brasileira de trigo no corrente ano poderia ter superado a do ano passado, não fossem as restrições de financiamento do custeio determinadas pela Resolução nº 1.477, do Banco Central, de 25/03/88, entre as quais a que limitou o financiamento, por agente financeiro, à área financiada na safra de 1987, que teve o efeito de inibir a expansão da área cultivada neste ano.

Por outro lado, com a retirada do subsídio ao consumo de trigo no período de agosto de 1987 a agosto de 1988, vêm crescendo acentuadamente os preços dos derivados, principalmente, pão (535%), macarrão (464%) e farinha de trigo (778%) para uma elevação de 431% no salário mínimo de referência.

O preço médio do trigo pago pelo moinho no primeiro semestre de 1988 foi 1.118% superior ao do mesmo período do ano passado, em função da política de extinção do subsídio ao consumo do trigo, retomada pelo "Plano Brasser" (513% de aumento nos preços pagos pelo moinho em junho de 1987) e, posteriormente, concluída pelas atuais autoridades econômicas, que vêm determinando até mais de um reajuste mensal nos preços do produto, de forma a cobrir todos os custos do Governo. Na primeira semana de setembro, o preço recebido pelo triticultor foi de Cz\$ 53.756,80/t e o pago pelo moinho de Cz\$66.650,00/t. O consumo de trigo pelos moinhos no primeiro semestre de 1988 foi de 3,1 milhões de toneladas com decréscimo de 9% em relação ao do primeiro semestre de 1987.

A comissão constituída pela Ministro da Fazenda (Portaria nº 225, de 06/06/88) para privatização da comercialização do trigo já concluiu seus estudos. Basicamente, propõe a reformulação do Decreto Lei nº 210 de 1967 (que rege o atual sistema de abastecimento do trigo do País), no sentido de adotar a privatização parcial e a eliminação do sistema de cotas. As importações continuariam estatizadas e os moinhos poderiam adquirir o trigo diretamente dos produtores, enquanto que o CTRIN passaria a adquirir o produto que o setor privado não comprar, pelo preço de garantia, que continuaria sendo fixado pelo Governo, não mais com base apenas nos custos de produção, mas também em função das cotações internacionais.

De certa forma, a situação do trigo no Brasil, atualmente, é favorável, apesar dos problemas climáticos ocorridos na presente safra nas principais regiões produtoras. Praticamente todos os problemas relacionados com a cultura foram solucionados nos últimos três anos. O subsídio ao consumo foi extinto e o subsídio à produção (interpretado como a diferença entre o preço do trigo nacional e do importado) praticamente desapareceu considerando as atuais cotações internacionais (em torno de US\$140/t-FOB Chicago) e o preço médio estimado para o triticultor paulista (US\$145,64/t).

Com relação às elevações dos preços de varejo dos produtos derivados de trigo em virtude da extinção do subsídio ao consumo, o que se pode dizer é que não subiram tanto quanto com parados com as de outros produtos básicos da alimentação, cujos aumentos foram decorrentes das forças de mercado. Assim, no mesmo período, os preços da farinha de mandioca se elevaram em 1.604%, do fubá mimoso em 1.163%, da farinha de milho em 1.072%, do arroz em 710% e do açúcar em 610%. Portanto, pode-se concluir que os efeitos da retirada do subsídio se diluíram em meio à elevação generalizada dos preços.

QUADRO 5.45.-Área, Produção e Produtividade de Trigo, Principais Estados, Brasil, 1984-88

Safra	Especificação	Unidade	Mato Grosso do Sul	Paraná	Rio Grande do Sul	Santa Catarina	São Paulo	Outros	Total
1984	Área	ha	142.354	912.760	722.334	20.070	126.876	14.449	1.938.843
	Produção	t	109.794	1.113.080	607.489	9.889	101.127	23.666	1.965.045
	Produtividade	kg/ha	771	1.219	841	493	797	1.638	1.014
1985	Área	ha	209.788	1.273.551	941.190	35.040	132.134	8.649	2.600.000
	Produção	t	323.506	2.712.432	983.520	43.018	281.726	19.803	4.364.005
	Produtividade	kg/ha	1.542	2.130	1.045	1.228	2.132	2.290	1.678
1986	Área	ha	409.372	1.942.481	1.169.234	116.947	203.164	11.845	3.854.729
	Produção	t	452.337	2.937.850	1.810.513	143.685	312.432	25.667	5.684.200
	Produtividade	kg/ha	1.105	1.512	1.548	1.194	1.538	2.167	1.475
1987	Área	ha	420.000	1.700.000	953.182	128.818	180.015	8.633	3.390.648
	Produção	t	558.972	3.297.787	1.754.103	159.922	337.613	24.276	6.132.673
	Produtividade	kg/ha	1.331	1.940	1.840	1.241	1.875	2.812	1.809
1988 ⁽¹⁾	Área	ha	370.000	1.750.000	1.000.000	120.000	180.000	15.040	3.435.040
	Produção	t	470.000	2.530.000	1.700.000	150.000	350.000	23.000	5.223.000
	Produtividade	kg/ha	1.270	1.446	1.700	1.250	1.944	1.529	1.521

(¹) Estimativa preliminar.

Fonte: Departamento de Comercialização do Trigo (CTRIN) do Banco do Brasil S/A.

Panorama Internacional

A valorização dos preços mundiais da carne bovina, a partir do segundo semestre de 1986, deveu-se mais diretamente à diminuição de oferta que a um incremento de demanda, uma vez que houve redução dos efetivos bovinos na presente década em importantes países produtores como Argentina, Canadá e Uruguai e menor incentivo para descarte de animais do rebanho leiteiro nos Estados Unidos (EUA) e na Comunidade Econômica Européia (CEE).

A produção mundial de carne bovina decresceu cerca de 0,5% em 1987 (situando-se ao redor de 44 milhões de toneladas). Apesar de intenso comércio internacional, o consumo mundial de carne bovina também revelou queda em 1987, concomitante ao decréscimo na produção em países como EUA (-4%), Argentina (-6%) e Uruguai (-20%), que não foi compensado pelos aumentos verificados no Brasil (15% mas com perda de poder aquisitivo da população), Austrália e Nova Zelândia (4% e 20% respectivamente, mas com altos preços internos), além da maior disponibilidade de carnes de aves e suínos, que começaram a evidenciar preferência no consumo, principalmente nos EUA (quadro 5.46).

O balanço do comércio internacional da carne bovina em 1987 mostra incremento no comércio exterior dos EUA, em detrimento do consumo naquele país. Na Argentina, houve aumento das exportações em decorrência de preços favoráveis e no Uruguai houve significativo decréscimo das vendas externas em consequência da queda na produção. A CEE reduziu suas exportações, conquanto detentora de estoques expressivos (cerca de 750 mil toneladas estimadas em 31/12/87).

Dentre os principais países importadores, a União Soviética (URSS) manteve seu nível de compras, enquanto o Japão apresentou crescimento acentuado nas importações (cerca de 17%).

As perspectivas iniciais para 1988 eram de que existiriam condições de continuidade de recuperação dos preços internacionais de carne bovina com a demanda de importações tendendo a ser superior à oferta (produção mundial permanecendo relativamente estável). Entretanto, a seca nos EUA elevou acentuadamente os preços de milho e soja, produtos utilizados na alimentação animal em muitos países, afetando o balanço entre oferta e demanda desses produtos, interrompendo a tendência de baixos preços. Conseqüentemente, poderá existir forte pressão nos custos dos diversos tipos de carnes (inclusive a bovina nos países onde o sistema de criação não é extensivo) e problemas de repasse desses aumentos aos produtos finais, com os criadores optando pela redução do nível de suas atividades e aumento da oferta, resultando no curto prazo em impacto negativo sobre os preços de carne no mercado internacional. Posteriormente, esse cenário deverá acusar nítida reversão de tendências.

A produção brasileira de carne bovina em 1987 foi da ordem de 2,2 milhões de toneladas, significando crescimento de 15,3% em relação a 1986.

O balanço entre oferta e demanda em 1987 mostra, pelo lado da oferta, crescimento de cerca de 16,5% no número de animais abatidos (com grande intensificação do abate de fêmeas, principalmente no segundo semestre), com mercado plenamente abastecido e, pelo da demanda, redução do consumo interno per capita (que baixou de 14,8kg em 1986 para 13,9kg em 1987), em decorrência de perda do poder aquisitivo da população (quadro 5.48).

Dessa forma, os preços reais ao nível do produtor bem como nos demais níveis de comercialização de carne bovina não apresentaram recuperação favorável no segundo semestre do ano (período de entressafra), permanecendo em níveis inferiores aos preços de equivalente período de 1986 e mesmo de 1985 (quadro 5.47).

De janeiro a junho de 1988, os abates ao nível de Brasil superaram em 18,5% os praticados em mesmo período do ano anterior em função de grande disponibilidade de animais prontos, inclusive daqueles que deixaram de ser abatidos em 1987, gerando crescimento de 13% da oferta de carne bovina. A matança de fêmeas atingiu 37% dos abates totais, para uma relação histórica média em torno de 30%, motivada, principalmente, pelos níveis extremamente baixos dos preços reais ao produtor, evidenciando um processo de liquidação do rebanho.

Os preços reais ao nível de varejo também foram acentuadamente inferiores aos praticados em equivalente período de 1987, 1986 e 1985, mas o consumo permaneceu retraído, uma vez que não houve recuperação de renda dos consumidores, em consequência do processo inflacionário da economia nacional:

O decréscimo dos preços internos e a ausência de reação no consumo favoreceram a recuperação das exportações de carne bovina. De janeiro a junho de 1988, o País exportou cerca de 294 mil toneladas de carne bovina, sendo 40% na forma in natura e 60% na forma industrializada, gerando uma receita cambial da ordem de US\$328 milhões.

Para o segundo semestre de 1988, o movimento favorável das exportações, associado às variações climáticas (geadas a partir de junho seguidas de forte estiagem, danificando seriamente a capacidade de suporte das pastagens), pode estar desencadeando a reversão de uma fase de baixa de preços de um ciclo pecuário para uma fase de alta de um novo ciclo.

Após um período de intensificação forçada de abates, restará a possibilidade de escassez de animais prontos nos meses finais do ano, à exceção dos confinados (cerca de 400 mil cabeças), dadas as previsões meteorológicas de atraso no início da estação chuvosa.

A normalização da oferta somente deverá ocorrer na próxima safra - janeiro a junho de 1989 - a preços reais mais compensadores ao produtor, ou seja, não devendo retornar aos níveis extremamente baixos do mesmo período de 1988, mesmo porque as cotações internacionais poderão se mostrar em alta.

QUADRO 5.46.-Balanço da Oferta e Demanda Mundial de Carne Bovina, 1986-88

País	(em 1.000t)				
	1986	1987 ⁽¹⁾	1988 ⁽²⁾	Variação (%)	
				1987/86	1988/87
EUA					
Produção	11.292,0	10.854,0	10.398,0	-4,0	-4,2
Importação	977,9	1.029,7	1.043,3	5,3	1,3
Consumo	11.959,9	11.523,1	11.119,8	-3,6	-3,5
Exportação	238,6	288,5	229,1	20,9	-20,6
URSS					
Produção	7.700,0	7.970,0	7.950,0	3,5	-0,3
Importação	335,0	342,0	370,0	2,1	8,2
Consumo	8.028,0	8.435,0	8.500,0	5,0	0,8
Exportação	-	-	-	-	-
CEE					
Produção	8.070,0	8.075,0	7.755,0	0,1	-4,0
Importação	402,0	410,0	420,0	2,0	2,4
Consumo	7.567,0	7.590,0	7.650,0	0,3	0,8
Exportação	1.117,0	900,0	720,0	-19,4	-20,0
Argentina					
Produção	2.870,0	2.700,0	2.550,0	-5,9	-5,5
Importação	-	-	-	-	-
Consumo	2.614,0	2.413,0	2.250,0	-7,7	-6,7
Exportação	256,0	287,0	300,0	12,1	4,5
Brasil					
Produção	1.958,0	2.260,0	2.300,0	15,4	1,7
Importação	478,0	154,0	50,0	-68,0	-67,5
Consumo	2.047,0	1.970,0	1.880,0	-3,8	-4,6
Exportação	389,0	321,0	470,0	-17,5	46,4
Austrália					
Produção	1.478,0	1.543,0	1.488,0	4,4	-3,6
Importação	-	-	-	-	-
Consumo	664,0	627,0	597,0	-5,6	-4,8
Exportação	809,0	916,0	891,0	13,2	-2,7
Nova Zelândia					
Produção	467,6	562,8	522,0	20,4	-7,2
Importação	-	-	-	-	-
Consumo	118,0	131,0	130,0	11,0	-0,8
Exportação	325,4	429,4	410,0	30,4	-4,5
Uruguai					
Produção	354,0	284,0	307,0	-19,8	8,1
Importação	-	-	-	-	-
Consumo	178,0	176,0	177,0	-1,1	0,5
Exportação	186,0	100,0	130,0	-46,2	30,0
Japão					
Produção	559,0	580,0	580,0	3,7	0,0
Importação	272,0	318,0	350,0	17,0	10,0
Consumo	829,0	880,0	930,0	6,1	5,7
Exportação	-	-	-	-	-

(¹) Estimativa.

(²) Previsão.

Fonte: Acordo Geral sobre Tarifas e Comércio (GATT). The international markets for meat, 1987-88; Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Carteira do Comércio Exterior (CACEX).

QUADRO 5.47.-Preços Reais de Boi Gordo Recebidos pelos Produtores do Estado de São Paulo e de Carne Bovina no Varejo da Cidade de São Paulo, 1985-88 ⁽¹⁾

Mês	1985		1986		1987		1988	
	Boi gordo (Cz\$/15kg)	Carne bovina (Cz\$/kg)						
Jan.	4.912,18	554,40	5.356,58	629,50	8.742,22	1.039,21	3.342,00	428,90
Fev.	4.263,66	500,20	4.422,20	537,15	6.688,10	775,82	2.856,62	366,14
Mar.	3.737,60	449,75	4.440,73	528,40	5.616,62	682,40	3.040,71	358,94
Abr.	3.531,64	416,60	4.486,98	525,40	4.779,36	610,50	3.399,01	393,54
Mai.	3.288,66	371,90	4.575,35	520,40	4.913,71	623,60	2.868,84	344,94
Jun.	3.054,08	360,40	4.941,91	524,32	3.922,70	487,51	3.278,31	366,10
Jul.	4.299,09	519,84	5.342,15	521,61	4.436,22	536,50	3.883,83	412,16
Ago.	5.300,93	620,80	5.783,64	512,54	5.081,83	570,70
Set.	5.673,54	622,80	6.647,67	507,00	4.985,42	539,33	-	-
Out.	5.984,58	670,10	5.817,48	502,25	4.822,51	551,73	-	-
Nov.	6.902,00	777,91	7.581,69	709,34	5.061,70	566,80	-	-
Dez.	6.241,51	714,00	10.013,40	1.009,50	3.919,21	491,26	-	-

⁽¹⁾ Preço em cruzado de julho de 1988, corrigido pelo Índice Geral de Preços (IGP-DI) da Fundação Getúlio Vargas (FGV).

Fonte: Instituto de Economia Agrícola(IEA).

QUADRO 5.48.- Total de Abates de Bovinos no Brasil e Participação Percentual de Fêmeas, 1985-88

Mês	(em número de cabeças)							
	1985		1986		1987		1988 ⁽¹⁾	
	Número	%	Número	%	Número	%	Número	%
Jan.	864.101	36,3	892.634	38,2	654.990	25,1	948.549	34,9
Fev.	795.769	36,1	877.417	40,5	786.186	25,6	996.294	35,7
Mar.	904.211	34,6	995.851	35,6	1.014.939	26,9	1.070.000	39,3
Abr.	973.117	31,2	1.179.612	27,7	948.501	30,0	1.076.408	38,5
Mai.	1.090.805	28,5	1.068.831	25,5	977.821	30,8	1.164.594	36,0
Jun.	979.662	29,3	903.628	23,7	995.643	31,9	1.098.740	37,5
Jul.	975.080	30,5	620.545	24,2	942.510	34,1
Ago.	833.901	31,3	522.635	22,9	890.944	32,6
Set.	780.972	29,6	324.116	27,8	869.639	29,5	-	-
Out.	831.657	30,0	629.727	17,9	830.577	30,4	-	-
Nov.	749.864	35,2	519.857	22,3	790.951	34,6	-	-
Dez.	826.417	35,8	577.139	23,8	888.193	32,2	-	-

(¹) Dados preliminares.

Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Panorama Internacional

Para 1988, estima-se uma produção mundial de 422 milhões de toneladas de leite, volume ligeiramente superior ao de 1987. Se, por um lado, a expectativa é de que a Comunidade Econômica Européia (CEE) continue com seu programa de controle de oferta, por outro, esperam-se incrementos da produção na União Soviética, México, Índia e Nova Zelândia.

A produção mundial de manteiga, refletindo a atual política de redução de estoques da CEE, deverá declinar 1% em 1988. Do mesmo modo, com a perspectiva de decréscimo na produção de leite em pó desnatado nos Estados Unidos e CEE, a oferta mundial desse produto deverá ser, este ano, 3% a 4% inferior à de 1987, com franca recuperação de preços. A oferta de queijos poderá manter-se nos mesmos níveis do ano anterior.

Situação Interna

Em 1987, o total de leite recebido pela indústria de laticínios no Brasil atingiu 9,9 bilhões de litros, volume 13% superior ao de 1986, segundo levantamento da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Em 1988, ainda que a recepção média diária venha declinando de janeiro a junho, o total recebido foi de 5,3 bilhões de litros, 14% superior ao obtido no mesmo período do ano anterior.

Em 1987, verificou-se aumento da produção de leite em todos os Estados da Região Centro-Sul, em função dos melhores preços e das baixas cotações do gado de corte. Assim, enquanto o Índice Geral de Preços (IGP) elevou-se em 415%, o preço recebido pelos produtores de leite cresceu 433%. Nos primeiros oito meses de 1988, entretanto, os reajustes, embora mensais, não têm acompanhado a inflação, cobrindo apenas os custos variáveis de produção, segundo a planilha de custos elaborada pela Comissão Permanente do Setor Leiteiro, do Ministério da Agricultura. Nessas condições, se a curto prazo não há motivos para o produtor sair da atividade, a médio e longo prazos, todavia, ele não conseguirá acumular recursos para reposição de benfeitorias, máquinas e equipamentos.

No setor produtivo, os preços do leite chegaram a estimular a produção, principalmente para os sistemas extensivos, como ocorre na maior parte da Região Centro-Sul. No entanto, de junho de 1987 a junho de 1988, a variação dos preços recebidos pelos produtores (305%), se, por um lado, superou as variações de alguns preços pagos na agricultura, tais como vacina contra aftosa, sal grosso, sal mineral e torta de algodão, por outro, não acompanhou as altas verificadas com óleo diesel (400%), farelo de caroço de algodão (372%), farelinho de

trigo (433%) e ração (407%).

As cotações de matrizes com maior produtividade elevaram-se menos do que proporcionalmente às de menor produtividade. Enquanto em junho de 1987 as relações de preços eram de 1,39 para matrizes produzindo mais de 10 litros/dia relativamente às de 5-10 litros/dia e de 2,00 para aquelas matrizes relativamente às de menos de 5 litros/dia, em junho de 1988 passaram a ser, respectivamente, de 1,33 e 1,82, indicando maior procura por animais mais rústicos.

No Estado de São Paulo, tradicional importador do produto, de janeiro a maio de 1988, houve elevação na oferta inspecionada de leite pasteurizado tipo C (26%), leite esterilizado (43%), leite em pó (14%), manteiga (16%) e iogurtes (13%) e retração na oferta de queijos (-7%) e leite pasteurizado tipo B (-17%).

Os resultados da política de preços estimulantes à produção de leite C, adotada pelo Governo, principalmente a partir de abril de 1987, podem ser verificados através dos dados de distribuição de leite na Grande São Paulo. De janeiro a julho do corrente ano, foram comercializados 488 milhões de litros, dos quais 66,7% do tipo C, 27,2% do tipo B e 6,1% de leite em pó reconstituído, enquanto que, para o mesmo período de 1987, os percentuais correspondentes foram de 30,5%, 36,3% e 33,5% para um total de 457 milhões de litros (quadro 5.49).

A principal dificuldade enfrentada pelo setor industrial é a retração na demanda de derivados, iniciada em 1987 e que perdura até agora. A não absorção do total ofertado de derivados pode ser percebida quando se compara a variação de preços no varejo da cidade de São Paulo: de junho de 1987 a junho de 1988, os preços de leite em pó integral, manteiga e leite condensado elevaram-se em 235%, 232% e 263%, respectivamente, não conseguindo repassar a alta de 296% nos preços da matéria-prima. O mesmo não ocorreu com os preços dos queijos prato e minas que se elevaram 454% e 430%, em função, principalmente, da retração na produção de queijos, nesse período.

A relação de preços recebidos por arroba de boi gordo e litro de leite, de 1987 ao primeiro semestre de 1988, foi favorável a esse último. Para os próximos meses, a despeito de provável queda na produção de leite, devido à forte estiagem de julho a meados de setembro, espera-se uma reversão dessa tendência, fortalecida ainda pela perspectiva de elevação do preço da carne bovina, não sujeito ao controle mais rígido pelo Governo, como ocorre para o leite C.

Outrossim, a ausência de uma política de estocagem governamental poderá trazer novamente a necessidade de importação de leite no próximo ano. Nesse sentido, o setor leiteiro merece maior atenção governamental, pelo menos no que diz respeito aos novos preços a serem estabelecidos.

O preço "justo", reclamado pelos produtores como sendo aquele que cobre o custo total de produção, não é, muitas vezes, o socialmente desejável, já que nem todos os produtores alocam seus recursos de modo a conseguir maior eficiência econômica, transferindo, assim, para o consumidor, o ônus dessa ineficiência. Entretanto, pretender fixar o preço, visando aumento de produção somente através da melhoria na produtividade, é desconhecer por completo a estrutura de produção e os aspectos sócio-econômicos ligados à atividade pecuária. Estudos mostram que mesmo em São Paulo a estrutura de produção de leite é bastante atomizada, ou seja, existe grande número de pequenos produtores, o que dificulta sobremaneira os trabalhos de assistência técnica. Além disso, o processo de assimilação e adoção de tecnologia para a atividade em questão é bastante lento e são vultosos os investimentos exigidos.

(IEA, 13/09/88)

QUADRO 5.49.- Distribuição Mensal dos Leites B, C e Reconstituído, Grande São Paulo, Janeiro-Julho, 1986-88

(em 1.000 litros)

Mês	1986				1987				1988			
	Total	B	C	Reconstituído	Total	B	C	Reconstituído	Total	B	C	Reconstituído
Jan.	57.008	12.692	39.889	4.427	71.386	25.293	33.140	12.953	68.482	19.660	47.441	1.381
Fev.	52.948	12.905	33.973	6.070	58.848	22.810	25.300	10.738	68.136	19.089	47.350	1.697
Mar.	59.300	17.882	33.649	7.769	65.938	23.756	25.712	16.470	74.037	20.357	51.459	2.221
Abr.	56.127	19.200	27.085	9.842	61.128	23.338	12.542	25.248	69.117	18.813	46.645	3.659
Mai.	55.260	20.643	22.376	12.241	71.593	26.815	14.173	30.605	70.621	19.050	46.275	5.296
Jun.	56.179	21.243	19.084	15.852	63.684	22.130	12.054	29.500	68.352	18.241	43.509	6.602
Jul.	55.526	21.826	19.406	14.294	64.876	22.001	15.041	27.373	69.419	17.515	42.809	9.095
Total	392.348	121.391	195.462	70.495	457.453	166.143	137.962	153.348	488.164	132.725	325.488	29.951

Fonte: Dados básicos da Superintendência Nacional do Abastecimento (SUNAB).

Panorama Internacional

A produção mundial de carne de aves aumentou cerca de 30% desde o início da presente década, em razão dos preços baixos das matérias-primas para rações, incremento da demanda e de uma indústria bem integrada em um número crescente de países. Em 1987, estima-se que tenha havido aumento na produção ao redor de 6% em relação a 1986, atingindo mais de 29 milhões de toneladas. Essa taxa é a mais significativa dos últimos anos e é devida, em grande parte, ao aumento de 10% na produção norte-americana, além de produções mais elevadas em outros países.

Nos Estados Unidos, maior produtor de carne de aves, foram produzidos cerca de 9 milhões de toneladas, perto de 30% da produção mundial, devido à redução de custos nas rações, menor oferta de carne bovina e crescente demanda por carne de aves. Quanto ao consumo, esperava-se incremento ao redor de 9%, devendo passar de 8,5 milhões de toneladas, refletindo não apenas preços baixos no varejo, mas a oferta de uma grande variedade de produtos. Embora os preços continuem declinando e as margens sendo comprimidas, parece haver, ainda, possibilidades para aumento de produção, de até 5% em 1988.

Na Comunidade Econômica Européia (CEE), o segundo maior produtor de carne de aves no mundo com cerca de 5,7 milhões de toneladas (20% do total), espera-se 4,5% de expansão em 1988 baseado no maior alojamento de pintos de corte. Como nos Estados Unidos, em outros países os custos de produção são decrescentes e os preços estão deprimidos, estimulando a demanda. Na União Soviética o aumento da produção é tido como acelerado, devendo alcançar a taxa de 7% e 3,1 milhões de toneladas.

O comércio mundial de carne de aves também tem se expandido, notadamente em 1987, quando as exportações atingiram 1,4 milhão de toneladas, ou seja, 10% a mais do que no ano anterior. Os Estados Unidos foram responsáveis por 85% desse incremento (mais de 90 mil toneladas sobre o ano anterior), como resultado de seu Export Enhancement Programme (EEP), colocando-o como o primeiro exportador de carne de aves. Esse programa é dirigido a Egito, Ilhas Canárias, Iraque e Ilhas Dominicanas e a quantidade a ser atingida no período 1986-88 é da ordem de 140,5 mil toneladas, penetrando desse modo em mercados do Oriente Médio, antes abastecidos pelo Brasil. As exportações da CEE, maior exportador por muitos anos, cresceram 3% em 1987, atingindo 340 mil toneladas.

Devido à forte demanda interna, o Brasil teve reduzida a sua exportação de carne de frango em 1987, alcançando 213.763 toneladas, no valor de US\$211,8 milhões, significando que em relação a 1986 de cerca de 4,8% e 3,9%, respectivamente, ao passo que o preço médio cresceu cerca de 10% passando de US\$901/t para US\$991/t.

As importações dos mercados do Oriente Médio continuam declinando, especialmente na Arábia Saudita, onde uma queda de até 25% é esperada. A produção de carne de frango nesses países tem crescido nos últimos anos em busca da auto-suficiência para atender à crescente demanda. Em vista disso, as melhores oportunidades em 1987 foram na Ásia, onde sobressaíram os mercados do Japão e de Hong-Kong.

Quanto às perspectivas para 1988, é esperada uma queda no comércio mundial de carne de aves. Os Estados Unidos têm procurado, através de propaganda intensiva, aumentar o consumo de carne de aves, em detrimento do consumo de carnes vermelhas que tem declinado. Por outro lado, a grande seca que assolou aquele País está provocando aumento nas cotações de grãos com a

crêscimos nos custos de produção de aves, o que seguramente levarã a uma queda nas suas expor tações. A CEE, sobretudo a França, deverá também ter redução nas exportações em razão de menor demanda nos seus mercados tradicionais do Oriente Médio. Para o Brasil, prevê-se estabilização da exportação nos níveis de 1987, apesar de incrementos nas remessas de partes de frango, prin cipalmente para países do Extremo Oriente.

Situação Interna

A avicultura brasileira, tanto na atividade de corte como na de postura, passa des de 1987 por um período extremamente difícil em virtude, principalmente, do descompasso exis tente entre a oferta e a demanda dos seus produtos finais: carne de frango e ovos.

Na atividade de corte houve, a partir de 1986, um esforço considerável para aumen tar a oferta, já que a demanda cresceu significativamente, com o "Plano Cruzado". Desse modo, o potencial de produção da avicultura de corte, segundo dados da Associação Brasileira dos Pro dutores de Pintos de Corte (APINCO), cresceu, em 1986, cerca de 8% em relação a 1985 e, em 1987, esse crescimento foi da ordem de 11%, sendo que no corrente ano, com projeções até outu bro, poderá crescer 35% em relação a 1987.

Entretanto, o espetacular incremento da demanda em 1986 não se repetiu em 1987, devi do ao recrudescimento do processo inflacionário com conseqüente queda no poder aquisitivo do consumidor, que se agravou em 1988, gerando excesso na oferta e afetando negativamente os pre ços recebidos pelo criador de frango, que em termos reais sofreram sensível queda no 1º seme stre em relação aos verificados nos últimos anos (quadro 5.50).

Em 1987, os preços reais já vinham se deteriorando, pois a média de dezembro foi cer ca de 37% menor que a de janeiro, enquanto a de dezembro de 1986 fora cerca de 16% maior que a de janeiro e em 1985 houvera uma valorização ao redor de 48%. Deve-se considerar, ainda, que os preços de carne bovina, que serve de parâmetro para a de frango, mantiveram-se relativamen te estáveis, como se depreende da relação de preços entre as mesmas, decrescente em 1988, com parativamente a 1987 (quadro 5.51).

Como se não bastasse essa retração de mercado, pelo lado da produção os insumos tam bém tiveram seus preços em ascensão, determinando custos mais elevados, destacando-se o mi lho, principal matéria-prima para rações, cujos preços estiveram em constante alta devido à política do Governo para incentivar sua produção, através de correção monetária pela Obrigação do Tesouro Nacional (OTN). Também os preços de farelo de soja continuam em ascensão em virtude da seca prolongada que assolou a região produtora de soja dos Estados Unidos. Portanto, a rela ção de preço frango-ração, que mostra o poder de troca da atividade, apresentou decrêscimo em dezembro de 1987 e em janeiro de 1988, melhorando depois, mas em índices nunca iguais aos al cançados no segundo semestre de 1985 e 1986 e primeiro semestre de 1987.

Dentro desse quadro, a solução proposta pela liderança dos avicultores para tentar contornar a crise que se configura na atividade de corte foi diminuir a oferta de carne de frango através da limitação na produção e alojamento de pintos de um dia. Apesar dessas medi das terem sido propostas no início de 1988, as reduções não atingiram os níveis desejados, pois a atividade se reveste de peculiaridades em cada região produtora. Nos Estados do Sul, a pro dução é quase que totalmente integrada, possuindo grandes vantagens em termos de economia de escala, sendo menos vulnerável às crises cíclicas, além do fato de que sua produção está em parte voltada para o mercado externo. Em contrapartida, em outros Estados, como São Paulo e

Minas Gerais, predomina a produção não integrada, mais voltada para o mercado interno. Nesses Estados e em outros com aviculturas de menor expressão, como Pernambuco e Ceará, a atividade se ressentiu mais com as crises cíclicas, sendo portanto mais acessíveis ao controle da produção como forma de reduzir possíveis prejuízos.

Desse modo, segundo ainda dados da APINCO, a produção de carne de frango em 1988 está ao redor de 1,9 milhão de toneladas (acréscimo de 6% em relação a 1987) contra um potencial de 2,7 milhões de toneladas, ou seja, uma capacidade ociosa do setor que poderá chegar a 28%, ao invés dos 9% verificados em 1987. Até junho do corrente ano, os dados da APINCO indicavam que a produção efetiva de pintos comerciais de corte nos cinco principais Estados produtores foi de 575,4 milhões, com uma capacidade ociosa da ordem de 27%, variando da seguinte forma: 39% em São Paulo, 36% em Minas Gerais, 11% no Rio Grande do Sul, 24% no Paraná e 23% em Santa Catarina.

A determinação dos avicultores em diminuir a produção para adequá-la à realidade de verã levar a uma desaceleração da atividade, podendo assim a produção de carne de frango cair no próximo ano.

A atividade de postura, a exemplo da atividade de corte, passou por uma situação bastante adversa, pois também expandiu sua capacidade produtiva de forma a aumentar a oferta de ovos para atender à forte demanda verificada em 1986. Assim, a produção brasileira de ovos, que segundo estimativas da União Brasileira de Avicultura (UBA) e Associação Paulista de Avicultura (APA) foi de 1,08 bilhão de dúzias em 1986, passou para 1,28 bilhão de dúzias em 1987, significando incremento da ordem de 18%. Porém, com o desaquecimento da demanda em 1987 configurou-se no mercado de ovos um excesso de oferta, provocando queda nos preços médios recebidos pelos produtores a partir do segundo semestre de 1987 até início de 1988 (quadro 5.50). Essa situação foi agravada pela elevação nos custos de produção devido à alta nos preços dos insumos, principalmente dos componentes para rações, levando os criadores a acumularem prejuízos, pois os preços estavam em níveis inferiores aos custos. A análise da relação de preços ovo-ração mostra queda acentuada a partir do 2º semestre de 1987 até início de 1988 (quadro 5.51).

Diante desse panorama, os produtores, a fim de minimizar o prejuízo, partiram para a redução dos plantéis de poedeiras, descartando as aves mais velhas, cuja postura é baixa, deixando ainda de utilizar a prática da muda forçada, o que não só reduz o custo de produção, devido à necessidade de menores quantidades de ração, como diminui a produção de ovos, eliminando o excesso de oferta.

Essa prática surtiu efeito na avicultura de postura, mais que na de corte, pois tratou-se de atividade mais concentrada, tornando a medida mais eficaz, mesmo porque o granjeiro pode controlar seus lotes de maneira a melhorar, também, o índice de postura. Tanto foi eficaz, que houve recuperação nos preços reais recebidos pelos produtores a partir de março do corrente ano, sendo que nos últimos meses esses preços já propiciam ao setor algum retorno. Entretanto, a situação ainda é incerta, pois essa atividade é muito sensível às forças do mercado, com grandes oscilações de preços.

Dado esse quadro atual da avicultura e da conjuntura econômica do País, torna-se difícil fazer previsões, mas espera-se que a atividade se ajuste à realidade, de forma a atingir o equilíbrio. Desse modo, utilizando estimativas da UBA e APA, pode-se prever uma produção de ovos em 1988, no Estado de São Paulo, da ordem de 481,6 milhões de dúzias, contra 518,9 milhões em 1987, com um decréscimo de cerca de 7%, e no País de 1,24 bilhão, cerca de 3% menor. Diante dessa situação, espera-se para o ano uma produção de ovos também menor.

(IEA, 15/09/88)

QUADRO 5.50.-Preços Médios (¹) Recebidos pelos Produtores de Frango e Ovos, Estado de São Paulo, 1985-88

Mês	F r a n g o							
	1985		1986		1987		1988	
	Corrente	Real(²)	Corrente	Real(²)	Corrente	Real(²)	Corrente	Real(²)
Jan.	1.780	157,68	8.620	217,91	13,86	223,21	38,65	113,47
Fev.	1.817	146,12	9.073	193,22	12,60	177,83	52,38	130,71
Mar.	1.780	127,01	7,71	160,64	12,26	150,47	63,92	134,99
Abr.	1.740	115,79	7,74	162,21	14,02	143,29	80,38	141,07
Mai.	1.990	122,85	8,23	171,92	20,51	164,39	80,83	118,71
Jun.	2.587	148,12	8,95	186,00	20,73	131,93	92,98	113,01
Jul.	3.510	184,49	10,07	207,94	21,50	125,16	132,12	132,12
Ago.	4.810	221,78	10,74	218,87	25,97	144,67
Set.	5.124	216,51	11,03	222,35	27,69	142,80	-	-
Out.	4.907	190,11	11,06	219,91	31,29	145,18	-	-
Nov.	6.120	206,30	12,74	247,25	37,08	150,31	-	-
Dez.	7.840	233,46	14,04	253,32	39,92	139,63	-	-
Média anual	3.667	183,44	10,00	206,50	23,12	146,98	-	-

Mês	O v o s							
	1985		1986		1987		1988	
	Corrente	Real(²)						
Jan.	1.089	96,47	2.911	73,59	7,57	121,91	18,35	53,87
Fev.	1.235	99,31	4.194	89,31	9,23	130,27	30,18	75,31
Mar.	1.248	89,05	5,93	123,56	9,66	118,56	44,54	94,06
Abr.	1.114	74,13	5,75	120,51	9,58	97,91	56,69	99,50
Mai.	1.236	76,31	5,71	119,28	12,57	100,75	60,67	89,10
Jun.	1.543	88,35	5,72	118,87	14,07	89,55	61,19	74,37
Jul.	1.658	87,15	5,75	118,74	8,81	51,28	85,57	85,57
Ago.	2.213	102,04	5,79	118,00	9,48	52,81
Set.	2.377	100,44	5,78	116,52	11,17	57,60	-	-
Out.	2.179	84,42	5,97	118,70	14,55	67,51	-	-
Nov.	2.896	97,62	6,29	122,05	13,38	54,24	-	-
Dez.	3.506	104,40	6,47	116,74	17,90	62,61	-	-
Média anual	1.858	92,95	5,52	113,99	11,50	73,11	-	-

(¹) Até fevereiro de 1986, os preços são em Cr\$/kg para frango e em Cr\$/dz. para ovos; a partir de março de 1986, em Cz\$/kg e Cz\$/dz., respectivamente.

(²) Preço em cruzado de julho de 1988, corrigido pelo Índice Geral de Preços (IGP-DI) da Fundação Getúlio Vargas.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA)

QUADRO 5.51.-Relações de Preços Ovo-Ração ⁽¹⁾, Frango-Ração ⁽²⁾ e Carne Bovina-Carne de Frango ⁽³⁾, Estado de São Paulo, 1985-88

Mês	Relação de preço ovo-ração				Relação de preço frango-ração				Relação de preço carne bovina-carne de frango			
	1985	1986	1987	1988	1985	1986	1987	1988	1985	1986	1987	1988
Jan.	1,72	1,38	2,50	0,94	2,41	3,49	3,95	1,64	1,93	1,57	1,64	1,92
Fev.	1,81	1,53	2,51	1,47	2,28	2,83	2,99	2,14	1,97	1,71	1,87	1,60
Mar.	1,60	1,95	2,20	1,82	1,97	2,20	2,44	2,19	1,88	1,74	1,98	1,39
Abr.	1,36	1,89	2,15	2,14	1,76	2,20	2,75	2,57	1,92	1,69	2,06	1,58
Mai.	1,38	1,88	2,47	1,91	1,92	2,34	3,46	2,15	1,79	1,69	1,79	1,46
Jun.	1,59	1,89	2,05	1,80	2,30	2,55	2,46	2,31	1,48	1,70	1,76	1,65
Jul.	1,66	1,90	1,18	1,90	3,05	2,87	2,39	2,46	1,52	1,71	2,31	1,69
Ago.	1,98	1,91	1,26	...	3,67	3,06	2,89	...	1,59	1,65	2,57	...
Set.	1,94	1,91	1,14	-	3,60	3,14	2,41	-	1,66	...	2,24	-
Out.	1,63	1,97	1,37	-	3,13	3,15	2,49	-	2,00	1,33	2,18	-
Nov.	1,80	2,08	1,09	-	3,23	3,63	2,55	-	1,94	1,27	2,29	-
Dez.	1,97	2,14	0,96	-	3,76	4,00	1,86	-	1,69	1,58	2,18	-
Média anual	1,73	1,84	1,74	-	2,93	2,94	2,72	-	1,78	1,60	2,07	-

⁽¹⁾ Quantidade média de ração para poedeiras em quilograma, que pode ser adquirida com o preço recebido pelo produtor por uma dúzia de ovos.

⁽²⁾ Quantidade em quilograma de ração para frango que se pode adquirir com o preço recebido pelo produtor por um quilo de frango vivo.

⁽³⁾ Quantidade de carne de frango, em quilograma, que pode ser adquirida pelo consumidor com o valor pago por quilo de carne bovina no varejo.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA).

Panorama Internacional

A produção mundial de carne de suíno teve queda de 1% em 1987, alcançando 56,2 milhões de toneladas, como consequência de menor produção da China (-6%), maior produtor mundial, em virtude de aumentos nos preços de grãos, principalmente do milho, resultando em abates de matrizes e queda no ritmo da atividade.

Entretanto, em 1988, a produção está estimada em 58,6 milhões de toneladas, cerca de 4% maior que a do ano anterior. Na Comunidade Econômica Européia (CEE), segundo produtor mundial, a oferta deverá crescer cerca de 2%, enquanto nos Estados Unidos a produção deverá aumentar apenas 0,7% e no Japão, 1,5%.

Quanto às exportações, além dos Estados Unidos e CEE, exportadores tradicionais, em 1987 houve razoável participação dos países do Leste Europeu, tais como República Democrática Alemã, Polônia e Romênia. Pelo lado dos importadores, os Estados Unidos e o Japão continuam sendo os principais compradores. Este último país, após terem sido encontrados resíduos de sulfametazina na carne importada da China Nacionalista, suspendeu as importações por um certo período, durante o qual aumentou as compras da Dinamarca, Canadá e Estados Unidos. Recentemente, voltou a importar carne suína da China.

Espera-se para 1989 maior competitividade no comércio internacional devido aos aumentos na produção de carne suína que também vêm sendo observados nos países importadores.

Situação Interna

A suinocultura brasileira vem enfrentando dificuldades principalmente a partir do último semestre do ano passado.

O preço mínimo do milho, matéria-prima básica na composição de rações, foi corrigido mensalmente pelas variações das Obrigações do Tesouro Nacional (OTN), diante da política adotada pelo Governo Federal de estimular o agricultor, o que dificultou sua aquisição por parte dos criadores, especialmente os pequenos.

Os preços do farelo de soja e de micro-elementos necessários à fabricação das rações também sofreram aumentos que acompanharam a variação cambial, principalmente a partir de junho, quando a soja sofreu grandes aumentos devido à seca no Meio-Oeste americano.

Nesse cenário, o poder de troca do setor, medido pela relação de preços porco/milho e porco/farelo de soja, sofreu deterioração no último trimestre de 1987, com ligeira reação a partir de março de 1988. Em julho, observou-se uma melhora sensível na relação porco/milho, o que não aconteceu no caso da relação de preços porco/farelo de soja, que permanece crítica (quadro 5.52).

A queda no preço real do suíno, notadamente a partir de março de 1987, provocou aumento nos abates até o primeiro semestre de 1988 com a finalidade de ajustar a produção à demanda, deprimida pela situação econômica no País, que impede, desse modo, elevação dos preços capaz de absorver o aumento dos insumos (quadros 5.53 e 5.54).

Os abates sob Inspeção Federal aumentaram 8,4% no período de janeiro a junho de 1988, em relação a igual período de 1987, e 20,6% em relação a 1986.

Segundo a Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 1985 o rebanho nacional foi estimado em 30 milhões de cabeças e, em 1987, 31 milhões. Para 1988, espera-se uma redução de mais ou menos 20%, segundo estimativas de vários setores da suinocultura.

Em São Paulo, onde predominam produtores independentes e com as regiões de Fartura e Bragança Paulista concentrando grande parte do rebanho, a situação de desestímulo, em 1988, provocou o fechamento de cerca de 30% das granjas. No Rio Grande do Sul foram desativadas 20% a 25% das propriedades suinícolas, acontecendo o mesmo em Santa Catarina e Paraná.

Outro fator importante a ser mencionado na suinocultura refere-se ao registro genético de reprodutores. Segundo a Associação Brasileira de Criadores de Suínos (ABCS), houve decréscimo de 31,5% no registro de animais do período de janeiro a agosto de 1988, em relação ao mesmo período do ano anterior, ou seja, 81.457 registrados em 1987 e 55.822 no corrente ano, o que também indica retração na atividade.

Na área de defensivos animais, segundo o Sindicato Nacional da Indústria de Defensivos Animais (SINDAM), as vendas do setor no período de janeiro a agosto de 1988 mostraram queda em relação às de 1987.

A produção de rações também mostrou declínio de 20% no período de janeiro a junho deste ano em relação ao mesmo período do ano passado, o mesmo acontecendo com a produção de concentrados, que foi reduzida em 26,4%, segundo o Sindicato Nacional da Indústria de Rações Balanceadas (SINDIRAÇÕES).

Em 1987, a produção de carne suína foi próxima de 1,3 milhão de toneladas, estimando-se para 1988 uma produção de 1 milhão de toneladas.

O consumo de carne suína, segundo estimativas da Associação Nacional dos Abatedouros de Aves (ANAB), nos dois últimos anos, tem se mantido estável e na proporção de 24% em relação ao total de carnes consumidas.

Com relação ao mercado internacional de carne suína, o Brasil mantinha, até 1977, uma exportação pequena, porém crescente. Entretanto, no ano seguinte, as vendas foram suspensas, devido a problemas sanitários, recomeçando somente em 1981. Segundo a Associação Brasileira dos Exportadores de Carne Suína (ABECS), as exportações realizadas em 1987 chegaram a 10 mil toneladas e até junho deste ano atingem 9,5 mil toneladas, quantia pouco significativa para o País que possui o quarto maior rebanho do mundo.

As perspectivas da atividade para o próximo ano são favoráveis a crescimento, dado que a recuperação nos preços provocada pela queda na oferta deverá estimular a retomada de reposição do rebanho. Contudo, novas tecnologias, mais condizentes com a realidade nacional, necessitam ser pesquisadas em termos de alimentação, manejo e construções, a nível de pequeno e médio criadores, a fim de que os suinocultores possam ter rentabilidade compatível com a atividade.

(IEA, 16/09/88)

QUADRO 5.52.- Relações de Preços Porco-Milho e Porco-Farelo de Soja, Estado de São Paulo, 1985-88

Mês	Relação de preço porco-milho ⁽¹⁾				Relação de preço porco-farelo de soja ⁽²⁾			
	1985	1986	1987	1988	1985	1986	1987	1988
Jan.	7,26	6,90	12,11	4,42	5,94	5,01	8,00	2,33
Fev.	8,63	6,56	9,54	4,80	6,18	4,92	5,95	2,67
Mar.	8,31	6,63	7,90	6,85	6,68	4,90	4,50	3,27
Abr.	7,08	7,16	7,95	7,94	6,31	5,00	4,09	3,74
Mai.	7,13	7,49	9,57	6,58	6,27	5,22	2,96	3,57
Jun.	7,86	8,61	6,68	7,35	6,39	5,49	2,85	3,23
Jul.	8,74	9,23	7,41	8,32	6,36	6,06	3,30	2,98
Ago.	9,44	9,14	8,16	...	7,35	6,61	3,25	...
Set.	9,60	9,72	7,27	-	7,06	7,13	3,15	-
Out.	9,12	10,40	5,87	-	5,15	7,47	2,79	-
Nov.	7,23	10,66	5,48	-	5,40	8,02	2,70	-
Dez.	8,45	12,13	5,17	-	6,02	9,61	2,25	-

(¹) Quilogramas de milho que podem ser adquiridos com o valor de um quilograma de porco terminado.

(²) Quilogramas de farelo de soja que podem ser adquiridos com o valor de um quilograma de porco terminado.

Fonte: Elaborado a partir de dados básicos do Instituto de Economia Agrícola (IEA).

QUADRO 5.53.- Preços Médios Recebidos pelos Produtores de Suínos, Estado de São Paulo, 1985-88

(em Cr\$/15kg) ⁽¹⁾

Mês	1985		1986		1987		1988	
	Corrente	Real ⁽²⁾						
Jan.	49.496	4.384,73	186.970	4.726,60	377,96	6.086,78	758,73	2.227,48
Fev.	54.070	4.348,09	192.740	4.104,55	303,46	4.282,88	900,71	2.247,72
Mar.	56.170	4.008,04	191,17	3.983,18	263,24	3.230,74	1.259,78	2.660,53
Abr.	56.770	3.777,86	192,14	4.026,75	252,97	2.585,51	1.607,71	2.821,69
Mai.	57.980	3.579,44	198,70	4.150,86	337,40	2.704,26	1.746,55	2.564,98
Jun.	63.881	3.657,63	209,20	4.347,55	349,91	2.226,97	2.188,67	2.660,11
Jul.	79.980	4.203,96	229,80	4.745,35	421,20	2.451,89	3.086,59	3.086,59
Ago.	105.110	4.846,32	251,00	5.115,20	527,23	2.936,99
Set.	122.170	5.162,26	280,02	5.644,76	591,16	3.048,67	-	-
Out.	125.780	4.873,06	294,72	5.860,01	589,21	2.733,88	-	-
Nov.	145.750	4.913,14	321,34	6.236,37	687,87	2.788,35	-	-
Dez.	177.130	5.274,61	394,74	7.122,18	710,19	2.484,10	-	-
Média anual	91.190	4.419,10	245,21	5.005,28	450,98	3.130,08

⁽¹⁾ A partir de março de 1986, os preços são em cruzado.

⁽²⁾ Preço em cruzado de julho de 1988, corrigido pelo Índice Geral de Preços (IGP-DI) da Fundação Getúlio Vargas.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola.

QUADRO 5.54.- Número de Cabeças Abatidas e Produção de Carne Suína no Brasil, 1985-88

Mês	1985		1986		1987		1988 ⁽¹⁾	
	Nº de cabeças abatidas	t	Nº de cabeças abatidas	t	Nº de cabeças abatidas	t	Nº de cabeças abatidas	t
Jan.	684.014	45.467	799.808	51.566	767.712	50.990	919.458	59.766
Fev.	571.674	38.246	678.154	44.046	746.568	49.607	830.799	53.810
Mar.	668.215	45.225	667.195	43.927	787.741	53.477	915.157	59.986
Abr.	645.656	44.216	777.705	52.724	767.619	52.911	808.381	54.194
Mai.	672.646	46.835	772.147	52.423	890.644	62.488	903.119	60.809
Jun.	652.764	45.068	768.567	51.920	948.491	65.934	914.490	61.091
Jul.	737.599	50.879	831.088	56.122	981.746	67.642
Ago.	783.144	53.662	832.056	55.959	942.004	64.099
Set.	767.064	51.474	820.696	54.794	996.104	67.094	-	-
Out.	813.049	54.743	798.542	53.128	1.039.823	69.133	-	-
Nov.	772.944	50.421	667.884	44.084	986.737	64.562	-	-
Dez.	802.238	51.193	784.542	49.420	1.072.467	67.402	-	-
Total	8.571.007	557.429	9.198.384	610.113	10.927.656	735.339

(¹) Sujeito à retificação.

Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

política agrícola 6

6 - POLÍTICA AGRÍCOLA

POLÍTICA ECONÔMICA

Panorama Nacional

O crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro em 1987 foi de 3,5%, com a produção industrial praticamente estabilizada (0,7%) e um aumento de 13,9% da agricultura. A inflação, medida pelo Índice Geral de Preços, durante 1987 (dezembro a dezembro) elevou-se em 415,8%, tendo variado 65,0% em 1986.

A política econômica em 1987 baseou-se em novo plano de estabilização, através de um congelamento de preços mais flexível, ou seja, por três meses, após a correção de tarifas públicas defasadas e da taxa de câmbio. Criou-se a Unidade de Referência de Preços (URP), a qual é calculada através da média trimestral de inflação (medida pelo Índice de Preços ao Consumidor - IPC), para repasse na correção dos salários no trimestre seguinte, em substituição à escala móvel, mais conhecida como "gatilho salarial". Foram feitos cortes nos gastos públicos, buscando reduzir o déficit ao nível de 2% do PIB (¹), em parte, através de corte nos subsídios ao trigo e ao crédito rural.

Apesar do controle de preços, via Conselho Interministerial de Preços (CIP) e Superintendência Nacional do Abastecimento (SUNAB) no último trimestre de 1987 as taxas de inflação voltaram aos níveis de 14,5% ao mês. Além disso, naquele ano, o déficit público atingiu 5,4% do PIB; retornou, implicitamente, o subsídio ao trigo e ao crédito rural e foram retomadas as negociações com os credores externos, que haviam sido interrompidas desde a decretação da moratória no início de 1987.

Em relação ao setor agropecuário, apesar do crescimento do produto agrícola em 1987, a renda bruta, corrigida pelo Índice Geral de Preços (IGP), acusou uma perda real de cerca de 20%, compensada em parte, pelo perdão da correção monetária de crédito rural, até junho de 1987, estendido posteriormente, em alguns casos, pela anistia aprovada pela Assembleia Nacional Constituinte.

A política econômica, em 1988, retorna à ortodoxia, com a estratégia do "arroz com feijão". Essa política se consubstancia nos seguintes pontos: acordo com o Fundo Monetário In

(¹) O déficit em 1986 foi de 3,7% do PIB.

ternacional para a negociação da dívida externa ⁽²⁾; manutenção de bons saldos comerciais, confiando-se no crescimento estável da economia internacional; manutenção e convivência, a curto prazo, com uma inflação no patamar de 15% a 17% ao mês; controle dos gastos públicos; administração indireta dos preços através do CIP e da Secretaria Especial de Abastecimento e Preços (SEAP); política salarial neutra; forte indexação da economia com base na correção diária da taxa de câmbio e da Letra do Banco Central (LBC), a volta das aplicações financeiras pós-fixadas e a criação da Obrigação do Tesouro Nacional (OTN) fiscal, que serve inclusive de fator de correção diária dos "preços de intervenção" definidos para os alimentos básicos.

Assim sendo, além dos preços mínimos corrigidos pela OTN, o único preço que vem sendo corrigido mensalmente, através da URP, são os salários, exceto no setor público que, em alguns casos, têm tido reajustes trimestrais e inferiores a qualquer índice da economia.

Na realidade, a política econômica perseguida em 1988 visa prioritariamente uma forma adequada de pagamento dos juros e "spreads" da dívida externa, através da promoção de saldos comerciais, sem prejuízo das importações e através da conversão da dívida.

Esperava-se, portanto, resolver a questão do pagamento da dívida e simultaneamente promover um crescimento moderado da economia com o controle das taxas de inflação. Como ocorrido em 1981 e 1983, o crescimento da balança e do saldo comercial caminham juntos, na economia brasileira, com a desaceleração do crescimento industrial e da demanda interna ⁽³⁾. Por esta razão, a previsão de aumento nas importações não ocorreu no primeiro semestre, tendo-se registrado uma queda de 14,4%, o que revela recessão na economia. O resultado do PIB industrial também foi recessivo no primeiro semestre, registrando queda de 0,17%; o Instituto de Pesquisas Econômicas e Sociais, da Secretaria do Planejamento da Presidência da República (INPES/SEPLAN), prevê para este ano uma queda no PIB industrial de 1,6%. Também se alterou a expectativa da inflação, revista de 600% para 930% no ano, uma vez que passou de 12,0% ao mês, em média, no último trimestre de 1987, para 16,8% e 18,9% nos dois primeiros trimestres de 1988. Entretanto, essa previsão de 930% ao ano pode até ser superada, na medida em que a inflação vem crescendo, registrando-se 24,0% em julho, 20,7% em agosto e 24,0% em setembro.

O item mais favorável da economia, ligado às negociações da dívida externa, é o saldo comercial que, da previsão oficial de US\$13 bilhões, acordado com o Fundo Monetário Internacional (FMI), deverá atingir mais de US\$17 bilhões. Porém, os banqueiros internacionais, mesmo considerando ser o acordo negociado entre o Governo brasileiro e o Fundo Monetário um bom acordo ortodoxo e levando também em conta o sucesso da balança comercial brasileira, colocam ainda obstáculos à negociação dos empréstimos "tranches" do FMI e dos créditos de 95% de US\$5,2 bilhões devidos a 14 bancos internacionais ⁽⁴⁾. Isto porque vêem a possibilidade de insucesso nos cortes dos gastos públicos e no "descontrole da inflação", a qual por sua vez, leva a pressionar o déficit público e a expansão da base monetária, também pressionada pela conversão da dívida. Portanto, o Fundo Monetário espera que o Governo brasileiro cumpra o acordo de manter o déficit público, em 1988, em 4% do PIB e, em 1989, em 2% do PIB; espera um controle da inflação e maior ênfase na abertura da economia nacional.

O FMI, através das negociações com o Governo brasileiro, vem acompanhando pari-passu a administração dos gastos públicos e, nesse sentido, percebe a possibilidade de "estouro" nas contas. O Governo prepara novo elenco de cortes imediatos e para 1989, levando em considera

⁽²⁾ Benetton, Maria E. Política econômica. Informações Econômicas, IEA, São Paulo, 18 (7):7-9, jul. 1988.

⁽³⁾ São Paulo & Conjuntura, SEADE, São Paulo, nº 5, jul. 1988.

⁽⁴⁾ Esses empréstimos não significam a entrada de dinheiro novo e mesmo de dinheiro no País.

ção, também, a reforma tributária apresentada na Constituinte, que passará parte dos recursos da União para os Estados e municípios.

Lembra-se que, no primeiro semestre de 1988, já foram efetuados cortes nos subsídios do trigo e suspensas a aplicação da URP para reajustes dos salários dos servidores federais em abril e maio, e transferências aos Estados e municípios, incluindo encargos sociais, encargos da dívida interna e até redução dos créditos ⁽⁵⁾.

De janeiro a maio de 1988, os itens que mais pressionaram as despesas do Governo foram os financiamentos destinados aos exportadores que incluem subsídios, gastos com estoques reguladores de alimentos, refinanciamento da dívida externa e despesas com encargos da dívida mobiliária federal. A política que busca principalmente o pagamento da dívida externa brasileira é também de difícil administração, pois para crescerem as exportações é necessário crescerem os gastos públicos com financiamentos subsidiados e para efetivar a amortização da dívida externa é necessário seu refinanciamento, o que conjuntamente com a conversão da dívida rebate no déficit público, na medida em que o crescimento da arrecadação fiscal for menor que o da inflação.

O Governo promoveu, também, a redução do subsídio embutido na equalização do preço do álcool e anuncia o final do subsídio ao trigo embutido no item transporte, através da privatização da sua comercialização. O Orçamento da União para 1989, programa cortes nas despesas de todos os ministérios, nos investimentos das estatais e a drástica redução da despesa da União com a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural, o Instituto do Açúcar e do Alcool, o Instituto Brasileiro do Café, a Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira e a Superintendência de Desenvolvimento da Borracha, entre outros.

Em relação ao compromisso como o FMI, de liberalização da economia nacional, foram estabelecidas através dos Decretos de nºs 2433, 2434 e 2435, a nova política industrial e a liberalização do comércio ⁽⁶⁾. Mais recentemente, em agosto, o Governo anunciou a criação das Zonas de Processamento e Exportação (ZPEs), apesar da posição em contrário de vários setores da indústria nacional ⁽⁷⁾.

Ainda analisando outros índices da economia brasileira e seu desempenho recente destaca-se que o comércio varejista da Grande São Paulo está registrando, de jan./jul. de 1987 a jan./jul. de 1988, queda em vários dos itens levantados pela Federação e Centro do Comércio do Estado de São Paulo, tendo os supermercados apresentado redução nas vendas de 14,6% e o comércio em geral de 3,4%.

O setor agrícola está preocupado com a possibilidade de maiores quedas da demanda interna na comercialização dos seus produtos, mas conta com a aprovação da Resolução nº 155, da CONCEX, de 04/05/88, a qual dispõe sobre a liberação das exportações de algodão, arroz, milho e soja. Entretanto, apenas isto não basta, pois essas exportações, exclusive soja, só acontecerão se forem subsidiadas, na medida em que esses produtos não são competitivos no mercado internacional.

Portanto, a política econômica a ser perseguida em 1989, pelo Governo brasileiro, tem como meta básica um programa de acordo com o Fundo Monetário Internacional para pagamento da dívida externa, e esse programa tem como base o corte no déficit público, que em relação à

⁽⁵⁾ Conjuntura Econômica, Rio de Janeiro, FGV/IBRE, 42 (6):1-140, jun. 1988.

⁽⁶⁾ Benetton, Maria E. Política econômica. Informações Econômicas, IEA, São Paulo, 18 (6):7-8, jun. 1988.

⁽⁷⁾ Benetton, Maria E. Política econômica. Informações Econômicas, IEA, São Paulo, 18 (9):7-8, set. 1988.

gricultura rebate, principalmente, na correção monetária total dos financiamentos do setor. Esse processo criou a possibilidade da instituição do preço de intervenção que garante uma variação de preço suficiente para propiciar ganhos no mercado atacadista e um preço ao produtor também suficiente para cobrir a correção monetária e os juros do financiamento agrícola.

Ao longo do mês, a correção do preço de intervenção pela OTN fiscal possibilita reajustes no atacado, superiores à variação dos salários; por sua vez, o reajuste dos preços mínimos pela OTN mensal tem um efeito de queda real. O efeito conjunto desses dois mecanismos é aumentar, no decorrer do mês, a margem de preços para o mercado livre. Isto oferece certas vantagens para os mercados competitivos, mas em situações de poder concentrado discrimina contra o produtor e o consumidor.

Essa é, entretanto, uma situação ainda favorável ao agricultor, em relação àquela que ocorria em anos anteriores, quando a intervenção do Governo não tinha qualquer controle. Resta saber se, com a inflação crescente, o Governo vai recorrer a medidas alternativas de combate à inflação que modifiquem os atuais mecanismos.

Panorama Setorial

A safra brasileira do ano agrícola 1986/87, plantada durante o Plano Cruzado, foi estimulada por uma série de condições favoráveis: aquecimento significativo da demanda interna; baixos custos financeiros em função de juros de custeio fixos em 10% (embora a inflação zero já houvesse se inviabilizado), o que resultava em juros negativos; boa disponibilidade de crédito rural em função do aumento dos depósitos à vista; e disposição dos agricultores em investir na produção, diante da menor atratividade das aplicações financeiras acarretada pelo congelamento da OTN.

Naquele ano, foi mantida a política definida no início da Nova República, de estímulo à produção de alimentos básicos, tendo ocorrido, segundo a Companhia de Financiamento da Produção (CFP), significativos aumentos de área plantada de arroz, milho e sorgo, que já tinham apresentado expansão na safra anterior e um pequeno aumento na área de mandioca. As culturas de algodão, soja, mamona e amendoim tiveram perdas de área pela segunda safra consecutiva, sendo que a redução de área da soja foi menos significativa. A área plantada de grãos foi ligeiramente inferior à do ano anterior, porém o aumento de produção foi de 17%, em parte em função de melhores condições climáticas no Centro-Sul e, em parte, pela substituição de lavouros de menor produção por hectare (soja por milho, por exemplo).

O estímulo à produção foi expresso pela retomada do investimento no setor, sendo que enquanto o aumento global dos financiamentos rurais foi de 49%, o aumento dos financiamentos de investimento foi de 269% no conjunto da agricultura e de 452% na pecuária, em relação aos financiamentos realizados em 1985, quando já se havia verificado variação positiva nos financiamentos ao setor, após cinco anos de quedas sucessivas. Por outro lado, o crédito de custeio agrícola cresceu apenas 13%.

O efeito estimulador dos preços mínimos nessa safra foi pequeno, uma vez que os preços de mercado congelados balisaram a sua definição. Em fevereiro de 1987, quando se oficializou o descongelamento, os preços mínimos foram revistos em percentuais inferiores à inflação, passando somente os produtos prioritários (arroz, feijão, mandioca, milho e sorgo) a ser corrigidos de abril a junho pela variação do Índice de Preços Pagos (IPP).

Essa situação, combinada a dois fatores - um mercado em baixa, resultando nos meno

res preços agrícola de uma longa série e a rápida elevação dos juros dos financiamentos complementares - levou muitos produtores rurais a uma situação pré-falimentar. Em consequência, o Governo foi induzido a tomar importantes medidas anti-recessivas, culminando com a suspensão do pagamento de correção monetária sobre os financiamentos rurais durante o período do Plano Cruzado até junho de 1987 (dezembro de 1987 para o Nordeste); além disso, inúmeras recomposições de dívidas foram feitas espontaneamente pelos bancos privados. Por sua vez, as Aquisições do Governo Federal (AGF) tiveram importante papel na comercialização dessa safra, tendo o Governo aumentado seus estoques, principalmente os de milho e arroz.

O efeito final dessas medidas foi uma substancial atenuação da crise então em curso, permitindo uma gradual recuperação financeira dos produtores, o que se refletiu positivamente no plano da safra 1987/88.

Em fins de maio de 1987, quando a inflação atingiu o recorde de 26% ao mês, o Ministro da Fazenda decretou um novo congelamento de preços, cuja intenção era deter a inflação a curto prazo, seguido por um período de flexibilização do controle de preços que permitisse o reajuste de preços em relação aos custos. Ao mesmo tempo, seriam tomadas medidas de controle do déficit público, através de uma renegociação mais favorável da dívida, do controle dos gastos públicos e do aumento da receita fiscal. Adotou-se uma política de desvalorizações cambiais mais frequentes, o que contribuiu para a recuperação das exportações e das reservas, porém não se conseguiu atingir os objetivos de cortar significativamente os gastos governamentais, fazer uma reforma fiscal e renegociar a dívida externa, tendo a inflação continuado fora de controle.

Contudo, foram tomadas algumas medidas que influíram na política agrícola, como as decisões de não mais subsidiar o carregamento no tempo dos estoques da CFP - que passaram a ser colocados no mercado a preços que cobriram seus custos de aquisição, armazenagem e transportes - e de reduzir o subsídio ao trigo. Essas medidas se refletiram em aumentos dos preços dos gêneros básicos ao consumidor, que foram viabilizados através da elevação mensal dos preços tabelados ao nível de varejo, no período que se seguiu ao congelamento.

A safra plantada em 1987 foi financiada a juros de custeio de 7% e 9% (dependendo da condição do produtor) mais correção monetária plena, tendo-se eliminado, com essa reintrodução da correção, o subsídio ao crédito que havia ressurgido no ano anterior. Os preços-base definidos, que representavam para alguns produtos preços bastante acima do mercado na época (principalmente para arroz, milho e mandioca, onde esse diferencial era em torno de 50%), passaram a ser corrigidos pela OTN desde sua definição até o encerramento da safra.

Para favorecer a retenção de produtos pelos próprios produtores, essa correção incluiu um âgio sobre o preço mínimo do milho aplicado mensalmente de fevereiro a julho e descontos mensais retroativos de julho a fevereiro aplicados sobre os preços mínimos dos produtos não prioritários.

A produção da safra 1987/88 de modo geral é maior que a anterior, porém houve alterações na sua composição. A produção de feijão aumentou pela primeira vez em quatro anos a de soja recuperou o nível da safra 1984/85 e a de arroz manteve-se crescente. Em função da queda na demanda, houve redução na produção de hortaliças, ovos e carne de frango, embora a produção de aves não tenha caído tanto quanto postulavam as lideranças do setor. A produção de algodão, que vinha caindo nas três safras anteriores, cresceu.

A eficácia da política de preços, agora incorporando os preços de intervenção, foi excelente, com os preços de mercado de todos os produtos, durante a safra, se situando acima do mínimo (nos casos do milho e do arroz, apesar dos enormes estoques). A comercialização foi mais lenta e absorveu mais Empréstimos do Governo Federal (EGFs) que Aquisições (AGFs). Segun

do estimativas preliminares do INPES a renda agrícola cresceu 8%, contra uma queda de 21% no ano anterior.

No início de 1988, já com um novo Ministro da Fazenda, foram tomadas medidas de liberalização do comércio de produtos agrícolas com salvaguardas para preservar a competitividade no mercado interno e foi aberta a possibilidade de exportações subsidiadas de arroz.

Chegou-se, assim, ao limiar do ano agrícola 1988/89 com perspectivas de maior estabilidade e gradual recomposição da renda agrícola. Os próximos itens deste capítulo analisam o desempenho dos principais instrumentos de política no decorrer desta década, terminando por focar o "pacote" agrícola da safra 1988/89 e seus possíveis reflexos.

(IEA, 17/10/88)

CRÉDITO RURAL

Ao se analisar a série de valores aplicados em crédito rural, por finalidade - custeio, investimento e comercialização - nos anos 80, observa-se um comportamento bastante homogêneo entre Brasil, Região Centro-Sul e Estado de São Paulo (quadros 6.1 a 6.6). Não poderia ser diferente, visto que nesta década a Região Centro-Sul consumiu entre 80% e 85% do total do crédito aplicado no setor agropecuário brasileiro e que São Paulo tem demandado um volume elevado, embora decrescente no período considerado, oscilando entre 26% e 17% do total de crédito aplicado na Região.

O maior volume de crédito no setor agropecuário brasileiro ocorreu em 1979, ano marcado pela prioridade agrícola, quando foram fixadas metas a serem cumpridas com relação às exportações, bem como à produção de alimentos e matérias-primas, e conseqüente redução de importações. Esses objetivos eram considerados prioritários, desde que não viessem a prejudicar as medidas essenciais de controle monetário. No entanto, observa-se, de 1980 até 1984, um crescimento real negativo do volume de crédito rural, uma recuperação em 1985 e 1986 e novamente uma queda em 1987. Para a Região Centro-Sul e Estado de São Paulo, o comportamento foi semelhante.

Considerando-se as várias finalidades do crédito, observa-se, no entanto, redução bastante acentuada nas operações de investimento e menor nas de custeio. Essa redução foi ainda maior nos financiamentos agropecuários que nos agrícolas.

Apesar de tudo, a safra de grãos de 1987 foi 58% maior que a de 1979 e 24% maior que a de 1980 (quadro 6.7). Deve-se considerar ainda que, em 1987, o Produto Interno Bruto da agricultura cresceu 14% em termos reais, enquanto o crédito rural, comparado com o ano anterior, reduziu-se 21% em termos reais.

Esses dados levam a crer que, com a redução dos subsídios até sua extinção e com a cobrança de correção monetária plena mais 3% de juros ao ano a partir de 1983, exceto no período do Plano Cruzado, o crédito rural passou a ser utilizado com maior eficiência.

Os desvios para outras finalidades, tão comuns durante o período do crédito subsidiado, foram desestimulados pelo maior custo financeiro; ao mesmo tempo, aperfeiçoou-se o sistema RECOR, instituído pelo Banco Central para eliminar a possibilidade de realização de mais de uma operação de crédito com a mesma finalidade, por um mesmo mutuário, na mesma safra. Em conseqüência, aumentou sobremaneira o uso de recursos próprios do produtor para custeio da safra.

A distribuição percentual do crédito rural, por finalidade, para o Brasil, Região Centro-Sul e Estado de São Paulo, na década de 80, demonstra maior empenho na obtenção de resultados a curto prazo, visto que os recursos são predominantemente alocados ao custeio da safra. Para aquelas três áreas geográficas, o custeio, que representava em torno de 60% do crédito total no

início dos anos 80, passou posteriormente a representar 70% e até 80%. Os créditos de investimento e comercialização têm crescimento inverso, ou seja, participação decrescente ao longo do período, exceto em 1986 quando o crédito de comercialização manteve sua tendência decrescente, a participação do crédito de custeio caiu e a do investimento cresceu consideravelmente (quadro 6.8).

Esse fato está relacionado com a política econômica geral regida pelo Plano Cruzado, perspectiva de inflação muito reduzida e crédito rural isento de correção monetária, como também ao Plano de Metas, que deu tratamento privilegiado aos investimentos agrícolas, propondo-se a direcionar para essa finalidade, nos três anos seguintes, 8%, 12% e 15% do PIB agrícola. No entanto, já em 1987, o volume do crédito de investimento voltou a cair drasticamente (quadros 6.1 a 6.6).

Com relação aos limites de financiamento para algumas culturas selecionadas, importantes para São Paulo e Região Centro-Sul, observa-se que entre as safras 1980/81 e 1983/84, havia uma tendência bem definida de gradual redução dos limites, em todas as culturas, principalmente para o médio e grande produtor, com exceção do feijão, cujo limite foi mantido em 100%. A partir de 1984/85, no entanto, a orientação parece ter-se modificado, passando a vigorar critérios de racionamento de crédito aplicados a cada produto. Em geral, nesse último período, nota-se um tratamento mais favorável às culturas alimentares (arroz, feijão, mandioca e milho) em relação às demais (quadro 6.9).

Os Valores Básicos de Custeio (VBCs), assim como os limites de adiantamento, podem servir de parâmetros à política agrícola, na medida em que busquem retratar opções tecnológicas que se deseje induzir. No caso brasileiro, os VBCs têm procurado refletir as condições técnicas vigentes, perdendo assim esse caráter. Torna-se, por isso, possível sua comparação com levantamentos de custos de produção realizados por outras entidades, a despeito da precariedade das conclusões a que se chega, de pequeno significado para as situações específicas de cada produtor ou cultura.

Neste sentido, comparam-se os VBCs com o custo operacional efetivo (COE) para as principais culturas anuais do Estado de São Paulo. As estimativas do custo operacional, elaboradas pelo Instituto de Economia Agrícola (IEA), correspondem à região mais representativa de cada produto, não expressando, portanto, médias para o Estado (quadro 6.10).

Nota-se, na década de 80, que os níveis de defasagem dos VBCs em relação aos COEs são menores para algodão e soja, que para amendoim, feijão das águas e arroz de sequeiro. Para esses últimos três produtos, observa-se um crescimento na relação entre VBC e COE a partir da safra 1985/86, sem no entanto atingir os percentuais de algodão e soja.

Dentre os produtos analisados, a soja obteve a maior relação entre VBC e COE durante todo o período, variando entre 100% e 78%. O milho, com a evolução observada nos últimos anos, foi o único produto, excetuando a soja, a alcançar uma relação maior ou igual a 90% do VBC em comparação ao COE em alguns anos.

Para a mandioca, a relação entre VBC e COE ao longo da década é acen- tuadamente inconstante. Essa inconstância parece estar correlacionada ao com-

portamento dos preços recebidos pelo produtor, o que ensejaria a hipótese do uso do VBC em função do mercado.

Os COEs para a mandioca, até a safra 1985/86, não consideravam os custos de empreita para colheita, como também não havia uma separação entre mandioca de primeiro e segundo ciclos. Quando esses fatores passaram a ser considerados, houve uma queda acentuada na relação VBC/COE. Porém, nas últimas três safras houve uma elevação contínua refletindo a preocupação do Governo de estimular os produtos básicos alimentares através dos instrumentos de política agrícola.

(IEA, 17/10/88)

QUADRO 6.1.- Crédito Rural ⁽¹⁾ por Finalidade, Valores Reais ⁽²⁾, Brasil, 1980-88

(continua)

Ano	Custeio						Investimento					
	Agrícola		Pecuário		Total		Agrícola		Pecuário		Total	
	Cz\$1.000	Variação (%)	Cz\$1.000	Variação (%)	Cz\$1.000	Variação (%)	Cz\$1.000	Variação (%)	Cz\$1.000	Variação (%)	Cz\$1.000	Variação (%)
1980	1.364.862.724	12	145.225.257	-22	1.510.087.981	8	311.598.520	-13	189.029.021	-44	500.627.541	-28
1981	1.235.555.270	-9	121.947.109	-16	1.357.502.379	-10	241.864.349	-22	115.912.813	-39	357.777.162	-29
1982	1.311.253.265	6	130.670.544	7	1.441.923.809	6	184.266.869	-24	109.719.503	-5	293.986.372	-18
1983	952.857.184	-27	99.258.554	-24	1.052.115.738	-27	210.908.535	14	71.599.770	-35	282.508.305	-4
1984	684.068.177	-28	44.495.260	-55	728.563.437	-31	87.859.461	-58	39.352.026	-45	127.211.487	-55
1985	987.289.143	44	60.685.767	36	1.047.974.910	44	129.546.016	47	61.470.824	56	191.016.840	50
1986	1.119.049.829	13	110.458.790	82	1.229.508.619	17	365.226.153	182	339.082.789	452	704.308.942	269
1987	1.106.970.850	-1	108.479.487	-2	1.215.450.337	-1	194.858.432	-47	101.346.756	-70	296.205.188	-58
1988 ⁽³⁾	182.657.097	-	22.197.540	-	204.854.637	-	66.061.053	-	15.806.774	-	81.867.827	-

⁽¹⁾ Refere-se a: MCR-18, recursos próprios livres, recursos do Tesouro, poupança rural, outros recursos.

⁽²⁾ Foi utilizado como deflator o Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna, da Fundação Getúlio Vargas, base abril 1988.

⁽³⁾ Posição até 30/06/1988.

Fonte: Departamento de Crédito Rural e Industrial (DECRI), do Banco Central do Brasil.

QUADRO 6.1.- Crédito Rural ⁽¹⁾ por Finalidade, Valores Reais ⁽²⁾ Brasil, 1980-88

(conclusão)

Ano	Comercialização						Total					
	Agrícola		Pecuário		Total		Agrícola		Pecuária		Total	
	Cz\$1.000	Variação (%)	Cz\$1.000	Variação (%)	Cz\$1.000	Variação (%)	Cz\$1.000	Variação (%)	Cz\$1.000	Variação (%)	Cz\$1.000	Variação (%)
1980	495.121.691	9	162.966.811	-31	658.888.502	-5	2.171.582.935	7	497.221.089	-35	2.668.804.024	-4
1981	502.543.556	1	96.882.175	-41	599.425.731	-9	1.979.963.175	-9	334.742.097	-33	2.314.705.272	-13
1982	420.413.156	-16	85.274.293	-12	505.687.449	-16	1.915.933.290	-3	325.664.340	-3	2.241.597.630	-3
1983	297.054.241	-29	60.404.531	-29	357.458.772	-29	1.460.819.960	-24	231.262.855	-29	1.692.082.815	-25
1984	146.102.466	-51	31.733.238	-47	177.835.704	-50	918.030.104	-37	115.580.524	-50	1.033.610.628	-39
1985	232.794.539	59	2.064.583	-93	234.859.122	32	1.349.629.698	47	124.221.174	7	1.473.850.872	43
1986	263.218.748	13	764.147	-63	263.982.895	12	1.747.494.730	29	450.305.726	263	2.197.800.456	49
1987	218.900.363	-17	1.924.691	152	220.825.054	-16	1.520.729.645	-13	211.750.934	-53	1.732.480.579	-21
1988	17.263.989	-	487.755	-	17.751.744	-	265.982.139	-	38.492.069	-	304.474.208	-

⁽¹⁾ Refere-se a: MCR-18, recursos próprios livres, recursos do Tesouro, poupança rural, outros recursos.

⁽²⁾ Foi utilizado como deflador o Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna, da Fundação Getúlio Vargas, base abril 1988.

⁽³⁾ Posição até 30/06/1988.

Fonte: Departamento de Crédito Rural e Industrial (DECRI), do Banco Central do Brasil.

QUADRO 6.2 .- Crédito Rural ⁽¹⁾ por Finalidade, Valores Correntes, Brasil, 1980-88

(em Cz\$1.000)

(continua)

Ano	Custeio			Investimento			Comercialização		
	Agrícola	Pecuário	Total	Agrícola	Pecuário	Total	Agrícola	Pecuário	Total
1980	439.403	46.754	486.157	100.316	60.856	161.172	159.399	52.465	211.864
1981	834.888	82.402	917.290	163.432	78.324	241.756	339.578	65.465	405.043
1982	1.731.652	172.565	1.904.217	243.344	144.897	338.241	555.201	112.614	667.817
1983	3.202.945	333.649	3.536.594	708.950	240.676	949.626	998.521	203.044	1.201.565
1984	7.371.835	479.501	7.851.336	946.814	424.076	1.370.890	1.574.468	341.972	1.916.440
1985	34.635.788	2.128.960	36.764.748	4.544.695	2.156.501	6.701.196	8.166.830	72.429	8.239.259
1986	95.102.457	9.397.341	104.489.798	31.038.747	28.816.953	59.855.700	22.369.647	64.941	22.434.588
1987	305.596.983	29.947.495	335.544.478	53.793.782	27.978.391	81.772.173	60.430.941	531.342	60.962.283
1988	175.695.025	21.351.469	197.046.494	63.543.101	15.204.290	78.747.391	16.605.963	469.164	17.075.127

⁽¹⁾ Refere-se a: - MCR-18, recursos próprios livres, recursos do Tesouro, poupança rural, outros recursos.

⁽²⁾ Posição até 30/06/1988.

Fonte: Departamento de Crédito Rural e Industrial (DECRI), do Banco Central do Brasil

QUADRO 6.2 . - Crédito Rural ⁽¹⁾ por Finalidade, Valores Correntes, Brasil, 1980-88

Ano	(em Cz\$1.000)			(conclusão)
	Agrícola	Pecuário	Agropecuário	
1980	699.118	160.075	859.193	
1981	1.337.898	226.191	1.564.089	
1982	2.530.197	430.076	2.960.273	
1983	4.910.416	777.369	5.687.785	
1984	9.893.117	1.245.549	11.138.666	
1985	47.347.313	4.357.890	51.705.203	
1986	148.510.851	38.269.235	185.780.086	
1987	419.821.706	58.457.228	478.278.934	
1988 ⁽²⁾	255.844.089	37.024.923	292.869.012	

⁽¹⁾ Refere-se a: - MCR-18, recursos próprios livres, recursos do Tesouro, poupança rural, outros recursos.

⁽²⁾ Posição até 30/06/1988.

Fonte: Departamento de Crédito Rural e Industrial (DECRI), do Banco Central do Brasil.

QUADRO 6.3.- Crédito Rural (¹) por Finalidade, Valores Reais (²), Região Centro-Sul, 1980-88

(continua)

Ano	Custeio						Investimento					
	Agrícola		Pecuária		Total		Agrícola		Pecuária		Total	
	Cz\$	Variação (%)	Cz\$	Variação (%)	Cz\$	Variação (%)	Cz\$	Variação (%)	Cz\$	Variação (%)	Cz\$	Variação (%)
1980	1.111.199.473	-	124.548.272	-	1.235.747.745	-	201.688.888	-	113.933.789	-	315.622.677	-
1981	958.044.348	-14	100.707.562	-19	1.058.751.910	-14	163.424.848	-19	60.493.673	-47	223.918.521	-29
1982	1.099.604.807	15	109.214.499	8	1.208.819.306	14	142.522.776	-13	62.414.506	3	204.937.282	-8
1983	817.457.262	-26	68.798.780	-37	886.256.042	-16	153.890.896	8	41.228.925	-34	195.119.821	-5
1984	588.209.589	-28	34.614.305	-50	622.823.894	-30	68.922.544	-55	18.564.553	-55	87.487.097	-55
1985	854.169.571	45	49.218.622	42	903.388.193	45	102.109.451	48	27.116.094	46	129.225.545	48
1986	953.461.774	12	93.159.043	89	1.046.620.817	16	300.869.426	195	201.643.313	865	562.512.739	335
1987	962.466.048	-10	87.468.958	-6	1.049.935.006	0	141.347.629	-53	68.863.036	-74	210.210.665	-65
1988 (³)	143.320.509	-	19.025.125	-	162.345.634	-	53.524.765	-	9.140.040	-	62.664.805	-

(¹) Refere-se a: MCR-18, recursos próprios livres; recursos do Tesouro, poupança rural, outros recursos.

(²) Índice Geral de Preços- Disponibilidade Interna, da Fundação Getúlio Vargas, base abril de 1988.

(³) Posição até 30/06/88.

Fonte: Departamento de Crédito Rural e Industrial (DECRI), do Banco Central do Brasil.

QUADRO 6.3.- Crédito Rural (¹) por Finalidade, Valores Reais (²), Região Centro-Sul, 1980-88

(conclusão)

Ano	Comercialização						Total					
	Agrícola		Pecuária		Total		Agrícola		Pecuária		Total	
	Cz\$	Variacao (%)	Cz\$	Variacao (%)	Cz\$	Variacao (%)	Cz\$	Variacao (%)	Cz\$	Variacao (%)	Cz\$	Variacao (%)
1980	434.648.468	-	159.167.109	-	593.815.577	-	1.747.536.829	-	397.649.170	-	2.145.185.999	-
1981	452.427.468	4	95.072.763	-40	547.500.231	-8	1.573.896.664	-10	256.273.998	-36	1.830.170.662	-15
1982	376.798.285	-17	83.173.168	-13	459.971.453	-16	1.618.925.868	3	254.802.173	-1	1.873.728.041	2
1983	270.952.530	-28	59.598.265	-28	330.550.795	-28	1.242.300.688	-23	169.625.970	-33	1.411.926.658	-25
1984	133.846.392	-51	31.527.698	-47	165.474.090	-50	791.078.525	-34	84.706.556	-50	875.785.081	-38
1985	204.416.498	53	1.946.623	-94	206.363.121	25	1.160.695.520	25	78.281.339	-8	1.238.976.859	41
1986	235.712.196	15	745.618	-62	236.457.814	-62	1.490.043.396	15	355.547.974	354	1.845.591.370	49
1987	205.154.946	-13	1.906.375	156	207.061.321	-12	1.308.968.623	12	158.238.369	-55	1.467.206.992	-21
1988 (³)	15.514.134	-	482.348	-	15.996.482	-	212.359.408	-	28.647.513	-	241.006.921	-

(¹) Refere-se a: MCR-18, recursos próprios livres; recursos do Tesouro, poupança rural, outros recursos.

(²) Índice Geral de Preços-Disponibilidade Interna, da Fundação Getúlio Vargas, base abril de 1988.

(³) Posição até 30/06/88.

Fonte: Departamento de Crédito Rural e Industrial (DECRI), do Banco Central do Brasil.

QUADRO 6.4.- Crédito Rural (¹) por Finalidade, Valores Correntes, Região Centro-Sul, 1980-88

(em Cz\$1.000)

(continua)

Ano	Custeio			Investimento		
	Agrícola	Pecuário	Total	Agrícola	Pecuário	Total
1980	357.552	40.076	397.628	64.898	36.661	101.559
1981	647.207	68.033	715.240	110.402	40.867	151.269
1982	1.452.333	144.248	1.596.581	188.241	82.436	270.677
1983	2.748.085	231.284	2.979.369	517.342	138.601	655.943
1984	6.337.035	372.915	6.709.950	742.532	200.004	942.536
1985	29.966.949	1.726.744	31.693.693	3.582.320	951.318	4.533.638
1986	81.035.979	7.917.710	88.953.689	25.571.291	22.237.412	47.808.703
1987	265.704.125	24.147.203	289.851.328	39.021.271	19.010.741	58.032.012
1988 (²)	137.857.772	18.299.972	156.157.744	51.484.640	8.791.662	60.276.302

(¹) Refere-se a: MCR-18, recursos próprios livres, recursos do tesouro, poupança rural, outros recursos.

(²) Posição até 30/06/88.

Fonte: Departamento de Crédito Rural e Industrial (DECRI), do Banco Central do Brasil.

QUADRO 6.4.- Crédito Rural ⁽¹⁾ por Finalidade, Valores Correntes, Região Centro-Sul, 1980-88

(em Cz\$1.000)

(conclusão)

Ano	Comercialização			Total		
	Agrícola	Pecuário	Total	Agrícola	Pecuário	Agropecuário
1980	139.857	51.215	191.072	562.307	127.952	690.259
1981	305.638	64.226	369.864	1.063.247	173.126	1.236.373
1982	497.666	109.853	607.519	2.138.240	336.537	2.474.777
1983	910.874	200.354	1.111.228	4.176.301	570.239	4.746.540
1984	1.443.062	339.661	1.782.723	8.522.629	912.580	9.435.209
1985	7.171.572	68.294	7.239.866	40.720.841	2.746.356	43.467.197
1986	20.033.492	63.371	20.096.863	126.640.762	30.218.493	156.859.255
1987	56.636.300	526.285	57.162.585	361.361.696	43.684.229	405.045.925
1988 ⁽²⁾	14.922.804	463.963	15.386.767	204.265.216	27.555.597	231.820.813

⁽¹⁾ Refere-se a: MCR-18, recursos próprios livres, recursos do Tesouro, poupança rural, outros recursos.

⁽²⁾ Posição até 30/06/88.

Fonte: Departamento de Crédito Rural e Industrial (DECRI), do Banco Central do Brasil.

QUADRO 6.5.- Crédito Rural ⁽¹⁾ por Finalidade, Valores Reais ⁽²⁾, São Paulo, 1980-88

(continua)

Ano	Custeio						Investimento					
	Agrícola Cz\$	Variação (%)	Pecuário Cz\$	Variação (%)	Total Cz\$	Variação (%)	Agrícola Cz\$	Variação (%)	Pecuário Cz\$	Variação (%)	Total Cz\$	Variação (%)
1980	281.319.835	-	31.865.577	-	313.185.412	-	53.924.283	-	19.766.305	-	73.690.580	-
1981	248.944.154	-12	26.579.745	-17	275.523.899	-12	47.367.980	-12	7.668.591	-61	55.036.571	-25
1982	302.047.738	21	25.710.607	-3	327.758.845	19	32.942.665	-30	8.929.265	16	41.871.930	-24
1983	211.809.003	30	15.984.719	-38	227.793.722	-30	24.423.580	-26	6.548.436	-27	30.972.016	-26
1984	125.113.109	-41	7.623.215	-52	132.736.324	-42	16.180.717	-34	2.616.185	-60	18.796.902	-39
1985	170.975.465	37	12.757.443	67	183.732.908	38	21.250.884	31	4.181.906	60	25.432.790	35
1986	177.580.158	4	19.745.561	55	197.322.719	7	62.894.085	196	53.755.029	1.185	116.649.114	359
1987	196.004.117	10	17.516.814	-11	213.520.931	8	17.915.989	-72	8.584.974	-84	26.500.963	-77
1988 ⁽³⁾	27.886.715	-	5.694.853	-	33.581.568	-	6.330.295	-	1.174.372	-	7.504.667	-

⁽¹⁾ Refere-se à MCR-18, recursos próprios livres, recursos do Tesouro, poupança rural, outros recursos.

⁽²⁾ Índice Geral de Preços-Disponibilidade Interna, da Fundação Getúlio Vargas, base abril de 1988.

⁽³⁾ Posição até 30/06/88.

Fonte: Departamento de Crédito Rural e Industrial (DECRI), do Banco Central do Brasil.

QUADRO 6.5.- Crédito Rural (¹) por Finalidade, Valores Reais (²), São Paulo, 1980-88

Ano	Comercialização						(conclusão)					
	Agrícola		Pecuário		Total		Agrícola		Pecuário		Total	
	Cz\$	Variação (%)	Cz\$	Variação (%)	Cz\$	Variação (%)	Cz\$	Variação (%)	Cz\$	Variação (%)	Cz\$	Variação (%)
1980	127.720.806	-	39.878.103	-	167.598.909	-	462.964.924	-	91.509.985	-	554.474.909	-
1981	92.332.776	-28	20.729.141	-48	113.061.917	-33	388.644.910	-16	54.977.477	-40	443.622.387	-20
1982	96.329.357	4	19.115.233	-8	115.444.590	2	431.319.760	11	53.755.105	-2	485.074.865	9
1983	80.036.131	-17	9.461.481	-51	89.497.612	-22	316.268.714	-27	31.994.636	-40	348.263.340	-28
1984	37.958.041	-53	4.361.352	-54	42.319.393	-53	179.251.867	-43	14.600.752	-54	193.852.619	-44
1985	25.832.016	-32	442.403	-90	26.274.419	-38	218.058.365	22	17.381.752	19	235.440.117	21
1986	36.599.417	42	238.290	-46	36.837.707	40	277.073.660	27	73.735.880	324	350.809.540	49
1987	22.923.550	-37	229.774	-4	23.153.324	-37	236.843.656	-15	26.331.562	-64	263.175.218	-25
1988 (³)	1.217.159	-	30.449	-	1.247.608	-	35.434.169	-	6.899.674	-	42.333.843	-

(¹) Refere-se a MCR-18, recursos próprios livres, recursos do Tesouro, poupança rural, outros recursos.

(²) Índice Geral de Preços-Disponibilidade Interna, da Fundação Getúlio Vargas, base abril de 1988.

(³) Posição até 30/06/88.

Fonte: Departamento de Crédito Rural e Industrial (DECRI), do Banco Central do Brasil.

Quadro 6.6.-Crédito Rural⁽¹⁾ por Finalidade, Valores Correntes, São Paulo, 1980-88

(emCz\$1.000)

Ano	Custeio			Investimento			Comercialização			Total		
	Agrícola	Pecuário	Total	Agrícola	Pecuário	Total	Agrícola	Pecuário	Total	Agrícola	Pecuário	Total
1980	90.521	10.253	100.774	17.351	6.360	23.711	41.097	12.832	53.929	148.969	29.445	178.414
1981	168.174	17.956	186.130	31.999	5.181	37.180	62.375	14.004	76.379	262.548	37.141	299.689
1982	398.938	33.958	432.896	43.510	11.794	55.304	127.230	25.247	152.477	569.678	70.999	640.677
1983	712.048	53.737	765.785	82.106	22.014	104.120	269.061	31.807	300.868	1.063.215	107.558	1.170.773
1984	1.347.897	82.128	1.430.025	174.322	28.185	202.507	408.938	46.987	455.925	1.931.157	157.300	2.088.457
1985	5.998.356	447.571	6.445.927	745.548	146.714	892.262	906.268	15.521	921.789	7.650.172	609.806	8.259.978
1986	15.092.773	1.677.946	16.770.719	5.345.452	4.568.711	9.914.163	3.110.633	20.253	3.130.886	23.548.858	6.266.910	29.815.768
1987	54.110.067	4.835.796	58.945.863	4.945.995	2.370.019	7.316.014	6.328.412	63.433	6.391.845	65.384.474	7.269.248	72.653.722
1988(2)	26.823.789	5.477.791	32.301.589	6.089.013	1.129.610	7.218.623	1.170.767	29.288	1.200.055	34.083.578	6.636.689	40.720.267

(1) Refere-se a: McR-18, recursos próprios livres, recursos do Tesouro, poupança rural, outros recursos.

(2) Posição até 30/06/88.

Fonte: Departamento de Crédito Rural (DECRI), do Banco Central do Brasil.

Quadro 6.7.- Produção de Grãos, Brasil, Safras 1979/80 a 1986/87

(em milhão de sacas de 60kg)

Saфра	Arroz	Feijão	Milhõ	Soja	Trigo	Total	
						Produção	Índice
1979/80	162,93	32,80	339,53	252,60	45,03	832,90	100
1980/81	137,13	39,02	351,95	250,12	36,83	815,05	98
1981/82	162,25	48,38	364,03	213,93	30,45	819,05	98
1982/83	129,03	26,35	312,18	243,03	37,28	747,88	90
1983/84	150,45	43,77	352,73	259,02	33,05	839,02	101
1984/85	150,42	42,48	366,97	304,65	72,00	936,52	112
1985/86	173,42	36,98	342,35	222,25	93,97	868,97	104
1986/87	173,70	33,65	446,45	280,23	98,15	1.032,18	124

Fonte: Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

QUADRO 6.8- Distribuição Percentual ⁽¹⁾ do Crédito Rural por Finalidade, Brasil, Centro-Sul e São Paulo , 1980/88

Ano	Brasil			Centro-Sul			São Paulo		
	Custeio	Investimento	Comercialização	Custeio	Investimento	Comercialização	Custeio	Investimento	Comercialização
1980	56,6	18,8	27,6	57,6	14,7	27,7	56,6	13,3	30,1
1981	58,6	15,5	25,9	57,8	12,2	30,0	62,1	12,4	25,5
1982	64,3	13,1	22,6	64,5	10,9	24,6	67,6	8,6	23,8
1983	62,2	16,7	21,1	62,8	13,8	23,4	65,4	8,9	25,7
1984	70,5	12,3	17,2	71,1	10,0	18,9	68,5	9,7	21,8
1985	71,1	13,0	15,9	72,9	10,4	16,7	78,0	10,8	11,2
1986	56,0	32,0	12,0	56,7	30,5	12,8	56,2	33,3	10,5
1987	70,2	17,1	12,7	71,6	14,3	14,1	81,1	10,1	8,8
1988 ⁽²⁾	67,3	26,9	5,8	67,4	26,0	6,6	79,3	17,7	3,0

⁽¹⁾ Em relação ao crédito total aplicado na unidade geográfica.

⁽²⁾ Posição até 30/06/88.

Fonte: Elaborado a partir de dados básicos do Departamento de Crédito Rural e Industrial (DECRI), do Banco Central do Brasil.

QUADRO 6.9.- Limites de Financiamento em Culturas Seleccionadas, Safra 1980/81 a 1988/89

		(em percentagem)								(continua)
Cultura e porte do produtor	1980/81	1981/82	1982/83	1983/84	1984/85	1985/86	1986/87	1987/88	1988/89	
Algodão										
Mini e Pequeno produtor	100	100	100	90	60	60	100	100	80	
Médio produtor	100	80	70	60	40	50	50	80	60	
Grande produtor	80	60	50	40	40	40	40	60	40	
Amendoim das águas										
Mini e Pequeno produtor	100	100	100	90	80	60	100	100	90	
Médio produtor	100	80	70	60	60	60	100	100	60	
Grande produtor	80	60	50	40	60	50	100	100	50	
Arroz de sequeiro										
Mini e Pequeno produtor	100	100	100	90	80	100	100	100	100	
Médio produtor	100	80	70	60	60	90	100	100	60	
Grande produtor	80	60	50	40	60	80	80	80	50	
Feijão das águas										
Mini e Pequeno produtor	100	100	100	100	80	100	100	100	100	
Médio produtor	100	100	100	100	60	90	100	100	100	
Grande produtor	100	100	100	100	60	90	100	100	100	

Fonte: Companhia de Financiamento da Produção (CFP).

QUADRO 6.9. - Limites de Financiamento em Culturas Seleccionadas, Safra 1980/81 a 1988/89

Cultura e porte do produtor	(em percentagem)								(conclusão)
	1980/81	1981/82	1982/83	1983/84	1984/85	1985/86	1986/87	1987/88	1988/89
Mandioca									
Mini e Pequeno produtor	100	100	100	90	80	100	100	100	100
Médio produtor	100	80	70	60	60	90	100	100	100
Grande produtor	80	60	50	40	60	90	100	100	100
Milho									
Mini e Pequeno produtor	100	100	100	90	80	100	100	100	100
Médio produtor	100	80	70	60	60	90	100	100	100
Grande produtor	80	60	50	40	60	80	80	90	100
Soja									
Mini e Pequeno produtor	80	100	100	90	60	60	100	100	70
Médio produtor	80	80	70	60	40	60	60	70	40
Grande produtor	80	60	50	40	40	50	50	50	30

Fonte: Companhia de Financiamento de Produção (CFP).

QUADRO 6.10 - Comparação entre Valor Básico de Custeio (VBC) e Custo Operacional (COE), Principais Culturas, Estado de São Paulo, 1980/81 a 1988/89

(continua)

Ano Agrícola	Produtividade (kg/ha)	VBC Integral (Cz\$/ha)	COE (Cz\$/ha)	VBC/COE (%)	Produtividade (kg/ha)	VBC Integral (Cz\$/ha)	COE (Cz\$/ha)	VBC/COE (%)	
Algodão					Arroz de sequeiro				
1980/81	1.601 a 1.800	29.717,00	36.714,39	81	1.001 a 1.600	7.000,00	10.410,73	67	
1981/82	1.601 a 1.800	69.300,00	88.699,65	78	1.001 a 1.300	16.000,00	26.545,19	60	
1982/83	1.801 a 2.200	137.600,00	154.009,44	89	1.301 a 1.600	40.500,00	70.054,38	58	
1983/84	1.801 a 2.200	301.700,00	436.851,27	69	acima de 1.600	114.700,00	168.733,93	68	
1984/85	1.801 a 2.200	1.142.000,00	1.368.198,41	83	acima de 1.600	445.000,00	648.055,35	69	
1985/86	1.801 a 2.200	3.881.000,00	4.675.150,00	83	acima de 1.600	1.548.000,00	2.087.940,00	74	
1986/87	1.801 a 2.200	6.246,00	9.978,46	63	acima de 1.600	2.437,00	3.436,39	71	
1987/88 ⁽¹⁾	1.801 a 2.200	19.440,00	22.916,81	85	acima de 1.600	7.110,00	9.697,37	73	
1988/89 ⁽²⁾	1.801 a 2.200	109.313,95	124.667,44	88	acima de 1.600	43.436,19	56.213,76	77	
Amendoim das águas					Feijão das águas				
1980/81	1.401 a 2.300	15.700,00	34.802,41	45	801 a 1.000	11.300,00	18.095,24	62	
1981/82	1.401 a 2.300	37.700,00	98.229,14	43	801 a 1.000	24.900,00	51.079,14	49	
1982/83	1.401 a 2.300	85.200,00	151.331,59	56	801 a 1.000	49.600,00	75.025,93	66	
1983/84	1.401 a 2.300	144.800,00	379.530,31	38	801 a 1.000	112.900,00	181.230,00	62	
1984/85	1.401 a 2.300	769.000,00	1.543.052,51	50	801 a 1.000	450.000,00	692.368,96	65	
1985/86	1.401 a 2.300	1.895.000,00	3.925.660,00	48	801 a 1.000	1.408.000,00	2.019.570,00	70	
1986/87	1.401 a 2.300	3.275,00	6.245,35	52	801 a 1.000	2.787,10	3.804,41	73	
1987/88 ⁽¹⁾	1.401 a 2.300	9.390,00	16.860,77	56	801 a 1.000	8.350,00	12.899,90	65	
1988/89 ⁽²⁾	1.401 a 2.300	53.863,98	99.978,45	54	801 a 1.000	48.531,11	69.278,85	70	

(1) COE de junho de 1987 corrigido pela variação da OTN de junho de 1987 a julho de 1987 a (9,33%).

(2) VBC e COE de agosto de 1988.

Fonte: CFP; IEA; e CHABARIBERY, Denyse & MELLO, Nilda T.C. - Aspectos da política de crédito de custeio agrícola no Estado de São Paulo: Valores, liberações e encargos financeiros, 1979 a 1987. São Paulo, IEA, 1988. 31 p. (Relatório de Pesquisa, 06/88).

QUADRO 6.10.- Comparação entre Valor Básico de custeio (VBC) e Custo Operacional (COE), Principais Culturas, Estado de São Paulo, 1980/81 a 1988/89

(conclusão)

Ano Agrícola	Produtividade (Kg/ha)	VBC Integral (Cz\$/ha)	COE (Cz\$/ha)	VBC/COE (%)	Produtividade (Kg/ha)	VBC Integral (Cz\$/ha)	COE (Cz\$/ha)	VBC/COE (%)
Mandioca					Soja			
1980/81	15.001 a 20.000	12.300,00	16.484,16	75	acima de 2.000	12.200,00	12.207,78	100
1981/82	15.001 a 20.000	27.900,00	31.369,73	89	acima de 2.000	27.000,00	29.603,29	91
1982/83	20.001 a 25.000	60.200,00	58.676,48	103	1.751 a 2.000	46.900,00	53.121,08	88
1983/84	20.001 a 25.000	142.500,00	132.449,80	108	1.751 a 2.000	106.700,00	135.981,46	78
1984/85	20.001 a 25.000	476.000,00	533.771,53	89	1.751 a 2.000	407.000,00	464.331,55	88
1985/86	20.001 a 25.000	1.708.000,00	1.545.330,00	111	1.751 a 2.000	1.475.000,00	1.501.940,00	98
1986/87	20.001 a 25.000	3.360,00	6.369,67	53	1.751 a 2.000	2.340,00	2.431,59	96
1987/88 (1)	15.001 a 20.000	9.540,00	12.483,21	76	1.751 a 2.000	7.200,00	7.938,24	91
1988/89 (2)	15.001 a 20.000	82.451,64	74.847,51	110	1.751 a 2.000	47.995,89	52.186,08	92
Milho								
1980/81	2.501 a 3.000	10.000,00	13.370,86	75				
1981/82	2.501 a 3.000	21.800,00	33.142,09	66				
1982/83	2.501 a 3.000	41.000,00	53.793,62	76				
1983/84	2.501 a 3.000	100.500,00	132.930,92	76				
1984/85	2.501 a 3.000	370.000,00	412.209,93	90				
1985/86	2.501 a 3.000	1.354.000,00	1.475.870,00	92				
1986/87	3.501 a 4.000	2.458,00	2.845,09	86				
1987/88 (1)	3.501 a 4.000	7.710,00	9.167,33	84				
1988/89 (2)	3.501 a 4.000	51.286,76	54.382,61	94				

(1) COE de junho de 1987 corrigido pela variação da OTN de junho de 1987 a julho de 1987 a (9,33%).

(2) VBC e COE de agosto de 1988.

Fonte: CFP; IEA; e CHABARIBERY, Denyse e MELLO, Nilda T.C. - Aspectos da política de crédito de custeio agrícola no Estado de São Paulo: Valores, liberações e encargos financeiros 1979 a 1987. IEA, 1988 31 p. (Relatório de Pesquisa, 06/88 - São Paulo.

PREÇOS MÍNIMOS

A partir da safra 1979/80, com a criação dos Valores Básicos de Custeio (VBC), o preço mínimo deixou de ser parâmetro derivado dos orçamentos para empréstimos de custeio. Essa medida foi adotada visando repassar aos preços mínimos a tarefa de estimular a produção, reduzindo-se gradualmente o subsídio ao crédito rural, até sua completa eliminação. Ao mesmo tempo, a definição dos preços mínimos tornava-se independente da disponibilidade de recursos para o crédito de custeio.

Anteriormente, os preços mínimos eram definidos dois meses antes do plantio, incluindo uma expectativa de inflação que geralmente se mostrava subestimada, e não sofriam qualquer tipo de correção até a colheita, quando entravam em vigor. A partir da safra 1981/82, passaram a ser indexados, tendo sido introduzido o preço mínimo básico, definido antes do plantio e corrigido de acordo com a inflação, medida por índices que têm variado de ano para ano. Os períodos de correção vêm sendo gradativamente alongados, até abranger, na safra 1987/88, todo o período de colheita (quadro 6.11).

Tem havido, portanto, paralelamente ao agravamento da inflação, melhora nas condições da indexação. Com isso, o preço mínimo vem assumindo a função adicional de garantir a renda agrícola contra o desgaste da inflação, quando sua função original seria somente a de evitar variações acentuadas na receita do produtor em anos de preços de mercado anormalmente baixos, em função de excesso de oferta ou de problemas pelo lado da demanda.

A partir da safra 1987/88, entrou em ação um novo mecanismo, que veio reforçar a política de preços mínimos, em sua função de estabilização da renda agrícola, representado pelos "preços de intervenção".

A flutuação dos preços mínimos reais na década de 80 é muito grande, para a totalidade dos produtos. Para quase todos os produtos, porém, o nível mais elevado foi atingido na safra 1984/85, quando os preços mínimos foram propositadamente majorados para poder compensar o custo da correção monetária plena que passou a incidir nos créditos de custeio. Em 1985, foram feitas as maiores Aquisições do Governo Federal (AGF), em valor, na década (quadro 6.12).

Os preços mínimos estabelecidos para a safra 1985/86 foram, em geral, pouco inferiores aos da anterior, verificando-se na safra 1986/87 os piores preços mínimos da década, mesmo assim com expressivas aquisições de arroz e milho pelo Governo. Os preços definidos para 1987/88, embora em geral superiores aos do ano precedente, mostraram-se bastante abaixo dos vigentes no início da década, com exceção dos referentes a milho, soja, mandioca, mamona e feijão.

A evolução dos recursos aplicados no financiamento de estoques via Empréstimos do Governo Federal (EGFs) e na formação de estoques via AGFs, na década de 1980, foi positiva até 1982, quando atingiu seu volume máximo; nesse ano, o montante de EGFs superou o de AGFs, embora o volume de aquisições tenha sido quatro vezes superior ao do ano anterior. A partir de 1983, o total de recursos destinados a essas duas finalidades apresentou quedas significativas por dois anos consecutivos, sendo que em 1984 atingiu seu montante real mínimo (qua

dro 6.13).

Em 1985, esse valor se elevou quase ao nível verificado em 1982, com a diferença de que o volume de AGFs, pela primeira vez, superou o de EGFs em mais de 40%, tendo sido adquiridos pelo Governo 51% da produção de algodão, 24% da produção de feijão, 18% da produção de arroz, 13% da produção de milho e 12% da produção de soja, que nesse ano apresentou grande queda de preço no mercado externo. Em 1986, o volume total de recursos destinados a essas duas finalidades se manteve, porém, os EGF recuperaram sua maior participação, embora os AGF tivessem mantido níveis ainda muito elevados, tendo o Governo adquirido 26% da produção de algodão, 21% da produção de milho, 18% da produção de arroz e 8% da produção de soja (quadro 6.13).

Na comercialização da safra agrícola em 1987, verificou-se violenta queda no volume de recursos despendidos, tendo havido redução de 37% no montante real de AGFs e de 35% no de EGFs. Nesse ano, as compras mais expressivas restringiram-se a 27% da produção de arroz e a 24% da produção de milho.

Os dados referentes a 1988, embora preliminares, mostram uma recuperação do EGF como a modalidade de comercialização mais importante, assinalando-se o êxito das medidas tomadas pelo Governo no sentido de reduzir sua participação direta (via AGF) na comercialização agrícola.

Analisando-se a absorção de recursos de AGF e EGF pelos cinco produtos que mais têm sido atendidos por essa política, verifica-se que, nos quatro primeiros anos da década, a soja foi o que teve a maior porcentagem de sua produção comercializada através desses mecanismos, papel ocupado pelo algodão de 1984 a 1986 e pelo arroz em 1987 e 1988. É preciso notar que determinado volume de um produto pode estar sendo contado duas vezes, no caso de um EGF ter sido posteriormente convertido em AGF (quadros 6.14 a 6.16).

Na safra 1987/88, ao contrário da anterior, os preços mínimos foram superados pelos preços do mercado, o que tornou os AGFs menos atraentes que os EGFs, com exceção do arroz, onde os AGFs absorveram 17% da produção (quadro 6.17).

(IEA, 17/10/88)

QUADRO 6.11.- Relação dos Índices e Períodos de Correção dos Preços-base Vigentes, Principais Produtos, Safras 1981/1982 a 1988/1989

Saфра	Índice	Período de correção		
		Amendoim das águas	Feijão da águas	Demais
1981/82	INPC	jun./nov.	jul./dez.	jul./jan.
1982/83	INPC	jul./nov.	jul./dez.	jul./jan.
1983/84	ORTN	ago./dez.	jul./nov.	ago./fev.
1984/85	ORTN	ago./dez.	ago./dez.	ago./abr.
1985/86	ORTN	ago./jan.	ago./dez.	ago./abr.
1986/87	IPP	-	-	abr./jun. ⁽¹⁾
1987/88	OTN	set./mar.	set./mar.	set./jul.
1988/89	OTN	set./mar.	set./mar.	set./jul.

(¹) Esse período de correção foi válido para os produtos prioritários (arroz, feijão, mandioca, milho e sorgo).

Fonte: Companhia de Financiamento da Produção (CFP), Carta Mensal da Superintendência de Pesquisas Econômicas (SUPEC), ano III, nº 4.

QUADRO 6.12. - Evolução dos Preços Mínimos Reais Ponderados pelo Percentual de Colheita das Safras 1982/83 e 1983/84, Região Centro-Sul, Safras 1979/80 a 1988/89

Produto	Unidade	Preço mínimo 1979/80 (Cr\$maio 1988)	Índice										
			1979/80	1980/81	1981/82	1982/83	1983/84	1984/85	1985/86	1986/87	1987/88	Média período	1988/89
Algodão	15kg	775,96	100	107	112	102	110	132	116	76	89	92	92
Amendoim da 1ª safra	25kg	902,85	100	72	101	82	68	120	102	63	62	68	68
Amendoim da 2ª safra	25kg	739,63	100	70	112	101	111	229	115	61	77	120	-
Arroz irrigado	50kg	1.596,62	100	86	95	84	90	115	103	68	76	91	82
Arroz de sequeiro	60kg	1.491,18	100	102	104	94	99	124	120	76	82	99	82
Feijão da 1ª safra	60kg	2.705,83	100	132	140	127	120	146	132	105	113	124	234
Feijão da 2ª safra	60kg	3.165,59	100	127	119	104	107	149	115	75	102	111	-
Mamona	60kg	1.193,19	100	103	138	112	92	121	152	58	125	113	153
Mandioca	t	2.128,52	100	117	155	125	107	151	188	118	122	132	212
Milho	60kg	677,89	100	117	131	114	111	158	138	100 ⁽²⁾	120	122	140
Soja	60kg	1.640,00	100	69	72	65	56	105	96	59	64	76	67
Sorgo	60kg	547,14	100	124	129	110	108	158	152	100 ⁽²⁾	112	121	121

(¹) Para deflacionar a série de preços foi usado o índice oficial de inflação, base maio de 1988. Posteriormente tomando o valor real referente à safra 1979/80 como base montou-se a série de índices.

(²) Nesta safra houve diferenciação de preço mínimo para milho e sorgo. O valor apresentado vigorou para os estados da Região Sul e São Paulo, para os demais estados da Região Centro-Sul, o índice foi 96.

Fonte: Elaborado a partir de dados básicos da Companhia de Financiamento da Produção.

QUADRO 6.13. - Evolução de Financiamento (EGF) e Aquisições (AGF), Todos os Produtos, Brasil, 1980-88

(em Cz\$1.000)

Ano	EGF				AGF				Total (EGF + AGF)	
	Peso (t)	Valor		Evolução (²)	Peso (t)	Valor		Evolução (²)	Valor real (¹)	Evolução (²)
		Corrente	Real (¹)			Corrente	Real (¹)			
1980	11.040.521	82.157	255.194.001	100	257.804	3.430	10.654.179	100	265.848.180	100
1981	13.880.456	212.449	314.404.393	123	1.070.301	26.460	39.158.293	367	353.562.686	133
1982	14.919.101	437.417	331.223.826	130	5.727.219	193.061	146.190.941	1.372	477.414.767	180
1983	13.503.795	670.998	199.617.954	78	2.143.411	124.806	37.129.050	348	236.747.004	89
1984	7.606.194	943.024	87.507.756	34	1.286.301	362.169	33.607.413	315	121.115.169	45
1985	7.754.399	6.596.349	188.028.169	74	8.757.735	9.383.812	267.484.481	2.510	455.512.650	171
1986	10.382.214	23.579.536	277.455.247	109	7.681.558	15.499.244	182.376.217	1.712	459.831.464	173
1987	10.334.801	49.943.955	180.914.937	71	10.277.412	31.506.411	114.127.533	1.071	295.042.470	111
1988 ⁽³⁾	10.281.162	268.504.959	159.895.740	63	3.112.266	69.560.404	41.423.490	389	201.319.230	76

(¹) Valor real a preço de abril de 1988; utilizou-se a média anual de 1980 a 1987 do Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna da Fundação Getúlio Vargas.

(²) Evolução dos valores reais, 1980 usado como base.

(³) Posição até 20/07/88. A tonelage, neste ano, inclui apenas algodão, arroz, feijão, milho e soja.

Fonte: Companhia de Financiamento da Produção (CFP).

QUADRO 6.14. - Percentagem da Produção de Alguns Produtos Financiada por Empréstimo do Governo Federal (EGF) ou Adquiridos mediante Aquisição do Governo Federal (AGF), Brasil, 1980-88

Ano	Algodão	Arroz	Feijão	Milho	Soja
1980	27,5	17,7	1,3	7,5	33,8
1981	29,4	26,4	6,4	20,0	37,7
1982	38,9	25,5	46,1	30,3	52,1
1983	39,9	32,5	14,9	19,3	45,6
1984	21,1	17,8	7,9	10,5	19,3
1985	64,2	38,7	28,7	20,6	28,7
1986	63,3	52,4	9,5	29,3	29,6
1987	45,5	56,9	7,9	31,3	30,4
1988	34,7	47,4	7,6	18,6	11,7

Fonte: Elaborado a partir de dados básicos de financiamento e aquisição da Companhia de Financiamento da Produção (CFP) e de produção da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) para o período 1980-85 e da CFP para 1986-88.

QUADRO 6.15. - Percentagem da Produção de Alguns Produtos Adquirida através das Aquisições do Governo Federal, Brasil, 1980-88

Ano	Algodão	Arroz	Feijão	Milho	Soja
1980	-	2,3	-	-	-
1981	2,4	9,7	0,8	0,3	-
1982	10,4	7,5	36,2	16,2	-
1983	4,3	6,5	10,2	7,4	-
1984	0,4	7,4	4,4	2,2	-
1985	51,2	18,2	23,7	13,2	12,1
1986	25,6	18,1	3,4	21,1	8,0
1987	-	26,8	2,4	24,4	5,0
1988 (1)	-	16,9	2,4	4,2	-

(1) Até 20/07/1988 .

Fonte: Elaborado a partir de dados de Aquisição do Governo Federal (AGF), todo o período, da Companhia de Financiamento da Produção (CFP); dados de produção de 1980 a 1985, da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); e dados de produção de 1986 a 1988 da CFP.

QUADRO 6.16.- Percentagem da Produção de Alguns Produtos Financiada Mediante Empréstimo do Governo Federal (EGF), Brasil, 1980-88

Ano	Algodão	Arroz	Feijão	Milho	Soja
1980	27,5	15,4	1,3	7,5	33,8
1981	27,0	16,7	5,6	17,7	37,7
1982	28,5	18,0	9,9	14,1	52,1
1983	35,5	26,0	4,7	11,9	45,6
1984	20,7	10,4	3,5	8,3	19,3
1985	13,0	20,5	5,0	7,4	16,6
1986	37,7	34,3	6,1	8,2	21,6
1987	45,5	30,1	5,5	6,9	25,4
1988	34,7	30,5	5,2	14,4	11,7

Fonte: Elaborado a partir de dados de Aquisição do Governo Federal (AGF) da Companhia de Financiamento da Produção (CFP), dados de produção de 1980 a 1985 da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e dados de produção de 1986 a 1988 da CFP.

QUADRO 6.17. - Preço Médio (¹) Recebido pelo Produtor no Estado de São Paulo e Preço Mínimo Médio, Safras 1986/87 e 1987/88

Produto	Unidade (kg)	Safrá 1986/87			Safrá 1987/88		
		Preço mínimo(¹)	Preço de mercado (²)	Relação (2)/(1)	Preço mínimo(³)	Preço de mercado (⁴)	Relação (4)/(3)
Algodão	15	99,15	112,00	1,13	585,00	685,00	1,17
Amendoim das águas	25	80,80	75,00	0,93	367,00	512,00	1,39
Milho	60	139,14	120,00	0,86	812,00	854,00	1,05
Arroz de sequeiro	60	213,96	173,00	0,81	1.381,00	1.597,00	1,16
Feijão das águas	60	320,60	440,00	1,37	1.429,00	1.695,00	1,19
Soja	60	168,80	222,00	1,32	1.170,00	2.341,00	2,00
Mandioca	1.000	641,00	949,00	0,86	3.929,00	10.048,00	2,56

(¹) Os preço médios foram ponderados pela porcentagem mensal de comercialização.

Fonte: Elaborado a partir de preços recebidos do Instituto de Economia Agrícola (IEA) e preços mínimos da Companhia de Financiamento da Produção (CFP).

PREÇOS DE INTERVENÇÃO

Desde a elaboração do Plano de Metas para a agricultura, em 1986, estava prevista a criação de um novo mecanismo para a política de preços agrícolas. O Plano prevê a existência de uma faixa ou espaço de variação de preços, cujo piso seria o preço mínimo ao produtor e o teto um valor máximo, cujo atingimento pelo mercado seria a condição necessária para acionar a venda dos estoques governamentais, o que impediria a continuidade da alta de preços.

A partir da safra 1987/88, começaram a funcionar os preços de intervenção, que com essa função de preço máximo, nos casos de arroz, feijão e milho (Portaria M.A. nº 36, de 22/02/88). Os critérios da fixação desse preço de intervenção levaram em conta a média dos preços desses produtos no mercado atacadista nos 60 meses que precederam sua definição, acresci da de uma margem de 12% nos casos do arroz e do milho e de 17% no caso do feijão.

A partir da aprovação da Resolução nº 155, do Conselho Nacional de Comércio Exte rior (CONCEX), em 4 de maio de 1988, que trata da liberação das exportações e importações de soja, algodão, arroz e milho, o preço de intervenção passou também a servir de preço mínimo de inter nação de arroz e milho importados, devendo, para tanto, serem ajustadas as alíquotas do imposto de importação, conforme o caso. Para soja e algodão, para os quais não há preço de in tervenção, foi estipulado um mecanismo semelhante para o produto importado, que torna o preço de inter nação "compatível com as tendências dos preços do mercado interno e do externo". O ob jetivo dessa medida é impedir que o produto importado, subsidiado na origem, ofereça concorrên cia desleal ao produto nacional que não conta com o mesmo privilégio.

Através desse mecanismo, que garante um espaço de flutuação dos preços agrícolas sem interferência do Governo através da venda de estoques ou liberação de importações, procurou-se atrair a iniciativa privada para participar mais ativamente da comercialização agrícola, libe rando o Governo de uma atuação tida como exagerada e onerosa, além de estimular a produção pela perspectiva de preços mais estáveis.

Pelas atuais regras de comercialização, a venda dos estoques do Governo só se ini cia quando os preços dos produtos no mercado atacadista superarem por quinze dias consecutivos o preço de intervenção; devem, além disso, observar o parâmetro determinado pelo preço de remi ção. Esse preço de remição dos estoques do Governo é, por definição, o preço necessário para cobrir todas as despesas corrigidas, de aquisição pelo preço mínimo, armazenagem, transporte, juros e outros custos envolvidos no manuseio de estoques pelo Governo. Em princípio, as vendas de estoques públicos abaixo do preço de remição envolvem, necessariamente, um subsíd io.

O preço de intervenção, por se referir ao mercado que negocia primordialmente produ tos da safra nova, tem limitações para refletir os custos envolvidos no carregamento de esto ques, ao longo de vários anos, pelo Governo. Em função disso, em meados de setembro de 1988, o Governo decidiu abrir uma exceção às regras de comercialização, para vender a preços inferio res aos preços de remição e, portanto, subsidiados, parte dos estoques de arroz, feijão e mi lho constituída por produtos de safras antigas, que não suportam maior tempo de armazenagem. Es pecialmente no caso do arroz antigo, o preço de remição calculado pela CFP seria maior que os preços de intervenção e de mercado, o que tornaria sua venda praticamente impossível.

Os preços de intervenção vigentes, definidos para a safra 1987/88, continuam váli dos até o final de novembro de 1988 para feijão, até 28 de fevereiro de 1989 para arroz e até 31 de março de 1989 para milho. Nessas datas entrarão em vigor os preços de intervenção da sa fra 1988/89, ainda não divulgados pelo Governo. Se esses preços forem determinados exatamente pelos mesmos critérios utilizados na safra passada (média dos 60 últimos preços médios mensais

verificados no mercado atacadista), os novos preços de intervenção serão ligeiramente inferiores aos atuais no caso de arroz (-6% no agulhinha e -4% no de sequeiro) e iguais nos de feijão e milho, quando comparados com os preços de intervenção do ano passado, trazidos para agosto deste ano através da variação do Índice de Preços ao Consumidor Ampliado (IPCA). Convertidos em Obrigações do Tesouro Nacional (OTNs), os preços de intervenção referentes à próxima safra superam os da safra passada, uma vez que a correção mensal da OTN foi inferior à variação do IPCA.

Assim, apesar dos preços mínimos terem tido aumentos no seu valor em OTN, da safra passada para a atual, a relação preço de intervenção/preço mínimo deve aumentar, ampliando o espaço de variação de preços permitido ao mercado, caso seja mantido o critério de fixação do preço de intervenção.

A sistemática de correção do preço de intervenção pela OTN fiscal foi introduzida em junho de 1988 (Portaria M.A. nº 123, de 10/06/88), alguns meses após sua criação, com os argumentos de que seria desejável reduzir dentro do mês a diferença entre a variação do preço de intervenção e a correção (diária) da taxa de câmbio e para adequar os procedimentos estabelecidos na Portaria que instituiu os preços de intervenção à conjuntura inflacionária e aos custos de remição dos Empréstimos do Governo Federal (EGF).

Com essa sistemática, os preços mínimos ao produtor são corrigidos pela OTN mensal, os preços do atacado e portanto do varejo pela OTN fiscal, enquanto que os salários são corrigidos pela Unidade de Referência de Preços (URP). Essa diversidade gera uma distorção no mercado, que afeta diretamente o poder de compra dos consumidores.

(IEA, 17/10/88)

As informações disponíveis referentes ao desempenho do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (PROAGRO) revelam as dificuldades de natureza climática por que tem passado a produção agrícola, em relação às aplicações de crédito rural.

Nesse sentido, os dados sobre o número de processos deferidos, por cultura, permitem uma avaliação geral, a nível nacional. Verifica-se que, no período 1983-87, ocorreram grandes variações, a partir de um péssimo ano agrícola, em termos climáticos, como 1983, com 456 mil processos deferidos; e terminando por um não menos desfavorável ano agrícola, em termos de mercado, como 1987, com 597 mil processos deferidos (quadro 6.18).

Em 1983, as perdas foram generalizadas, atingindo quase que igualmente algodão, arroz e trigo e, com maior rigor, feijão e milho. Em 1987, as perdas concentram-se em três culturas (trigo, feijão e milho), embora, paradoxalmente, as colheitas de trigo tenham alcançado recordes nacionais.

Esse cenário fica um tanto alterado quando se analisam os valores corrente e real das indenizações pagas em operações de custeio agrícola, as quais perfazem cerca de 99% das operações totais. Verifica-se que o valor real total das indenizações em 1986 foi o maior da série (com média real de Cz\$70 mil por indenização), atingindo quase o dobro de 1987 (média de Cz\$17 mil por indenização). Essa discrepância deveu-se principalmente às grandes indenizações pagas, em 1986, para os produtores de arroz, trigo, milho e feijão, quando os primeiros plantios da safra de verão 1985/86 foram bastante prejudicados pelo atraso das chuvas na Região Centro-Sul (quadro 6.19).

Nada disto, entretanto, altera o fato de que nos dois últimos anos da série houve grande aumento das despesas do PROAGRO. Em 1986 e 1987, as indenizações cobriram, respectivamente, 6,5% e 5,0% do valor do crédito de custeio concedido às lavouras no Brasil; ou seja, assumindo-se uma distribuição homogênea do crédito, de cada dez mutuários, um teve seu financiamento inteiramente coberto pelo PROAGRO em um desses dois anos. Este fato, provavelmente, explica a recente medida da elevação do adicional referente ao PROAGRO, cobrado nas operações de crédito rural.

Outro ponto é a posição relativa das culturas durante todo o período. O trigo acusa o maior número e valor de sinistros, com 21,8% e 23,5%, respectivamente, do total; seguem-se a soja (16,6% do valor e 4,4% do número) e o arroz (12,5% e 6,1%). É, no entanto, significativa a importância de culturas que normalmente utilizam pouco crédito, como o feijão (10,9% e 17,4%), as culturas consorciadas (7,3% e 17,9%) e "outros custeios" (15,0% e 13,1%). Portanto, se englobados, feijão e culturas consorciadas assumiriam a liderança em termos de pedidos de indenização, com 35,3% do total, e o segundo lugar em valor, com 18,2% do total.

Uma visão do desempenho do PROAGRO, para as regiões fisiográficas brasileiras, pode ser obtida embora sem incluir 1987. Quanto aos números de

processos deferidos, a Região Nordeste esteve à frente entre 1983 e 1985, mas a Região Sul liderou o período 1984-86 quanto ao valor das indenizações pagas. Em média, durante todo o período, a Região Sul obteve 54,1% do valor das indenizações (quadros 6.20 e 6.21).

Considerando somente a Região Centro-Sul, os Estados do Paraná e Rio Grande do Sul lideram todo o período, tanto no número de processos, como no valor das indenizações. O Estado de São Paulo fica em terceiro lugar quanto ao valor das indenizações, com 10,4% do total, e em quarto quanto ao número de processos, com 9,6% do total.

Com as modificações recentemente introduzidas em sua regulamentação, adiante discriminadas, o PROAGRO tende a transformar-se, no futuro, em um seguro generalizado e não somente vinculado às operações de crédito rural. Porém, na medida em que isto pode ocorrer, juntamente com a eventual privatização do sistema, os custos e o valor deste seguro, bem como a seleção dos segurados, seriam definidos em conjunto com as medidas seguradoras, reduzindo-se a participação do poder público na assunção do risco.

(IEA,17/10/88)

QUADRO 6.18 .- PROAGRO: Número de Processos Deferidos em Operações de Custeio Agrícola e Valor das Indenizações Pagas, por Cultura, Brasil, 1983-87

Cultura	1983		1984		1985		1986		1987		Total (Nº)
	Nº	Cz\$1.000	Nº	Cz\$1.000	Nº	Cz\$1.000	Nº	Cz\$1.000	Nº	Cz\$1.000	
Algodão	35.456	6.432	4.960	2.569	4.808	14.063	33.988	221.065	24.786	584.446	103.998
Arroz	27.178	10.169	15.278	31.039	5.240	77.404	14.172	843.024	35.085	984.871	96.953
Cafê	294	283	428	642	181	1.156	3.209	43.522	39	2.474	4.151
Feijão	56.942	13.329	20.568	16.023	18.393	61.243	52.054	516.156	129.882	1.510.724	277.839
Milho	26.918	3.995	16.886	10.645	7.715	41.924	55.611	887.894	90.911	778.320	198.041
Soja	6.513	2.731	2.746	9.843	2.459	37.557	50.778	2.084.803	7.385	378.934	69.881
Trigo	30.481	21.893	19.220	107.727	9.352	156.685	28.559	1.131.691	260.299	2.705.171	347.911
Feijão/Milho	79.846	12.952	22.409	7.004	6.615	6.014	7.086	28.637	0	0	115.956
Ots. consórcios	125.254	21.321	32.609	9.395	5.461	5.291	5.746	18.239	0	0	169.070
Ots. custeios	67.483	13.060	33.657	21.729	23.983	89.148	35.787	417.317	48.316	3.448.824	209.226
Total	456.365	106.165	168.761	216.616	84.207	490.485	236.990	6.192.348	596.703	10.393.764	1.593.026

Fonte: Banco Central do Brasil.

QUADRO 6.19 .- PROAGRO: Valor Real (¹) das Indenizações Pagas em Operações de Custeio Agrícola, por Cultura, Brasil, 1983-87

(em Cz\$ 1.000)

Cultura	1983	1984	1985	1986	1987	Total
Algodão	528.079	65.838	110.663	718.047	584.446	2.007.073
Arroz	834.893	795.464	609.097	2.738.245	984.871	5.962.572
Cafê	23.235	16.453	9.097	141.365	2.474	192.624
Feijão	1.094.335	410.636	481.925	1.676.539	1.510.724	5.174.159
Milho	327.997	272.809	329.902	2.883.990	778.320	4.593.018
Soja	224.220	252.255	295.538	6.771.699	378.934	7.922.646
Trigo	1.797.455	2.760.815	1.232.963	2.675.873	2.705.171	11.172.277
Feijão/milho	1.063.383	179.498	47.325	93.017	-	1.383.223
Ots. consórcio	1.750.493	240.774	41.635	59.243	-	2.092.145
Ots. custeio	1.072.250	556.868	701.511	1.355.497	3.448.824	7.134.950
Total	8.716.340	5.551.410	3.859.656	19.113.517	10.393.764	47.634.687

(¹) Foi utilizado como deflator o Índice Geral de Preços-Disponibilidade Interna, da Fundação Getúlio Vargas, base 1987.

Fonte: Elaborado a partir de dados básicos do Banco Central do Brasil.

QUADRO 6.20 .- PROAGRO: Número de Processos Deferidos em Operações de Custeio Agrícola e Valor das Indenizações Pagas, Brasil, Regiões e Estados da Região Centro-Sul, 1983-86

Região/Estado	1983		1984		1985		1986		Total (Nº)
	Nº	Cz\$1.000	Nº	Cz\$1.000	Nº	Cz\$1.000	Nº	Cz\$1.000	
Sul	77.128	35.816	30.960	109.241	24.224	221.551	191.199	4.074.161	323.511
Rio Grande do Sul	35.045	16.090	11.446	37.753	7.891	96.120	63.710	1.349.135	118.092
Santa Catarina	10.390	2.765	1.976	2.908	4.224	18.892	26.522	237.481	43.112
Paraná	31.693	15.961	17.538	68.580	12.109	106.538	100.967	2.487.545	162.307
Sudeste	29.369	12.204	22.086	39.942	11.421	112.941	22.483	589.096	85.359
São Paulo	10.983	7.798	8.528	26.398	6.089	72.792	16.828	442.983	42.428
Minas Gerais	16.134	3.634	12.843	12.395	4.539	33.145	5.258	136.206	38.774
Rio de Janeiro	262	113	142	482	170	4.659	171	7.782	745
Espírito Santo	1.990	659	573	666	623	2.345	226	2.125	3.412
Centro-Oeste	4.716	4.905	7.240	36.953	4.419	110.653	17.104	1.339.416	33.479
Goiás	2.686	3.091	3.868	15.552	2.228	42.755	6.033	332.283	14.815
Mato Grosso do Sul	1.449	1.119	2.853	18.708	1.891	62.169	10.062	925.709	16.255
Mato Grosso	414	515	382	1.954	266	4.810	777	59.290	1.839
Distrito Federal	167	180	137	739	34	919	232	22.124	570
Centro-Sul	111.213	52.924	60.286	186.136	40.064	445.145	230.786	6.002.673	442.349
Nordeste	342.546	52.834	108.165	29.909	43.576	44.764	35.859	187.531	530.146
Norte	5.377	745	1.347	766	614	726	351	2.198	7.689
Brasil	459.668⁽¹⁾	106.731⁽¹⁾	169.798	216.811	84.254	490.575	266.996	6.192.402	980.716

(¹) Acrescentados 532 processos e Cz\$228 mil de operações não especificadas.

Fonte: Banco Central do Brasil.

QUADRO 6.21 .- PROAGRO: Valor Real ⁽¹⁾ das Indenizações Pagas, em Operações de Custeio Agrícola, por Região e para o Estado de São Paulo, Brasil, 1983-86
(em Cz\$ 1.000)

Região	1983	1984	1985	1986	Total
Sul	2.940.558	2.799.616	1.743.398	13.233.381	20.716.953
Sudeste	1.001.970	1.023.629	888.739	1.913.457	4.827.795
São Paulo	640.230	676.525	572.805	1.438.864	3.328.424
Centro-Oeste	402.709	947.027	870.735	4.350.590	6.571.061
Nordeste	4.337.767	766.504	352.251	609.124	6.065.646
Norte	61.166	19.630	5.713	7.139	93.648
Brasil	8.744.170	5.556.406	3.860.836	20.113.691	38.275.103

⁽¹⁾ Foi utilizado como deflator o Índice Geral de Preços-Disponibilidade Interna, da Fundação Getúlio Vargas, base 1987.

Fonte: Elaborado a partir de dados básicos do Banco Central do Brasil.

TRIBUTOS NA AGRICULTURA

Imposto de Circulação de Mercadorias (ICM)

A Coordenação da Administração Tributária, da Secretaria da Fazenda do Estado de São Paulo, pela Portaria CAT nº 43, de 27/11/87, dispõe que o imposto relativo às sucessivas saídas de cana utilizada na fabricação de açúcar e de álcool destinadas ao exterior, bem como de álcool carburante destinado ao mercado interno, com lançamento diferido, será determinado com base nos valores para esse fim, provisionados na estrutura de preços oficiais, fixada em ato do Instituto do Açúcar e do Alcool (IAA), cujos preços serão aqueles em vigor na data da emissão da Nota Fiscal de Venda.

Segundo o Convênio ICM 73/87, de 08/11/87, ficam isentas as saídas de açúcar e dos demais produtos derivados da cana-de-açúcar promovidas pelo IAA, para fins de industrialização, assim como o respectivo retorno, desde que o produto resultante seja posteriormente exportado.

O lançamento do ICM incidente nas sucessivas saídas de milho, qualquer que seja sua origem, de sorgo, de farinhas de peixe, ostra, carne, osso, sangue, vísceras e penas e de farelos e tortas de algodão, germe de milho, soja e trigo, este de produção paulista, fica diferido para o momento em que ocorrer: a) a sua saída com destino à outra Unidade da Federação, ao exterior e a estabelecimento varejista; b) a saída dos produtos resultantes de sua industrialização; e c) a saída dos produtos da avicultura e da suinocultura do estabelecimento onde os mesmos foram consumidos, salvo se houver regra específica de diferimento do lançamento do imposto para essa operação, com vigência até 31/12/88. Igualmente, até esta data, ficam os Estados e o Distrito Federal autorizados a manter o crédito de até 100% do valor do ICM destacado na nota fiscal, relativa à operação de entrada do milho proveniente de outras Unidades da Federação, destinado à fabricação de ração ou alimentação animal, para emprego na avicultura e suinocultura, em seus respectivos territórios⁽⁸⁾.

Os Estados e o Distrito Federal, conforme o Convênio ICM 25/88, de 12/07/88, receberam autorização, até 31/12/88, para conceder isenção do ICM, nas operações de importação do exterior, de milho, sob a condição de que o produto seja destinado à fabricação ou alimentação animal, para emprego na avicultura e/ou suinocultura.

Foi prorrogado até 31/12/88 para os estabelecimentos destinatários, segundo o Convênio ICM 58/87, de 08/12/87, o valor equivalente a 30% do imposto incidente nas saídas de maçãs e peras do estabelecimento em que tiverem sido produzidas, excetuadas as remessas com destino a estabelecimento industrial, para utilização como matéria-prima, incluído naquele percentual o valor de eventuais créditos decorrentes da entrada de insumos; igualmente prorrogado para o mesmo período, com referência aos estabelecimentos produtores, nas hipóteses em que a eles incumba a obrigação de pagar o imposto, o mesmo valor equivalente a 30% do tributo incidente nas saídas de maçãs e peras que promoverem, com as exceções acima enumeradas.

É obrigatório o estorno de crédito fiscal, nas saídas para o exterior, dos sucos de laranja, de tangerina, de abacaxi e de maracujá, na proporção⁽⁸⁾ Convênio ICM nº 9/88, de 29/03/88.

ção de 8,5%, equivalente à matéria-prima oriunda do território paulista e 6% proveniente de outro Estado, conforme estabelece o Convênio ICM 27/83, com a nova redação dada pelo Convênio 53/87, de 08/12/87, ressaltando que as exigências do estorno relacionado com os sucos de tangerina e abacaxi vigem a partir de 19/01/88.

Foram outorgados, conforme Convênio ICM 9/88, de 29/03/88, até 31/12/88, os benefícios fiscais a seguir enumerados: a) o estabelecimento abatedor poderá lançar como crédito a importância equivalente a 35% do valor do imposto devido nas saídas que promover dos produtos comestíveis que resultarem da respectiva matança de coelho; b) os estabelecimentos poderão lançar como crédito, uma única vez, a importância equivalente a: 60% do valor do imposto debitado na respectiva operação de saída realizada com aves vivas, destinadas à outra Unidade da Federação, e a consumidor, em operações internas; 60% do valor do imposto diferido, por ocasião da saída, interna ou interestadual, de preparações e conservas de carnes de aves ou de produtos comestíveis resultantes de sua matança, promovida pelo estabelecimento do respectivo fabricante que houver adquirido, para esse fim, aves vivas; por ocasião do fornecimento, como refeições, dos produtos comestíveis provenientes da matança de aves, em restaurantes e estabelecimentos similares que houverem adquirido, para esse fim, aves vivas; 40% do valor do imposto debitado, na saída interna ou interestadual, de aves abatidas e demais produtos comestíveis, sempre resultantes de sua matança, em estado natural, congelados, resfriados ou simplesmente temperados, promovida pelo estabelecimento abatedor.

O crédito presumido, para os casos acima, absorve todos os eventuais créditos fiscais relativos aos insumos, facultado ao contribuinte optar pelo aproveitamento do imposto destacado no documento fiscal referente à entrada da mercadoria no estabelecimento.

Ficam isentas do ICM ⁽⁹⁾ as saídas dos produtos relacionados abaixo, quando ocorrerem até 31/12/88, e destinados aos Estados das Regiões Norte e Nordeste e aos Territórios do Amapá, Fernando de Noronha e Roraima, para utilização na alimentação animal ou no fabrico de ração animal: a) farinhas de peixe, de ostra, de carne, de osso, e de sangue; b) farelos e tortas de algodão, de amendoim, de babaçu, de linhaça, de mamona, de milho, de soja, de trigo e farelo estabilizado de arroz, assim entendido o produto obtido do farelo de arroz integral por meio de solvente; e c) concentrados e suplementos para animais.

Isentas, também, do ICM, as saídas de concentrados e suplementos, fabricados por indústria de concentrado ou suplemento, devidamente registrada no Ministério da Agricultura (Convênio ICM 3/88), desde que estejam os produtos registrados no órgão competente do mesmo Ministério.

As saídas de pescado, em estado natural, resfriado, congelado, salgado, seco, eviscerado, filetado, postejado ou defumado para conservação, desde que não enlatado ou cozido, fica concedida, relativamente ao ICM, até 31/12/88, conforme dispõe o Convênio 8/88, de 29/03/88: a) isenção nas operações inter-
(9) Decreto nº 28.200, de 02/02/88.

nas, exceto nas que destinem o produto à industrialização; b) redução de 40% na base de cálculo nas operações interestaduais. Estes benefícios não se aplicam a crustáceo, molusco, adoque, bacalhau, merluza e salmão.

Os Estados de Mato Grosso do Sul e de São Paulo assinaram o Protocolo ICM 3/88, de 22/03/88, a vigorar por prazo indeterminado, dispondo sobre a substituição tributária, em operações entre ambos, com gado em pé, visando o respectivo pagamento do ICM e motivado pelo reajuste do valor operacional, após a remessa da mercadoria, elegendo, conseqüentemente, os adquirentes frigoríficos paulistas, como responsáveis tributários pelo imposto e incidente sobre as diferenças.

Imposto do Sobre a Propriedade Territorial Rural (ITR)

Abrangendo os exercícios de 1981 a 1986, foram cancelados, com fundamento no Decreto-lei nº2.377, assinado pelo Sr. Presidente da República em 30/11/87, os débitos concernentes a imóveis rurais com área total igual ou inferior a 3 (três) módulos fiscais, relativamente: a) ao Imposto sobre a Propriedade Territorial Rural, inclusive multa, juros e acréscimos legais; b) à contribuição dos que exercem atividades rurais, incluindo multa, juros e acréscimos legais; c) à Taxa de Serviços Cadastrais; e da Contribuição Sindical Rural.

Com referência aos imóveis localizados nos municípios em situação de emergência, reconhecida pelo Ministro do Interior, face à prolongada estiagem, o cancelamento determinado estende-se ao exercício de 1987.

Os autos de execução fiscal, relativos aos débitos correspondentes a imóveis rurais até 3 (três) módulos fiscais, serão arquivados por despacho do Juiz de Direito, mediante comunicação do Instituto Jurídico das Terras Rurais (INTER), sem ônus de sucumbência, salientando que as quantias já pagas não serão restituídas e as dívidas não serão compensadas.

Para todas as Unidades da Federação foi fixado em 4,659 o coeficiente de atualização para o exercício de 1988⁽¹⁰⁾, relativamente à correção do Valor da Terra Nua (VTN), declarado pelo contribuinte e não impugnado pelo Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário (MIRAD). Foi estabelecido, também, para cada município brasileiro, o valor mínimo por hectare da terra nua, a vigorar para 1988. No Estado de São Paulo, o valor mínimo oscilou entre Cz\$4.687,57 e Cz\$91.417,49.

⁽¹⁰⁾ MIRAD/Portaria nº666, de 12/05/88.

Imposto de Renda (IR)

O Ministério da Fazenda, em 14/09/88, encaminhou ao senhor presidente da República, três projetos de lei, visando à simplificação do Imposto de Renda para as pessoas físicas; criando outro regime tributário da renda agrícola, tanto das pessoas como das empresas; e, finalmente, o terceiro, objetivando a taxaço para todas as operaçoes à vista em bolsas de valores com 0,5% de Imposto sobre Operaçoes Financeiras (IOF).

Se aprovados pelo Congresso Nacional até o final deste ano, já a partir do primeiro dia de 1989, terá início a vigência dos mesmos.

O presente enfoque atem-se à tributação da atividade agrícola.

Esta atividade, segundo o projeto, compreende a agricultura; a pecuária, a extração vegetal e animal; a exploração da apicultura, avicultura, cunicultura, suinocultura, sericultura, piscicultura e outras, de pequenos animais; e a transformação de produtos agrícolas ou pecuários, sem que sejam alteradas a composição e as características do produto in natura e não configure procedimento industrial, feita pelo próprio agricultor ou criador, dentro da propriedade rural, com equipamentos e utensílios usualmente empregados nas atividades rurais, utilizando exclusivamente matéria-prima produzida na área rural explorada.

Pela legislação em vigor, a empresa agrícola, cujo faturamento anual ultrapasse a 100 mil OTNs, é onerada com a alíquota de 6% sobre o lucro líquido e gozando, ainda, de várias reduções e incentivos.

Porém, com a redação do novo projeto, a alíquota será elevada para 25% e os benefícios fiscais deixarão de existir.

Outra novidade será a criação de um fundo, a ser formado por depósitos voluntários dos agricultores, conforme dispõe o art. 7º projeto, sendo que o saldo médio dos respectivos depósitos poderá ser abatido na renda a ser gravada com o imposto.

Percebe-se que a intenção e o objetivo governamental, com o advento desse incentivo, se direcionam para a criação de um sistema auto-suficiente para a consecução de financiamento das atividades agropecuárias.

O valor da dedução, mencionado acima, com a finalidade de reduzir a base de cálculo, será adicionado à base da apuração imediatamente subsequente, com a correção monetária variável da OTN no período ajustado entre os dois momentos de apuração.

Outra inovação, se aprovado o projeto, é que os bens do ativo imobilizado, excetuando-se a terra nua, adquiridos no período de 1989 a 1993, desde que sua destinação seja a da produção, poderão gozar de depreciação integral, no ano correspondente à da respectiva aquisição.

À primeira vista, as alterações propostas elevam, consideravelmente, a tributação sobre a renda agrícola, porém, os depósitos no fundo de financiamento poderão atenuar seu impacto.

Como se trata de uma proposta das autoridades fazendárias, que após a anuência do Sr. Presidente da República será encaminhada ao Congresso Nacional, alterações no bojo do respectivo projeto poderão surgir. (IEA, 17/10/88)

PLANO DE SAFRA 1988/89

Crédito Rural

As diretrizes básicas para a safra das águas 1988/89 na Região Centro-Sul, como também o "pacote" financeiro para a agricultura, foram anunciadas no início de agosto último.

Para a safra 1988/89, passam a valer novas regras relativas ao crédito rural, com relação aos bancos comerciais (Resolução nº 1.505, de 05/08/88, Banco Central do Brasil), quais sejam:

- foi substituída a obrigatoriedade de aplicação, pelos bancos, de um percentual definido das exigibilidades, com pequenos produtores, por um multiplicador diferenciado para as aplicações feitas com pequenos (1,2) e grandes produtores (0,9) para fins de cálculo do cumprimento da exigibilidade;
- para assegurar mais recursos ao setor agrícola, o Banco Central estabeleceu um piso para as aplicações em crédito rural, de agosto de 1988 a julho de 1989, igual ao valor da exigibilidade apurada em 31/12/1987 mais o saldo nessa data, das aplicações com recursos próprios livres, que será reajustado pela variação das Obrigações do Tesouro Nacional (OTNs). Este piso ficou, porém, limitado a 90% da média dos depósitos líquidos à vista usados como base de cálculo para apuração da exigibilidade. A diferença entre o volume de recursos relativo ao piso e o volume correspondente ao limite de 90% deverá ser aplicado a taxas livres.

Os recursos destinados ao custeio da safra 1988/89 somam Cz\$1,367 trilhão (560 milhões de OTNs a juros de 7% e 9% ao ano, e 130 milhões de OTNs a taxas livres), apesar da necessidade de verbas para a cobertura total dos custos com o plantio ter sido estimada pela Companhia de Financiamento de Produção (CFP) em 916 milhões de OTNs, em valores de agosto. Devido à necessidade de contenção dos gastos públicos, esse valor foi considerado muito elevado e a alternativa foi diminuir os limites de adiantamento para soja, algodão, amendoim e arroz de sequeiro como forma de garantir maiores recursos para o milho, sorgo, feijão e mandioca.

A redução dos limites de financiamento para os produtos citados baseia-se na possibilidade de auto-financiamento no caso da soja, devido aos bons preços alcançados na comercialização da safra 1987/88, e no caso do arroz de sequeiro, em face do alto estoque em mãos do Governo. Além disso, existe a preocupação, principalmente no caso da soja, de grande expansão de área em detrimento da área a ser plantada com produtos direta ou indiretamente voltados para a alimentação, como o milho, fundamental para a produção de aves e suínos.

As regras de crédito de custeio para a nova safra são as seguintes:

- os Valores Básicos de Custeio (VBCs) mantiveram-se constantes em termos de OTNs ou sofreram elevação, em relação aos da safra 1987/88, em função do aumento dos preços reais de insumos e serviços (quadro 6.22);
- Os VBCs continuam a ser reajustados mensal e automaticamente pela variação das OTNs a partir de 19 de setembro. As correções atingem todas as parcelas dos financiamentos que serão reajustadas até o momento do saque;
- os VBCs para arroz, milho e soja da Região Centro-Oeste e perímetro da Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM) serão mais elevados do que nas regiões tradicionais, em função dos maiores custos de transporte para colocação de insumos nessas regiões;
- o calendário e os percentuais de liberação não foram alterados, mantendo-se a liberação do VBC em três parcelas: plantio, tratos culturais e colheita, exceto para mandioca. Os prazos referem-se às áreas onde os plantios são realizados mais cedo, de acordo com o calendário agrícola, sendo a liberação nas demais áreas, realizada nas épocas próprias (quadro 6.22);
- foram alterados os limites de financiamento de crédito para diversos produtos, de acordo com as especificidades e a situação de mercado de cada um deles, de forma a adequar a política agrícola com a disponibilidade de crédito rural. Com essas alterações, o Governo pretende dar continuidade à política de estímulo ao milho já adotada na safra anterior, via preço, como também incentivar a produção de feijão e sorgo que, como o milho, receberam 100% do valor do financiamento para todas as categorias de produtores (quadro 6.23);
- no caso de novos projetos de irrigação para a produção de arroz e feijão, o limite de financiamento será de 100%, válido até 1990, inclusive de acordo com o programa agrícola do Plano de Metas;
- foram criadas duas novas faixas de financiamento para o milho - de 6.001 a 7.000 kg/ha e acima de 7.000 kg/ha - para dar apoio creditício ao crescente número de produtores que atingem essa produtividade;
- para a produção de semente, o VBC tem o mesmo calendário e seu valor é igual ao do grão a crescido de percentual de 7% para amendoim, 9% para arroz de sequeiro e irrigado, 15% para feijão, inclusive irrigado, 17% para soja, 21% para milho variedade e 37% para milho híbrido. Os produtores de sementes certificadas e/ou fiscalizadas de arroz e milho terão 100% do limite de adiantamento, independentemente de serem pequenos, médios ou grandes (quadro 6.23);
- para o enquadramento de produtores nas faixas de VBC será seguido o seguinte critério: a) no caso de lavouras tecnicamente assistidas e para o cultivo da mesma espécie, será adotada a maior produtividade efetivamente alcançada em uma das três últimas safras normais assistidas; no caso de cultivo inicial, será admitida a produtividade prevista no projeto, que deverá ser justificada caso haja discrepância com a produtividade média regional; b) para as lavouras não tecnicamente assistidas, no caso de cultivo da mesma espécie, será adotada a maior produtividade obtida em uma das três últimas safras; no caso de cultivo inicial, admitir-se-á como máxima a produtividade média regional;
- no caso de lavouras consorciadas, ficam mantidas as instruções normativas vigentes;
- os produtores de soja da Região Sul, afetados pela estiagem na safra 1987/88 (voto do Conselho Monetário Nacional -CMN- 115/88, de 28/04/88), terão os limites de financiamento propostos para a safra 1988/89, acrescidos de 20%;
- para fins de aplicação dos VBCs, os municípios do Estado da Bahia relacionados no Manual de Crédito Rural (MCR) - documento 2.1 (Circular nº 1.290, de 08/02/88, Banco Central do Brasil), caracterizados como zona 1, passam a fazer parte da área de abrangência denominada como Região Centro-Sul.

As novas medidas foram bem recebidas pelo setor financeiro, mas podem vir a tornar mais difícil o acesso dos pequenos produtores ao crédito rural, caso o diferencial estabeleci

do não cubra os custos acarretados aos bancos pela pulverização dos empréstimos. Ainda assim, esse problema poderá ser atenuado pela continuidade da grande participação do Banco do Brasil no financiamento da agricultura, uma vez que esse Banco tem atendido prioritariamente ao peque no produtor. Por outro lado, essas medidas tendem a ampliar os recursos ao setor agrícola, em bora possa haver discriminação contra os produtores favorecidos pela anistia.

Ainda com relação ao crédito, a proposta do Governo para a safra 1989/90, considerando as metas da política econômica do País, em termos de redução do déficit público, é que sejam implementados estudos no sentido de priorizar o direcionamento dos recursos oficiais federais para o financiamento dos produtores de menor porte, das culturas de mercado menos dinâmico, das regiões mais carentes e das atividades de investimento e comercialização; para o atendimen to dos demais casos, o Governo propõe o aperfeiçoamento e ampliação das fontes alternativas de recursos, principalmente através do cooperativismo de crédito e da Cardeneta de Poupança Ru ral.

Preços Mínimos

Os preços mínimos definidos para a safra de verão 1988/89, na Região Centro-Sul, man têm os valores vigentes na safra passada, em termos de Obrigações do Tesouro Nacional (OTNs), para algodão, arroz de sequeiro, mamona, soja e sorgo; em valor real, medido pelo Índice Geral de Preços (IGP), apresentam uma queda média de 13% (quadro 6.24). Ainda em termos de OTN, os preços mínimos definidos para amendoim das águas e arroz irrigado aumentaram em 10%, os do fei jão das águas e milho em 15% e o da mandioca em 43%.

Comparando-se os preços mínimos básicos definidos em cruzado de agosto de 1988, com o custo operacional total calculado pelo Instituto de Economia Agrícola (IEA) a preços da mesma época, verifica-se que com exceção de arroz de sequeiro e soja, que deixam a descoberto 10% e 2%, respectivamente, do custo operacional total, para todos os demais produtos as margens de remuneração são positivas: da ordem de 100% para mandioca, de 50% para milho, de 30% para fei jão das águas e algodão e de 20% para arroz irrigado, amendoim das águas e mamona.

Os preços-base são, em geral, inferiores aos preços recebidos pelos produtores em agosto de 1988, exceção feita ao de algodão, que supera o preço de mercado em quase 10%, e aos de feijão e mamona, que se igualam com o preço de mercado. Portanto, apenas no caso do algodão, o preço-base tem um papel de indutor da produção mais importante que o mercado.

Pelas margens de remuneração calculadas, nota-se coerência dos preços definidos com a intenção do Governo de dar estímulo à expansão da produção de alimentos básicos, como mandio ca, feijão e milho, um certo desestímulo à produção de arroz de sequeiro, que vem sendo produ zido em quantidade superior à necessária e em locais muito distantes dos centros de consumo, e estímulo menor à produção de arroz irrigado e mamona. No caso da soja, embora haja a preocupa ção em não expandir essa cultura em áreas tradicionalmente destinadas ao cultivo de outros pro dutos, a política de preços mínimos não foi usada para frear a expansão, tendo sido estabelecido um valor não desestimulante, pois cobre os custos.

Para essa safra, não será usado o mecanismo de deságios ou de ágios, introduzido na safra passada. Provavelmente, confia-se que as regras de comercialização de estoques govern mentais e de produtos importados são suficientes para garantir a retenção de parte da produção pelos próprios produtores e a participação da iniciativa privada na comercialização da safra.

O fato da política introduzida na safra passada - principalmente no que diz respeito

ao atrelamento dos preços agrícolas à OTN - ter sido mantida; dos preços de mercado terem evoluído acima da correção monetária em função da política governamental de administração dos estoques que deu segurança aos agricultores e permitiu-lhes certa capitalização; as boas perspectivas de preços de alguns produtos no mercado externo e a liberalização do comércio internacional com salvaguarda do mercado interno e, inclusive, a possibilidade de exportações subsidiadas de excedentes, fazem crer que o setor responderá bem às atuais definições de política, no que tange aos preços de garantia.

O que poderia tornar o quadro mais favorável seria uma mudança na política salarial que induzisse aumento no consumo interno poupando ao Tesouro o custo de retenção de estoques, superiores ao estratégico, e de subsídios a exportações de produtos gravosos. Do ponto de vista dos produtores, porém, o efeito da queda de consumo interno sobre os preços está sendo neutralizada por medidas como as acima mencionadas.

Seguro Rural

Desde sua criação, o Programa de Garantia de Atividade Agropecuária (PROAGRO) vinha caminhando para um impasse, que se precipitou a partir de 1986, com a definição dos contornos da crise econômica nacional. Custeado por um sistema de taxas sem qualquer base atuarial, o PROAGRO não reunia condições de auto-sustentação, acumulando saldos negativos, ano após ano. Sua reformulação para bases mais realistas era somente questão de tempo e tomou corpo com o ataque mais decidido ao déficit público, encetado pelo Governo Federal no corrente ano. Assim em agosto último, o Conselho Monetário Nacional aprovou o Voto nº219/88, introduzindo alterações no regulamento do PROAGRO, que fazem vigorar, já na safra 1988/89, novo sistema de taxas, mais elevadas que as anteriores.

São as seguintes as principais mudanças do PROAGRO que irão prevalecer na próxima safra:

a) Fixação das alíquotas do adicional (como é denominada a taxa), nos seguintes níveis:

- para pequenos produtores e para empreendimentos vinculados à prestação de assistência técnica:

Crédito de custeio pecuário ou crédito de investimento	3%
Crédito de custeio para culturas irrigadas, cana-de-açúcar ou culturas permanentes	3%
Crédito de custeio para milho, soja ou sorgo	5%
Crédito de custeio para outras culturas de sequeiro, exceto trigo.....	6%
Crédito de custeio para trigo	9%

- para empreendimentos não vinculados à prestação de assistência técnica - acréscimo de 1% sobre as alíquotas acima.

b) Aplicação do PROAGRO às operações de crédito, com o mesmo beneficiário, até o valor de 65.000 Obrigações do Tesouro Nacional (OTNs) (Cz\$155,48 milhões em setembro); anteriormente, o limite era de 15.000 Maior Valor de Referência (MVR) (Cz\$96,60 milhões). Com este aumento de limite é possível segurar áreas maiores.

c) Em caso de perdas das lavouras, a base de cálculo para cobertura pelo PROAGRO é o saldo devedor do crédito tomado, acrescido das amortizações já efetuadas e dos recursos próprios efetivamente aplicados, com correção monetária. Dessa base de cálculo serão deduzidas as despesas ligadas às perícias, bem como parcelas indevidamente computadas. O valor final assim ca!

culado é o limite de cobertura.

d) O limite de cobertura é pago ao mutuário, deduzido do valor das receitas ainda produzidas pela exploração. No caso do mutuário já ter recebido cobertura do PROAGRO nas três últimas safras, a base de cálculo será descontada em 20% para cada indenização que lhe tenha sido paga nesse período;

e) Algumas modificações burocráticas também foram introduzidas, a saber:

- ampliação para 15 dias úteis, do prazo para análise e julgamento do pedido de cobertura;
- caso indeferido o pedido de cobertura ou se o mutuário se julgar prejudicado pela decisão do agente do PROAGRO, cabe-lhe o direito de recorrer à Comissão Especial de Recursos (ficou extinta a segunda instância);
- o mutuário fica isento da cobrança de juros durante o período em que o agente exceder os prazos estabelecidos para processamento do pedido de cobertura ou encaminhamento de recursos;
- passaram a ser expressos em OTN os parâmetros antes expressos em MVR.

Apesar de todas essas mudanças, o PROAGRO continuou vinculado ao crédito rural, ou seja, só poderá utilizá-lo quem houver tomado crédito rural, por pouco que seja, para a cultura que deseja ver amparada. O seguro rural, acessível a qualquer produtor - mesmo aquele que só emprega recursos próprios - ainda não é disponível.

No entanto, as modificações atuais, viabilizando financeiramente a operação, são um primeiro passo para se chegar a um seguro rural sem restrições - antiga reivindicação dos produtores.

Perspectivas

O ajuste dos limites de financiamento de custeio ao menor volume global de recursos disponíveis; a elevação ou manutenção dos preços-base em relação aos da safra anterior; a continuidade de política de preços de intervenção e a elevação de custos em decorrência das mudanças no seguro agrícola são pontos a considerar na avaliação das perspectivas para a safra 1988/89.

Estas normas foram definidas em função de uma situação conjuntural de mercado que tende a favorecer fortemente a produção de soja. Em consequência, o Governo considerou oportuno no racionar os recursos do crédito rural para esse e outros produtos que, a seu ver, dispunham de estímulos de mercado e oferecer incentivos ao melhor abastecimento do mercado interno, nos casos do milho, feijão e arroz irrigado; o arroz de sequeiro foi excluído desses estímulos, de decorrência de elevada disponibilidade de estoques, em mãos do Governo.

De forma geral, pode-se esperar um ponderável aumento dos custos financeiros. Assim, somente se os preços de mercado se situarem em nível superior ao do corrente ano será obtida rentabilidade semelhante. Essa possibilidade seria maior para a soja e menor para o algodão; os produtos atingidos pelo preço de intervenção (arroz, feijão e milho) estarão estimulados pelos preços mínimos, mas contarão com uma faixa mais estreita de mercado livre, em consequência da redução dos preços de intervenção.

As primeiras estimativas de intenção de plantio, a nível nacional, refletindo esse conjunto de variáveis, indicam elevação da produção de soja seguida, à distância, pelo milho; as de feijão e arroz poderão estabilizar-se e a de algodão sofreria drástica redução.

(IEA, 17/10/88)

QUADRO 6.22-Valor Básico de Custeio e Calendário de Liberação, Principais Culturas, Safra das Águas, 1988/89

(continua)

Produto e área de abrangência	Faixas de produtividade (kg/ha)		Valor básico de custeio (VBC)		Calendário de Liberações							
	de	atê	Cz\$1,00/ha	OTN/ha	1ª parcela		2ª parcela		3ª parcela		4ª parcela	
					% a partir de	nº de OTN	% a partir de	nº de OTN	% a partir de	nº de OTN	% a partir de	nº de OTN
Algodão herbáceo					35 Ago		30 Out		35 Fev		-	-
Regiões Sul,Sudeste,Centro-Oeste, Norte e Bahia Zona 1	-	1.000	56.718,75	28,61		10,01		8,50		10,02		-
	1.001	1.200	66.056,23	33,32		11,66		10,00		11,66		-
	1.201	1.400	78.109,71	39,40		13,79		11,62		13,79		-
	1.401	1.600	87.189,47	43,98		15,39		13,19		15,40		-
	1.601	1.800	98.449,96	49,66		17,38		14,90		17,38		-
	1.801	1.200	109.313,95	55,14		19,30		16,54		19,30		-
	acima de	2.200	119.345,30	60,20		21,07		18,06		21,07		-
Amendoim					65 Ago		5 Set		20 Dez		-	-
Regiões Sul,Sudeste,Centro-Oeste, Norte e Bahia Zona 1	-	1.400	29.003,68	14,63		9,51		2,19		2,93		-
	1.401	2.300	53.863,98	27,17		17,66		4,08		5,43		-
	acima de	2.300	68.573,98	34,59		22,38		5,49		6,92		-
Arroz irrigado-irr. mecânica					45 Ago		45 Out		10 Fev		-	-
Regiões Sul e Sudeste	-	3.000	71.190,86	35,91		16,16		16,16		3,59		-
	3.001	3.600	84.949,27	42,85		19,28		19,28		4,29		-
	3.601	4.200	96.923,45	48,89		22,00		22,00		4,89		-
	4.201	5.000	110.186,24	55,58		25,01		25,01		5,56		-
	acima de	5.000	121.783,75	61,43		27,64		27,64		6,15		-
Arroz irrigado-irr. natural					45 Ago		45 Out		10 Fev		-	-
Regiões Sul e Sudeste	-	3.000	60.763,01	30,65		13,79		13,79		3,07		-
	3.001	3.600	70.179,79	35,40		13,93		13,93		3,54		-
	3.601	4.200	80.092,19	40,40		18,18		18,18		4,04		-
	4.201	5.000	90.341,61	45,57		20,51		20,51		4,55		-
	acima de	5.000	101.939,12	51,42		23,14		23,14		5,14		-
Arroz de sequeiro em áreas de toco					70 Ago		20 Out		10 Fev		-	-
Todo território nacional	-	1.000	13.223,14	6,67		4,67		1,33		0,67		-
	1.001	1.300	17.088,98	8,62		6,03		1,72		0,87		-
	1.301	1.600	22.183,95	11,19		7,83		2,24		1,12		-
	acima de	1.600	26.069,61	13,15		9,21		2,63		1,31		-

Fonte: Companhia de Financiamento da Produção (CFP).

QUADRO 6.22- Valor Básico de Custeio e Calendário de Liberação, Principais Culturas, Safra das Águas, 1988/89

(continua)

Produto e área de abrangência	Faixas de produtividade (kg/ha)		Valor básico de custeio (VBC)		Calendário de Liberações							
	de	até	Cz\$1,00/ha	OTN/ha	1ª parcela		2ª parcela		3ª parcela		4ª parcela	
					% a partir de	nºde OTN	% a partir de	nºde OTN	% a partir de	nºde OTN	% a partir de	nºde OTN
Mandioca 1º ciclo Paraná, São Paulo, Mato Grosso do Sul e Bahia- Zona 1	-	10.000	15.678,08	13,81	25 Mai		25 Ago		30 Jan		20 Abr	
	10.001	15.000	22.421,58	19,75		3,45		3,45		4,14		2,77
	15.001	20.000	36.555,69	32,20		4,94		4,94		5,93		3,94
	20.001	25.000	43.299,20	38,14		8,05		8,05		9,66		6,44
	acima de	25.000	49.543,18	43,64		9,54		9,54		11,44		7,62
						10,91		10,91		13,09		8,73
Mandioca 2º ciclo Paraná, São Paulo, Mato Grosso do Sul e Bahia - Zona 1	-	12.000	20.094,28	17,70	20 Mai		20 Ago		40 Jun		30 Out	
	12.001	18.000	28.029,82	24,69		3,54		3,54		7,08		3,54
	18.001	24.000	42.742,92	37,65		4,94		4,94		9,88		4,93
	24.001	30.000	49.815,65	43,88		7,53		7,53		15,06		7,53
	acima de	30.000	58.035,00	51,12		8,78		8,78		17,55		8,77
						10,22		10,22		20,45		10,23
Milho (1) Regiões Sul e Sudeste		900	11.637,16	5,87	50 Ago		30 Out		20 Fev		-	-
	901	1.300	16.890,73	8,52		2,54		1,76		1,17		-
	1.301	1.700	24.087,13	12,15		4,26		2,56		1,70		-
	1.701	2.100	29.261,40	14,76		6,08		3,65		2,42		-
	2.101	2.500	33.603,04	16,95		7,38		4,43		2,95		-
	2.501	3.000	39.728,90	20,04		8,48		5,09		3,38		-
	3.001	3.500	43.198,24	21,79		10,02		6,01		4,01		-
	3.501	4.000	51.286,76	25,87		10,90		6,54		4,35		-
	4.001	5.000	58.602,11	29,56		12,94		7,76		5,17		-
	5.001	6.000	67.325,02	33,96		14,73		8,57		5,91		-
	6.001	7.000	79.556,92	40,13		16,98		10,19		6,79		-
	acima de	7.000	91.808,65	46,31		20,07		12,04		8,02		-
						23,16		13,09		9,26		-
Semente híbrida de sorgo de sequeiro Todo território nacional	-	1.500	45.795,29	23,10	50 Ago		40 Out		10 Jan		-	-
	acima de	1.500	52.793,44	26,63		11,55		9,24		2,31		-
						13,32		10,65		2,66		-

(1) As duas últimas faixas destinam-se a atender, preferencialmente, os produtores de lavoura irrigada.

Fonte: Companhia de Financiamento da Produção (CFP).

QUADRO 6.22.- Valor Básico de Custeio e Calendário de Liberação, Principais Culturas, Safra das Águas, 1988/89

(continua)

Produto e área de abrangência	Faixas de produtividade (kg/ha)		Valor básico de custeio (VBC)		Calendário de Liberações								
					1ª parcela		2ª parcela		3ª parcela		4ª parcela		
					% a partir de	nº de OTN	% a partir de	nº de OTN	% a partir de	nº de OTN	% a partir de	nº de OTN	
Arroz de sequeiro Regiões Sul e Sudeste	-	1.000	22.025,35	11,11	70 Ago		20 Out		10 Fev	-	-	-	-
	1.001	1.300	28.488,24	14,37		7,78		2,22		1,11			
	1.301	1.600	36.973,25	18,65		10,00		2,87		1,44			
	acima de	1.600	43.436,14	21,91		13,00		3,73		1,86			
						15,31		4,38		2,19			
Batata-semente Todo território nacional	-	12.000	439.020,20	221,45	70 Ago		20 Set		10 Nov	-	-	-	-
	12.001	15.000	521.610,31	263,11		155,02		44,29		22,14			
	15.001	18.000	585.267,75	295,22		184,11		52,62		26,31			
	acima de	18.000	599.283,88	302,29		206,65		59,04		29,53			
						211,64		60,46		30,23			
Feijão Todo território nacional	-	400	14.472,10	7,30	55 Jul		25 Ago		20 Out	-	-	-	-
	401	600	32.017,05	16,15		4,02		1,83		1,45			
	601	800	38.737,66	19,54		8,88		4,04		3,23			
	801	1.000	48.531,11	24,48		10,75		4,89		3,90			
	acima de	1.000	61.318,11	30,93		13,46		6,12		4,90			
						17,01		7,73		6,19			
Girassol Regiões Sul, Sudeste, Centro-Oeste, Norte e Bahia Zona 1	-	1.800	28.983,86	14,62	50 Ago		35 Out		15 Dez	-	-	-	-
	acima de	1.800	38.658,36	19,50		7,31		5,12		2,19			
						9,75		6,83		2,92			
Mamona de 1ª ano Todo território nacional	-	900	22.679,57	11,44	30 Ago		25 Nov		45 Mar	-	-	-	-
	901	1.400	28.151,22	14,20		3,43		2,86		5,15			
	1.401	1.900	37.131,85	18,73		4,26		3,55		6,39			
	acima de	1.900	47.242,50	23,83		5,62		4,68		8,43			
						7,15		5,96		10,72			
Mamona de 2ª ano Todo território nacional	-	900	18.080,22	9,12	40 Out		60 Mar		-	-	-	-	-
	901	1.400	20.855,69	10,52		3,65		5,47		-			
	acima de	1.400	23.313,96	11,76		4,21		6,31		-			
						4,70		7,06		-			

Fonte: Companhia de Financiamento da Produção (CFP).

QUADRO 6.22- Valor Básico de Custeio e Calendário de Liberação, Principais Culturas, Safra das Águas, 1988/89

Produto e área de abrangência	Faixas de produtividade (kg/ha)		Valor básico de custeio (VBC)		(Conclusão)							
					Calendário de Liberações							
	de	atē	Cz\$1,00/ha	OTN/ha	1ª parcela	2ª parcela	3ª parcela	4ª parcela				
				% a partir n°de	% a partir n°de	% a partir n°de	% a partir n°de					
				de	de	de	de	de	de	de	de	
				OTN	OTN	OTN	OTN	OTN	OTN	OTN	OTN	
Soja					70 Ago	60 Out	10 Fev	-	-			
Regiões Sul e Sudeste	-	1.250	34.792,52	17,55								
	1.251	1.500	37.389,57	18,86	12,29	3,51	1,75					
	1.501	1.750	44.645,45	22,52	13,20	3,77	1,89					
	1.751	2.000	47.995,84	24,21	15,76	4,50	2,26					
	2.001	2.400	55.410,32	27,95	16,98	4,84	2,42					
	acima de	2.400	57.709,99	29,11	19,57	5,59	2,79					
					20,38	5,82	2,91					
Sorgo					65 Ago	25 Out	10 Jan	-	-			
Todo território nacional	-	2.050	23.413,09	11,81								
	2.001	2.500	31.025,01	15,65	7,68	2,95	1,18					
	2.501	3.000	35.208,84	17,76	10,17	3,91	1,57					
	acima de	3.000	40.482,24	204,26	11,54	4,44	1,78					
					13,27	5,11	2,04					
Trigo mourisco					85 Ago	15 Jan	-	-				
Todo território nacional	-	1.500	19.111,11	9,64								
	acima de	1.500	24.562,93	12,39	8,19	1,45	-					
					10,53	1,06	-					

Fonte: Companhia de Financiamento da Produção (CFP).

QUADRO 6.23.- Limites de Financiamento de Custeio por Categoria de Produtor, Região Centro-Sul,
Safras 1987/88 e 1988/89

Cultura	Safra 1987/88			Safra 1988/89		
	Pequeno	Médio	Grande	Pequeno	Médio	Grande
Algodão	100	80	60	80	60	40
Amendoim	100	100	100	90	60	50
Arroz						
Lavoura de sequeiro	100	100	80	100	60	50
Lavoura irrigada	100	100	80	100	70	60
Semente(certificada ou fiscalizada)	100	100	100	100	100	100
Batata						
Semente(certificada ou fiscalizada)	100	100	100	100	100	100
Feijão						
Inclusive irrigado	100	100	100	100	100	100
Girassol	100	60	60	90	60	50
Mamona	100	60	50	90	60	50
Mandioca	100	100	100	100	100	100
Milho						
Inclusive irrigado	100	100	90	100	100	100
Milho						
Semente(certificada ou fiscalizada)	100	100	100	100	100	100
Soja	100	70	50	70	40	30
Sorgo	100	100	100	100	100	100
Trigo mourisco	100	60	50	90	60	50

Fonte: Companhia de Financiamento da Produção (CFP).

QUADRO 6.24.- Preços Mínimos Base para as Safras de Verão, Região Centro-Sul, 1987/88 e 1988/89 e Preços Mínimos Base, Custos Operacionais Totais e Preços Recebidos pelos Agricultores em Agosto de 1988

Produto	Unidade	Preço base em OTN ⁽¹⁾			Preço base em Cz\$ de agosto	Custo operacional total em Cz\$ de agosto	Razão (C)/(D)	Preço recebido pelo produtor em Cz\$ de agosto	Razão (C)/(E)
		Safra 1988/89	Safra 1987/88	Razão					
		(A)	(B)	(A)/(B)					
Algodão	15kg	0,6487	0,6487	1,00	1.285,95	1.005,60	1,28	1.183,70	1,09
Amendoim das águas	25kg	0,5562	0,5057	1,10	1.102,75	1.385,08	0,80	1.920,83	0,57
Arroz irrigado	50kg	1,1903	1,0670	1,12	2.359,50	1.914,00	1,23	-	-
Arroz de sequeiro	60kg	1,0988	1,0988	1,00	2.178,00	2.429,18	0,90	2.023,90	0,72
Feijão das águas	60kg	3,1880	2,7802	1,15	6.319,80	4.868,40	1,30	6.270,50	1,01
Mamona	60kg	1,6549	1,6549	1,00	3.280,20	2.732,60	1,20	3.327,00	0,99
Mandioca	t	4,0830	2,8600	1,43	8.094,46	4.009,27	2,02	14.069,13	0,58
Milho	60kg	0,8566	0,7448	1,15	1.698,00	1.137,86	1,49	1.840,46	0,92
Soja	60kg	0,9929	0,9929	1,00	1.968,00	2.009,20	0,98	3.931,99	0,50
Sorgo	60kg	0,5996	0,5957	1,01	1.188,60	-	-	-	-

(¹) Obrigação do Tesouro Nacional.

Fonte: Companhia de Financiamento da Produção (CFP) e Instituto de Economia Agrícola (IEA).

POLITICA SOCIAL

A apuração dos resultados dos Censos Agropecuários de 1980 a 1985 revela, a nível de Brasil, uma alteração na tendência anterior de declínio do número de pequenos estabelecimentos. Esses resultados - discutidos no item "Evolução dos Pequenos Estabelecimentos" - fundamentam-se basicamente no esgotamento do movimento migratório campo-cidade, fazendo restar à população rural a busca de novas alternativas limítrofes de sobrevivência.

A formação de novos pequenos estabelecimentos, em zonas de fronteira, ou o fracionamento de estabelecimentos em áreas antigas, merece destaque fundamental neste capítulo, pois constitui-se na grande novidade em um período marcado pela redução do dinamismo da agropecuária brasileira, caracterizada, principalmente, pela perda do ímpeto da modernização.

A magnitude da expansão dos pequenos estabelecimentos corresponde um aumento razoável da população rural, o que reforça a responsabilidade da política agrícola em buscar formas de expandir o nível de emprego, bem como em amparar a classe rural de forma independente à infraestrutura urbana, através de serviços básicos, como escolas, saúde, etc.

Essa discussão, no seu sentido mais profundo, parece ter ficado à margem do processo da Assembleia Constituinte, desde que aquilo que considera como direitos do trabalhador rural não dá conta das várias nuances das relações de trabalho, ou das múltiplas relações de produção do homem com a terra, nem mesmo dispõe adequadamente sobre os deveres jurídicos do empregador.

O trabalhador rural volta a ser enfocado nos itens que tratam das negociações trabalhistas e reforma agrária. No primeiro, de forma direta, como agente das negociações nos setores da laranja e canavieiro, as quais refletem, pela evolução das propostas, um maior poder de organização dessa classe, que em última instância faz supor que a qualidade do seu emprego agrícola avança gradativamente com o aprimoramento das discussões trabalhistas.

Nos debates sobre reforma agrária, o trabalhador rural é sempre ressaltado como talvez a síntese mais concisa dos problemas sociais advindos com a restrição ao acesso à terra.

O item sobre reforma agrária tenta, entre outras coisas, depurar os princípios fundamentais que nortearam os antagonismos no foro constituinte e busca explicar o que foi definido na nova Carta Constitucional como resultado das negociações que tenderam a um equilíbrio relativo das várias correntes.

Enfim, este capítulo trata de aspectos do problema social, como terra, direitos trabalhistas e política agrícola, refletidos sobre as situações de pobreza do meio rural.

(IEA, 06/10/88)

EVOLUÇÃO DOS PEQUENOS ESTABELECIMENTOS

Os Censos Agropecuários de 1975 e 1980 e a Sinopse Preliminar do Censo Agropecuário de 1985 fornecem dados que permitem caracterizar algumas tendências gerais da evolução dos pequenos estabelecimentos.

Esta análise abrange as três grandes Regiões do Centro-Sul: Centro-Oeste, Sul e Sudeste. As Regiões Norte e Nordeste não serão aqui discutidas, por apresentarem características muito distintas da Região Centro-Sul, objetivo principal desta análise.

Na ausência de um parâmetro que delimite conceitualmente os pequenos, médios e grandes estabelecimentos, estabeleceu-se, para efeito de análise, três estratos de área: até 20ha, de 20 a 100ha e mais de 100ha. Dados as características da Região Centro-Oeste, a classificação em pequenos estabelecimentos considerou dois estratos: até 20ha e até 100ha.

O fracionamento dos estabelecimentos, notadamente dos menores estratos, que apresentaram também grande expansão do pessoal ocupado, não alterou significativamente o padrão da concentração fundiária (quadro 6.25). Na Região Sul, que se caracteriza, dentre as regiões consideradas, pelo predomínio dos pequenos estabelecimentos, os menores estratos em 1975, ocupavam 65,5% do número de estabelecimentos e 14,1% da área; em 1985, passaram a constituir 67,1% do total de estabelecimentos e 13,7% do total da área.

Na Região Centro-Oeste, apesar da área média dos estabelecimentos ser de 370ha, em 1985, se forem considerados pequenos os estabelecimentos que ocupavam até 100ha em 1975 e 1985, esses constituíam, respectivamente, 66,0% e 62,4% do total de estabelecimentos e ocupavam somente 5,0% e 4,8% do total da área. Os estabelecimentos até 20ha representavam 36,8% e 31,8% do número total naqueles dois Censos, enquanto abrangiam, em termos de área, 0,8% e 0,7% respectivamente.

Na Região Sudeste, os pequenos estabelecimentos representavam 48,6% e 52,9% do total existente em 1975 e 1985, ocupando uma área de 4,9% e 5,5%, respectivamente.

Os pequenos estabelecimentos, portanto, aumentaram sua importância relativa, tanto em termos de número de estabelecimentos como de área, revertendo a tendência do quinquênio anterior, de redução do número de estabelecimentos, com exceção do Sudeste. Na Região Sul, essa redução foi acompanhada pela diminuição ainda maior da área, o que levou a uma tendência declinante da área média desses produtores.

A área média dos estabelecimentos apresentou uma variação decrescente de 3,6%, para o Sul e 3,5% para o Centro-Oeste, nos estabelecimentos de até 20ha, e de 4,1% no Centro-Oeste, para os estabelecimentos de até 100ha. Para o Sudeste, a variação encontrada foi de -5,9%.

Dessa forma, agravaram-se ainda mais as condições de reprodução dessas pequenas unidades produtivas.

Apesar das restrições que devem ser feitas em relação aos dados de pessoal ocupado, uma vez que tem com exatidão o número de trabalhadores ocupados nos estabelecimentos, vale considerá-los a nível de tendência. Nesse sentido, ainda considerando os estratos menores de 20ha, deve-se salientar a sua importância como "absorvedores" de mão-de-obra. Nas regiões Sudeste e Sul, aqueles estabelecimentos sobressaem-se nesse particular, sendo responsáveis,

em 1985, por respectivamente 35,7% e 57,4% do pessoal ocupado. Na Região Centro-Oeste, os estabelecimentos até 100ha ocuparam, em 1985, 49,0% do pessoal (quadro 6,26).

Em termos da variação nos dois períodos (1975-80 e 1980-85), o papel de "esponja" que a área rural parece ter desempenhado, absorvendo a população que não encontrou emprego durante a crise, fica ainda mais evidente. Enquanto no primeiro período ocorreu um decréscimo de população e, portanto, teria havido um esvaziamento dos pequenos estabelecimentos, no período mais recente todas as regiões apresentaram crescimento, que variou de 69.446 pessoas (6,2%) para o Sul, até 263.604 pessoas (18,4%) na Região Sudeste.

Os dados até aqui considerados indicam que houve um aumento do número dos estabelecimentos menores, sem o correspondente acréscimo de área, resultando em diminuição da área média. A essa situação, acrescentou-se o agravante de que há mais pessoas trabalhando nos espaços menores. Sobre essas características, há que se considerar ainda a expansão das categorias de parceiros e ocupantes nas três regiões.

Essas informações estão disponíveis, por estrato de área, somente para 1985 e comprovam sua associação aos estabelecimentos menores. Na Região Centro-Oeste, no estrato até 100ha, estão localizados 96,3% dos parceiros e 81,3% dos ocupantes. Nos estabelecimentos até 20ha da Região Sul encontram-se 88,8% e 86,8% do total de parceiros e ocupantes, respectivamente, enquanto na Região Sudeste estes percentuais eram de 88,4% e 79,3% (quadro 6,26).

No período 1975-80, nas Regiões Sul e Centro-Oeste essas categorias, em conjunto, apresentavam, para o total dos estabelecimentos, taxas de crescimento negativas (-7,2% e -26,2%, respectivamente), tendência revertida no último quinquênio (12,4% e 14,6%, respectivamente). Na Região Sudeste, houve uma forte expansão, de 10,2% para 27,8% (quadro 6,27).

Finalizando, o diagnóstico do quinquênio 1981-85 é de que os trabalhadores rurais vêm viabilizando as possíveis alternativas de trabalho, com o fracionamento contínuo das terras, ocasionando a concentração em áreas cada vez menores, com o recurso de ocupar terras.

Esses resultados contrastam com o número de novos estabelecimentos criados através da política de reforma agrária. A dinâmica da economia parece ter sido capaz de implementar um programa de muito maior vulto, de acesso à terra, que o programa intencional do Governo. Considerando as perspectivas de evolução da economia brasileira a curto prazo - crise econômica e inflação -, essas tendências devem estar ainda ocorrendo e provavelmente continuarão no próximo ano.

Isso posto, fica a questão de qual será a orientação do Estado frente a essa nova realidade. Será atribuída uma nova função à agricultura, fazendo-a absorver mão-de-obra que não encontra emprego no meio urbano nos períodos de crise, ou se procurará fixar essa população no meio rural através da viabilização do seu acesso à propriedade da terra, de uma política agrícola adequada às particularidades da pequena produção e de investimentos em educação, saúde, etc.?

A Constituinte definiu o novo arcabouço legal, sobre o qual essas questões devem ser pensadas. Reduzida a dimensão das possibilidades de reforma agrária, são as questões de política agrícola e de política social para o meio rural que assumem maior importância.

As definições sobre a política agrícola não devem alterar significativamente o quadro atual no que se refere à assistência técnica, pesquisas agrônomicas e condições de comercialização mais adequadas a esse grupo de produtores. Os instrumentos e a definição dos seus parâmetros passam a ser uma preocupação fundamental para desenvolver a atividade do setor, visando atender à necessidade desse grande número de famílias brasileiras. A grande expectativa fica na regulamentação das condições de crédito.

Com a reforma tributária, havendo mais recursos à disposição dos estados e municípios, aumenta a possibilidade de, a longo prazo, novos recursos serem canalizados para o desenvolvimento social rural.

(IEA, 06/10/88)

QUADRO 6.25.- Número, Área Total e Área Média, Estabelecimentos Pequenos (¹), Regiões Centro-Oeste, Sul e Sudeste, Brasil, 1975-85

Região e estrato de área	Estabelecimento								Área total (ha)		
	Número			Participação (%) (²)			Variação (%)		1975	1980	1985
	1975	1980	1985	1975	1980	1985	1975/80	1980/85			
Centro-Oeste											
Até 20ha	99.176	80.061	100.481	36,8	29,9	31,8	-19,3	25,5	756.495	642.736	777.846
Até 100ha	177.807	161.242	197.330	66,0	60,2	62,4	- 9	22,3	4.705.379	4.160.825	4.857.511
Sul	757.383	747.321	806.533	65,5	65,2	67,1	- 1,3	7,9	6.519.966	6.402.856	6.663.292
Sudeste	426.844	442.715	528.042	48,6	49,7	52,9	3,7	19,3	3.557.971	3.615.652	4.061.140
Região e estrato de área	Área total					Área média					
	Participação (%) (²)			Variação (%)		Hectare			Variação (%)		
	1975	1980	1985	1975/80	1980/85	1975	1980	1985	1975/80	1980/85	
Centro-Oeste											
Até 20ha	0,8	0,5	0,7	-15,0	21,0	7,6	8,0	7,7	5,1	-3,5	
Até 100ha	5,0	4,2	4,8	2,0	17,3	26,5	29,8	28,6	12,6	-4,1	
Sul	14,1	13,3	13,7	- 1,8	4,1	8,6	8,6	8,3	-0,5	-3,6	
Sudeste	4,9	4,9	5,5	1,6	12,3	8,3	8,2	7,7	-2,0	-5,9	

(¹) Considerou-se estabelecimento pequeno aquele com até 20ha. Para a Região Centro-Oeste, também são apresentadas informações para os estabelecimentos até 100ha.

(²) No total da região.

Fonte: Censos Agropecuários de 1975 e 1980 e Sinopse Preliminar do Censo Agropecuário de 1985 da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

QUADRO 6.26. Pessoal Ocupado e Condição do Produtor, Estabelecimentos Pequenos ⁽¹⁾ Regiões Centro-Oeste, Sul e Sudeste, Brasil, 1975-85

Região e estrato de área	Pessoal ocupado								Condição do produtor em 1985			
	Número			Participação(%) ⁽²⁾			Variação (%)		Parceiro		Ocupante	
	1975	1980	1985	1975	1980	1985	1975/80	1980/85	Número	% ⁽²⁾	Número	% ⁽²⁾
Centro-Oeste												
Até 20ha	355.408	293.176	327.615	29,2	21,8	22,3	-17,6	11,7	14.999	88,5	22.690	54,8
Até 100ha	686.625	642.795	718.712	56,4	47,8	49,0	- 6,0	11,8	16.325	96,3	33.664	81,3
Sul	2.760.651	2.490.950	2.560.396	57,1	54,9	57,4	-13,8	6,2	117.132	88,8	93.282	86,8
Sudeste	1.437.348	1.426.184	1.689.788	34,7	33,1	35,7	- 1,0	18,4	60.861	88,4	61.937	79,3

⁽¹⁾ Considerou-se estabelecimento pequeno aquele com até 20ha. Para a Região Centro-Oeste, também são apresentadas informações para os estabelecimentos até 100ha.

⁽²⁾ No total da região.

Fonte: Censos Agropecuários de 1975 e 1980 e Sinopse Preliminar do Censo Agropecuário de 1985 da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

QUADRO 6.27.-Total Agregado de Parceiros e Ocupantes, Regiões Centro-Oeste, Sul e Sudeste, Brasil, 1975-85

Região	Número			Variação (%)	
	1975	1980	1985	1975/80	1980/85
Centro-Oeste	68.933	50.913	58.370	-26,2	14,6
Sul	229.433	212.969	239.471	-7,2	12,4
Sudeste	104.175	114.900	146.925	10,2	27,8

Fonte: Censos Agropecuários de 1975 e 1980 e Sinopse Preliminar do Censo Agropecuário de 1985 da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

REFORMA AGRÁRIA

A questão da reforma agrária no Brasil ressurgiu durante o IV Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais, em maio de 1985, como a grande polêmica nacional, associada à emergência das novas organizações de classe: União Democrática Ruralista, Frente Ampla da Agropecuária Brasileira e Movimento dos Trabalhadores sem Terra.

Os conflitos sociais no campo, agudizados pela modernização agrícola e pela inviabilização do modelo tradicional brasileiro de ocupação das áreas de fronteira, foram então projetados na luta pelo controle do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária do Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário (INCRA/MIRAD) e passaram a ganhar espaço nos canais de comunicação. Os grupos antagônicos pressionaram, inicialmente, os executores do Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) e, posteriormente, os constituintes.

A decisão da Assembleia Nacional Constituinte sobre reforma agrária pode ser compreendida a partir do delineamento de duas concepções de formas de organização da sociedade brasileira, cujos contornos podem ser demarcados ressoando a heterogeneidade de seus elementos.

De um lado, aglutinam-se aqueles que concebem o Estado como representativo dos grupos econômicos hegemônicos e que consideram ser prioritária a definição de um arcabouço legal que viabilizaria uma reforma agrária de grandes proporções, desencadeando um processo que estimularia a articulação política de segmento da população brasileira que estaria marginalizada dos benefícios econômicos do desenvolvimento e que teria, então, as condições mínimas necessárias para lutar pela defesa dos seus interesses no interior do Estado.

Esse grupo parte da premissa de que uma democracia se constrói sobre uma estrutura social mais equânime, corrigindo as grandes disparidades econômicas existentes, e apresenta a reforma agrária como um imperativo. Dentro da especificidade histórica em que se dá o desenvolvimento brasileiro no quadro do capitalismo mundial, o processo resultaria, simultaneamente, na expansão da produção e na exclusão social. O enfrentamento deste problema exigiria uma base legal capaz de garantir uma reforma agrária ampla, que atingiria fundamentalmente as grandes propriedades, permitindo o acesso à terra por um grande número de produtores descapitalizados.

A definição rigorosa de indenização justa, a desapropriação por interesse social com base no não cumprimento da obrigação social sem a subordinação à dubiedade do conceito de propriedade produtiva, a imissão de posse automática, o tamanho máximo da propriedade, a criação do Fundo Nacional de Reforma Agrária, a definição de uma política agrícola adequada às especificidades desses produtores, a proibição de qualquer despejo de precaristas (ocupantes sem documentação suficiente) ou trabalhadores durante o período de execução da Reforma Agrária foram princípios considerados fundamentais para, em conjunto, desencadear um processo de magnitude relevante.

A posição do grupo é criticada pela dimensão dada à atuação do Estado, restringindo a liberdade de ação das forças produtivas, e pela ameaça que representa à inviolabilidade da propriedade privada.

De outro lado, posicionam-se os liberais que, partindo de um Estado neutro, crêem que uma estrutura social equânime poderia ser construída através de um modelo econômico baseado na livre iniciativa, que tivesse como corolários a competitividade, a eficiência e o direito à propriedade. O Estado teria a função de árbitro, assegurando a todos os direitos de integrar-se. A função social é atribuída à terra (e não à propriedade) pelas forças de mercado, isto é, teria que contribuir para a produção de riqueza social. O acesso a mesma poderia ser garantido pelo Estado quando esta função deixasse de ser atendida, independentemente do tamanho da propriedade.

Esta reforma agrária difere da anterior, principalmente, porque define novos atores e redefine papéis. Ela se processaria nas médias e grandes propriedades quando as forças produtivas disponíveis não viabilizassem sua exploração total. Defende-se a participação efetiva dos empresários rurais na gestão da reforma agrária, não só pela oferta espontânea de imóveis, mas também, na administração de projetos.

Em comparação com a proposta anterior, pode-se definir seus princípios fundamentais como: indenização pelo preço de mercado, o direito de defesa no processo desapropriatório, função social da terra definida pelo seu uso produtivo e definição de uma política agrícola, acompanhada de alterações na estrutura fundiária, capaz de integrar uma proporção crescente dos pequenos proprietários ao processo de modernização da agricultura.

Esse grupo é criticado pela concepção de Estado como representativo de todos os segmentos sociais, independentemente do poder econômico subjacente e pelo caráter secundário da proposta de equidade.

A nova Carta Constitucional resulta dessas forças contrárias. De um lado, foi incapaz de garantir o conjunto de determinações defendidas pelo primeiro grupo, mas também não se criaram as condições legais que reduziriam a participação do Estado na sua condução. Nesse sentido, a Constituição não garantiu as condições necessárias para que uma reforma agrária se processasse no País, atendendo mais aos interesses dos proprietários radicais do que aos dos trabalhadores não radicais.

Cumprindo indagar, entretanto, se as condições criadas modificam substancialmente as condições hoje existentes.

Nesse sentido, ainda não se tem todas as informações necessárias à análise, uma vez que estão previstas leis complementares. O ponto fundamental da nova Constituição em relação à anterior e à temática da reforma agrária foi a inclusão da propriedade produtiva como não suscetível à desapropriação. Entretanto, o critério de classificação para definir seu enquadramento e as normas especiais para caracterizar o cumprimento da função social serão objeto de leis complementares.

Se a nova Constituição e suas leis complementares irão ou não significar um retrocesso em relação ao Estatuto da Terra não obscurece o fato de que as perspectivas para a continuidade do Programa de Reforma Agrária são pessimistas. O comportamento conservador dos constituintes, em relação ao tema, deixa claro que o quadro político atual é adverso e deve se refletir na legislação específica. O primeiro efeito já se faz sentir no corte do orçamento para 1989; o MIRAD foi o segundo Ministério mais atingido. O desafio agora é o de viabilizar os assentamentos existentes.

Assentamentos em São Paulo

Em São Paulo, existem três tipos de assentamentos: em terras públicas (17), em áreas desapropriadas pela Companhia Energética de São Paulo (CESP) para construção de barragens (6) e os resultantes do Plano Nacional de Reforma Agrária (10). Atendem a um total de 3.821 famílias, ocupando 84.725ha. Os assentamentos criados através do PNRA representam 56% do total, em termos de área, e 48% em relação ao número de famílias. Foi somente a partir de julho de 1987, quando foi concedida a imissão de posse de oito imóveis, que se alterou o perfil dos assentamentos existentes, reduzindo a importância relativa dos assentamentos baseados no Plano de Valorização de Terras Públicas do Governo Montoro.

Das áreas desapropriadas, existem ainda oito imóveis com decretos de 1986 e um de 1987, aguardando imissão de posse. Totalizam cerca de 30.000ha, capazes de absorver em torno de 1.500 famílias.

A perspectiva de novas desapropriações, dentro do quadro pré-Constituinte, era limitada. Existem 20 imóveis aprovados para desapropriação aguardando decreto, muitos há mais de ano; absorveriam, 2.354 famílias, cerca de 70% da população potencialmente atendida nas áreas já desapropriadas. A aprovação de novas áreas esbarrava - e assim deve continuar - no critério de produtividade.

Desta forma, a perspectiva para o próximo ano é que poucos assentamentos sejam criados, uma vez que o Plano de Valorização de Terras Públicas perdeu seu ímpeto a partir de 1986, abrindo espaço para o PNRA, que não vem evoluindo segundo as previsões.

Desempenho dos Assentamentos em São Paulo

Esta análise do desempenho econômico dos assentamentos se orienta para as questões de produtividade e capacidade de pagamento de crescente dívida bancária.

Os dados da Secretaria de Assuntos Fundiários (SEAF) sobre a produção da área referem-se a sete assentamentos em terras públicas em duas safras: 1985/86 e 1987/88. A comparação entre as produtividades alcançadas nos assentamentos e a média estimada para a Divisão Regional Agrícola (DIRA) correspondente mostra que o desempenho dos assentamentos está cerca de 20% e 55% abaixo daquela média, nas duas safras, respectivamente (quadro 6.28). A perda de produtividade observada na segunda safra é confirmada mesmo quando se consideram somente as culturas plantadas nos dois períodos. Nesse caso, os assentamentos mostraram um resultado 12% superior na primeira safra e 23% inferior na segunda. A deterioração do nível de produtividade é observável em todos os assentamentos e por cultura. Entretanto, não há comprovação estatística ao nível de 95% de confiança de que as médias sejam diferentes.

De qualquer forma, as evidências sugerem que se deveria analisar se não está se esboçando uma tendência que poderia vir a comprometer a viabilização dos assentamentos. O aumento do número de assentamentos não foi acompanhado da expansão do quadro de extensionistas, ampliando a relação entre número de produtores atendidos e número de técnicos. Devido às pressões de custo, parece estar ocorrendo uma tendência à ampliação da área de lavoura sem financiamento. A deterioração da qualidade dos tratamentos culturais é localizada e não é uma característica geral dos assentamentos analisados. O crédito de custeio, obtido nas condições de mer-

cado, mas sujeito a um trâmite burocrático diferenciado que gera um atraso significativo na liberação dos recursos para todos os assentamentos, foi considerado como o problema fundamental dos assentamentos na última safra.

A par disto, os assentados vêm, através de crédito de investimento, adquirindo bens de capital, melhorando suas condições de produção, mas aumentando seus custos. Nessa linha de crédito, as condições de pagamento têm mostrado uma tendência a se tornarem mais difíceis. Na safra 1985/86, os recursos eram provenientes do Fundo de Investimento Social (FINSOCIAL). A amortização correspondia somente a 20% do principal, sem juros e correção. O pagamento deveria ser realizado com dois anos de carência e quatro parcelas anuais.

Para a safra 1986/87, os assentamentos do Estado receberam recursos do Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária (PROCERA-I) a juros de 3% ao ano, sem correção monetária. O prazo de amortização é de até oito anos, com carência de dois ou no máximo três. Começam, portanto, a ser pagos nesta próxima safra e se estendem por quatro anos.

O PROCERA-II, safra 1987/88, e o PROCERA-III, prometido para a safra 1988/89, mantêm as mesmas condições de prazos de carência e amortização, mas neste último pretende-se usar somente os limites máximos de três e cinco anos, respectivamente. Passa a existir a obrigatoriedade do pagamento de 35% de correção monetária, além do juro de 3% a.a.

Durante a próxima safra, portanto, os assentados terão que reembolsar a primeira parcela dos recursos do PROCERA-I, sob condições mais difíceis que as do FINSOCIAL.

Frente ao quadro de uma possível tendência à redução de produtividade e o início do pagamento dos créditos de investimento cada vez menos subsidiados, a situação econômico-financeira dos assentamentos poderá se agravar.

A articulação entre os diversos órgãos do Estado surge, portanto, como o elemento fundamental que poderá comprometer a viabilização dos assentamentos.

Atuação do Governo do Estado de São Paulo

Com base em dois levantamentos da SEAF, em 1986 e 1988, para 11 dos 17 assentamentos criados com base no Plano de Valorização de Terras Públicas, que representavam 46% e hoje 11% das famílias assentadas, pode-se afirmar que o Estado não realizou investimentos na área de educação e saúde.

No que se refere à eletrificação, água, armazéns e infra-estrutura administrativa do projeto, o quadro se alterou significativamente. Em 64% dos assentamentos foram construídos poços artesianos e iniciaram-se as obras para eletrificação das áreas de moradia, contrastando com a situação em 1985, quando todos os assentamentos careciam destas obras.

Atualmente, 82% dos assentamentos possuem armazéns prontos ou em construção, com área variando de 300 a 1.600m², enquanto em 1985 somente 9% eram beneficiados. Os recursos vieram através do programa de armazéns comunitários, gerido pela Secretaria da Agricultura.

Partindo de uma carência total de escritórios e garagens, hoje 36% os possuem.

Estes dados permitem algum aprofundamento na questão da ação do Estado, no período.

A pressão exercida pelos trabalhadores encontrou, de certa forma, uma resposta do Estado. A articulação entre Secretarias se fez presente na relação com a Secretaria da Agricultura, mas não ocorreu com as Secretarias de Educação e da Saúde. Algumas hipóteses explicativas

podem ser sugeridas: a desarticulação entre os níveis federal e estadual; o envolvimento da CESP em assentamentos no Estado; as relações pessoais entre profissionais da mesma área ou com algum tempo de trabalho comum.

Foi somente em dezembro de 1987 que se criou a Comissão Estadual de Apoio à Reforma Agrária (CEARA), que visava oficializar a articulação entre os órgãos estaduais e o federal da SEAF.

O novo quadro político a nível federal e estadual tem dificultado a ação da maneira "informal" como antes se realizava e não tem criado as condições necessárias à ação articulada através da CEARA. Há alguns indicadores de que a própria ação da SEAF vai sofrer uma deterioração em função da falta de recursos para manter o mesmo número de técnicos nos assentamentos e para garantir a articulação entre o campo e o escritório central.

A incapacidade de articulação do Estado pode, à primeira vista, parecer um argumento em favor da proposta da reforma agrária liberal, anteriormente exposta. Entretanto, é importante ressaltar que se estaria frente a uma política de efeito diferente, definindo um novo papel dos beneficiados e desapropriados.

(IEA, 06/10/88)

QUADRO 6.28.-Produtividades Agrícolas Obtidas em Assentamentos em Terras Públicas e nas Respectivas Divisões Regionais Agrícolas (DIRAs), Estado de São Paulo, 1985/86 e 1987/88

Localização e cultura	(em t/ha)					
	1985/86			1987/88		
	Assentamento	DIRA	Diferença	Assentamento	DIRA	Diferença
Araraquara II						
Arroz	2,46	1,55	0,91	0,35	1,77	1,43
Amendoim	1,25	1,35	-0,10	-	-	-
Sorgo	0,48	3,30	-2,82	-	-	-
Soja	-	-	-	0,56	2,17	-1,61
Milho	-	-	-	0,52	3,50	-2,98
Araras						
Arroz	1,61	1,75	-0,14	1,41	1,88	-0,47
Feijão	0,60	0,84	-0,24	0,54	1,05	-0,51
Milho	2,92	2,55	0,37	3,01	3,05	-0,04
Algodão	1,82	2,13	-0,31	1,62	2,09	-0,47
Soja	-	-	-	1,26	2,21	-0,95
Casa Branca						
Arroz	1,80	1,75	0,05	1,24	1,88	-0,64
Feijão	0,67	0,84	-0,17	0,71	1,05	-0,33
Milho	2,10	2,55	-0,45	2,55	3,05	-0,50
Soja	-	-	-	1,57	2,21	-0,64
Algodão	-	-	-	1,71	2,09	-0,38
Pirituba I e II						
Arroz	0,37	1,18	-0,81	0,74	1,82	-1,08
Feijão da seca	0,87	0,84	0,03	0,41	0,95	-0,54
Feijão das águas	-	-	-	0,93	0,95	-0,02
Milho	2,11	1,88	0,23	2,81	2,72	-0,10
Soja	-	-	-	0	2,19	-2,19
Três Irmãos I						
Arroz	1,83	1,15	0,68	1,80	1,48	0,32
Milho	2,30	2,41	-0,11	-	-	-
Algodão	3,57	1,93	1,65	2,40	2,09	0,31
Promissão						
Arroz	1,48	1,06	0,42	0,85	1,48	-0,63
Milho	2,70	1,88	0,82	2,43	2,38	0,05
Algodão	2,20	1,66	0,54	0,38	2,09	-1,71

Fonte: Secretaria Especial de Assuntos Fundiários (SEAF) para os assentamentos e Instituto de Economia Agrícola (IEA) e Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI) para as DIRAs.

As negociações trabalhistas serão analisadas especificamente para o Estado de São Paulo, apenas no âmbito dos setores da laranja e cana-de-açúcar, que correspondem não só à maior demanda de mão-de-obra temporária, como têm configurado ganhos salariais. A capitalização desses dois setores - associada à extensão da área - explica a demanda e os salários e também sugere a fixação de trabalhadores volantes nas circunvizinhanças das áreas de cultivo, reduzindo o movimento migratório e reforçando, por outro lado, a prática e o teor das negociações.

As recentes conquistas desses trabalhadores estão, entre outras coisas, implícitas na constituição de núcleos mais permanentes de populações de volantes e, portanto, na sua efetiva participação sindical.

Setor Canavieiro

Com relação a esse setor, é possível traçar alguns paralelos entre as reivindicações e contrapropostas apresentadas em relação ao exercício 1988/89 e os resultados obtidos no exercício anterior. Foram selecionados os itens considerados como de maior importância, segundo o que irão representar no plano da remuneração do trabalhador e na maior segurança do desempenho profissional.

a) A diária reivindicada pelos safristas (colhedores de cana) é de Cz\$1.200,00 (mês-base em maio). A contraproposta dos usineiros inclui remuneração diária de Cz\$610,32, mensal de Cz\$18.309,60 e horária de Cz\$76,29. A dos fornecedores, com significativas diferenças, pretende estabelecer remuneração diária de Cz\$453,75, mensal de Cz\$13.612,50 e horária de Cz\$56,72. Para ambos os casos, as contrapropostas significam inflação mais 2% de produtividade, contrastando com a negociação de 1987, que representava, em relação a 1986, a variação integral do Índice de Preços ao Consumidor (IPC) mais 5% de produtividade.

b) A tabela de preços desejada pelos safristas insiste em que o pagamento seja por metro linear de cana cortada - utilizando-se de um compasso fixo de 2 metros, com ponta de ferro, e na presença do trabalhador -, posto que assim ficaria assegurado o maior controle daquilo que realmente foi cortado. O pagamento do corte por tonelada, além de omitir as perdas no transporte e nos teores de sacarose, condiciona o resultado da pesagem à avaliação unilateral dos pagadores. A reivindicação deste ano consiste em Cz\$60,00 por metro linear para a cana-extra e Cz\$36,00 para a de 18 meses. Para a cana de outros cortes, pretende-se Cz\$24,00/m para a cana em pé e Cz\$30,00/m para a deitada. Para a cana-palha ou suja propõe-se um acréscimo de 100% sobre os preços acima. Os usineiros contrapõem com Cz\$150,89/t para a cana de 18 meses e Cz\$144,23/t para as de outros cortes. Os fornecedores propõem Cz\$135,37/t para a cana de 18 meses e Cz\$129,30

para as de outros cortes. As contrapropostas significam inflação mais 2% de produtividade. Vale dizer que nesse item de reivindicações já se haviam configurado como conquistas, os pagamentos de 13º salário e a indenização e férias aos safristas no final do contrato.

c) Para os "bituqueiros" (encarregados de apanha de partes de cana deixada pelos safristas), pretende-se confirmar a negociação do ano anterior - remuneração mínima: diária + 20%. Os altos riscos a que se submetem estes trabalhadores deveriam incluir nas negociações um aprofundamento das questões de segurança do trabalho. A contraproposta apresentada reafirma o acordo de 1987.

d) Reivindica-se um reajuste mensal pela variação da Obrigação do Tesouro Nacional (OTN). Os empregadores asseguram a Unidade de Referência de Preços (URP). No ano de 1987, foi da garantia de reajuste em 20%, a partir de 1º de junho, caso o gatilho não disparasse.

e) Importante resultado de negociação de 1987 foi eliminar qualquer discriminação em razão da idade e oferecer igual oportunidade de trabalho às mulheres e aos homens. A contraproposta garante essa conquista, sendo que a nova reivindicação incorpora ao texto uma garantia de que o trabalhador rural menor receba um salário igual ao do adulto.

f) Pretende-se que fique assegurada a estabilidade aos trabalhadores que participarem das "Comissões de Negociação". Aparentemente, nada há a obstar.

g) Entende-se que as horas-extras devam ser pagas acrescidas de adicional correspondente a 100% sobre a hora normal de serviço prestado. A contraproposta apenas reafirma o acordo de 1987, o qual estabelece que as primeiras duas horas extraordinárias sejam remuneradas com acréscimo de 30% e as subsequentes com acréscimo de 75% em relação à remuneração das horas normais.

h) Almeja-se a estabilidade no emprego quando o volante completar o período de oito anos de efetivo trabalho com o mesmo empregador. Esse item inova em relação ao período anterior - e nada consta como contraproposta - porque implica um vínculo, de fato, a médio prazo, conseqüentemente em uma certa descaracterização da temporariedade do trabalho.

i) Reivindica-se que os serviços executados no período de entressafra sejam obrigatoriamente remunerados pela diária, proibindo-se a contratação por tarefa ou empreitada. Na hipótese remota da aprovação do item anterior, essa reivindicação seria passível de assimilação, pois o próprio caráter da estabilidade deve supor uma remuneração ininterrupta nos moldes do período da safra.

Setor de Laranja

As cláusulas estabelecidas para a convenção coletiva dos trabalhadores rurais do setor de laranja - também não julgadas - insistem, além das questões ligadas à remuneração do trabalho, em reivindicações não atendidas no exercício anterior. Fundamentalmente, considerem-se os itens abaixo relacionados como o sumo das pretensões dos trabalhadores deste setor.

a) Reivindica-se um mínimo para os trabalhadores que percebem salário por diária, no valor de Cz\$1.300,00.

b) Para a remuneração de carregador, ou caixeiro, entende-se que deva ser no mínimo de Cz\$1.500,00, quando paga por dia de serviço prestado; ou de Cz\$10,00/cx. quando paga por caixa de 40,8kg. Inclui-se a pretensão de que as pessoas destinadas ao carregamento de caminhão sejam especialmente contratadas para essa finalidade.

c) Para os colhedores, propõe-se que seja estabelecida uma remuneração mínima no valor de Cz\$35,00/cx. Nesse mesmo item, entende-se que: a laranja tipo exportação deva ser remunera

da pela diária, com acréscimo de 30% e reajustes legais durante a vigência da presente convenção, proibindo-se o uso de tarefas; na colheita de laranja "temporana", o preço por caixa do fruto colhido sofra um acréscimo de 100% sobre o valor que estiver vigorando para a colheita normal na época da execução do serviço; no caso de "catação", a remuneração seja fixada no valor da diária, acrescida de 30%, sem limite de caixa.

d) Reivindica-se a fixação de um adicional de 100% sobre as horas extras trabalhadas. Acredita-se que nada haverá a obstar, pois essa questão faz parte do acordo do exercício anterior.

e) Como no caso dos canavieiros, reivindica-se um período de trabalho semanal de 40 horas, no qual estaria assegurada a semana de 5 dias, com folga remunerada aos sábados. No exercício anterior essa reivindicação foi negada.

f) Propõe-se um reajuste de salários de acordo com a variação da OTN.

g) Entre todas as cláusulas para a convenção coletiva, há aquelas que significam um avanço no plano das discussões dos trabalhadores, refletindo sem dúvida o amadurecimento da classe, outras que reforçam o que foi conquistado em 1987 e ainda outras que insistem sobre itens que compõem o estoque das negativas das negociações anteriores. Entre as novidades reivindicadas e as pretensões que retornam à pauta do julgamento, há questões como: a garantia de que os contratos individuais de prestação de serviço tenham a duração mínima de 12 meses; que seja assegurada a estabilidade aos trabalhadores que participarem das Comissões de Negociação, greves e outras comissões organizadas pelos sindicatos, que haja a obrigatoriedade do pagamento de uma taxa de insalubridade, correspondente a 40% do Piso Nacional de Salários; que, na hipótese de impasse nas negociações, não sejam permitidos os descontos dos dias parados; e que o pagamento das verbas rescisórias seja acrescido de 1/3 do mês de maior produção.

Conclusões

A observação mais cristalina sobre as reivindicações dos trabalhadores rurais dos setores enfocados aponta no sentido de que a defesa dos direitos está se realizando associada a um maior conhecimento das especificidades do ofício. Por exemplo, no setor canavieiro exigem o fornecimento dos instrumentos de trabalho e sua reposição de acordo com as necessidades, fornecimento de equipamentos para segurança pessoal, uso de veículos apropriados por parte dos empregadores, para condução das mudas ao local de plantio, etc.; no setor da laranja, exigem o pomar limpo, que a colheita só se inicie 20 dias após ter passado o agrotóxico, etc. Possuem também maior preparo para discutir os limites físicos, os riscos, a instabilidade de emprego e a remuneração. A priori, observa-se que quanto mais fixo o trabalhador a um determinado produto, maiores condições terá para reivindicar os seus direitos, e quanto mais fixo nas regiões, maior conhecimento das leis trabalhistas e, enfim, maior poder sindical.

(IEA, 06/10/88)

A NOVA CONSTITUIÇÃO

Em geral, o texto da Carta Constitucional revela o fortalecimento do Congresso Nacional, a revitalização do Legislativo e restrições ao Executivo.

Na área econômica, verificam-se alguns avanços substanciais, redividindo o bolo tributário e ampliando os poderes de supervisão e interferência do Congresso no centro de decisões econômicas do Executivo.

Generosa quanto aos direitos sociais, a nova Constituição revela-se conservadora nas questões da terra e contraditória quando são confrontadas a organização do trabalho e da produção, ignorando que o trabalhador é, ao mesmo tempo, consumidor.

Destaca-se, a seguir, de maneira sucinta, alguns aspectos relativos aos direitos sociais, política agrícola e agrária, legislação trabalhista e sindicalismo, que terão repercussão no meio social rural.

No que respeita à propriedade, o texto constitucional lhe assegura a inviolabilidade, assim como a "função social". As "propriedades produtivas" não poderão ser desapropriadas para fins de reforma agrária, mas poderão ser desapropriado o imóvel que não esteja cumprindo sua função social, ou seja, aquele que não tenha aproveitamento racional adequado quanto aos recursos naturais e a preservação do meio ambiente, onde não haja observância das disposições que regulam as relações de trabalho e onde a exploração desfavoreça o bem-estar dos proprietários e dos trabalhadores.

Desta forma, reporta-se ao Estatuto da Terra da Gestão Castelo Branco e impõe ao campo um conceito de propriedade diferente do meio urbano. Neste, a desapropriação deverá atender à "função social" que realizar-se-á mediante indenização prévia. Todavia, o solo não edificado, subutilizado ou não utilizado poderá ser objeto de parcelamento, edificação compulsória, imposto progressivo e desapropriação paga em títulos da dívida pública em prazo de até dez anos.

Não são suscetíveis de desapropriação, para fins de reforma agrária, também a pequena e média propriedades rurais. A pequena propriedade rural, definida em Lei, desde que trabalhada pela família, não será objeto de penhora para pagamento de débitos decorrentes de atividade produtiva, dispondo a Lei sobre os meios de financiar seu desenvolvimento.

A propriedade sobre imóvel rural ou urbano poderá ser obtida por não proprietário que possua área de terra não superior a 50ha, por cinco anos ininterruptos, sem oposição, tornando-a produtiva por meio do seu trabalho ou de sua família, tendo nela sua moradia.

Com respeito à legislação trabalhista, a nova Constituição procura estender aos trabalhadores rurais os mesmos direitos dos trabalhadores urbanos, mas a lei deverá fixar normas diferentes aos trabalhadores rurais sobre Fundo de Garantia, trabalho noturno, participação nos lucros, jornada de trabalho, hora-extra, licença gestante e paternidade, e adicional de insalubridade.

As diferenças vão além do texto constitucional, sendo mais acentuadas sobretudo se levado em consideração o processo de trabalho e a organização da produção rural, que só serão passíveis de verificação na prática cotidiana.

Nas relações entre capital e trabalho, o texto da nova carta constitucional elimina a interferência da Justiça do Trabalho nas negociações entre patrão e empregado, garantindo o direito irrestrito de greve e vedando a iniciativa patronal de "locaute", cabendo aos trabalhadores a decisão sobre a oportunidade e o âmbito dos interesses que a greve deve defender. À Justiça do Trabalho cabe interferir somente em casos de impasse nas negociações.

O empregador rural comprovará de cinco em cinco anos, perante a Justiça do Trabalho, o cumprimento das suas obrigações trabalhistas para com o empregado rural, na presença deste e de seu representante sindical. Uma vez comprovado o cumprimento das obrigações, fica o empregador isento de qualquer ônus decorrente daquelas no respectivo período.

As ações trabalhistas, por sua vez, prescrevem dois anos após a rescisão de contrato para os trabalhadores rurais, ou depois de cinco anos da lesão trabalhista, caso seja mantido o vínculo empregatício.

A estabilidade no emprego foi refutada. O trabalhador demitido recebe uma indenização pelo Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e o texto aprovado remete à legislação ordinária a proteção do trabalhador imotivadamente demitido; ou seja, neste particular, permanece como é hoje.

No capítulo da seguridade social (saúde, previdência e assistência social), a Carta Constitucional buscou uniformizar e tornou equivalentes os benefícios e serviços entre as populações rural e urbana; todavia, não foi abrangente de modo a indicar as diferenças e soluções possíveis para os trabalhadores sem vínculo empregatício, caso dos chamados "volantes", "bóias frias" ou "assalariados eventuais", categoria que vem se tornando cada vez mais expressiva no meio rural. Embora não contemplados explicitamente pela legislação trabalhista previdenciária, verifica-se, principalmente nos setores de produção de cana e laranja, a existência de grupos atuantes a nível reivindicativo, conforme mostram os acontecimentos de 1987 e 1988, que foram tratados no tópico "Negociações Trabalhistas".

Por outro lado, o produtor, o parceiro, o meeiro e o arrendatário rurais e seus respectivos cônjuges, que exerçam suas atividades em regime de economia familiar, sem empregados permanentes, contribuirão para a seguridade social mediante a aplicação de uma alíquota sobre o resultado da comercialização da produção.

Na área sindical, a Carta Constitucional manteve intacta a estrutura vigente, que data de Getúlio Vargas. Assegura a autonomia dos sindicatos, mas, com a exigência de sindicato único por categoria e por região, veta uma modernizante pluralização.

A unicidade sindical, inevitavelmente, promoverá o distanciamento entre a direção e os reais interesses dos trabalhadores e das empresas que formalmente representam, além de eliminar a concorrência democrática entre as lideranças sindicais.

Se, por um lado, a sindicalização é livre, por outro, a contribuição continua compulsória, garantindo a sobrevivência burocrática e financeira das entidades, ao mesmo tempo em que as vinculam ao Estado, via imposto. Assim, até a ulterior disposição legal, a cobrança das contribuições para custeio das atividades dos sindicatos rurais será feita juntamente com a do Imposto Territorial Rural (ITR), pelo mesmo órgão arrecadador. Essas entidades, por sua vez, estarão obrigadas a garantir a manutenção dos serviços indispensáveis à comunidade.

Permeada por regionalismos, em muitas questões, a Carta Constitucional reflete as dificuldades inerentes a um sistema de representação formal que não corresponde à realidade econômica e nem à distribuição populacional do País.

(IEA, 06/10/88)

**intenção de plantio para
a safra paulista 1988/89**

7

7 - INTENÇÃO DE PLANTIO PARA A SAFRA PAULISTA 1988/89

O Instituto de Economia Agrícola (IEA) e a Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI) realizam, sistematicamente, cinco levantamentos ao longo da safra, visando prever e estimar área, produção e produtividade das principais culturas do Estado de São Paulo.

O primeiro levantamento é realizado em setembro de cada ano, quando se procura captar a intenção de plantio para a safra a ser plantada.

A estimativa final de área cultivada, produção e produtividade é obtida, para a maioria das culturas, no levantamento de junho do ano seguinte.

Na safra 1987/88, a relação entre a área estimada no levantamento final (junho de 1988) e a área prevista no levantamento de intenção de plantio (setembro de 1987) ficou próxima de 1,0 para as seguintes culturas: amendoim das águas, arroz em casca e milho. Aumentos na relação foram observados para as culturas de algodão, batata das águas e soja e decréscimo para a de feijão das águas (quadro 7.1).

Analisando-se os dados do 1º levantamento de previsões e estimativas das safras agrícolas paulistas para 1988/89, realizado de 26/08 a 15/09/88, pode-se fazer prognósticos de redução nas áreas de algodão (-22%), amendoim das águas (-3%), arroz (-7%) e feijão das águas (-7%); de estabilidade para a batata das águas (-2%); e de aumento para as áreas de milho (5%) e soja (10%) (quadro 7.2).

Essas tendências não se distribuem de maneira uniforme entre as diversas regiões agrícolas do Estado, visto que o plantio (a escolha das atividades) depende de diversos fatores, entre os quais se destaca a competição entre culturas (quadro 7.3).

Como se trata de levantamento ainda preliminar e considerando-se também as condições climáticas desfavoráveis nas épocas normais de plantio, no Estado de São Paulo, as previsões ora divulgadas poderão sofrer alterações significativas, as quais serão detectadas em levantamentos futuros.

(IEA, 17/10/88)

QUADRO 7.1.- Área Prevista no Levantamento de Intenção de Plantio (Setembro 1987) e Área Estimada no Levantamento Final (junho 1988), Estado de São Paulo, Safra 1987/88

Cultura	Área(1.000ha)		Relação (B)/(A)
	Intenção de plantio (A)	Levantamento final (B)	
Algodão	329,60	349,25	1,1
Amendoim das águas	56,80	55,03	1,0
Arroz em casca	283,80	271,20	1,0
Batata das águas	3,70	10,66	2,9
Feijão das águas	218,40	161,30	0,7
Milho	1.300,70	1.285,30	1,0
Soja	504,70	534,60	1,1

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA) e Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI).

QUADRO 7.2. - Estimativas Finais de Área Plantada em 1987/88, e Intenção de Plantio ⁽¹⁾ para 1988/89, Principais Produtos, Estado de São Paulo

Produto	Área (em 1.000ha)		Variação percentual da área
	Final 1987/88	Intenção 1988/89	
Algodão	349,25	273,00	-21,8
Amendoim das águas	55,03	53,30	- 3,1
Arroz em casca	271,20	252,30	- 7,0
Batata das águas	10,66	10,47	- 1,8
Feijão das águas	161,30	150,50	- 6,7
Milho	1.285,30	1.350,30	5,1
Soja	534,60	587,00	9,8

⁽¹⁾ O levantamento de campo foi realizado de 26/08 a 15/09/88.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA) e Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI).

QUADRO 7.3.- Estimativa Final de Área Plantada em 1987/88 e Intenção de Plantio (¹) para 1988/89, por Divisão Regional Agrícola, Principais Culturas, Estado de São Paulo

Divisão Regional Agrícola	(em hectare)					
	Algodão		Amendoim das águas		Arroz (²)	
	Estimativa final 1987/88	Previsão 1988/89	Estimativa final 1987/88	Previsão 1988/89	Estimativa final 1987/88	Previsão 1988/89
Registro	-	-	-	-	5.300	4.000
São José dos Campos	-	-	-	-	21.800	21.400
Sorocaba	7.000	7.000	300	200	32.500	32.400
Campinás	41.550	34.900	180	250	33.200	31.000
Ribeirão Preto	69.000	41.200	24.500	19.500	62.100	47.400
Báuru	6.400	6.300	1.850	2.000	8.500	8.300
São José do Rio Preto	58.500	50.800	3.500	5.150	68.900	70.200
Araçatuba	35.700	38.200	3.800	6.000	13.200	12.700
Presidente Prudente	118.600	83.500	5.600	4.900	8.500	8.900
Marília	12.500	11.100	15.300	15.300	17.200	16.000
Estado	349.250	273.000	55.030	53.300	271.200	252.300

(¹) O levantamento de campo foi realizado de 26/08 a 15/09/88.

(²) Inclui cultura consorciada.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA) e Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI).

QUADRO 7.3. - Estimativa Final de Área Plantada em 1987/88 e Intenção de Plantio ⁽¹⁾ para 1988/89, por Divisão Regional Agrícola, Principais Culturas, Estado de São Paulo

Divisão Regional Agrícola	(em hectare)						(conclusão)	
	Batata das águas		Feijão das águas		Milho ⁽²⁾		Soja	
	Estimativa final 1987/88	Previsão 1988/89						
Registro	-	-	9.000	8.700	20.300	19.500	-	-
São José dos Campos	935	870	8.250	8.000	24.600	29.300	-	-
Sorocaba	5.570	4.900	113.250	100.600	216.000	238.800	14.700	24.000
Campinas	4.025	4.600	8.900	10.300	119.000	125.000	25.700	31.200
Ribeirão Preto	-	-	4.000	3.100	330.700	303.400	276.500	294.200
Bauru	-	-	1.700	2.800	77.600	81.500	900	700
São José do Rio Preto	-	-	2.800	4.800	209.000	232.500	19.900	23.400
Araçatuba	-	-	1.700	2.100	109.800	125.600	7.400	12.300
Presidente Prudente	-	-	4.500	2.500	75.600	84.600	21.500	24.100
Marília	130	100	7.200	7.600	102.700	110.100	168.000	177.100
Estado	10.660	10.470	161.300	150.500	1.285.300	1.350.300	534.600	587.000

⁽¹⁾ O levantamento de campo foi realizado de 26/08 a 15/09/88.

⁽²⁾ Inclui cultura consorciada.

Fonte: Instituto de Economia Agrícola (IEA) e Coordenadoria de Assistência Técnica Integral (CATI).

PROGNÓSTICO AGRÍCOLA 1988/89

PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO

Alberto Veiga, Antonio Ambrósio Amaro, Elcio Umberto Gatti, Flavio Condé de Carvalho, Luiz Henrique de Oliveira Piva, Luiz Moricochi, Pêrsio de Carvalho Junqueira e Richard Domingues Dulley

COMISSÃO EDITORIAL

Flavio Condé de Carvalho (coordenador), Alfredo Tsunehiro, Elcio Umberto Gatti, Nilda Tereza Cardoso de Mello, Samira Aoun Marques e Sonia Santana Martins.

EDITORIAÇÃO

Celuta Moreira Cesar Machado

BIBLIOGRAFIA

Fátima Maria Martins Saldanha Faria

REVISÃO GRÁFICA

Maria Áurea Cassiano, Ivonete Leite da Silva

DATILOGRAFIA FINAL

Lenilda M. do Nascimento, Deborah S. de Oliveira, Cecília de Souza Gouveia, Mara Elisa O. de Carvalho Costa e Silvana A. dos Santos,

CAPA

Vera Lúcia Laporta de Robles

ARTE FINAL

Meire Lilian de Oliveira

GRÁFICA

Roberto Magno M. Bezerra, Affonso Celso Piniheiro, Geraldo M. de Almeida, João S. dos Santos, José Ronaldo de Sousa, Laércio dos Reis, Osvaldo N. da Silva, Paulo A. H. Brandão e Sidi- nei de Barros

ESTATÍSTICAS BÁSICAS

Luiz Henrique de O. Piva, Abel Ciro M. Igreja, Alceu Donadelli, Ana Maria M. P. de Camargo, Celma da Silva L. Baptistella, Denise V. Caser, Elizabeth Alves e Nogueira, José Roberto Vicente, Maria Carlota M. Vicente, Maria de Fátima Packer, Maria de Lourdes S. Sueyoshi, Maura Maria D. Santiago, Rosa Maria P. Pellegrini e Samira Aoun Marques

PROCESSAMENTO DE DADOS

Afonso Negri Neto, Alice M. Shimura, Arnaldo Lopes Junior, Maria Cristina T. de Jesus, Pêrsio Dutra e Vera Lúcia F. dos Santos

APOIO TÉCNICO

Benedito B. de Freitas, Edson R. da Silva, José Carlos Zanardo, Ricardo Pedreira, Rosely Rosa-lém

DATILOGRAFIA

Maria Alice Manzo, Maria Ines D. dos Santos, Rita de Cassia Braga, Sandra Regina P. Ramos, Siumara A. D. dos Santos, Therezinha P. Manetti, Vilma Aparecida da S. Rodrigues da Silva

EQUIPE TÉCNICA

ESTIMATIVA DE CUSTO OPERACIONAL

Alfredo de A. Bessa Junior, Hiroshige Okawa, Marli D. Mascarenhas, Nilda Tereza C. de Mello e Silvia Toledo Arruda

POLÍTICA AGRÍCOLA

Alberto Veiga, José Eduardo R. da Veiga, José Sebastião de Lima, Malimira N. Otani, Maria Elisa Benetton, Nilce da Penha M. Panzutti, Regina Helena V. Petti, Sônia Santana Martins, Terezi- nha Joyce F. Franca e Yara Maria C. de Carvalho

DESEMPENHO DA AGRICULTURA PAULISTA

Alfredo de A. Bessa Junior, Hiroshige Okawa, Marli Dias Mascarenhas, Nilda Tereza Cardoso de Mello, Rosa Maria P. Pellegrini, Samira Aoun Marques e Silvia Toledo Arruda

MERCADO DE FATORES

Revisão técnica de texto: Marina Brasil Rocha
Fertilizante e Terra: Célia Regina R. P. Tavares
Ferreira

Defensivo e Trator: Mário Antonio Margarido

Sementes: Ana Maria Futino

Mão-de-Obra: Devancyr Aparecido Romão e Ro-
berto de Assumpção

MERCADO DE PRODUTOS

Revisão técnica de texto: Alfredo Tsunehiro,
Marina Brasil Rocha e Sebastião Nogueira Junior

Algodão: Flávia Maria de Mello Bliska

Arroz: Luiz Carlos Miranda

Batata e Cebola: Paulo Augusto Wiesel

Café: Claus Floriano Trench de Freitas

Cana-de-açúcar: Regina Junko Yoshii

Feijão: Júlio Humberto Jimenez Ossio

Mandioca e Trigo: José Roberto da Silva

Milho: Alfredo Tsunehiro

Soja: Marina Brasil Rocha

Tomate: Lidia Hathue Ueno

Pecuária de Leite: Eloisa Elena Bortoleto

Pecuária de Corte: Valéria da S. Peetz Wedekin

Suínocultura: Albino Eugênio Ferreira Zirlis

Avicultura: Nelson Giulietti

CONHEÇA OUTRAS PUBLICAÇÕES DO IEA

AGRICULTURA EM SÃO PAULO

Veículo da produção científica da Instituição. Contém artigos técnicos, resumos de teses, notas científicas, ensaios e revisões.

INFORMAÇÕES ECONÔMICAS

Revista mensal contendo informações sobre a situação da agricultura; artigos técnicos com análises de produtos, políticas e outros tópicos de interesse conjuntural; e estatísticas agrícolas relevantes para o Estado de São Paulo, como preços em diversos níveis de comercialização, produção e dados climáticos.

RELATÓRIO DE PESQUISA

Série contendo textos integrais das teses defendidas por técnicos da Instituição, resultados detalhados das pesquisas desenvolvidas no IEA, ensaios e resenhas.

BOLETIM DIÁRIO DE PREÇOS

Publicado nos dias úteis, contém informações sobre preços recebidos pelos produtores em diversas localidades do Estado, preços no atacado, preços em bolsas de mercadorias nacionais e estrangeiras e preços e quantidades comercializadas no mercado atacadista da CEAGESP.

PREVISÃO E ESTIMATIVA DE SAFRAS AGRÍCOLAS NO ESTADO DE SÃO PAULO

Realizadas cinco vezes ao ano, os levantamentos de área, produção e produtividade são disponíveis para as principais culturas do Estado a nível de Divisão Regional Agrícola (DIRA).

Para informações adicionais, consultar:

Instituto de Economia Agrícola

Divisão de Apoio à Pesquisa

Caixa Postal, 8.114

01051- São Paulo - SP

Tel. (011)276-9266

